Universidade de São Paulo
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Pós-Graduação - Área de Concentração: Estruturas Ambientais Urbanas

Taipa, canela preta e concreto

Um estudo sobre a restauração de
casas bandeiristas em São Paulo

Tese de Doutorado

Lia Mayumi

Orientador: Prof. Dr. **Carlos Alberto Cerqueira Lemos**

novembro de 2005

RESUMO

Partindo do pressuposto da existência de um paradigma constituído pelo modelo pioneiro de restauração de casas bandeiristas estabelecido pelo IPHAN desde os anos iniciais de sua atividade em São Paulo, o presente trabalho pretende realizar uma análise, em relação àquele paradigma, dos projetos e obras de restauração de cinco casas bandeiristas pertencentes à Prefeitura de São Paulo.

Adotando a hipótese da sucessão cronológica de três momentos – de continuidade, de diluição e de abandono do paradigma –, o presente trabalho busca verificá-la através da análise dos projetos e das obras de restauração realizadas nos exemplares selecionados. Esses projetos e obras foram orientados inicialmente pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – e depois, pelo DPH – Departamento do Patrimônio Histórico da Prefeitura de São Paulo – no período compreendido entre as décadas de 1950 e 2000.

PALAVRAS-CHAVES: Restauração. Patrimônio Histórico e Arquitetônico. Critérios de Restauração. Restauração de Casas Bandeiristas. Casas Bandeiristas.

ABSTRACT

This work analyses the architectural restoration of five bandeirantes' houses in the city of São Paulo. Those restoration works, which took place between the years 1950 and 2000, were accomplished by the IPHAN – Institute for National Artistic and Historical Heritage – and the DPH – Historical Heritage Department of the City Government of São Paulo.

The work aims to identify and characterize both the conceptual and technical models that guided those restoration works. Assuming that IPHAN has developed a conceptual and technical paradigm in the restoration of this architectural type, the work investigates the paradigm's permanence extent in those five houses and, reversely, its vanishing along the almost fifty years comprising this study.

KEYWORDS: Restoration. Conservation. Historical and Architectonical Conservation. Restoration Criteria. Restoration of Bandeirantes' Houses. Bandeirantes' Houses.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a colaboração e as contribuições recebidas de colegas, amigos e familiares, que permitiram a realização do presente trabalho, particularmente de Anita Hirschbruch, Antônio Gameiro, Astolfo Gomes de Mello Araújo, Beatriz Kühl, Benedito Lima de Toledo, Bruno Netto, Carlos Lemos, Cássia Magaldi, Celina Yoshimoto, Cristiane Gonçalves, Cristina Dias Coelho, Débora Brando Balazs da Costa Parente, Edna Kamide, Eideval Bolanho, Felipe Pontes, Fernando Martinelli, Flávio Motta, Francisca Helena Barbosa Lima, João Bacellar, João Sodré, José Saia Neto, Júlio Katinsky, Leila Diêgoli, Lucia Juliani, Luiz Alberto do Prado Passaglia, Luiz Antonio Cambiaghi Magnani, Marcos Carrilho, Maria Aparecida Toschi Lomônaco, Maria Lúcia Perrone Passos e STLP, Marly Rodrigues, Mauro Bondi, Mirthes Baffi, Murillo Marx, Nestor Goulart Reis Filho e equipe do LAP, Olga Diniz, Paulo Garcês Marins, Ricardo Leizer, Tereza Epitácio, Vilma Lúcia Gagliardi, Zulmira Pope, Walter Fragoni, Walter Pires.

Gostaria de expressar minha gratidão especial a:

CARLOS LEMOS, pela generosidade e valiosa orientação;
VICTOR HUGO MORI, pela paciente ajuda na busca de documentos dos arquivos da 9a. SR do IPHAN;
CELSO OHNO, pela valiosa ajuda na busca e pesquisa de documentos dos arquivos municipais, e pelas sugestões;
LARA MELOSOUZA, pela heróica dedicação profissional e companheirismo em todas as etapas da confecção da tese;
TATIANA CIPOLI, pelos desenhos precisos e belos;
LORENA PUGLIESE SANT'ANNA, CAMILA CHICCHI e SARITA GENOVEZ, pela alegre ajuda na etapa de levantamento de dados;
AMARILDO FERNANDES, pelo apoio em todos os momentos;
Minha mãe, eternamente presente.
Minha família, por tudo.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	13
1. O tema da pesquisa	15
2. As hipóteses	19
3. O método de verificação das hipóteses	20
4. A documentação pesquisada	21
5. A organização dos capítulos	22
 CAPÍTULO I - A CASA BANDEIRISTA: AS ABORDAGENS HISTÓ- RICAS E ARQUITETÔNICAS	 25
1. Casas Velhas	27
2. Feiúra e antigüidade	30
3. Valor histórico. A tese do “tipo perfeito” e valor artístico	31
4. Bandeiras e bandeirantes. A “casa bandeirista”	35
5. Palladio	41
6. Uma oca de mamelucos	47
 CAPÍTULO II - A TRADIÇÃO, BANDEIRISTA E MODERNISTA	 63
1. O paradigma	65
2. A Casa do Butantã	76
2.1. Origens	77
2.2. Doação à Prefeitura de São Paulo	78
2.3. O IV Centenário	81
2.4. Dois piratininganos	82
2.5. A restauração	88
3. A Casa do Caxingui	106
3.1. Origens e reconhecimento de valor	106
3.2. O plano de restauração da casa	107
3.3. A questão patrimonial e da destinação do imóvel	113
3.4. O projeto e o canteiro	118
3.5. O telhado e as demais intervenções	122
3.6. Ambiência	132

CAPÍTULO III - TEMPOS DE NOVIDADES E DE EXPERIMENTAÇÃO	143
1. O patrimônio expande-se	145
1.1. Formação de especialistas	149
1.2. Um serviço de patrimônio para a cidade de São Paulo	155
2. Sítio da Ressaca	165
2.1. A história do imóvel e a sua valoração	166
2. 2. O “Patrimônio ambiental urbano”	169
2.3. Revitalização e valorização do monumento	171
2.4. “Centro Cultural”	175
2. 5. A restauração: o plano e a obra	179
3. A Casa do Tatuapé	194
3.1. História da casa	196
3.2. Valoração da casa, e duas particularidades	203
3.3. Precedentes da restauração: o loteamento da chácara	207
3.4. Análise do edifício. Suas condições estáticas antes da obra	219
3.5. As soluções de consolidação	224
3.6. A obra	228
 CAPÍTULO IV - MONUMENTO-DOCUMENTO	 247
1. O Sítio Morrinhos	249
1. 1. História do imóvel	252
1.2. O tombamento federal	263
1.3. Os projetos e as obras	268
 CONCLUSÃO	 291
 BIBLIOGRAFIA	 303
1. Livros	305
2. Artigos	310
3. Artigos eletrônicos	316
4. Monografias, dissertações e teses	316
5. Jornais	318
6. Revistas	319
7. Referência	319
8. Processos	319
9. Entrevistas e depoimentos	327
10. Outros	327
11. Arquivos e acervos consultados	329

INTRODUÇÃO

1. O tema da pesquisa

A restauração de monumentos no Brasil constitui um campo da preservação do patrimônio cultural que só recentemente vem sendo objeto de pesquisa historiográfica. Trabalhos como os de Antonio Luiz Dias de ANDRADE (1993), Antonio José Aguilera MONTALVO (1998), Tâmara ROMAN (2003) e Cristiane GONÇALVES (2004) podem ser citados como alguns dos primeiros a investigarem, do ponto de vista dos fundamentos teóricos e técnicos, casos concretos de restauração de monumentos arquitetônicos no Brasil, principalmente no estado de São Paulo. A abordagem dos autores tem identificado elementos significativos visando à caracterização do conjunto de procedimentos adotados nas restaurações, formando um quadro metodológico-conceitual que pode ser caracterizado como típico da atuação do IPHAN, especificamente no período conhecido como “fase heróica” da instituição.

Durante a “fase heróica” o IPHAN¹ contou com muito poucos funcionários e alguns colaboradores. Havia o escritório central no Rio de Janeiro – Capital federal –, de onde Rodrigo Melo Franco de Andrade, assessorado, entre outros, por Lucio Costa, Alcides da Rocha Miranda, Edgar Jacinto da Silva e José de Souza Reis, dirigiu as apenas quatro delegacias regionais estrategicamente instaladas nos estados de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e São Paulo. As delegacias regionais, por sua vez, também contavam com pouquíssimos funcionários.

Em São Paulo, por exemplo, atuaram no início Mário de Andrade, diretor da delegacia, e seu assistente técnico Luiz Saia, e o fotógrafo Hermann Hugo Graeser, conhecido como Germano, contratado como pedreiro, mas que além de fotografar, acumulava as tarefas administrativas da delegacia, de elaboração de planilhas e orçamentos de obras a pagamento de contas e administração de contratação de serviços.² Germano foi morar na repartição, depois que esta se mudou em dezembro de 1956 para o atual endereço na rua Baronesa de Itu.³ Por aí se tem uma idéia do reduzido tamanho da equipe de Rodrigo, e da escassez de recursos materiais com a qual a equipe precisava lidar. Mário dirigiu a delegacia desde a criação do órgão, em 1937, até afastar-se do cargo em 1939. O pouco tempo foi entretanto suficiente para Mário definir uma

1. No presente trabalho, pelo fato de o texto nem sempre se ater a uma sequência cronológica progressiva dos fatos, e portanto, para evitar idas e voltas, adotei um único modo para me referir ao IPHAN: a denominação mesma “IPHAN”, vigente desde 1994. Registro aqui, contudo, as mudanças ocorridas na denominação do órgão: originariamente SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de 1937 a 1946), depois DPHAN (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de 1946 a 1970), IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de 1970 a 1990) e IBPC (Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, de 1990 a 1994), cf. PESSÔA, José (organização). **Lúcio Costa: Documentos de Trabalho**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999. p. 11.

2. Depoimento à autora, de Antonio das Neves Gameiro, em 20-10-2005.

3. “(...) nossa mudança foi realizada sem incidentes, no dia 29 do mez em curso.” Cf. Of. 80/56 do 4º. Distrito Regional da DPHAN, de 31-12-1956. Hermann Graeser a Rodrigo M. F. de Andrade. Arquivo Noronha Santos.

4. LEMOS (1993, p. 23);

5. ANDRADE, Mario de. **Cartas de Trabalho**, correspondência com Rodrigo Melo Franco de Andrade (1936-1945). Brasília: MEC-SPHAN-pró-Memória, Publicações da SPHAN no.33, 1981. p. 69.

6. LEMOS (1993, p. 24); MELO, Luis Correia de. Dicionário de Autores Paulistas. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954, p. 545.

7. SAIA, L. “Até os 35 Anos, A Fase Heróica”. In: **REVISTA CJ. ARQUITETURA** nº 17. Rio de Janeiro: FC Editora, 1977. Texto originalmente escrito em 1972. p. 16.

8. KATINSKY 1988, p. 71. Dos escritos esparsos de SAIA pesquisados para a presente tese, 9 versam sobre a arquitetura residencial, 1 sobre a religiosa, 2 sobre técnicas construtivas, 3 sobre urbanismo, 2 sobre projetos arquitetônicos, 1 sobre preservação do patrimônio, 1 sobre arte popular. Excluem-se aqueles publicados em livros.

9. SAIA, L. “Até os 35 Anos, A Fase Heróica”. p. 16

10. RAFFAINI 2001, p. 22.

linha de ação do órgão paulista em relação ao patrimônio arquitetônico, linha que privilegiou a valorização, efetivada através do tombamento, de edifícios de origem anterior ao período imperial. A diretriz que norteou a seleção foi coerente com o esforço modernista e nacionalista de construir a memória nacional a partir dos vestígios coloniais, luso-brasileiros, desconsiderando e mesmo desprezando as manifestações neoclássicas e a variedade de estilos que constituiu o Ecletismo arquitetônico.⁴

Mas, mesmo selecionados os monumentos paulistas do período colonial, Mário faz ressalvas à relativa “pobreza estética” destes em relação à riqueza dos monumentos de Minas, Bahia, Pernambuco, Paraíba, considerando então a possibilidade do tombamento daqueles primeiros por “valor histórico”. É o que ele propõe ao diretor Rodrigo em carta de 23-5-1937:

“E há o problema geral de São Paulo. Você entenderá comigo que não é possível entre nós descobrir maravilhas espantosas, do valor das mineiras, baianas, pernambucanas e paraibanas em principal. A orientação paulista tem de se adaptar ao meio: primando a preocupação histórica à estética. Recensear e futuramente tomar o pouco que nos resta seiscentista e setecentista, os monumentos onde se passaram grandes fatos históricos. Sob o ponto de vista estético, mais que a beleza propriamente (esta quase não existe) tomar os problemas, as soluções arquitetônicas mais características ou originais. Acha bom assim?”⁵

Saia, por sua vez, dirigiu a delegacia de 1939⁶ (oficialmente em 1946)⁷ até 1975, quando faleceu. Discípulo e herdeiro intelectual de Mário, Saia deu continuidade à política traçada originalmente, dando preferência aos estudos da arquitetura civil em detrimento da arquitetura religiosa⁸, como é possível constatar ao exame de sua produção escrita. Foi sob a sua direção intelectual e coordenação técnica que se iniciaram e empreenderam ao longo de 35 anos as restaurações de grande parte dos monumentos paulistas. Por volta dos anos 1950 um corpo de critérios e de procedimentos técnicos de restauração já havia sido consolidado através das várias oportunidades de experimentação. Apesar da eterna carência de recursos financeiros e humanos, a delegacia paulista – diga-se Luiz Saia – conseguiu com muito esforço efetivar uma ação concreta de preservação física dos monumentos, conforme Saia próprio afirmou em texto de 1972:

“No Estado de São Paulo, depois das obras pioneiras às quais se deve a recuperação das igrejas de Embu e São Miguel, e das obras fundamentais para a recuperação de um grupo de casas seiscentistas do planalto paulista (Santo Antonio, Padre Inácio, Rosário de Itu e Mandu de Cutia), às quais se encontram preciosos exemplares de capelas seiscentistas, vale lembrar as obras de proteção da aldeia de Carapicuíba, a recuperação das casas de Câmara e Cadeia de Santos e Atibaia, a capela em Taubaté (...).”⁹

Certa vez referindo-se ao órgão municipal que Mário dirigiu de 1935 a 1938 Saia afirmou: “Quando digo Departamento de Cultura, digo Mário de Andrade”¹⁰, dando a entender que as idéias e a alma do departamento eram as

idéias e a alma de Mário. De forma similar nos referiremos aqui aos critérios de restauração da delegacia paulista do IPHAN como sendo de Saia, e aos de Saia, como sendo do IPHAN. A substituição da noção de instituição pela do indivíduo e vice versa nos parece, neste caso, natural, ainda mais porque Saia foi o único técnico a representar a delegacia paulista durante décadas.

A presente pesquisa inicia-se no ponto justamente em que os critérios de restauração e os procedimentos técnicos de obra já foram elaborados, experimentados e consolidados pelo IPHAN de São Paulo na oportunidade de várias intervenções efetivadas até a década de 1950, particularmente as restaurações em edifícios de taipa de pilão, como os já citados anteriormente por Saia – a Igreja de Nossa Senhora do Rosário do Embú (1939), a Igreja de São Miguel Paulista (1939), o Sítio Santo Antonio (1940), a Casa do Padre Inácio (1947) – e aos quais acrescentaríamos a Igreja de Nossa Senhora da Escada (1954).

A década de 1950 é um marco para a história do patrimônio histórico da cidade de São Paulo no tocante ao início da constituição do seu acervo de monumentos arquitetônicos. As comemorações oficiais do IV Centenário da cidade criaram peculiares condições que conduziram em 1954 à primeira restauração arquitetônica empreendida pela municipalidade, que foi a da casa do Butantã, e em 1967 à restauração da casa do Caxingui. Os imóveis, de propriedade municipal e sem a condição de monumentos tombados, foram restaurados sob a orientação do IPHAN, representado por Luiz Saia, que colaborou com a Prefeitura fornecendo o subsídio técnico necessário.

Um efetivo serviço municipal do patrimônio histórico da cidade de São Paulo começou a funcionar em 1975, ano do falecimento de Luiz Saia, que participou da estruturação do novo órgão mas não chegou a vê-lo instalado. A política de atuação do DPH – Departamento do Patrimônio Histórico – orientou-se inicialmente para colaborar com os órgãos das esferas superiores (o estado já tinha o seu serviço, o CONDEPHAAT, desde 1968), contemplando em seu plano de ação a preservação dos monumentos tombados pelos órgãos federal e estadual e localizados no território do município.¹¹ Adotando política idêntica à da esfera federal, em menos de 4 anos o órgão municipal completou a ação, iniciada pelo IPHAN, de desapropriar e transferir para seu domínio patrimonial a propriedade das casas tombadas. De tal maneira que em 1979 eram seis casas bandeiristas a formar o embrião do acervo de bens arquitetônicos tombados de propriedade municipal: as casas do Butantã e Caxingui (restauradas), a casa do Tatuapé, o Sítio Morrinhos, o Sítio Mirim (ruínas) e o Sítio da Ressaca.

Os exemplares que chegaram às mãos da Prefeitura ainda não restaurados foram gradualmente conservados ou restaurados, pelo órgão municipal, onde critérios, conceitos e técnicas de restauração guardaram, em muitos aspectos, semelhanças com aqueles inaugurados em 1939 pelo IPHAN. Em outros aspectos, a adoção de novos critérios resultou em abordagens novas do monumento.

O presente trabalho consiste, portanto, no estudo da restauração de cinco casas bandeiristas íntegras da cidade de São Paulo¹², abrangendo o período que

11. Cf. Depoimento de Murillo de Azevedo Marx à autora, em 11-01-2005.

12. O sexto exemplar, o Sítio Mirim, foi excluído do universo de pesquisa, por se caracterizar como ruína, o que ampliaria o universo de pesquisa de uma maneira tal que inviabilizaria a conclusão do presente trabalho no prazo que o regula.

vai da década de 1950 ao ano 2000. Os exemplares examinados restringem-se aos imóveis acima enumerados que, por serem de propriedade pública, foram objetos de ações de preservação oficiais. Estão excluídos do universo do estudo as restaurações ou projetos de restauração referentes a exemplares que, mesmo apresentando interesse arquitetônico, como o Sítio Santa Luzia, o Sítio do Capão ou o Sítio do Itaim-Bibi (ruínas), constituem ações de preservação de caráter diverso do escopo de interesse desta pesquisa.

A restauração enquanto intervenção concreta no monumento é o objeto central de pesquisa. Entretanto, considerando que ela não se reduz a mera operação física, foram examinados os seus aspectos condicionantes, os problemas e as soluções técnicas a serem enfrentados, a abordagem conceitual da intervenção, os procedimentos e metodologia de projeto e de obra e, finalmente, o método de registro das intervenções. Questões como ambientação e destinação do monumento também foram abordadas, na condição de etapas pertinentes ao processo de valorização (*mise-en-valeur*) do monumento. Em cada caso estudado foi abordado também o contexto do qual emergiu a iniciativa da restauração.

2. As hipóteses

Adotando como pressuposto que o IPHAN instituiu, através de suas obras, um “modelo” de restauração de casas bandeiristas que se tornou paradigma, será examinada a hipótese da “permanência” desse paradigma nas abordagens adotadas pelo DPH. A presença do paradigma será analisada nos seus aspectos conceituais e técnicos.

Por raciocínio antitético, será examinado se o paradigma foi abandonado em decorrência de mudanças nos fundamentos conceituais e técnicos da restauração. Tentaremos identificar, nos projetos e obras de restauração do DPH, a emergência de novas orientações conceituais e metodológicas.

3. O método de verificação das hipóteses

Preliminarmente será apresentada a caracterização e a valoração da casa bandeirista tal como foi feita originalmente por Luiz Saia, e depois por Julio Katinsky e Carlos Lemos. A caracterização, neste momento, é entendida como identificação do esquema geral e das particularidades arquitetônicas do edifício. A presença de “constantes”, ou seja, de aspectos arquitetônicos recorrentes nas casas, nos permite abordá-las como um “tipo” arquitetônico. A valoração é entendida aqui como atribuição de valor histórico e/ou valor artístico ao monumento, conformes com as categorias de valor que o IPHAN adotou para o tombamento das casas bandeiristas.

Apresentada a caracterização tipológica – com suas constantes e variações –, será apresentado o estudo detalhado das operações de restauração das casas bandeiristas de propriedade municipal. As operações serão abordadas dos seguintes pontos de vista: a) dos motivos da preservação; b) das providências preparatórias da restauração; c) do projeto arquitetônico; d) da obra; e) do registro do conhecimento e das informações sobre o monumento e sobre a obra; f) da ambientação do monumento.

Os referenciais teóricos que orientaram a análise das operações são principalmente os conceitos e noções contidos nas duas Cartas de Atenas (1931, 1933), na Carta de Veneza, e nos escritos de Eugène Emmanuel Viollet-Le-Duc, John Ruskin, Camillo Boito, Cesare Brandi e Giovanni Carbonara. Dos autores brasileiros, Beatriz Kühl.

4. A documentação pesquisada

4.1. Bibliográfica: livros, teses, dissertações, artigos, revistas, manuais, álbuns, folhetos, apostilas referentes a: história das bandeiras; história da cidade de São Paulo; cultura, patrimônio histórico e política cultural na cidade de São Paulo; história e crítica do patrimônio histórico e cultural internacional e no Brasil; história e crítica da arquitetura internacional; história da arquitetura no Brasil; arquitetura tradicional em Portugal; materiais e técnicas construtivas; obras de restauração; metodologia e técnicas de para a restauração arquitetônica.

4.2. Iconográfica: projetos de restauração dos edifícios analisados; fotografias dos edifícios antes, durante e depois das obras; desenhos de soluções e detalhes construtivos; fotografias do entorno dos edifícios

4.3. Cartográfica: cartas do estado de São Paulo e da região metropolitana de São Paulo; plantas da cidade de São Paulo, de 1930 a 1972; fotografias aéreas e de satélite da cidade de São Paulo.

4.3. Documentos de trabalho: produção oficial de órgãos públicos: processos administrativos de tombamento, de desapropriações, de atos legislativos, de assuntos funcionais, de contratação de projetos, de contratação de obras, de prestação de contas; ofícios; memorandos; cartas; memoriais descritivos; relatórios de obras; atas de canteiro de obras; livros de obras; cadernos de obras; relatórios de consultoria estrutural; relatórios de prospecções arqueológicas.

4.4. As casas bandeiristas e outros edifícios de taipa, na cidade e na região metropolitana.

4.5. Depoimentos de personalidades envolvidas com os temas abordados na pesquisa.

5. A organização dos capítulos

Os capítulos foram organizados de acordo com a sequência proposta pelo método de verificação da hipótese.

Por fim, gostaríamos de deixar esclarecido que, embora o presente trabalho pretenda ser uma contribuição de pesquisa de história e de técnica para a disciplina da restauração, está sujeito a apresentar, eventualmente, deficiências metodológicas de pesquisa histórica, pois, na nossa condição de profissional da área de Arquitetura, não dispomos completamente dos instrumentos teóricos e metodológicos da pesquisa em História.

A pesquisa de história está sujeita a imprecisões decorrentes da seletividade do olhar tanto do pesquisador como dos pesquisados – pessoas que nos prestam depoimentos, livros escritos por pessoas, documentos escritos por pessoas. É a condição das ciências humanas, à qual a presente pesquisa se submete. Portanto, apesar do permanente empenho em sermos exatos ao longo do presente trabalho, eventualmente se encontrarão, nele, imprecisões.

CAPÍTULO I
A CASA BANDEIRISTA:
AS ABORDAGENS HISTÓRICAS E ARQUITETÔNICAS

1. Casas velhas

Ao lado de outros tipos arquitetônicos, a “casa bandeirista” figurou – ainda sem essa denominação – desde o início das atividades do IPHAN no ano de 1937, no elenco de bens arquitetônicos selecionados pelo órgão federal para compor o patrimônio histórico e artístico nacional. No primeiro relatório que encaminha a Rodrigo Melo Franco de Andrade em 16 de outubro daquele ano, Mário de Andrade, nomeado Assistente Técnico responsável pela região Sul do Brasil¹, arrola, com o auxílio do então engenheiro Luís Saia e do historiador Nuto Sant’Ana, os monumentos arquitetônicos até aquele momento inventariados e selecionados como dignos, na sua opinião, de serem tombados no estado de São Paulo.²

“(...) chamei imediatamente os dois principais colaboradores que vou pagar com meus cobres, o Nuto Sant’Anna historiador e o Luís Saia engenheiro dedicado e apaixonado de coisas históricas e coloniais, e lhes dei as incumbências principais.”

“Dividimos o Estado em zonas vastas e principais, o vale do Paraíba, o caminho do Tietê, litoral sul, litoral norte, S.Paulo e arredores. (...) É principalmente nos vilarejos e no meio dos caminhos que a gente encontra em S. Paulo as coisas mais valiosas sob os dois pontos de vista que mais nos interessam, história e arte. A viagem (...) tem de ser feita de automóvel, que matará num dia várias cidades e vilas, (...) já fotografando.”³ (Carta de Mário a Rodrigo, 23-5-1937)

No relatório comparecem como de interesse edificações religiosas (Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, Convento de Nossa Senhora da Luz, Igreja e Convento de Itanhaém, Igreja de São Miguel, Capela de Santo Antônio...), edifícios civis (Casa-grande do Sítio de Santo Antônio, Engenho d’Água de Vila Bela (Ilhabela)...; casas-grandes de Bananal...), e a arquitetura oficial (Forte de São Tiago ou São João, Fortaleza da Barra Grande ou de Santo Amaro...; Casa do Trem de Santos...). Os exemplares que quase duas décadas depois viriam a ser conhecidos como “casas bandeiristas”

1. À época 6ª. Região, que compreendia São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Ver SAIA, L. “Notas sobre a arquitetura rural paulista do segundo século” In: **Morada Paulista**. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 61.

2. ANDRADE, M de. **Cartas de Trabalho**, correspondência com Rodrigo Melo Franco de Andrade (1936-1945). Brasília: MEC-SPHAN-pró-Memória, Publicações da SPHAN no.33, 1981. pp. 80-106.

3. Id. Ibidem, p. 67.

4. Id. Ibidem. pp. 80-106.

5. Id. Ibidem. pp. 80-106.

6. Id. Ibidem. p. 86.

figuraram simplesmente como “casas velhas”, expressão que nada esclarecia sobre aquele tipo de arquitetura, a não ser sobre a sua antiguidade. Fato natural naquelas circunstâncias, quando muito pouco ainda fora pesquisado e descoberto sobre a arquitetura brasileira. Em meio à certeza de que havia exemplares arquitetônicos indiscutivelmente dignos de tombamento (“*Igreja de São Benedito e São Francisco: (...) Merece tombamento imediato*”; “*Igreja e Convento de Itanhaém: (...) Incontestavelmente digno de tombamento federal*”)⁴, aparecem no relatório dúvidas, ou informações por vezes lacônicas, demonstrando que havia pontos a serem esclarecidos, e hipóteses a serem confirmadas, mesmo quando o primeiro exame das informações sobre o monumento não deixava dúvidas quanto aos seus valores históricos ou artísticos:

“Irmandade de N. S. dos Remédios: (...) Não se conhece por enquanto a data de sua instituição”; “Igreja de São Miguel: Uma das relíquias históricas do estado. (...) É mais provável que as duas figuras antropomorfas (...) estivessem primitivamente colocadas no centro da nave (...);” “Casa-grande do Sítio Velho de São Roque: (...) a capela (...) é tradição que nesta capela tenha oficiado o padre Belchior de Pontes (...);” “Sítio do Colégio, de São Roque: (...) conforme a conjectura de alguns, só conserva uma ala (...);” “Igreja e Convento de Mboy: (...) A edificação parece dever-se a Fernão Dias o Velho (...);” “Ruínas em Santo Amaro: (...) Esta casa teria sido residência, senão do próprio Borba Gato, de sua família.”; “Matriz e Fórum de São Sebastião: “As fotos no.s 78, 79 e 80 permitem ainda supor que tanto a matriz como a Cadeia e Fórum de São Sebastião merecem estudo.”; “Capela de Sant’Ana do Acarai, em São Vicente: aí foi batizado o futuro frei Gaspar da Madre de Deus, (...) e morto em Santos, diz-se que a 28 de janeiro de 1800, sem prova decisiva.”; “Matriz de Parnaíba: É um templo importante (...) e datará provavelmente do séc. XVIII. Estão ainda se fazendo as pesquisas necessárias, bem como a série dos planos arquitetônicos.”⁵ (grifos meus)

As residências objetos de interesse da presente pesquisa, as “casas velhas”, mereceram na ocasião o seguinte comentário:

“Arquitetura civil em São Paulo: A bem dizer, não existe na capital de São Paulo mais nenhum prédio de residência que se conserve digno da atenção federal. Um serviço estadual, a meu ver, especioso, poderá tombar alguns prédios desses, porém será mais empecilho que guarda de tradição. Propriedades como a casa velha do Tatuapé (...); a casa velha do Caxingui (...); a casa velha do bairro do Limão (...); a casa velha do Jabaquara (...) estão completamente deformados muitos, outros menos, têm interesse histórico mais estadual que nacional; quase nenhum, ou nenhum interesse artístico.”⁶

É interessante notar que, ao mesmo tempo em que estas residências são citadas como “casas velhas”, e que não se demonstra segurança sobre o seu valor artístico, as residências de São Roque são imediatamente reconhecidas como portadoras de valor histórico e arquitetônico, enxergando-se nelas uma analogia com as residências das classes rurais abastadas do Nordeste: “casa-grande do Sítio de Santo Antônio”, “casa-grande do Sítio Velho”, em São Roque. Analogia não programática, nem arquitetônico-tipológica, e tampouco técnico-construtiva, mas simplesmente decorrente da semelhança das classes sociais às quais pertenciam os proprietários dessas fazendas, no nordeste e no sudeste: KATINSKY lembra a esse respeito que a expressão “casa-grande” foi empregada por influência dos escritos de Gilberto Freyre⁷, mas também que já antes o engenheiro francês Vauthier a havia empregado para designar as casas rurais dos engenhos de açúcar, quando de sua estada em Recife entre 1840 e 1846.⁸

As residências rurais paulistas ainda não haviam sido objeto de estudo, e daí a dificuldade, a imprecisão de tratamento: ora “casa velha”, ora “casa-grande”. As pesquisas do IPHAN e de seus colaboradores, que se iniciavam simultaneamente à criação do órgão, é que permitiram paulatinamente a verificação das hipóteses iniciais, ao elucidar dúvidas e fornecer informações mais precisas sobre os monumentos e, por que não, estabelecer teses sobre a sua gênese, filiação estilística e fundamentos construtivos.

7. **Casa-grande e Senzala**, de Freyre, fora publicado em 1933.

8. KATINSKY, Julio Roberto. **Casas Bandeiristas. Nascimento e reconhecimento da arte em São Paulo**. São Paulo: IGEOG-USP, 1976. Série Teses e Monografias no. 26. Tese apresentada à FAU-USP em 1972. pp. 20, 26. Mas Robert Smith, colaborador do IPHAN, ainda em 1969 afirmava, em artigo seu publicado na Revista do PHAN, acerca da planta da casa rural paulista do século XVII, que “a planta da casa rural pernambucana do mesmo período era possivelmente a mesma da casa rural paulista do mesmo período.” Cf. SMITH, Robert C. “Arquitetura Civil do Período Colonial”. In: **Arquitetura Civil I. Textos escolhidos da Revista do IPHAN**. São Paulo: MEC/ IPHAN/ FAU-USP/ Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1978. p. 135.

2. Feiúra. E valor histórico?

9. Carta de Mário a Rodrigo, de 7-11-1937. In: ANDRADE, M de. **Cartas de Trabalho**, correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936-1945). Brasília: MEC-SPHAN-pró-Memória, Publicações da SPHAN no.33, 1981. p. 63. Ver também: LEMOS 1993: 19.

10. Carta de Mário a Rodrigo, de 7-11-1937. In: ANDRADE, M de. **Cartas de Trabalho**, correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936-1945). Brasília: MEC-SPHAN-pró-Memória, Publicações da SPHAN no.33, 1981. p. 75.

Tombar construções de filiação artística francesa ou de qualquer outra procedência estilística estrangeira estava fora de qualquer cogitação. Os edifícios neoclássicos do Império, as experiências do século XIX e anteriores ao surgimento do estilo “moderno” mereceram o desprezo consensual dos técnicos do IPHAN. O problema estava na seleção dos restos do período colonial.

O exame inicial de Mário sobre as construções coloniais paulistas conduziu-o à constatação de uma quase total ausência de valor artístico na arquitetura de São Paulo, ausência citada com frequência por ele na correspondência que mantinha com o diretor e amigo Rodrigo. Na carta de 27 de novembro de 1936, por exemplo, relatando suas viagens de reconhecimento dos arredores de São Paulo em busca de exemplares arquitetônicos significativos, ele deixava claro que não via beleza nas casas de bandeirantes:

*“ (...) descobrimos coisas espantosas, casas de bandeirantes e outras loucuras. E está claro que coisas bonitas também.”*⁹

Se as casas bandeiristas não eram bonitas, restou-lhes naquele momento o atributo da “antiguidade”, que Mário bem explicitou no arrolamento dos exemplares que encaminhou a Rodrigo no “primeiro relatório” da delegacia paulista, em 16 de outubro de 1937. Está certo que os comentários que acompanhavam a lista de exemplares já sugeriam um interesse histórico, no sentido de os edifícios terem pertencido a alguma personalidade notória como o padre Belchior de Pontes (“*casa velha de Caxingui*”), ou o padre Domingos Gomes Albernás (“*casa velha do Jabaquara*”). Mas o valor histórico era uma ainda uma hipótese a ser confirmada. A certeza, até aquele momento, era da “*miséria de arte tradicional paulista*”.¹⁰ Para Carlos Lemos, Mário teria nominado as casas no “primeiro relatório” exclusivamente por sua antiguidade, não compreendendo ou não aceitando o seu valor artístico ou histórico. Pressupor a atribuição original de um “valor de antiguidade” às casas bandeiristas permitiu a Lemos afirmar, sobre as casas, em artigo de 1993, que “*a sua ‘história’ foi terem resistido ao tempo sem carregar junto a lembrança de fatos expressivos. Velhas esfinges caipiras sem memória.*” (LE MOS 1993, p. 22)

3. Valor histórico. A tese do “tipo perfeito” e valor artístico

As pesquisas sobre os monumentos realizavam-se à medida que se efetivavam os tombamentos. Foram estas pesquisas, de autoria dos técnicos e colaboradores do IPHAN, que formaram a base para a construção da historiografia pioneira da arquitetura brasileira. O esforço historiográfico visava a um duplo objetivo: primeiramente, escrever uma “história” da arquitetura brasileira ainda não escrita, tentando identificar e dar significação cultural aos vestígios materiais encontrados, classificando-os segundo critérios estilísticos, tipológicos e morfológicos, com base no conhecimento da história econômica, social e cultural do povo brasileiro. Segundo, tentar demonstrar que a experiência modernista à qual os próprios arquitetos do IPHAN aderiram era decorrência natural da história da arquitetura colonial luso-brasileira, a única por eles considerada digna de ser chamada nacional.

“*Documentação necessária*”, ensaio de Lúcio Costa publicado na primeira Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937), é emblemático testemunho da missão, à qual os modernistas do IPHAN se entregaram, de ligar o passado arquitetônico colonial à nova estética arquitetônica, atravessando quase dois séculos – o período intermediário, de “*desarrumação*”, nas palavras de Lúcio, entre o barroco e o modernismo. Com a finalidade de demonstrar a necessidade de reatar o elo perdido, o arquiteto elabora no texto uma evolução genealógica, relacionando três características construtivas da arquitetura tradicional com seus respectivos elementos sucessores: o telhado de beiral que teria evoluído para telhado com platibanda; a parede de pau a pique que teria como herdeira o esqueleto de concreto armado; e finalmente, as poucas e pequenas envasaduras que teriam se transformado nos grandes vãos horizontais que ocupam toda a fachada. Outra particularidade chama a atenção: o olhar simpático e complacente com que o autor acolhe as características rudes e desajeitadas do povo e dos artefatos coloniais, transformando toda bisonhice em virtude. Ou seja, Lúcio Costa transformou toda falta de recursos em “valor”, valor das coisas populares e tradicionais. O texto, então, além de ser uma teorização da história da arquitetura brasileira, contém uma tese valorativa da arquitetura popular, chã e tradicional.

Em São Paulo, as pesquisas de Luís Saia privilegiaram a pesquisa da arquitetura civil, particularmente a arquitetura rural. Em 1944 sai publicado na Revista do SPHAN número 8 “*Notas sobre a Arquitetura Rural do Segundo Século*”, artigo de Luís Saia escrito a partir de sua experiência com a investigação e a restauração daqueles edifícios rurais. Aqui, sete anos depois do primeiro Relatório da regional paulista, já aparecem conhecidas e caracterizadas como exemplares daquele tipo nada menos do que 12 dessas residências, uma até já restaurada pelo próprio IPHAN.¹¹ Eram elas as seguintes: no município de São Paulo, casas dos bairros do Santana (Sítio dos Morrinhos), Tatuapé, Jabaquara (sítio da Ressaca), Caxingui, Santo Amaro; no município

11. A casa e a capela do sítio de Santo Antônio já haviam sido restauradas em 1939, assim como o colégio e igreja de Nossa Senhora do Rosário, no Embu (1938), e a Capela de São Miguel Arcanjo, em São Paulo (1939).

12. No ensaio de 1944 o proprietário das casas rurais é referido como potentado, fazendeiro, colono seiscentista, agenciador de bandeiras. Ainda não é “o bandeirante”.

de Itapecerica da Serra, a casa do sítio do Calu; em Cotia, as casas dos sítios do Padre Inácio e do Mandu; em São Roque, as casas dos sítios de Santo Antônio, do Querubim e de São Romão; em Sorocaba, uma antiga sede de fazenda (Chácara do Quinzinho).

Com base no conhecimento dos 12 exemplares Saia elabora a primeira caracterização das casas rurais paulistas seiscentistas, através da identificação de “constantes” tipológicas nelas presentes: a planta retangular; paredes de taipa de pilão; telhado de quatro águas e coberturas com telhas de canal; implantação sobre plataforma natural ou artificial, a meia encosta, nas proximidades de um riacho; planta organizada em três faixas (social, familiar, de serviço, a partir da fachada principal); depósito ou sobrado, aproveitando a acentuada inclinação do telhado; presença de alpendre encravado na fachada principal, entre dois cômodos onde funcionariam uma capela e um dormitório para hóspedes. Classificou os exemplares em dois grupos, o dos exemplares “puros” nitidamente seiscentistas onde todas as constantes estavam presentes; e o dos exemplares tardios, nos quais a ausência de algumas constantes refletiriam a degeneração do sistema social e econômico consolidado no planalto piratiningano. (Fig. 1, 2)

O partido arquitetônico da casa foi justificado em termos sociológicos, de modo a ficar demonstrada a sua correspondência com o caráter psicológico e social do fazendeiro paulista “agenciador de bandeiras”¹² :

“Quem observe hoje algumas destas construções do segundo século, sobretudo uma como a do sítio do Padre Inácio, que conservou integralmente as soluções plásticas e técnicas, compreende melhor a psicologia do fazendeiro daquele tempo, senhor absoluto do sertão desbravado, dono das terras, da família e da escravaria, distribuidor de justiça e de religião, com os traços autárquicos da sua vida refletidos claramente na construção quadrangular, acachapada, definida e segura.” (SAIA 1944, p. 272)

Fig. 1 (direita). Casa do Padre Inácio. Exemplar representativo do tipo “ortodoxo”. Foi restaurada em 1947-1948. Fotografia da autora, 22-05-2004

Fig. 2 (esquerda). Planta baixa do térreo e do sobrado da Casa do Padre Inácio. Desenho da autora. Base: KATINSKY, Julio Roberto. *Casas Bandeiristas. Nascimento e reconhecimento da arte em São Paulo*

E quando desapareceram aquelas condições econômicas e sociais, o esquema arquitetônico também teria perdido a sua firmeza, a sua definição:

“É sobretudo na aliança das paredes de taipa com o telhado de quatro águas que reside a característica mais firme desta arquitetura. Aliança que se manteve rígida enquanto durou o prestígio daquele tipo de colono. E se esfacelou quando a descoberta do ouro veio destruir o prestígio dos paulistas. Mais tarde, mesmo rico e poderoso, nunca mais pôde o fazendeiro restabelecer o mesmo esquema social, onde a sua figura se desenhava centralizando o poder, a justiça e até a religião. Terá usado, também, a construção de taipa, mas não era mais aquele verdadeiro barro armado que encontramos nas construções do segundo século; terá usado, na fazenda ou na cidade, a casa com telhado de quatro águas, mas sem aquela limpeza construtiva do século XVII. Em geral se perde em acréscimos, telhados suplementares.” (SAIA 1944, p. 271)

Outro aspecto utilizado por Saia para dividir os exemplares em dois grupos distintos foi a qualidade do material e das técnicas construtivas empregados nas edificações. Os exemplares construídos com maior apuro seriam os mais antigos, quando a mão de obra era farta e de boa qualidade. Com a debandada dos paulistas para Minas teriam escasseado por aqui os bons taapeiros e carpinteiros, e o próprio declínio da vitalidade econômica da região teria contribuído, no geral, para uma deterioração da execução técnica. Os traços comprovadores da técnica elevada seriam: a taipa de melhor qualidade de execução; a presença da canela preta na carpintaria; as paredes de taipa de pilão mais delgadas; e a presença de paus roliços travando internamente as paredes. (Fig. 3)

Fig. 3. Casa do Butantã: parede arruinada, antes da restauração, deixando à mostra paus de travamento interno das paredes de taipa. Fonte: Casa do Bandeirante - Livro de Obras de Restauração.

A detalhada descrição das soluções construtivas verificadas nos 12 exemplares conhecidos por Saia é de inestimável valor do ponto de vista arquitetônico. Através desta tese original foi justificado, pela primeira vez, um valor histórico e artístico da casa bandeirista, na medida em que ela instituiu um padrão estético modelar – o tipo “puro” – a partir do qual os demais exemplares

seriam avaliados como mais ou menos valiosos, do ponto de vista da história e da arte.

Resta porém examinar por que e como a tese associou a pureza e o abastardamento arquitetônicos dos exemplares às condições econômicas e sociais que os produziram. Examinaremos a questão a seguir.

4. Bandeiras e bandeirantes. A “casa bandeirista”

Durante o ano de 1954 a Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo empreendeu a restauração de uma dessas residências, a casa do Butantã. Luís Saia, que dirigiu as obras como representante do IPHAN, foi solicitado a escrever um texto a respeito da casa. Foi publicado então pela Comissão, em 1955, **A casa bandeirista – uma interpretação**. Nesse trabalho, publicado onze anos depois do primeiro, a casa rural de 1944 já aparece como “casa bandeirista”. Aqui, sustentando a mesma tese original da pureza e da decadência do tipo arquitetônico, Saia a demonstra em termos mais enfáticos, dando destaque à participação do fenômeno da mestiçagem cultural na formação da sociedade piratiningana. Explicada a origem étnica do povo paulista, o autor passa a caracterizar a solidez da sociedade bandeirista em todo seu apogeu, e relaciona a ela a emergência do fenômeno arquitetônico bandeirista puro. Depois, aplicando a noção evolutiva de “apogeu – decadência”, relaciona a desagregação de um sólido quadro sócio-econômico à simultânea deterioração do tipo arquitetônico puro.

O texto de 1955 é da maior importância para compreendermos alguns aspectos ideológicos envolvidos nas restaurações das casas bandeiristas. Em primeiro lugar, a tese da mestiçagem: através da mistura dos elementos português e índio, a mestiçagem teria sido responsável por permitir a criação de estratégias de sobrevivência, guerra e povoamento, num ambiente hostil e estranho ao colono português. Ela teria possibilitado também a realização do *“talvez único ciclo econômico social inteiramente nacional”* (SAIA 1955). Ou seja, no planalto paulista teria se desenvolvido o único modelo colonial de povoamento livre de influências extra-lusitanas e indígenas, e nisto residiria a singularidade do quadro paulista, inigualável em toda a nação. Crescia, visto por esta óptica, o valor histórico dos vestígios materiais da sociedade colonial paulista, puramente luso-brasileira.

Os dois primeiros séculos são valorizados no texto como período de experimentação de soluções e de criação de estratégias de sobrevivência num ambiente hostil – que foi dominado pela engenhosidade do colono – onde se misturaram os elementos português e índio. Salientando o papel fundamental do mameluco na formação e efetivação da estratégia de povoamento e guerra, Saia situa a emergência das casas bandeiristas num cenário social feudal, onde os poderosos potentados administravam suas propriedades e seus privilégios políticos com a ajuda de exércitos militares formados por mamelucos, elementos que viabilizaram a criação das “máquinas de guerra” - as bandeiras. Saia enfoca o período de apogeu da atividade bandeirista, o século XVII, como aquele em que *“todos os quadros da sociedade bandeirista estão desenhados, com fisionomia própria e sólida”*.

No período de apogeu teria se chegado também à solução arquitetônica perfeita, através do ajuste de formas européias às novas condições ambientais,

e da definição dos programas, da pesquisa das soluções plásticas, da escolha dos melhores e mais adequados materiais, das argilas e das madeiras. Assim como o apogeu do quadro social terminaria por entrar em decadência no decorrer do século XVIII, também a arquitetura teria se sujeitado a acolher soluções “estranhas à sua formação”, decaindo juntamente no decorrer do século XVIII. Saia justificou dessa forma a existência de exemplares desconformes com o padrão “puro” tais quais os Sítios Mandú, Caxingui e Butantã, com alpendre posterior; ou o Butantã, ainda, sem grades nas janelas e com vergas arqueadas; ou o Tatuapé, com capela encostada na casa, tudo isto “*soluções desconformes e arranjadas*”, “*plantas que perderam a simplicidade e a limpeza*” (SAIA 1955, p. 13).

Na prática arquitetônica, a tese do tipo arquitetônico “puro” legitimou aquelas restaurações das casas bandeiristas orientadas para a recuperação da imagem “pura”, autorizando a destruição de elementos arquitetônicos desconformes com o cânone arquitetônico. Essa recuperação foi orientada também, como veremos depois, pelo desejo modernista de exaltar as raízes da cultura paulista e de remover dos exemplares, sempre que possível, os traços da “decadência” social, cultural e estilística.

Em conferência proferida no curso “Arte Antiga no Brasil”, organizado em 1961 pelo IHGGB – Instituto Histórico e Geográfico Guarujá–Bertioga –, Saia novamente coloca a mestiçagem em foco, numa perspectiva da história da arquitetura brasileira explicada pelo viés sócio-econômico. A tese da mestiçagem “*de tudo*” é reforçada na explicação da formação da cultura paulista, constituindo ela o fundamento dos “*sucessos posteriores*”:

“A tese principal do segundo período, que vai de 1554 até 1611, ano do estabelecimento de Parnaíba e Mogi das Cruzes, é a tese da mestiçagem. Mestiçagem de tudo, de gente, de técnica militar, de dieta alimentar, de linguagem, de estilo de vida. (...) em Piratininga, uma problemática com um mínimo de caráter europeu. Sem ouro, sem pau-brasil, fracassada a experiência de produção volumosa de açúcar, a sociedade paulista se vê abandonada à própria sorte e disposta a construir seu próprio destino.”

“Essa mestiçagem representa um contraste com o que acontecia na América espanhola, onde a técnica de destruição indígena atingiu níveis porventura maiores do que os conseguidos pelos europeus na África. E contrasta também com o que acontecia nas demais partes da América Portuguesa, como no Nordeste, por exemplo, onde desde logo o escravo indígena foi substituído pelo elemento africano.”

“Esta solução de mestiçagem intensiva constituiu um suporte fundamental para os sucessos posteriores, e a sua importância no comportamento dos habitantes de Piratininga pode ser avaliada pela

disseminação do sangue indígena nos principais troncos das antigas famílias paulistas, pela influência na nomenclatura geográfica e pela permanência pertinaz de traços de temperamento indígena nos paulistas dos séculos posteriores.” (SAIA 1978, p. 76)

A valorização positiva da sociedade bandeirante e de suas bases étnicas e sociais mamelucas não foi uma construção ideológica de Saia. Ela tem raízes no século XVIII, com os trabalhos de Pedro Taques de Almeida Paes LEME (**Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica**, 1769-1774) e de Frei Gaspar da MADRE DE DEUS (**Memórias para a história da Capitania de São Vicente**, 1797). Em ambos a história dos bandeirantes é escrita exaltando a coragem das personagens através de narrativas de fatos heróicos. No segundo, o mameluco é nobilitado pelo exercício militar e pela sua participação no episódio das bandeiras. Estas, por sua vez, aparecem como fatores de expansão do território e de enriquecimento da colônia.

Katia Maria ABUD identifica, além do século XVIII, mais duas ocasiões em que as figuras da bandeira e do bandeirante foram recuperados do passado para servir a construções ideológicas do presente: primeiramente nos estudos históricos do final do século XIX e início do XX; e depois, no Estado Novo (ABUD 1985).

O espírito republicano que, no Brasil no final do século XIX, contribuiu para o surgimento da História como disciplina científica, tinha também como perspectiva a construção de um projeto de Nação. Núcleos de homens letrados e amantes da história nacional, os Institutos Históricos, que se espalhavam pelo Brasil já desde quase o início do Império¹³, tiveram papel de destaque na reunião de informações e pesquisa sobre pessoas e eventos do passado. Tendendo à história descritiva ou narrativa, esses estudos reuniram informações biográficas, mas também construíram figuras heróicas e míticas (SCHWARCZ 1989, p. 57). Do IHGSP - Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, fundado em 1894, participava boa parte da elite intelectual local, de raízes agrárias. A riqueza que a cafeicultura criara no estado colocara este último em posição de liderança econômica em relação ao país. Numa perspectiva voltada para destacar a hegemonia econômica e política de São Paulo, os estudos do IHGSP elegeram como tema predominante o fenômeno do bandeirantismo. Para destacar uma suposta especificidade paulista e mostrar ao Brasil que São Paulo deveria liderar o processo de desenvolvimento da nação, e utilizando como matéria os fatos do passado, reescreveu-se a história seiscentista paulista, através do aprofundamento da pesquisa sobre o tema e, em algumas ocasiões, da mitificação dos fatos (SCHWARCZ 1989, p. 45).

O colossal trabalho de Afonso de Escagnolle TAUNAY, **História Geral das Bandeiras Paulistas**, publicado entre 1924 e 1950, destacou a importância das bandeiras na conquista territorial e nos descobrimentos das minas de metais e pedras preciosas. **Raça de Gigantes** (1926), de Alfredo ELLIS

13. O mais antigo, o IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, foi fundado em 1838. Cf. SCHWARCZ, Lília K. Moritz. **Os Guardiões da Nossa História Oficial**. São Paulo: IDESP – Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo. 1989. p. 7.

JUNIOR, tratou da história das bandeiras e dos bandeirantes em termos de “raça” superior e corajosa, emprestando de Auguste de SAINT-HILAIRE (**Viagem à Província de São Paulo**, 1820) a expressão “raça de gigantes”, para título do seu livro. Tanto TAUNAY como ELLIS JUNIOR eram membros do IHGSP.

José de ALCÂNTARA MACHADO d’ OLIVEIRA publicou **Vida e Morte do Bandeirante** em 1929, clássico trabalho que, diferentemente dos outros dois, evitou abordagens místicas dos fatos, e enveredou pelo caminho da pesquisa do cotidiano paulista do século XVII com base na leitura dos inventários e testamentos paulistas de 1578 a 1700, justamente o período de apogeu das bandeiras. Fez, com esta obra, desmistificar aspectos grandiosos defendidos por Pedro Taques, e colocou à mostra a pobreza franciscana em que vivia a sociedade bandeirista (ABUD 1985).

João Capistrano Honório de ABREU, em **Capítulos de História Colonial** (1907) foi um dos primeiros historiadores, senão o primeiro, a questionar a matança dos índios pelos bandeirantes (ABUD 1985). Negando aos bandeirantes um papel heróico, ao contrário os apresentou como caçadores de índios e assassinos oportunistas, que se aproveitavam do trabalho missionário dos jesuítas para apresar o maior número possível de índios com o menor esforço. Atribuiu a decadência das bandeiras ao fato de os paulistas terem perdido sua superioridade militar quando o padre jesuíta Antônio Ruiz de Montoya conseguiu licença de Madri para aparelhar os índios com armas de fogo e adestrá-los na arte militar (ABREU 1988, p. 128).

Paulística, de Paulo da Silva PRADO, é publicado em 1925 reunindo 13 artigos anteriormente escritos pelo autor para o jornal **O Estado de São Paulo**. A obra não traz informações históricas diferentes das já publicadas, apenas é escrita em estilo menos épico, mais moderno. Confirma a crença gentílica de quase todos os autores que escreveram anteriormente sobre as bandeiras, valorando o caráter mestiço original da população paulista para valorar o próprio presente. Escreve o autor: “*esse cunho mameluco é a nota aristocrática do Paulista puro*” (PRADO 1934, p. 179), frase paradoxal que desperta curiosidade, pois pretende colocar aristocracia onde ela nunca existiu.

O outro momento em que ocorreu apropriação da imagem do bandeirante foi, segundo Kátia ABUD, o Estado Novo (ABUD 1985). Segundo a autora, **Marcha para Oeste** (1940), do poeta modernista Cassiano RICARDO LEITE, foi a última grande obra sobre o tema. O poeta compara a bandeira seiscentista a um Estado em escala reduzida, e o bandeirante a um governo forte e centralizador. Portanto, a bandeira seria a nação brasileira, e o comandante, o “símbolo” do bandeirante. Estadonovista, Cassiano Ricardo acreditava que um governo centralizador era necessário à construção de uma nação moderna. O poeta teria, então, feito uma apropriação alegórica das imagens da bandeira e do bandeirante para ilustrar a sua crença.

Acrescentaríamos mais um momento, 1954, quando se comemorou o IV Centenário de São Paulo. A população da cidade orgulhava-se de viver na então terceira maior cidade da América Latina, com quase 2.500.000 habitantes, “*esperando-se mesmo que tenha ultrapassado o Rio de Janeiro*” – dizia em 24 de janeiro de 1954 o repórter da revista **O Mundo Ilustrado**.¹⁴ O caráter industrial, cosmopolita e “progressista” da cidade era motivo de orgulho geral.

14. Revista **O Mundo Ilustrado** n. 52, ano 12, edição comemorativa de 24-1-1954. Rio de Janeiro. p. 13.

15. Id. Ibidem. p. 17.

A ocasião foi uma oportunidade oficial para os paulistas afirmarem a superioridade política e econômica de São Paulo sobre o restante do Brasil. Foi também a oportunidade para todas as elites se afirmarem, tanto a elite industrial, formada por muitos imigrantes, “novos paulistas”, como as tradicionais elites “de sangue”, os quatrocentões. Mais uma vez as figuras da bandeira e do bandeirante foram ressuscitadas, para serem transformadas, pelo olhar do presente, em entidades míticas, nobres e dignas de pertencerem à ancestralidade paulista. O passado deveria parecer rico e altivo, para ser motivo de orgulho, e não de vergonha, do paulista abastado da metade do século XX. A elaboração ideológica atingiu até os tempos mais recuados - a época da fundação da cidade de São Paulo -, de onde os padres José de Anchieta, Manoel da Nóbrega e seus índios e mamelucos foram resgatados como provas da perenidade do espírito empreendedor e mestiço paulista.

Diante do quadro de diversidade cultural da grande cidade, o conceito de “raça” transformou-se, no discurso oficial passando a ser entendido como questão não mais de sangue, mas de “cultura”. O conceito de “povo paulista” permitiu reunir a diversidade racial num só grupo cultural, que trabalharia orientado para um mesmo objetivo: o crescimento econômico e político da cidade e do estado. Fixou-se neste momento também a noção, ainda hoje viva, de que os destinos naturais de São Paulo sempre foram, e no futuro também continuariam a ser, o crescimento e o progresso.

*“Esta é a cidade quadricentenária. Hoje nem todos os que aí vivem são paulistas e poucos são os que têm famílias de quatrocentos anos. Mas, sejam portugueses, italianos, japoneses, alemães, sírios, libaneses, húngaros, franceses ou espanhóis, a todos anima o mesmo ideal de trabalho e de progresso. Aí vivem todos em busca dos mesmos fins, procurando tornar São Paulo cada vez maior e mais progressista, projetando a cidade no Brasil e no mundo como um verdadeiro símbolo de civilização moderna. E no fim, para os que vivem na cidade paulista, não há brasileiros nem estrangeiros, não há mineiros nem pernambucanos, pretos ou brancos. Todos ali são paulistas, porque vivem em São Paulo, porque trabalham por São Paulo, porque ajudam a cidade de quatro séculos a seguir os seus grandes destinos.”*¹⁵

Estava, portanto, definida a temática das comemorações do IV Centenário. Os símbolos significantes do caráter de São Paulo – o índio, o bandeirantismo

e o crescimento industrial e urbano – espalharam-se comercialmente através dos meios de comunicação, e foram o tema de vasta produção arquitetônica, literária e iconográfica, incluindo romances históricos, reedição de livros sobre a história da cidade e sobre o bandeirantismo, álbuns ilustrados, cartografia, fotografia, monumentos comemorativos, etc. (Fig. 4, 5, 6 e 7).

Fig. 4 (esquerda superior). Parque do Ibirapuera, monumento comemorativo do IV Centenário, projeto de Oscar Niemeyer e Zenon Lotufo. Fonte: SEGAWA 1998.

Fig. 5 (direita superior). Bandeirantes e arranha-céus nas páginas das revistas e jornais de 1954. Fonte: *O Mundo Ilustrado* 52, 24-1-1954.

Fig. 6 (esquerda inferior). O índio viaja ao século XX: anúncio comercial da venda de álbuns históricos, pela Edições Melhoramentos. Fonte: *O Cruzeiro*, 23-1-1954.

Fig. 7 (direita inferior). *A Muralha*, romance de Dinah Silveira de Queiroz sobre a vida bandeirante, escrito em homenagem ao IV Centenário, publicado em capítulos ilustrados, nas edições da revista *O Cruzeiro*. Fonte: *O Cruzeiro*, 23-1-1954.

O próprio trabalho de Luís Saia, *A Casa Bandeirista – uma interpretação* foi escrito e publicado para as comemorações do IV Centenário, para a inauguração da “Casa do Bandeirante”. As teses arquitetônicas e sociológicas contidas nele não eram novas, pois já eram conhecidas desde o texto de 1944. Contudo, a sua acentuação nas explicações da formação da sociedade paulista deve provavelmente refletir a preocupação ideológica que atingiu, naqueles anos comemorativos de 1950, o passado bandeirante. Por causa dessa elaboração ideológica do passado, a idéia mesma da casa bandeirista adquiriu forte conotação simbólica, como se o tipo bandeirista fosse o primeiro indivíduo de uma linhagem hereditária, o primeiro fenômeno arquitetônico de uma linhagem arquitetônica. Era o berço do povo paulista, concebido e edificado pelo próprio paulista.

5. Palladio

Na já citada palestra de 1961 “Roteiro dos Monumentos Históricos e Artísticos de São Paulo” no curso “Arte Antiga no Brasil”¹⁶, Luis Saia aventou a idéia de o projeto das casas bandeiristas ter tido como modelo de desenvolvimento as *ville* de Palladio. O tratamento erudito, a proximidade cronológica e a sistematização tipológica dos exemplares brasileiros levaram Saia à conclusão de que teria ocorrido uma derivação de padrões a partir de uma matriz arquitetônica. Saia explicitou a sua teoria com mais detalhes no ensaio “Esquema Preliminar de um Filme sobre Moradas Paulistas”. A publicação do tratado de Palladio, em 1570, teria difundido o modelo das vilas italianas através da Europa e, esporadicamente, das Américas. A regionalização do modelo teria implicado um retrocesso do estágio palladiano para um nível primitivo, natural para territórios de colonização recente. Não obstante a regressão representada pela apropriação rude do modelo original, a filiação palladiana estaria preservada. Saia descreve o processo de transposição do modelo da seguinte forma:

“A construção, que nos projetos de Paládio recebe uma interpretação plástica do tipo greco-romano, em São Paulo volta a soluções primitivas utilizando a terra socada e a madeira. A cobertura, com telhas de canal de barro cozido é outra marca hereditária. A fixação das portas e janelas, por meio de perfil da própria madeira das folhas, denuncia uma incontrolável renúncia dos materiais mais difíceis, como o ferro, que aparece apenas em raros dispositivos como: fechadura, trincos e cravos.” (SAIA 1978, p. 141)

*“Como sistema construtivo e processos de fatura, o conjunto destas residências apresenta uma notável riqueza de problemas que não cabe relacionar no presente trabalho. (...) Um deles vale entretanto destacar. (...) Refiro-me à aplicação daquelas soluções que, sendo originalmente de compleição técnica, involuíram, sob as condições adversas vigentes nas sociedades sob o domínio colonialistas, para níveis artesanais. Trata-se verdadeiramente de um processo de artesanatificação da técnica, resultado da divisão internacional de trabalho e da filosofia que sustentou a montagem das profissões contemporâneas, a partir da Renascença, com base na distinção escolástica entre Prudência e Arte, entre Agir e o Fazer. (...) a técnica, que apresenta como dado conceitual dominante o exercício da inteligência, é reduzida, na prática, a uma forma involuída na qual não há oportunidade da inteligência se exercer, voltando tudo àquela condição limite do artesanato: o exercício da especialização muscular.”*¹⁷

Mas os exemplares paulistas teriam, apesar da perda do padrão plástico original, a singularidade de ter atingido um alto grau de refinamento técnico dentro dos limites impostos pela condição colonial. Isto porque a sociedade

16. Esse texto nasceu da transcrição de uma palestra de Luís Saia no Curso “Arte Antiga no Brasil”, promovido pelo IHGGB – Instituto Histórico e Geográfico Guarujá – Bertioga em 1961. Foi inicialmente publicado na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Guarujá – Bertioga** número 11, 1978, pp. 71 – 100. O mesmo texto, sob o título “Quadro Geral dos Monumentos Paulistas”, está publicado em **Morada Paulista** (SAIA 1978).

17. SAIA, L. “Roteiro dos monumentos históricos e artísticos de São Paulo”. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Guarujá – Bertioga** n. 11, 1978, p. 81.

colonial paulista teria conquistado, num determinado momento da história, riqueza, poder político e a estabilização do seu esquema social:

“Num tempo relativamente curto em comparação com os milhares de anos que completam os ciclos nas civilizações antigas, em cerca de um século, esse tipo de habitação cumpriu em São Paulo uma rápida evolução para formas de maior apuro e de complexidade nos detalhes, sinais de maior concentração de riqueza e poder; como também de maior número de especialistas.” (SAIA 1978, p. 142)

Fig. 8. Villa Emo, Treviso. Planta e fachada publicadas em Os Quatro Livros de Arquitetura, 1570. Fonte: (PAPE; WUNDRAM 2004)

Fig. 9. Villa Emo, Treviso. Fonte: (PAPE; WUNDRAM 2004).

Alguns tempos depois Carlos Lemos também aventou a possibilidade da procedência palladiana da planta bandeirista no artigo “A Casa Colonial Paulista”, de 1974, inclusive publicando a planta de uma vila em Treviso, a Villa Emo, cuja semelhança de agenciamento com a casa bandeirista não é pequena (**Fig. 8**). Mas, no mesmo artigo, e a partir da constatação da semelhança entre as fachadas das casas rurais portuguesas e a fachada bandeirista típica, Lemos sugeriu uma procedência ibérica desta última. Publicou, igualmente, plantas e fotografias de alguns exemplares da região, para ilustrar a hipótese, lembrando que aquelas casas rurais portuguesas também poderiam ter se desenvolvido a partir de um modelo palladiano (**Fig. 10 e 11**). Indaga, ainda, se o partido das “casas paulistas” em Minas Gerais não seriam, pelo mesmo motivo, e devido ao afluxo de portugueses às Minas no período aurífero, de procedência portuguesa:

“As chamadas ‘casas paulistas’ em Minas Gerais teriam sido mesmo

fabricadas pelos bandeirantes saudosos ou conservadores? Não teriam sido feitas por portugueses da Murtosa, também saudosos?” (LEMOS 1974, p. 97)

Fig. 10 (esquerda). Casa rural, Maia, Portugal. Fonte: GALHANO; OLIVEIRA 2003.

Fig. 11 (direita). Casa rural, Esposende, Portugal. Fonte: GALHANO; OLIVEIRA 2003.

Fig. 12. Casa rural, Murtosa, Portugal. Fonte: GALHANO; OLIVEIRA 2003.

Fig. 13. Casa rural, Pombal, Portugal. Fonte: GALHANO; OLIVEIRA 2003.

Lemos retomou a questão em **A Casa Paulista**, reafirmando a hipótese da herança portuguesa, apesar de admitir que os programas de usos das residências rurais portuguesas diferiam significativamente do programa da casa bandeirista. Teria sido o caso, diz ele, de apropriação de um modelo popular ibérico qualquer, que chegando aqui adquiriu feições próprias:

Fig. 14. Casa rural, Murtosa, Portugal. Fonte: GALHANO; OLIVEIRA 2003.

“Para nós, é bastante viável a hipótese de terem existido em São Paulo personagens cuja memória os levou a repetir aqui a forma de lá, que era apta a convir às necessidades locais. E assim propagou-se aqui, tomando feições próprias, um modelo popular ibérico qualquer. Na arquitetura brasileira, teria sido a primeira manifestação onde uma apropriação assumiu feitio regional ligado a uma sociedade segregada.” (LEMOS 1999, p. 64)

A respeito da procedência palladiana, Lemos concluiu ser pouco provável que a influência dos **Quatro Livros** tivesse atingido o partido das casas rurais ibéricas ainda no século XVI, quanto mais chegar até o Brasil e estar presente no saber-fazer popular no século XVII. Se ela tivesse chegado a São Paulo naquele período só o teria feito através de agentes culturais eruditos, o que seria hipótese menos provável do que a da influência popular portuguesa, levando em consideração a pobreza da sociedade bandeirista e as suas dificuldades de comunicação com outras regiões, de dentro e de fora do Brasil.

Não obstante, o arquiteto analisou outra hipótese, ainda relacionada à matriz palladiana. Seria o caso de o modelo italiano ter chegado ao Brasil, a partir do fim do século XVI e durante o XVII, através de agentes culturais eruditos como os engenheiros militares, cuja atividade incluiu projetar, fiscalizar e coordenar a construção das fortificações, quartéis e casas do trem bélico ao longo do litoral, além de igrejas e mosteiros. Treinados no estilo maneirista pela prática com os engenheiros militares italianos, esses engenheiros teriam disseminado o estilo no Brasil. Dois exemplos nítidos dessa transposição, os edifícios dos quartéis das fortalezas de Santo Amaro da Barra Grande de Santos e de São João de Bertiooga, no litoral paulista, com as suas plantas e fachadas palladianas, poderiam, portanto, ter servido como modelo para as residências rurais do planalto (LEMOS 1999, p. 66).

Fig. 15 (esquerda superior). Fortaleza de São João, Bertioga. Configuração do século XVIII. Simulação gráfica. Fonte: MORI 2003.

Fig. 16 (esquerda centro). Fortaleza de São João, Bertioga. Configuração do século XVIII. Simulação gráfica. Fonte: MORI 2003.

Fig. 17 (esquerda inferior). Fortaleza de Santo Amaro, Santos. Mapa do século XVIII, do Arquivo Ultramarino de Lisboa. Detalhe. Fontes: LEMOS 1999; MORI 2003.

Fig. 18 (direita superior). Fortaleza de Santo Amaro, Barra Grande, Santos. Simulação gráfica do projeto de restauração. Fonte: MORI 2003.

Fig. 19 (direita inferior). Fortaleza de Santo Amaro, Barra Grande, Santos. Planta do quartel. Fonte: MORI 2003.

Victor Hugo Mori também acredita que os edifícios de quartéis das fortalezas do litoral paulista possam ter inspirado as residências rurais bandeiristas. Ele observa que foi durante o período filipino (1580 - 1640) que se organizaram os primeiros sistemas eruditos de fortificação no Brasil. As fortalezas da Barra Grande e a de Bertioga eram as únicas de traça erudita existentes no litoral paulista naquela época. A semelhança tipológica e a erudição de desenho presentes nos quartéis de ambas levou o arquiteto a aventar a possibilidade de serem as duas de mesma autoria (MORI 2003) (**Fig. 15 a 19**). Victor Mori atribui ao engenheiro militar italiano Giovanni Battista Antonelli, que esteve em Santos com a armada do almirante espanhol Diogo Flores Valdez em 1583, a responsabilidade pela obra da fortaleza. Outro italiano que esteve em Santos no início do século XVII é o engenheiro militar florentino Baccio de Filicaya, que veio ao Brasil como engenheiro-mor do Brasil acompanhando o governador geral Dom Francisco de Souza, e esteve em São Paulo em 1599 e 1607. Em Santos projetou o Forte de Montserrate e a capela do mesmo nome.

Enquanto Antonelli provinha de conhecida família de engenheiros militares fortificadores, Filicaya formara-se sob a proteção do grão-duque da Toscana Ferdinando I, para quem trabalhava o arquiteto e engenheiro militar Bernardo Buontalenti, autor dos projetos da Vila Medicea de Artimino e do Forte Belvedere em Florença, que Filicaya deve ter conhecido. A Vila de Artimino teria sido inspirada na vila Medicea de Poggio a Caiano, projeto de Giuliano da Sangallo (**Fig. 20 e 21**). Daí Victor Mori conclui que o modelo erudito, caso tenha vindo através de Filicaya, não seria inspirado em Palladio, mas em Sangallo (MORI 2003, p. 137). E ainda, conforme o mesmo autor, não teriam sido engenheiros militares portugueses os responsáveis por introduzir o modelo erudito palladiano no litoral, mas engenheiros militares italianos, trazendo modelos eruditos do Renascimento italiano, não necessariamente palladianos.

E como os modelos dos edifícios dos quartéis das duas fortalezas teriam subido a serra, para se espalharem em quase trezentos exemplares, segundo Carlos Lemos, arrolados por Alfredo Ellis Junior (LEMOS 1999, p. 65)? Podem ter sido trazidos por qualquer pessoa que os tivesse visto no litoral, ou pelo próprio Baccio de Filicaya, que andou por São Paulo. Ou ainda, por outros membros da armada de Diogo Flores Valdez. Enquanto o engenheiro Giovanni Antonelli permaneceu em Santos para as obras na fortaleza da Barra Grande esteve acompanhado por cem soldados. Entre esses soldados-construtores espanhóis certamente muitos eram artífices, ou ainda “os melhores oficiais carpinteiros e ferreiros deixados em terra pelo comandante para a construção dum forte”, segundo Aracy Amaral (AMARAL 1981, p. 13). O certo é que eles se radicaram aqui. É o caso de Bartolomeu Bueno, carpinteiro naval, que depois foi inspetor das obras da Matriz de S Paulo e pai dos bandeirantes Jerônimo Bueno e Amador Bueno. Seria esta, portanto, mais uma possível tese para explicar o surgimento do modelo renascentista no planalto paulista.

Fig. 20 (esquerda). Vila Medicea de Artimino (1590 – 1595), por Bernardo Buontalenti. Segundo MORI, inspirada na vizinha Vila Medicea de Poggio a Caiano (1480) de Giuliano da Sangallo para Lorenzo Médici, antecedendo em cerca de 70 anos o surgimento das vilas com alpendre entalado na fachada. Fonte: MORI 2003.

Fig. 21 (direita). Forte Belvedere, Florença, por Bernardo Buontalenti. A tipologia do quartel assemelha-se à das casas de vila, como aconteceria depois nas fortalezas em Santos. Fonte: MORI 2003.

6. Uma oca de mamelucos

Em 1981 foi publicado **A Hispanidade em São Paulo**, de Aracy Amaral, contrapondo à tese original de Luiz Saia uma nova tese: a da procedência hispânica do partido bandeirista.¹⁸ A tese nova se contrapôs também, além da tese “original”, à hipótese da procedência portuguesa, de Lemos.

A historiadora localiza entre 1580 (início do período da união das coroas) e 1609 (ocasião da chegada do governador geral D. Francisco de Souza) um ponto de inflexão na história das mentalidades, e conseqüentemente do quadro social, da vila mameluca. Essa grande mudança teria acontecido com a chegada de levas de espanhóis a São Paulo, via América espanhola ou diretamente da Espanha, e teria sido responsável pela definição do caráter da sociedade seiscentista, que não seria, em decorrência disso, exclusivamente lusitano e indígena. A contribuição espanhola teria permitido a emergência de uma sociedade piratiningana culturalmente mais ambiciosa e elevada em comparação com a que se encontrava instalada aqui. Nesse contexto, a casa rural – na tese original, “bandeirista” – é reconhecida como produto técnico, plástico e programático da cultura adventícia, e não, como se propunha até então, produto autóctone, puramente luso-brasileiro e isento de interferência externa; e, tampouco, arquitetura com influências da casa rural portuguesa.

Reunindo uma vasta argumentação relativamente à contribuição espanhola para o povoamento de São Paulo, Aracy Amaral passa em seguida a justificar uma filiação espanhola do partido arquitetônico da moradia seiscentista em São Paulo, a partir da comparação dos exemplares paulistas conhecidos (que já eram vinte e cinco, incluindo aqueles catalogados por Julio Katinsky em 1972)¹⁹ com construções assemelhadas, localizadas pela autora na Espanha e em 1973, 1975 e 1977 na América do Sul (AMARAL 1981, p. 29).

O povoamento de São Paulo por espanhóis é comprovado pela autora, resumidamente, com os seguintes argumentos: 1) Espanhóis chegaram a São Paulo desde os primeiros tempos e, como os portugueses, se casaram com indígenas. 2) Espanhóis procederam diretamente da Espanha integrando as armadas espanholas – como as que lutaram contra os holandeses na Bahia ou como a de Diogo Flores Valdez que permaneceu intermitentemente no Brasil entre 1581 e 1584 – e subiram para São Paulo.²⁰ 3) Por via terrestre chegaram a São Paulo muitos espanhóis do Paraguai, principalmente depois dos ataques dos bandeirantes Manuel Preto e Antonio Raposo Tavares às missões da província do Guairá (1628). O intercâmbio terrestre entre a América portuguesa e espanhola existia, e era intenso no período da união das coroas. 4) O núcleo urbano de Piratininga, que contava com aproximadamente 120 habitantes em 1585, e só tinha construções de palha, passou a abrigar construções sólidas e de fatura mais elaborada a partir do final do século XVI, o que coincide com a chegada da gente do Paraguai, dos soldados e artífices da armada de Flores Valdez (1581-1584), e daqueles que vieram

18. Trabalho publicado inicialmente na revista **Barroco**, da Universidade Federal de Minas Gerais, em 1975.

19. KATINSKY, J. R. **Casas Bandeiristas. Nascimento e reconhecimento da arte em São Paulo**. São Paulo: IGEOG-USP, 1976. Série Teses e Monografias nº 26. Tese apresentada à FAU-USP em 1972.

20. De fato, da armada de Flores Valdez “desertaram cerca de oitenta homens”, além de terem sido deixados em terra cerca de cem, entre os quais “os melhores oficiais carpinteiros e ferreiros” para a construção da fortaleza de Santo Amaro. Cf. AMARAL 1981, p. 13; MORI 2003, p. 135.

acompanhando D. Francisco de Souza (1599). 5) As famílias dos troncos mais antigos de São Paulo derivam da mescla entre o português e o espanhol (AMARAL 1981, p. 16 e p. 49).

A partir do enfoque acima apresentado, a autora procede à comparação entre os exemplares residenciais de São Paulo e os de outras regiões da América espanhola, nos quais ela identifica as seguintes coincidências: 1) presença de corredores com pilares (alpendre, ou “corredor”, da casa bandeirista); 2) detalhes decorativos nos cachorros de beiral, nos pilares de alpendre, nos aros de portas e de janelas (**Fig. 22**); 3) planta e fachada simétricas, com alpendre entalado no centro da fachada. (**Fig. 23**); 4) paredes construídas de taipa de pilão, à exceção da Colômbia, onde o adobe predomina.

Fig.22 (esquerda). Sítio Morrinhos, porta do quarto de hóspedes com entalhes em guilhocês: influência hispânica?. Fotografia da segunda metade da década de 1970. Acervo DPH/Pres./STLP.

Fig. 23 (direita). Casa em Las Tolas, Equador, de fachada semelhante à das casas bandeiristas, fotografada e publicada por Aracy Amaral. Fonte: AMARAL 1981.

Ao lado das coincidências verificadas, a autora destaca alguns aspectos que inviabilizariam a tese da arquitetura rural do século XVII em São Paulo como “fenômeno exclusivamente mameluco”. 1) O fato de a casa paulista ter sido construída por mão de obra indígena ou mestiça não a qualifica como “solução mameluca”, pois a qualificação dessa mão de obra foi realizada principalmente pelo castelhano ou pelo jesuíta, nas reduções missionárias que o paulista bandeirante preferia atacar, para apresar indígenas já aculturados. E, se a qualificação dos indígenas provém do ensinamento dos castelhanos e dos missionários espanhóis, logicamente o índio ou mameluco construiu da forma que lhe era familiar, ou seja à moda hispânica. 2) A arquitetura sólida e durável, de traça elaborada e com intenção plástica, que começa a surgir somente no final do século XVI, coincide com a chegada de espanhóis qualificados para a construção e, portanto, é muito provável que a sua origem esteja relacionada à entrada do novo elemento cultural. Baccio de Filicaya teria sido um desses recém-chegados, assim como Bartolomeu Bueno. O primeiro veio acompanhando D. Francisco de Souza como engenheiro-mor do Brasil, e o segundo, oficial de carpintaria, proveio do grupo de dissidentes da armada de Flores Valdez. (AMARAL 1981, p. 49).

Todas as casas localizadas por Aracy Amaral na América espanhola são posteriores ao final do século XVIII, fato que a levou a verificar uma “persistência” do padrão, que não teria acontecido em São Paulo (AMARAL 1981, p. 30). A esse respeito podemos afirmar que, ao contrário, é possível encontrar exemplares, embora esparsos, espalhados no estado de São Paulo, sul de Minas e norte do Paraná, nos quais o padrão da fachada simétrica com alpendre entalado persistiu até o século XX, em apropriações populares (Fig. 24).

Fig. 24. Casa rural em Timburi, São Paulo, divisa com o Paraná. Persistência da fachada simétrica com alpendre entalado. Fotografia da década de 1930. Gentileza de Mariana Mendes Correa Moraes.

Por fim, mais duas questões de interesse arquitetônico são abordadas pela autora: primeiramente, a da monumentalidade, verificável na casa paulista, mas ausente na arquitetura rural portuguesa, o que levou Aracy Amaral a concluir que esta última não poderia ter servido de modelo para os exemplares brasileiros. Em segundo lugar, o programa de usos.

Recusando as qualificações de “bandeirista” e de “paulista seiscentista” para as casas rurais estudadas, por decorrência lógica de toda a tese apresentada, Aracy Amaral recusa também a aceitação das casas como espaços exclusivos de moradia, pois acredita que várias funções relacionadas ao trabalho também eram exercidas nos seus ambientes interiores e nos intermediários (o corredor), à maneira do que ocorria nas casas medievais, onde oficinas e habitação se sobrepunham, compartilhando do mesmo espaço em horários diferentes. E onde também a família não era nuclear, mas um grupo que chegava a ter vinte pessoas, entre parentes, aprendizes de ofícios e empregados, todos trabalhando, comendo e dormindo sob o mesmo teto (RYBCZYNSKI 1999). Lembrando que a noção de vida privada não teria sido determinante dos programas residenciais senão depois do século XVII, e assim mesmo, na Europa, a autora considera mais plausível pensar que as atividades fossem executadas em conjunto, por indígenas e brancos, sendo os cômodos da casa ocupados tanto pelos fazendeiros como pelos escravos, para dormir, trabalhar, rezar e guardar materiais pertinentes ao cotidiano (AMARAL 1981, p. 48). Diante da atribuição de tal novo valor social à casa, a idéia da inviolabilidade

dos espaços da casa bandeirista pelos que não fossem da “mais família”, da reclusão mourisca do elemento feminino para trás do faixa do corredor/pretório dominado pela figura do senhor feudal cai por terra, desmantelando o fundamento social justificativo do partido arquitetônico da casa bandeirista na “tese original”.

A Julio Katinsky também já havia ocorrido “*que a casa bandeirista poderia ser uma associação do espaço indígena da oca, realizado com técnicas e recursos europeus.*” (KATINSKY 2005, p. 66). Segundo o arquiteto, a casa abrigaria outras funções além de habitação, coincidindo com o que Aracy Amaral pensara sobre o programa de usos da casa. O edifício teria sido projetado para receber atividades não somente religiosas e de repouso, mas também de trabalho e armazenamento. Índios, mamelucos e brancos seriam os ocupantes da casa, através do seu cotidiano de trabalho e de descanso. Enfim, uma oca de terra. Já se vê que esta tese também nega a tese original da moradia bandeirista. Júlio Katinsky conta que, à época do início das pesquisas, comunicou suas disposições “*ao arquiteto Luis Saia, o qual, lealmente, forneceu todos os recursos da repartição em São Paulo, apesar de saber que minha tese era contrária à sua.*” (KATINSKY 2005, p. 66).

Para demonstrar a tese da “oca de terra”, Katinsky examina as casas “*através de um quadro de correlações entre o testemunho estudado e as relações de trabalho que se conhecem, os recursos disponíveis, tanto seja pelos materiais empregados, pelos instrumentos utilizados, pelos sistemas de trocas efetuados, pelas formas (“idéias”) produzidas.*”, servindo-se do “*pensamento brasileiro elaborado a partir de Casa Grande e Senzala*” de Gilberto Freyre, ou seja, procurando “*explicar a história através de razões que vão se apoiar em relações internas à própria sociedade*” (KATINSKY 1976, pp. 11-12). Aqui, portanto, a questão não é buscar as origens do partido arquitetônico nos modelos palladianos, portugueses ou espanhóis, mas sim compreender o partido a partir da análise estrutural da sociedade que condicionou o seu surgimento. Tal método de conhecimento, dado o seu princípio, permitiu ao pesquisador desprender-se do paradigma do modelo “puro” da casa bandeirista, para reconhecer valor histórico e artístico também em exemplares antes classificados como abastardados. Abastardamento maior, lembre-se que segundo a tese original, quanto maior o distanciamento em relação ao tipo “puro”.

Desta forma, o arquiteto identificou como “bandeirantes” e de “tradição bandeirista” mais treze exemplares, surgidos no período de sedentarização dos bandeirantes, e ligados à cultura da cana de açúcar. Neles se observam variações na planta e no partido arquitetônico em relação ao tipo considerado puro, mas se vê também a permanência de significativas características com relação àquele tipo, o que autorizou Julio Katinsky a considerar os 13 exemplares como de “tradição bandeirista”.

Os exemplares são os seguintes: Sítio Mirim e Casa do Butantã (do Bandeirante) em São Paulo; casa na cidade de São Roque; Fazenda Santa Lúcia (em Mairinque); casa urbana de Parnaíba; Fazenda Pau D'Alho (próxima a Cabreúva); Fazenda Japão (próxima a Indaiatuba); Fazenda de Pirapitingui (Jundiaí-Itu); Fazenda da Ponte (Cabreúva); Fazenda do Vassoural (Itu); Chácara do Rosário (Itu); Nossa Senhora da Conceição; Fazenda Taperão (Tietê), que somados à lista de Luiz Saia perfazem 25 exemplares. Todos os 25 foram desenhados, fotografados e analisados do ponto de vista de suas características históricas, formais e construtivas, e estão publicados na tese de doutoramento de Julio Katinsky, **Casas Bandeiristas. Nascimento e reconhecimento da arte em São Paulo**, de 1972.²¹

21. A tese data de 1972, e sua publicação, com este título, de 1976.

22. São Paulo (Estado) Secretaria dos Negócios Metropolitanos. Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S/A. Secretaria Municipal de Planejamento. **Bens culturais arquitetônicos no município e na Região Metropolitana de São Paulo**. São Paulo, 1984.

Fig. 25. Chácara do Rosário, Itu. Fonte: Divulgação Chácara do Rosário

Processa-se desta maneira uma transformação na atribuição de valor às casas bandeiristas. Se estas originalmente eram classificadas em dois grupos segundo as noções de “puro” e “degenerado”, a partir da tese de Katinsky as novas categorias seriam “bandeiristas” e “de tradição bandeirista”, sem atribuição de juízo de valor negativo para estas segundas.

É verdade que o IPHAN não reconheceu o valor histórico ou artístico de muitas do segundo grupo, como também não havia reconhecido de outras do primeiro. Com exceção de pouco mais de meia dúzia de casas, (do Sítio Santo Antônio, do Padre Inácio, do Mandú, Querubim, Tatuapé, Morrinhos e Mirim), todas as demais não foram tombadas pelo órgão federal.

Outros exemplares foram localizados posteriormente à listagem de Katinsky, e estão publicados em **Bens Culturais Arquitetônicos no Município e na Região Metropolitana de São Paulo**²² (Sítio Santa Luzia, Sítio do Itaim-Bibi, em São Paulo). Depois, em Itaquaquecetuba e Mauá, mais dois exemplares. Conforme Carlos Lemos cita em **Casa Paulista** (LEMOS 1999, p. 50), há hoje conhecidos mais de trinta exemplares dos séculos XVII e XVIII. (**Fig. 26 a 28**)

CIDADE	Nº	CASA
CABREÚVA	01	Fazenda Da Ponte
	02	Fazenda Pau D'al ho
CAPIVARI	03	Fazenda Milhã
COTIA	04	Mandú
	05	Padre Inácio
EMBU	06	Calú
INDAIATUBA	07	Fazenda Japão
ITAQUAQUECETUBA	08	Itaquaquetuba
ITU	09	Fazenda Nsa Sra da Conceição
	10	Fazenda do Vassoral
	11	Chácara do Rosário
	12	Paraíso
	13	Piraí
	14	São João
JUNDIAÍ	15	Fazenda de Piratingui
MAIRINQUE	16	Fazenda Santa Lúcia
MAUÁ	17	Fazenda Bocaína
	18	Fazenda Oratório
SALTO	19	Santa Cruz
SANTANA DE PARNAÍBA	20	Casa urbana em Parnaíba
SÃO PAULO	21	Butantã/Bandeirante
	22	Capão/Regente Feijó
	23	Caxingui/Sertanista
	24	Itaim-Bibi
	25	Jabaquara/Ressaca
	26	Mirim
	27	Morrinhos
	28	Piraquara
	29	Santa Luzia
	30	Santo Amaro
	31	Tatuapé
	32	Vila Nova Cachoeirinha
SÃO ROQUE	33	Querubim
	34	Santo Antônio
	35	São Romão
	36	São Roque
SOROCABA	37	Quinzinho
TIETÊ	38	Taperão

Fig. 26. Lista das Casas no estado de São Paulo.

Fig 27 (p. 53). Casas na região metropolitana de São Paulo

Fig 28 (pp. 54, 55 e 56). Diagramas do agenciamento das plantas das casas do estado de São Paulo

COTIA
Sítio do Mandu
Fonte: KATINSKY

COTIA
Sítio do padre Inácio
Fonte: KATINSKY

EMBU
Sítio do Calú
Fonte: LEMOS

ITAQUAQUECETUBA
Casa em Itaquaquecetuba
Fonte:

ITU
Fazenda Nossa Senhora da
Conceição
Fonte: KATINSKY

ITU
Chácara do Rosário
Fonte: KATINSKY

MAIRINQUE
Fazenda Santa Lúcia
Fonte: LEMOS

5m 0 10m 20m

sobrado

térreo

telhado

MAUÁ
Fazenda Bocaina
Fonte: GARRIGÓS

SANTANA DE
PARNAÍBA
Casa urbana em Parnaíba
Fonte: KATINSKY

SÃO PAULO
Casa do Bandeirante
Fonte: DPH

SÃO PAULO
Casa do Capão
Fonte: KRUCHIN

SÃO PAULO
Casa do Caxingui
Fonte: DPH

SÃO PAULO
Casa do Itaim-Bibi
Fonte: CONPRES

SÃO PAULO
Sítio da Ressaca
Fonte: DPH

SÃO PAULO
Sítio Mirim
Fonte: DPH

5m 0 10m 20m

sobrado

térreo

telhado

SÃO PAULO
Sítio Morrinhos
Fonte: DPH

SÃO PAULO
Sítio Piraquara
Fonte: SAIA

SÃO PAULO
Sítio Santa Luzia
Fonte: IPHAN

SÃO PAULO
Casa de Santo Amaro
Fonte: SAIA

SÃO PAULO
Casa do Tatuapé
Fonte: DPH

SÃO ROQUE
Sítio do Querubim
Fonte: KATINSKY

SÃO ROQUE
Sítio Santo Antônio
Fonte: KATINSKY

SÃO ROQUE
Sítio São Romão
Fonte: KATINSKY

SOROCABA
Sítio do Quinzinho
Fonte: KATINSKY

5m 0 10m 20m

Sobre a casa rural escreveu também Ernani Silva Bruno, com base na leitura dos inventários e testamentos coloniais publicados pelo Arquivo do Estado (41 volumes, correspondentes ao período de 1578 a 1750, precisamente correspondente à fase bandeirista). O historiador havia publicado em 1954, também no âmbito dos festejos do IV Centenário, seu abrangente trabalho **História e Tradições da Cidade de São Paulo**. Seus escritos na década de 1970 – quando ele dirigiu o Museu da Casa Brasileira (1970 – 1979) – abordarão a sociedade paulista do período bandeirista sob novo enfoque, orientado para a compreensão do cotidiano do período estudado a partir do levantamento e identificação dos equipamentos da casa, relacionados ao lazer, labor, higiene, vestuário, alimentação, descanso.

Na realidade o método de investigação da história paulista dos séculos XVII e metade do XVIII através da leitura dos inventários e testamentos publicados já havia sido adotado por Afonso de Escragnolle TAUNAY (**História Geral das Bandeiras Paulistas**, 1924-1950), Alcântara Machado (**Vida e Morte do Bandeirante**, 1929) e Benedito Carneiro Bastos Barreto (Belmonte) em **No Tempo dos Bandeirantes** (1939) entre outros. Contudo, Ernani Silva Bruno chama a atenção para o fato de esses trabalhos conterem por vezes, a despeito de seu inegável valor historiográfico, generalizações não autorizadas pela análise mais atenta dos documentos (BRUNO 1977, p. 3). Além disso, a ênfase dos autores anteriores estava colocada nos aspectos épicos e dramáticos da sociedade bandeirista, e não no aspecto sedentário e cotidiano. Pois seria justamente esta última a abordagem que os trabalhos de Ernani Bruno adotariam.

A partir da leitura dos inventários, testamentos, romances e crônicas de viajantes iniciou-se, nos anos 1960, a elaboração de fichas contendo citações relativas aos equipamentos e costumes domésticos da casa brasileira. Idealizado e iniciado por Carlos Lemos, o fichamento teve continuidade e adquiriu grandes dimensões (29.000 fichas) com Ernani Silva Bruno e uma equipe de colaboradores, no Museu da Casa Brasileira, de 1970 a 1979 (ACAYABA 2001, p. 31). Foi a partir da análise dos inventários e testamentos que Carlos Lemos e Ernani Silva Bruno observaram que inexistia a diferença tipológica, citada por Luis Saia, para edificações da primeira e segunda metade do século XVII (BRUNO 1977, p. 59). Daí Lemos discordar da tese original, e afirmar em **Casa Paulista** que desde o primeiro século existiram casas rurais de partido arquitetônico bandeirista, envolvendo muitas variações na disposição dos corredores (alpendres) e das cozinhas; enfim, que não foi possível “*de modo algum obter uma cronologia envolvendo critérios de organização da planta da casa roceira bandeirista.*” E que “*somente com a datação correta de todos os restos daquela tipologia existentes, hoje mais de trinta conhecidos entre casas dos séculos XVII e XVIII, poderíamos ensaiar uma teoria.*” (LE MOS 1999, pp. 21-27). Lemos crê que o exame realizado em apenas doze exemplares arquitetônicos, conforme apresentado em “Notas sobre a Arquitetura Rural do Segundo Século”, seria insuficiente

23. Este termo é empregado também por João C. A. Sodré, em SODRÉ, João Clark A. “A Casa Bandeirista de Luís Saia no IV Centenário de São Paulo: Restauração e Preservação da Identidade Paulista”. São Carlos: Artigo apresentado ao 5º. Seminário **DOCOMOMO** Brasil, 2003.

24. As casas bandeiristas tombadas pelo IPHAN são sete, incluindo o Sítio Mandu e o Sítio Querubim que não estão abaixo relacionados:

Sítio de Santo Antônio: inscrito no Livro das Belas Artes, em 22-1-1941. Cf. GONÇALVES 2003, p. 48.

Sítio do Padre Inácio: inscrito nos Livros Histórico e das Belas Artes, em 8-10-1951. Cf. GONÇALVES 2003, p. 90.

Sítio Morrinhos: inscrito no Livro do Tombo Histórico, em 7-2-1948. Cf. Processo 353-T-SPHAN.

Casa do Tatuapé: inscrita no Livro do Tombo Histórico e das Belas Artes, em 22-10-1951. Cf. Processo 370-T-1937.

Sítio Mirim: inscrito no Livro do Tombo Histórico, em 6-3-1973. Cf. Processo 755-T-65.

para estabelecer qualquer teoria cronológica sobre a evolução ou decadência daquele tipo arquitetônico, mais ainda porque, conforme explica o arquiteto, faltara, à época do estabelecimento da tese, hábil comprovação cartorial para datar os doze exemplares. Nesse sentido, “Notas” constituiria, portanto, de uma tese construída aprioristicamente e que teria usado os documentos para atenderem à teoria cronológica.

7. Operação arquitetônica e histórica

Não é nossa proposta, na presente pesquisa, reforçar ou refutar as hipóteses e teses arquitetônico-genealógicas apresentadas neste capítulo. Elas foram examinadas, aqui, tão somente com o propósito de fornecer instrumentos conceituais retrospectivos para a discussão das restaurações das casas bandeiristas, que é o tema deste trabalho.

Ao colocarmos as restaurações contra o quadro de fundo das grandes teorias sobre a origem e sobre os significados atribuídos às casas bandeiristas, fica evidente a prevalência, nas restaurações, da “tese original”²³ sobre as demais. Prevalência explicada fundamentalmente pelo fato de as intervenções terem sido empreendidas pelo IPHAN, sob a direção de Luis Saia, autor daquela tese.

O tombamento federal (cuja homologação, aliás, devido a dificuldades administrativas ou políticas, nem sempre antecedeu as restaurações) de somente menos de meia dúzia de exemplares num universo de mais de trinta (Ver **Fig. 26 a 28**) é sintomático da opção do IPHAN pela tese inicial. Mesmo os poucos exemplares selecionados como monumentos tiveram o reconhecimento exclusivamente de seu valor histórico, e negado o artístico, com três exceções: o Sítio de Santo Antonio (inscrito no Livro de Tombo das Belas Artes), o Sítio do Padre Inácio, e a Casa do Tatuapé (ambos inscritos nos dois Livros, do Tombo Histórico e do Tombo das Belas Artes). Coincidentemente, os três apresentam somente um corredor, satisfazendo a pelo menos uma das constantes identificadas na tese de 1944.²⁴

As restaurações orientadas pela tese de Luis Saia nortearam-se pela idéia de promover a remoção de qualquer traço de “decadência” do símbolo arquitetônico bandeirista, fosse ela decadência material ou simbólica. A intenção de recuperação simbólica está explícita ideologicamente nos próprios textos de exposição da tese. A recuperação física, inerente à atividade da restauração arquitetônica, e a operação arquitetônica propriamente dita, são dois aspectos que abordaremos ao longo do trabalho.

Por se realizarem em nome da revelação de um estado idealizado de perfeição histórico-simbólica e de uma lógica figural, as restaurações obedientes à

tese original encontraram nesta a justificativa para a eliminação de vestígios perturbadores da “ordem” primitiva, assim como para a adição de elementos julgados necessários à sua recomposição.

Por fim, é necessário lembrar que nos referimos, até aqui, às restaurações empreendidas até 1975, mas a tese original orientará projetos e obras depois dessa data, conforme veremos adiante. O conjunto das intervenções que examinaremos neste trabalho compreende três restaurações até essa data (Casa do Butantã, 1954; Casa do Caxingui, 1967; e Sítio Mirim, 1967) e três posteriores (Sítio da Ressaca, 1978-79; Casa do Tatuapé 1979-80); e Sítio Morrinhos 1979-2000). Na Figuras 29 e 30 estão, portanto, relacionados os cinco exemplares selecionados para a presente pesquisa. (**Fig. 29**).

Fig. 29. Quadro sumário dos exemplares estudados. Fontes: Arquivos IPHAN 9ª. SR São Paulo; Biblioteca CONDEPHAAT; Arquivos DPH Divisão de Preservação; Processo municipal 1999-0.224.916-7 (Sítio Mirim); CIT/DPH – Cadastro de Imóveis Tombados 2003.

Fig 30 (p. 61). Casas na cidade de São Paulo

Ordem por época do restauro	Imóvel	Data de Construção	Tombamento	Restauração	Titularidade	Endereço
1	Butantã	1as. Décadas XVIII (CONDEPHAAT), meados XVIII (Saia)	- CONDEPHAAT Res. 2, 24-1-1983, processo 22262/68 - CONPRESP Res. 5/1991 ex-offício - SEMPLA Z8-200-127	1954 Comissão do IV Centenário/ IPHAN	PMSP/DPH desde 1944	Pça. Monteiro Lobato s/n Sub-Prefeitura Butantã, Distrito Butantã
2	Caxingui	XVII (CONDEPHAAT)	- CONDEPHAAT Res 22, 15-12-1983, processo 22264/82 - CONPRESP Res 5/1991 ex-offício - SEMPLA Z8-200-126	1967 PMSP/ IPHAN	PMSP/DPH desde 1975	Pça Enio Barbato s/n Sub-Prefeitura Butantã, Distrito Caxingui
3	Mirim *	1759 (CONDEPHAAT)	- IPHAN em 6-3-1973 - CONDEPHAAT ex-offício em 12-5-1983, processo 22053/82 - CONPRESP Res 5/1991 ex-offício - SEMPLA Z8-200-121	1967 PMSP/ IPHAN	PMSP/DPH desde 1975	Av Dr Assis Ribeiro s/n Sub-Prefeitura Ermelino Matarazzo, Distrito Vila Jacuí
4	Ressaca	1719	- CONDEPHAAT Res 18-10-1972 190/72 processo 22053/82 - CONPRESP Res 5/1991 ex-offício - SEMPLA Z8-200-121	1979 PMSP-DPH/ Projeto CURA Jabaquara	PMSP/DPH desde 1978	R Nadra Raffoul Mokodsi 3 Sub-Prefeitura Jabaquara Distrito Jabaquara
5	Morrinhos	1702	- IPHAN em 7-2-1948 - CONDEPHAAT ex-offício em 26-12-1974 - CONPRESP Res 5/91 ex-offício - SEMPLA Z8-200-124	DPH 1984 1ª. etapa 2000 2ª. etapa	PMSP/DPH desde 1979	R Santo Anselmo 102 Sub-Prefeitura Casa Verde, Distrito Casa Verde
6	Tatuapé	Meados XVIII	- IPHAN em 22-10-1951 - CONDEPHAAT ex-offício em 11-12-1974 - CONPRESP Res 5/91 ex-offício - SEMPLA Z8-200-120	DPH 1980-81	PMSP/DPH desde 1979	R Guabiju 49 Sub-Prefeitura Mooca, Distrito Tatuapé

* O Sítio Mirim não se inclui na presente pesquisa por se tratar de ruína.

CAPÍTULO II
A TRADIÇÃO, BANDEIRISTA E MODERNISTA

1. O paradigma

Fig. 1. Sítio Santo Antônio, casa e capela. Fonte: TELLES 1980.

Além de ter sido o primeiro a caracterizar histórica e arquitetonicamente as casas bandeiristas em 1944, Saia foi também quem, representando o IPHAN em São Paulo, iniciou as restaurações daqueles edifícios, com a pioneira intervenção no Sítio Santo Antônio em 1940 (**Fig. 1**).

As restaurações constituíram para a delegacia regional do IPHAN em São Paulo ricas oportunidade de pesquisa e aplicação de conceitos teóricos e técnicos, além de estudo dos próprios edifícios. Muitos dos pressupostos colocados na “tese original” são decorrência da intimidade do seu autor com os edifícios, adquirida durante a restauração destes. De fato, o momento da obra de restauração é mais um momento de pesquisa do edifício, ao lado da pesquisa documental e iconográfica; é momento da maior importância para um aprofundamento do conhecimento do edifício, pois permite a verificação por um lado na própria materialidade do edifício, das hipóteses arquitetônicas aventadas (esquema construtivo primitivo e sua evolução ao longo do tempo, sistemas e materiais construtivos), e por outro, da extensão da validade das informações contidas nos documentos ditos “históricos” (escritos, iconográficos) que trataram do edifício. Nesse momento da intervenção a abordagem do edifício deve ser a abordagem arqueológica, da identificação e registro das estratificações e das características arquitetônicas. Os dados

estratigráficos devem ser cronologicamente registrados. Essa abordagem não implica, necessariamente, que a restauração deva visar ao desvelamento arqueológico do edifício: o projeto de restauração é que definirá o partido a ser adotado.

A experimentação no Sítio Santo Antonio foi fundamental para o estabelecimento de um conceito de restauração das casas bandeiristas, no que diz respeito ao partido arquitetônico geral, compreendendo aspectos programáticos, plásticos e técnico-construtivos. Recompôs-se pela primeira vez a planta “pura” da residência rural seiscentista, justificada posteriormente na tese de 1944. Foi nessa obra que se trouxeram pela primeira vez, para as residências bandeiristas, o esqueleto de concreto armado e as placas de concreto ciclópico já empregados anteriormente na Igreja do Rosário do Embu (1939) e na Igreja de São Miguel de São Paulo (1939). Foi também o momento pioneiro de estabelecimento de um conceito de ambientação das residências bandeiristas, orientado para a composição paisagística do entorno imediato daquele tipo de monumento, liberando o edifício isolado de quaisquer anexos e acréscimos desconformes com a noção de planta fechada. A operação de demolição da casa do Barão de Piratininga, construção novecentista semi-arruinada existente ao lado da casa sede à época da restauração, é exemplar do conceito de liberação do monumento. Ela foi detalhadamente descrita por Cristiane Gonçalves em sua dissertação de mestrado (GONÇALVES 2004).

A experiência adquirida pelo IPHAN em São Paulo, nas obras pioneiras da Igreja de Nossa Senhora do Rosário do Embú (1939), Igreja de São Miguel Paulista (1939) e Sítio Santo Antonio (1940) estabeleceu um corpo conceitual teórico e técnico respeitante à restauração dos edifícios de taipa de pilão que o próprio IPHAN transformou em paradigma quando passou a adotá-lo em todas as restauração subsequentes: Casa do Padre Inácio (1947), Igreja de Nossa Senhora da Escada (1954), Casa do Butantã (1954), Casa do Caxingui (1967), Sítio Mirim (1967).

Fig. 2. Igreja Nossa Senhora do Rosário. Fonte: TELLES 1980.

A recorrência do paradigma nas obras nos permitirá, aqui, interpretá-la como a consolidação de um modelo de intervenção que chamaremos de “tradicional” devido à longevidade que adquiriu.

As três restaurações pioneiras foram o laboratório de experimentação do IPHAN em São Paulo para a abordagem dos monumentos de taipa. Na vasta documentação existente sobre essas obras¹ verifica-se a presença de dúvidas sobre os procedimentos a serem adotados, sobre as opções conceituais mais adequadas àquele tipo de obra, que no momento não tinha precedentes no Brasil que pudessem servir de referência. Na restauração da igreja do Rosário do Embu, por exemplo, Saia propusera inicialmente consolidar os muros de taipa desagregados através da introdução do esqueleto de concreto armado e do refazimento, com nova taipa, das paredes desaparecidas. Submetendo a proposta à apreciação do escritório central no Rio de Janeiro, o Delegado em São Paulo recebe como resposta um parecer do arquiteto José de Souza Reis onde este julga apropriado o sistema de consolidação proposto, desde que se faça um estudo demonstrando a necessidade de reforço para cada trecho de parede. Sobre refazer as taipas, opina Reis:

“Levar o critério de restauração a ponto de demolir para reconstruir grandes extensões de parede só com o fito de reproduzir o primitivo sistema, já em desuso, portanto de execução mais difícil, não me parece razoável. Nos elementos em que a modificação for radical, como o torreão, alterado em forma e proporção, há necessidade de demolir para restaurar e então a reconstrução deverá ser feita no sistema antigo se possível.”²

1. Até a década de 1970 o telefone não era um meio usual de comunicação, e os técnicos do IPHAN resolviam a maior parte das questões demandadas pelas obras através de cartas, trocadas principalmente entre as Delegacias Regionais e o escritório central, no Rio de Janeiro. Neste último, além do Diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade, contava-se com a opinião do arquiteto Lucio Costa, Diretor da DET – Divisão de Estudos e Tombamentos –, de quem era sempre a última palavra. Cf. depoimento do arquiteto Antônio da Neves Gameiro à autora, e ainda ANDRADE (1993), ROMAN (2003), GONÇALVES (2004).

2. Arquivo IPHAN 9ª. SR, Pasta MTSP 12.3.2

Fig. 3. Casa do Butantã, reconstrução, em tijolos, de parede desaparecida. Fonte: Casa do Bandeirante – Livro de Obras de restauração.

Considerando o parecer, Saia abandonou a idéia de refazer paredes de taipa e adotou o procedimento de reconstruir paredes primitivas desaparecidas em alvenaria de tijolos de barro. O procedimento será repetido em todas as suas

3. Cf. **Curso de Especialização em Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos**. São Paulo: Convênio MEC e Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo do Estado de São Paulo, 1974. Aula de Luis Saia em 6-11-1974.

obras posteriores (**Fig. 3**), com exceção da casa do Sítio Santo Antonio, cujas paredes desaparecidas foram reconstruídas totalmente em concreto ciclópico, sobre os alicerces remanescentes de taipa de pilão. Saia justifica a opção técnica naquele caso:

“As paredes foram feitas de pedras de formato irregular, abundante no próprio local, assentadas com argamassa de cimento. O peso é pouco, de parede de apenas 2,5 metros. De tijolo não fariamos, pois sairia mais caro. De taipa também não, a não ser pelo aproveitamento dos blocos de taipa serrados da casa do Barão, o que não deu certo porque esfarelavam.”³

Tanto o conceito técnico como o teórico estavam conformes com a orientação do IPHAN, de empregar na restauração materiais modernos, visando a recompor a imagem primitiva do edifício (**Fig. 4 a 6**); no caso das residências bandeiristas, buscando valorizar a imagem arquitetônica da época bandeirista.

Segundo José Saia Neto os experimentos com o concreto armado na consolidação de monumentos iniciaram-se, por iniciativa de Luiz Saia, na restauração da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, no Embu. A restauração da igreja do Embu foi uma das primeiras obras do IPHAN em São Paulo, e a primeira experiência brasileira de consolidação de paredes de taipa (ROMAN 2003, p. 308).

A partir das experiências pioneiras, o IPHAN difundiu o emprego do concreto armado na restauração por todo o país, em todo tipo de edifício, independentemente de seu tipo arquitetônico ou dos materiais de que era constituído: igrejas, casas de câmara e cadeia, solares, sobrados, fortalezas, de alvenarias de tijolos, de taipa de pilão. O concreto foi usado em substituição a frechais, vigas de cumieira, terças, enfim, ao madeiramento pesado das coberturas. Em Pernambuco (onde Ayrton de Carvalho, engenheiro, era o delegado do IPHAN), na Bahia e em Minas Gerais, por exemplo, executavam-se peças de cobertura em concreto, em nome da durabilidade da solução construtiva, e também “do respeito às recomendações emanadas das Cartas de Atenas e de Veneza, que preconizavam o emprego de materiais novos nas restaurações a fim de deixar visível a intervenção”, conforme explicava aos alunos o arquiteto Fernando Machado Leal em seus cursos sobre técnicas de restauração de monumentos brasileiros, na década de 1970. O engenheiro calculista Joaquim Cardoso, colaborador do IPHAN, era chamado a opinar em situações complexas, e sempre recomendou consolidar as estruturas desestabilizadas com o auxílio de estruturas de concreto armado e/ou tirantes de aço quando fosse o caso. No caso da taipa, era usual proteger o respaldo das paredes com uma laje de concreto (também armado para cintar as paredes), para evitar uma desagregação eventual advinda de infiltração de água de chuva. (LEAL 1977, pp. 41, 131).

A atualidade e a distinguibilidade do material e da técnica do “concreto armado” eram também usadas como justificativas para o seu emprego. Não só por razões técnicas, mas também ideológicas, o uso do concreto tornou-se uma solução técnica aceita em todas as restaurações do IPHAN. Afinal, a experimentação com o concreto era sem dúvida uma maneira “moderna” de intervir nos monumentos. Explorar os recursos do concreto armado nas restaurações era, naquelas circunstâncias, uma opção inexorável (**Fig. 6**).

Fig. 4 (esquerda superior). Igreja da Sé de Olinda, feição neobarroca, anterior à restauração de 1977-83. Fotografia: Arquivo FUNDARPE.

Fig. 5 (esquerda inferior). Igreja da Sé de Olinda, após a restauração. Fotografia: Arquivo FUNDARPE.

Fig. 6 (direita). Catedral da Sé de Olinda durante a restauração. Madeiramento do telhado substituído por estrutura de concreto armado. Fonte: Acervo FUNDARPE

Nas casas bandeiristas, Luis Saia introduzia peças de concreto, armado ou não, de variadas maneiras, dependendo da avaliação que fazia da situação de estabilidade estrutural do sistema como um todo – sistema entendido como paredes e cobertura trabalhando conjuntamente. O método concebido por Saia usava o concreto com três propósitos objetivos.

Primeiramente, as peças de concreto armado serviam diretamente à estabilização e consolidação estrutural (**Fig. 7**). Segundo, as peças de concreto ciclópico ou de concreto comum serviam ao preenchimento de lacunas e assim, indiretamente, também à consolidação estrutural, na medida em que preenchiam vazios e passavam a permitir novamente o descarregamento de cargas através delas (**Fig. 8, 9**). Terceiro, Saia concebeu placas de concreto para contornarem todo o perímetro externo da construção numa faixa de 60 centímetros de altura média a partir do solo, como solução para impermeabilizar os muros contra a erosão provocada por respingos de água de chuva caídos do beiral (**Fig. 10, 11**). Ele próprio explica o sistema a partir da experiência da Igreja do Embu, e justifica a sua aplicação, do ponto de vista técnico:

“A utilização do concreto armado na restauração de edifícios construídos com taipa de pilão, tal como aconteceu na Igreja e

4. SAIA, L. "Utilização do concreto armado na restauração de edifícios construídos com taipa". In: **REVISTA DE ENGENHARIA MACKENZIE** nº 86. São Paulo, junho 1944, pp 53-55.

5. O exame in loco nada revela, atualmente, pois todos os edifícios que visitamos onde se introduziram peças de concreto armado estão revestidos e conservados.

Residência dos Jesuítas em Embu (...) apresenta, principalmente, o interesse do concreto ter sido usado naquilo que lhe é específico como técnica, funcionamento e fatura. De fato, posto o problema em termos estritamente arquitetônicos, nenhum outro processo preencheria com tanta precisão e com tamanha vantagem os itens a que se reduzia o referido problema. O acerto da escolha do concreto armado como técnica auxiliar dos trabalhos de consolidação e restauração, no caso pode ser facilmente verificado pelos seus resultados objetivos (...).

(...) a estabilidade geral da construção estava em estado precaríssimo.

*A introdução nas paredes existentes de uma estrutura de concreto armado, composta de vigas e colunas para a qual seriam transferidos todos os esforços, viria libertar o edifício existente de um importante item (...). Tratava-se de criar verdadeiramente uma nova estrutura onde se apoiaria a armadura do telhado e que, ao mesmo tempo serviria de contrafortamento para as paredes que tivessem a estabilidade ameaçada. As paredes de taipa passariam a funcionar simplesmente como vedo e como documento."*⁴

Fig. 7. Esquema do esqueleto de concreto armado.

Embora o próprio arquiteto tenha afirmado que “As paredes de taipa passariam a funcionar simplesmente como vedo e como documento” a partir da introdução da estrutura de concreto armado, isto não ocorre na realidade. O exame das intervenções, que realizamos com base em fotografias de obra e planilhas de orçamento, revela outra situação.⁵ O conceito **de fato** da estrutura introduzida nas paredes existentes está representado na **Figura 7**.

Fig. 8 (direita superior). Casa do Butantã. Preenchimento de lacunas na taipa, causadas por erosão. 1954, restauração. Fonte: **Caderno de Obras – Casa do Bandeirante**.

Fig. 9 (esquerda). Casa do Butantã. Preenchimento de lacunas na taipa, através do preenchimento com concreto. Formas preparadas para início da concretagem. 1954, restauração. Fonte: **Caderno de Obras – Casa do Bandeirante**.

Fig. 10 (direita inferior). Sítio Mirim. Placas de concreto: proteção contra a erosão provocada por respingos de água de chuva do beiral. Observe-se a superfície irregular das peças desformadas. Observe-se também que as placas estão no ar, não têm fundações, ancoram-se na própria taipa. Fonte: IPHAN 9ª. SR

Trata-se de uma malha estrutural constituída por vigas e colunas armadas, embebidas (geralmente de seção de 20 X 20 centímetros) na taipa, com a base das colunas nascendo um pouco abaixo do nível do solo (cerca de 30 centímetros). Portanto, as colunas não são solidarizadas entre si nas extremidades inferior, nem superior. A malha contorna as arestas da construção onde for necessário, com a finalidade de amarrar as paredes de taipa caso elas estejam desestabilizadas em razão de desaprumos. Ora, restando no mínimo dois terços da espessura total da parede fora da prumada de forças normais da malha de concreto, é impossível as paredes de taipa passarem a “*funcionar simplesmente como vedos*”. O que ocorrerá é uma distribuição de cargas, divididas entre as paredes existentes e o esqueleto novo. Neste caso, o esqueleto armado trabalha anulando esforços laterais, à maneira de uma rede de barbantes fazendo um cintamento das paredes e solidarizando-as (**Fig. 11, 12**). A condução das cargas verticais até o chão fica dividida entre as paredes de taipa e o esqueleto embebido nela. O arquiteto Eideval Bolanho, que acompanhou obras de Saia durante quinze anos e executou obras para o IPHAN na época, confirma esta nossa suspeita.⁶

6. Depoimento de Eideval Bolanho à autora, em 13-10-2005.

Do ponto de vista estético, Saia recomenda o concreto em substituição aos encamisamentos de tijolos de barro – que eram usado até então como paliativos tradicionais para preencher partes erodidas/lacunas – devido à sua plasticidade, que permitiria segundo Saia a concretagem de paredes com aspecto irregular, “como é típico da taipa”, ainda conforme o arquiteto (**Fig. 10**):

Fig. 11 (esquerda). Sítio Mirim, 1967. Trabalhos de consolidação. Esqueleto de concreto armado introduzido na taipa. Fonte: IPHAN-SP 9ª. SR.

Fig. 12 (direita). Sítio Mirim, 1967. Trabalhos de consolidação. Detalhe da armadura de viga do esqueleto de concreto armado introduzido na taipa. Fonte: IPHAN-SP 9ª. SR.

7. **Carta de Atenas**, dos CIAM - 1933. In: IPHAN. **Cartas Patrimoniais**. Brasília: IPHAN, 1995. Caderno de documentos n. 3. pp. 23-79.

“Onde foi empregada a alvenaria de tijolos para o reforço das paredes de taipa é visível, mesmo aos olhos mais desavisados, que tal processo deforma completamente o caráter da construção de taipa, pois cria panos lisos demais.” (SAIA 1944, p. 54)

E, finalmente, do ponto de vista conceitual, à diferença do colega do IPHAN Fernando Machado Leal que se apóia em princípios normativos científicos contidos na Carta de Veneza para empregar o concreto (LEAL 1977, p. 131), Saia apóia-se num fundamento ideológico e arquitetônico:

“Do ponto de vista apenas documentário, foi obedecido um preceito da arquitetura moderna: honestidade no uso do material, respeito às legítimas verdades arquitetônicas, que mandam conservar aquelas peças que realmente sejam documentos de uma época e de um povo. Da maneira com que se agiu ninguém, conhecedor de engenharia, pode ser enganado a respeito do processo de restauração, nem a respeito da obra tradicional.” (SAIA 1944, p. 55)

O fundamento citado por Saia é claramente inspirado nos artigos 65 e 66 da Carta de Atenas dos CIAM, que estabelecem que *“Os valores arquitetônicos devem ser salvaguardados (edifícios isolados ou conjuntos urbanos)”* e que eles *“Serão salvaguardados se constituem a expressão de uma cultura anterior e se correspondem a um interesse geral”*.⁷

A frase de Saia remete também ao pensamento de Lucio Costa, seu colega mais experiente no IPHAN, representante dos CIAM no Brasil desde 1937 (por indicação de Le Corbusier) (CAVALCANTI 1995, p. 166), para quem a “verdade arquitetônica” residia no compromisso com os problemas e as técnicas atuais.

Em “Documentação Necessária”, que já citamos na Introdução deste trabalho, Lucio Costa já deixara explícito o valor que conferia à honestidade, decorrente da coerência entre processo construtivo e forma, da arquitetura colonial. Vale a pena reproduzir aqui trechos de outro documento seu, a conhecida carta a Rodrigo M. F. de Andrade, onde ele argumenta em defesa do projeto

modernista de Oscar Niemeyer (Soares) para o Grande Hotel de Ouro Preto, contra o de Carlos Leão que havia sido projetado em estilo neocolonial:

“Rodrigo,

Na qualidade de arquiteto incumbido pelos CIAM de organizar o grupo do Rio e na de técnico especialista encarregado pelo SPHAN de estudar a nossa arquitetura antiga, devo informar a você, com referência aa construção em Ouro Preto do hotel projetado pelo O. N. S., o seguinte: (...) o projeto de O. N. S. tem duas coisas de comum com elas (as velhas construções): beleza e verdade. Composto de maneira clara, direta, sem compromissos, resolve com uma técnica atualíssima e da melhor maneira possível, um problema atual, como os construtores de Ouro Preto resolveram da melhor maneira então possível, os seus próprios problemas.” (MOTTA 1987, p. 109)

Portanto, o emprego do concreto era nada mais do que o cumprimento voluntário de um preceito da arquitetura moderna – honestidade no uso do material e o respeito às legítimas verdades arquitetônicas – obviamente avalizado por Lucio Costa.

Um modo característico de ambientação das residências bandeiristas também faz parte do “modelo tradicional” de restauração. Conforme já foi dito, a supressão da casa do Barão de Piratininga no Sítio Santo Antonio fez parte da primeira experiência de ambientação dessas casas. As duas construções do Sítio – a casa sede e a capela – foram liberadas da construção próxima, de forma a ter sua visibilidade desimpedida. Um grande lago foi criado em frente aos dois edifícios (GONÇALVES 2004, p. 109). A roça do sítio foi substituída por um gramado extenso e homogêneo. Sanitários para visitantes foram construídos em local afastado dos edifícios. Posteriormente, foram agenciadas/reflorestadas as encostas dos morros visíveis a partir do sítio.⁸ O resultado plástico impressiona pela beleza (**Fig. 13**). Trinta e cinco anos depois da obra, Luis Saia, responsável pela intervenção, justificava arquitetonicamente, em nome da composição de um “conjunto”. Suas justificativas não explicitam o conceito da intervenção, mas nos permitem de certa forma inferir as idéias que estavam por trás delas. Suas justificativas são, resumidamente, as seguintes:

*“Existia no local uma situação em potencial, que permitiu montar um conjunto e de prevenir (sic) uma possibilidade de uso. O potencial foi transformado em realidade através de uma série de operações. Um lago que já existia foi aumentado para formar um espelho d’ água e diminuir a área de tratamento – mato que cresce, com cobra, essas coisas. Achou-se que o melhor tratamento para a área envoltória do monumento seria grama. Como um grande capacho que inclusive evitaria pés de barro na casa. E a experiência provou ser essa a melhor solução. A idéia é formar um conjunto”.*⁹

8. IPHAN – 9ª. Coordenadoria Regional, São Paulo. **Sítio e Capela de Santo Antônio. Roteiro de visita.** São Paulo: IPHAN 9ª. CR, 1997. Projeto “Implantação de Programas de Uso em bens Tombados”.

9. Cf. **Curso de Especialização em Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos.** São Paulo: Convênio MEC e Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo do Estado de São Paulo, 1974. Aula de Luis Saia em 6-11-1974.

O que é possível inferir da intervenção e das palavras que a justificam? Elas levam à conclusão que a mesma preocupação de recuperar uma imagem arquitetônica ideal das edificações também existiu em relação ao ambiente total, que foi moldado para se conformar a um padrão estético desejado.

Aracy Amaral, ao lamentar em **A Hispanidade em São Paulo** o desaparecimento das construções rústicas que faziam parte do cotidiano rural paulista seiscentista (puxados, paióis, senzalas, ranchos), deve ter se

Fig. 13. Sítio Santo Antônio. Gramado, lago e mata no lugar da roça. Fotografia: gentileza de Maria Lúcia Perrone Passos, 2004.

referido ao Sítio Santo Antonio quando escreveu que elas, por mais precárias que fossem, “*forçosamente deveriam fazer parte desses conjuntos que, hoje, após as restaurações, parecem inexistir em função de um esteticismo – a arquitetura da casa exaltada como algo isolado – por certo inverídico em relação à época em que essas construções foram concebidas e executadas.*” (AMARAL 1981, p. 47)

Luis Saia resgatou o monumento arquitetônico excepcional do seu passado roceiro e não resistiu a transformar também o ambiente circundante, para realizar uma obra de arte total. A intenção estética, arquitetônica, prevaleceu sobre a severidade plástica que o vestígio histórico por vezes impõe.

É inevitável citar mais uma vez a recomendação para o patrimônio histórico das cidades contido na Carta de Atenas dos CIAM, pois na operação de ambientação do monumento também vemos o comprometimento modernista de Luis Saia:

“Nem tudo que é passado tem, por definição, direito à perenidade; convém escolher com sabedoria o que deve ser respeitado. Se os interesses da cidade são lesados pela persistência de determinadas presenças insígnies, majestosas, de uma era já encerrada, será procurada a solução capaz de conciliar dois pontos de vista opostos: nos casos em que se esteja diante de construções repetidas em numerosos exemplares, algumas serão conservadas a título de documentário, as outras demolidas; em outros casos poderá ser isolada a única parte que constitua uma lembrança ou um valor real; o resto será modificado de maneira útil.”

2. A Casa do Butantã

(esquerda) Março 1954. Fotografia de Germano Graeser. Arquivo DPH/Pres/STLP

(direita) Após a restauração. Arquivo DPH/DIM

10. Processo PMSP **143.538/58**, em 4-12-1963. Em 1963 era prefeito Francisco Prestes Maia (8-4-1961 a 7-4-1965).

11. Processo CONDEPHAAT 22.262/68. Tombado pelo estado através da Resolução 2, de 24-1-1983. Tombamento municipal CONPRESP através da Resolução 5/1991 ex-officio.

A casa do Butantã, mais conhecida como Casa do Bandeirante, foi restaurada em 1954-55, pela Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo. O projeto de restauração e a orientação técnica ficaram sob a responsabilidade de Luis Saia, chefe do distrito do IPHAN em São Paulo. Benedicto Pacheco, técnico contratado pela Comissão, ficou responsável pela direção da obra. Paulo Camilher Florençano convidado pelo presidente da Comissão, Guilherme de Almeida, para ser seu assistente, propôs instalar no imóvel um museu dedicado ao cotidiano rural do período bandeirista, e para tal dedicou-se a viabilizar a obra e depois mobiliou a casa e seu entorno com equipamentos domésticos dos séculos XVII e XVIII, tentando reproduzir um cenário de época. Inaugurada a casa, ele foi nomeado Conservador da Casa do Bandeirante, onde permaneceu pelo menos até dezembro de 1963.¹⁰

Nesta intervenção a abordagem do edifício foi idêntica à das demais obras que o IPHAN havia realizado anteriormente em casas bandeiristas. Chegamos a essa conclusão depois da análise da documentação relativa à obra: o Caderno de Obras, contendo registros escritos e fotográficos; processos administrativos municipais contendo documentos de Paulo Florençano; e o acervo da Comissão do IV Centenário, além de escritos e publicações de Luis Saia. Por esse motivo, o exame da obra nesta seção complementarará em alguns aspectos a análise das restaurações já iniciada na seção anterior, onde se discutiu o emprego do concreto armado na restauração da taipa.

Este exemplar é um daqueles considerados “abastardados” segundo a classificação original de Luis Saia, devido à presença, nele, de dois alpendres e de envasaduras com vergas arqueadas. Enquanto Saia atribuiu meados do século XVIII como sendo a data de construção do edifício, no processo de tombamento pelo CONDEPHAAT figura como provável data de construção o início daquele século.¹¹ Entretanto, a data da construção do imóvel ainda não foi precisada, embora pesquisa realizada em 1980 pela historiadora Márua R. Pacce tenha localizado documentos que em 1822 fazem menção a “casas” noaquele sítio. A casa do Butantã não é tombada pelo IPHAN.

2.1. Origens

As terras onde se localizam a casa do Butantã foram confundidas até recentemente com a propriedade vizinha que pertenceu a Afonso Sardinha, a fazenda Ybiatã, onde estão atualmente instalados o Instituto Butantã e a Cidade Universitária. Em 1980 a historiadora Márua Roseny Pacce, então pesquisadora do DPH, através de pesquisa de documentos cartoriais, esclarece que se trata de duas propriedades distintas.

A mais antiga e conhecida referência documental sobre o sítio que deu origem ao atual loteamento City Butantã, onde se localiza a casa, data de 1822. O proprietário do sítio era Antônio Corrêa de Moraes, que o doou naquele ano aos seus afilhados Generoso e Francisco, filhos de Joaquim Aranha. Em 1843 os dois afilhados vendem a área a Joaquim José Mariano de Medeiros, casado com Albina da Luz. Com a morte de Joaquim de Medeiros, a viúva Albina e seu filho Marcelino herdaram a propriedade. Em 1853 ambos, juntamente com a esposa de Marcelino, Anna Francisca, vendem a propriedade a Vicente Xavier de Medeiros, que a vende em 1864 ao Comendador Luiz Antonio de Souza Barros, casado com Felicíssima de Campos Barros. Nessa escritura de venda e compra o sítio aparece pela primeira vez com a denominação de “Rio Abaixo dos Pinheiros”, e pela primeira vez se faz referência a “casas”, quando são descritas benfeitorias existentes na propriedade tais como casas, moenda para cana e pastagens. Um ano depois, em 1865, o Comendador e sua esposa Felicíssima vendem o Sítio do Rio Abaixo de Pinheiros a Eugênio Vieira de Medeiros. Com o falecimento deste, sua esposa Rita Maria de Medeiros e seus herdeiros vendem a propriedade em 1911 à Companhia Edificadora de Villa América. Na ocasião consta ter a propriedade a extensão de cento e vinte e dois alqueires. No mesmo ano Edouard Fontaine de Laveleye adquire a propriedade, e no ano seguinte, 1912, vende-a à Companhia City of São Paulo Improvements and Freehold Land Company Limited¹³ que, ao lotear a gleba, doa à Prefeitura em 1944 o lote onde se situa atualmente a Casa do Butantã (PACCE 1980). (Fig. 14)

12. “Casa do Bandeirante”. In: **Paulistania** nº 52 jan-abr. 1955, p. 9. Arthur Etzel era diretor do Departamento de Parques e Jardins da PMSP na época.

13. Cf. Processo PMSP **1982-0.015.504-8**, antigo 64.988/1947.

Fig. 14. Situação paisagística da casa do Butantã no início da década de 1980, que permanece até hoje com pequenas alterações. Acervo DPH/ Pres./ ST-PRC.

2.2. Doação à Prefeitura de São Paulo

14. Processo PMSP
64.988/47, Fls. 3-13.

15. Francisco Prestes Maia
foi prefeito de 1-5-1938 a
10-11-1945.

16. Processo PMSP nº
64.988, de 1947, Fls. 16,
em 21-8-1947.

Ao lotear o bairro, a Companhia City doou à Prefeitura, atendendo à legislação municipal de parcelamento do solo, o terreno assinalado na planta do loteamento como “*Espaço Livre de uso comum no. 2 – com área de cerca de 13.278,00 metros quadrados*”¹⁴. A doação, constante da escritura datada de 20-7-1944 e registrada no Cartório do 4º. Tabelião, foi recebida pelo então prefeito Prestes Maia.¹⁵

O documento de doação de 1944 não fazia menção às construções existentes no terreno. O terreno fora doado sem registro da casa velha nele existente. Somente a partir de 1947 aparece, nos processos da Prefeitura, menção à casa, citando-a como a casa onde vivera o padre Belchior de Pontes. Essa hipótese justificou, inicialmente, a preservação do imóvel, que ficou conhecido como “casa do Padre Belchior de Pontes”.

Em 1947 a Prefeitura abre o Processo Administrativo número 64.988/47 para tratar especialmente da doação da **casa** à Prefeitura, reti-ratificando a doação do **terreno**, que datava de 1944. O terreno doado em 1944 estava, em 1947, sob responsabilidade da Divisão do Patrimônio e Almojarifado da Prefeitura, que informa naquele processo que:

“Na praça no. 2 recebida em doação pela Municipalidade da Cia. City, no arruamento do Butantan, conforme escritura cuja cópia constitui Fls.3/13, deste processo, existe uma casa muito antiga, que, segundo informações fornecidas pelo Snr. Altino Lima, d.d. gerente da Cia. City foi ali conservada por solicitação verbal do então Prefeito, Dr. Fabio da Silva Prado, em virtude de ter sido moradia do Padre Belchior Pontes que ali produzira parte de suas obras. Parece-me que a intenção do Prefeito Fabio Prado era conservar esse patrimonio histórico, restaurando a casa e transformando-a em um muzêu. (...)”.¹⁶

(Fig. 15, 16)

Fig. 15 (esquerda). A casa, com telhado incompleto, sobre promontório na várzea do rio Pinheiros. Mapa SARA-BRASIL, 1930.

Fig. 16 (direita). A casa, na praça do loteamento City Butantã. O rio Pinheiros retificado. Ano 2000. Fonte: PMSP/SEMPA.

O historiador do Departamento de Cultura Nuto Sant'Anna¹⁷, colaborador eventual do IPHAN, dá o seu parecer sobre o imóvel:

*“É indispensável e urgente não só a conservação como a restauração do prédio, que é um admirável padrão das velhas habitações fazendárias. Do ponto de vista histórico ou arquitetônico, não tenho dados para dizer. Mas se de fato por ali passou Belchior de Pontes, cresce de muito o seu valor, pois que se forma realmente um patrimônio histórico”*¹⁸

Segundo indicam os registros documentais, Nuto Sant'Anna foi o primeiro a se manifestar, em 1947, – orientado por uma idéia do antigo prefeito Fabio Prado – pela iniciativa de restaurar a casa do Butantã. Seu empenho na preservação da casa está registrado nos documentos juntados nos Processos Administrativos da Prefeitura. Na condição de chefe da Divisão de Documentação Histórica e Social do Departamento de Cultura desde 1947¹⁹, e de responsável pela **Revista do Arquivo Histórico Municipal**, ele solicitará em 1949 agilidade na tramitação do processo de doação da casa, preocupado com o avanço da deterioração do imóvel.²⁰

Em 1949 Nuto intervém no processo de doação da casa, dirigindo-se ao Diretor do Departamento de Cultura, José de Barros Martins, pedindo urgência na desapropriação e na recuperação da casa, revelando o plano delineado para ela:

*“Este prédio deve ser reconstituído com urgência, pois os inquilinos eventuais lhe vão deturpando o aspecto. Enquadra-se no disposto no Art. 180 do Ato 1.146/35. Nêle poderia ser instalado pelo Departamento de Cultura um Museu Fazendário – com mobília e objetos antigos típicos das fazendas. Externamente caberiam – capela, senzala, monjolo, roda de água, galpões com instrumentos agrários, objetos do tempo da escravidão, tronco, bacalhau, cangalhas, carro de boi e outros que tais. O local presta-se suficientemente para uma restauração histórica dêsse quilate. Convém opinar e ouvir S.E..”*²¹

Em 20 de outubro de 1950 foi lavrada a escritura de reti-ratificação do imóvel, através da qual se oficializou a doação da **casa** à Prefeitura, pela Companhia City. O documento contém a primeira descrição oficial da casa após sua doação à Prefeitura:

“Saibam, quantos este público instrumento de escritura de reti-ratificação virem que, no ano de 1950, aos 20 de outubro, nesta cidade de São Paulo, em meu cartório (...) compareceram (...) a City of São Paulo Improvements and Freehold Land Company Limited, (...), e a Municipalidade de São Paulo. (...) me foi dito (...) que, por escritura de 20 de julho de 1944 (...) foi doada a área de terreno que constitui o leito da Praça 2, atualmente Praça Monteiro Lobato²²; que por um

17. MELO, Luis Correia de. **Dicionário de Autores Paulistas**. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo/ Serviço de Comemorações Culturais, 1954. p. 553. Benvenuto Silvério de Arruda SANT'ANNA, conhecido como Nuto SANT'ANNA, paulista de Itirapina, nascido em 1889. Diplomado pela Escola de Farmácia e Odontologia da USP em 1914. Em 1927, com Sérgio Milliet, organizou e publicou, para o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, doze volumes de **Documentos Interessantes, Inventários e Testamentos, e Sesmarias**. Colaborou como jornalista d' **O Estado de São Paulo** a partir de 1935. Em 1934 fundou e dirigiu, sob os auspícios do prefeito Antônio de Assunção, a **Revista do Arquivo Histórico Municipal**, a qual depois foi orientada por Sérgio Milliet e Mário de Andrade; em 1945 voltou à sua direção. Em 1936 foi eleito para o IHGSP. Sua carreira na Prefeitura de São Paulo tem início em 1932, quando fez concurso para a Prefeitura e foi nomeado escrivão pelo prefeito Anhaia Melo. Foi promovido em 1936 a chefe de seção, e depois, da Divisão de Documentação Histórica, pelo prefeito Fábio Prado. Em 1944 é designado, pelo prefeito Prestes Maia, para chefe substituto da Divisão de Documentação Histórica e Social do Departamento de Cultura, cargo em que foi efetivado em 1946.

18. Processo PMSP **64.988/47**.

19. Ver evolução do organograma da administração municipal de São Paulo em **REVISTA DO ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL** nº 199. Número que trata da formação administrativa da cidade de São Paulo de 1554 a 1954. São Paulo: PMSP - Departamento do Patrimônio Histórico, 1991. pp. 63-64.

20. De janeiro de 1948 a julho de 1949 o Processo fica parado, sem reposta, com os procuradores da Divisão do Patrimônio e Almoxarifado da Prefeitura, aguardando parecer jurídico sobre “se o prédio localizado nos terrenos cujo domínio a City transferiu, por doação, à Prefeitura, passou também para o patrimônio municipal. Nuto Sant’Anna pede, então, o Processo de volta, para conseguir adotar providências concretas: “Solicitamos a gentileza de remessa, a esta Divisão (Cult 4), para estudos, do Processo 64.988/47”. Cf. Processo PMSP 64.988/47, Fls. 19 e 20:

21. Processo PMSP
64.988/47, em 4-11-1949.

22. Através da Lei no. 3.767 de 17 de junho de 1949 oficializara-se o nome da praça, antigo “espaço livre número 2”, como “Praça Monteiro Lobato”. Cf. Processo PMSP **64.988**, de 1947, Fl. 31, em 18-7-1950.

23. Processo PMSP
64.988/47.

24. Id. Ibidem. Fl. 79 e 79 verso, em 25-8-1953.

25. Processo PMSP
44.799/53. Fl. 2, em 16-1-1953.

Fig. 17. Fachada Oeste, março de 1954. Fotografia de Germano Graeser. Arquivo DPH/Pres./STLP.

lapso, deixou de incluir como pertencente ao leito desta praça, uma casa de moradia, térrea, antiga, limitada por todos os lados pelo leito da Praça 2, atualmente Praça Monteiro Lobato, com cerca de 357,40ms2 de área construída, feita de taipa, revestida, coberta com telha colonial vã, contendo 7 cômodos e encontrando-se em péssimo estado de conservação.”²³ (grifos meus)

O Departamento do Tesouro prossegue com as providências no sentido de mandar desocupar a casa para entregá-la ao Departamento de Cultura. Oito pessoas ocupavam a casa em 1947; em 1953 já eram três famílias, uma delas autorizada pela Divisão do Arquivo Histórico a morar na casa, desde que a vigiasse para que outras pessoas a não invadissem.²⁴

O estado da casa era realmente ruinoso (**Fig. 17**), conforme atesta um relatório de 16 de janeiro de 1953, da Divisão do Patrimônio e Almoxarifado, da Secretaria das Finanças, onde se informa também que o imóvel está “*necessitando de diversos reparos, como o madeiramento dos telhados que pode acarretar acidentes visto os caibros das madeiras achar-se quebrados, e ser de madeiras roliças.*”²⁵ (grifos meus)

A transferência da casa do Butantã à Divisão do Arquivo Histórico do Departamento de Cultura ocorrerá naquele mesmo ano, em 31-7-1953, exatamente a um ano do início da restauração que será promovida pela Comissão do IV Centenário. Tratava-se, ainda, da preservação de um monumento relacionado à memória do padre Belchior de Pontes. É Nuto Sant’Anna quem, representando o Departamento de Cultura, receberá a guarda do terreno e da casa em transmissão da Divisão do Patrimônio e Almoxarifado da Prefeitura em favor do Departamento de Cultura:

“Aos 31 dias do mês de Julho de 1953, à Diretoria do Departamento do Tesouro, da Secretaria das Finanças da Prefeitura do Município de São Paulo, onde se encontravam o Diretor do Departamento do Tesouro, Dr. OLYMPIO CARR RIBEIRO, e o Chefe da Divisão do Patrimônio e Almoxarifado, Sr. ELMANO DE ALMEIDA, compareceu

o Sr. NUTO SANT'ANNA, Chefe da Divisão do Arquivo Histórico (Cult.4). E, pelo Diretor do Departamento do Tesouro, foi dito que a Fazenda Municipal é proprietária da “**CASA BELCHIOR DE PONTES**”, situada na Praça Monteiro Lobato, BUTANTAN – 14º. Subdistrito, que assim se descreve: **casa de moradia, terrea, antiga limitada por todos os lados pelo leito da Praça Monteiro Lobato, com cerca de 357,40m2. de área construída, feita de taipa, revestida coberta com telha colonial vã contendo (7) cômodos, e encontrando-se em péssimo estado de conservação tudo conforme consta do processo administrativo no.44.799/53; que sendo o referido imóvel necessário a instalação de Museu a sua administração é transferida à Divisão do Arquivo Histórico (Cult.4). Pelo Sr. NUTO SANT'ANNA, foi dito que na qualidade de Chefe da Divisão acima referida, recebia a administração do imóvel em causa.**”²⁶ (grifos meus)

26. Processo PMSP no. 44.799/53. TERMO DE TRANSFERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEL MUNICIPAL.

27. Processo PMSP 64.988/47, em 4-11-1949.

28. Id. Ibidem.

29. Portaria número 20, de 29-7-1948.

30. Lei no. 416, de 29/12/1951, cf. “Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo – Histórico”, arquivo DPH/ DAH/ Seção de Manuscritos, s.d.

Portanto o imóvel chega às mãos do Departamento de Cultura em 1953 com a intenção original de nele ser instalado um museu da época colonial. De acordo com Nuto Sant'Anna, “com capela, senzala, monjolo, roda de água, galpões com instrumentos agrários, objetos do tempo da escravidão, tronco, bacalhau, cangalhas, carro de boi e outros”²⁷. Não há menção, até então, a temas bandeiristas. Cogitou-se o padre Belchior de Pontes ter residido na casa, mas nenhuma pesquisa foi providenciada no sentido de averiguar a hipótese que, se confirmada, faria crescer “de muito o seu valor, pois que se forma realmente um patrimônio histórico”²⁸, de acordo com o próprio Nuto Sant'Anna. O uso da casa para rememorar o mito do bandeirante paulista só será aventado, portanto, depois da metade do ano de 1953, por iniciativa de outras personalidades.

2.3. O IV Centenário

Os preparativos para os festejos do IV Centenário da cidade tiveram início já em 1948 quando o Prefeito Paulo Lauro nomeou Fábio Prado, Armando de Arruda Pereira, Gumerindo Fleury, Sadi Brandão, Arthur de Lemos Brito, Miguel Franchini Neto, André Nunes Junior, Jarbas Tupinambá, José de Moura, Reynaldo Smith de Vasconcellos, José Ferreira Keffer, Nicolau Tuma, Waldemar Teixeira Pinto e Aloísio Greenhalgh para constituírem a “Comissão de Festejos Comemorativos do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo”.²⁹

Em 29 de dezembro de 1951 o então prefeito Armando de Arruda Pereira criou a entidade autárquica denominada “Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo”³⁰. O presidente da Comissão foi escolhido de comum acordo entre o Governador e o Prefeito: Francisco Matarazzo Sobrinho, o Cicillo Matarazzo. Coube, a essa autarquia, planejar e executar todos os eventos relativos ao IV Centenário da fundação da cidade. Os eventos

31. TEIXEIRA, Mônica. “Obra de gigantes”. In: SESC. **Fantasia brasileira – obra de gigantes – o balé do IV Centenário**. São Paulo: SESC, 1998. pp.109-130. p. 111.

32. Processo PMSP

78.961/56, informação de Paulo Florençano em 25-2-1959. Também: “Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo – Histórico”, arquivo DPH/ DAH/ Seção de Manuscritos, s.d.

oficiais iniciaram-se com a abertura da 2ª. Bienal de Arte de São Paulo, em 12 de dezembro de 1953³¹, e deveriam se encerrar em 25 de janeiro de 1955. A Comissão deveria ser extinta em 25 de julho de 1955, seis meses após o encerramento dos eventos, mas continuou existindo como “Comissão do Ibirapuera”, sua sucessora, até além de meados da década de 1960.³²

A intenção de Cicillo e da Comissão era que a festa do IV Centenário “embasbacasse o mundo e assombrasse o país”. De fato foi isto o que ocorreu. A Comissão dos Festejos chegou a ter 400 funcionários. A programação compreendeu dezenas de eventos, entre os quais “49 congressos culturais e científicos; 9 exposições de caráter cultural; 13 certames esportivos; festival internacional de cinema”; o destaque fica para a construção do Parque Ibirapuera, obra de tal grandiosidade, com seus 9 edifícios monumentais; desfiles, publicação de livros, álbuns e revistas (TEIXEIRA 1998, p. 116).

Pouco antes de Jânio Quadros tomar posse como prefeito, em 8 de abril de 1953, Cicillo pede exoneração do cargo de presidente da Comissão. O pedido não é aceito pelo ainda prefeito Arruda Pereira, e Cicillo permanece mais um ano, coordenando as obras do Parque do Ibirapuera. No início de março de 1954 a sua situação conflituosa com Jânio Quadros agrava-se, e ele pede exoneração novamente. Desta vez a exoneração é aceita. Em 16 de março Guilherme de Almeida, surpreso, é nomeado pelo prefeito e pelo governador Lucas Nogueira Garcez novo presidente da Comissão do IV Centenário. O poeta modernista aceitou a nomeação, pela causa de São Paulo.

2.4. Dois piratininganos

Fig. 18. “Anhangüera”, de Luigi Brizzolara, na capa de **Paulistania** nº 70, 1966.

Para Guilherme de Almeida a nomeação deve ter sido uma oportunidade de ouro para manifestar concretamente o seu amor por São Paulo. Paulista de Campinas, advogado, o poeta modernista que participou da Semana de Arte de 1922 alistara-se em 1932 como soldado na revolução constitucionalista. Por causa disso esteve exilado em Portugal com outros revolucionários, onde permaneceu por oito meses (RAMOS 2002). De volta a São Paulo ajudou a fundar o Clube Piratininga, em 1934, entidade constituída basicamente por ativistas e simpatizantes da causa constitucionalista, muitos deles membros do IHGSP: Wladimir de Toledo Piza, Guilherme de Almeida, Alfredo Ellis Junior, etc. O grupo, através do Clube, era defensor de maior poder político para o estado de São Paulo, contra a política centralizadora e intervencionista do governo de Getúlio Vargas. Cultuar a grandiosidade do passado regional, e enaltecer as realizações econômicas do presente faziam parte das estratégias adotadas pelo grupo para difundir a autonomia política paulista e angariar simpatizantes para a sua causa. Para divulgação de suas atividades e ideais, o clube Piratininga criou no ano de 1935 o pequeno boletim informativo **Paulistania**, cujos primeiros números são marcados por um acentuado chauvinismo:

“É dado, hoje, à circulação, o terceiro número de “PAULISTANIA”, órgão do Clube Piratininga.

Fructo do esforço e da intelligencia de uma plêiade de bons sócios, será porta voz das aspirações justas e bem paulistas de todos os sócios do Clube, em cujo coração se aninham sinceramente o bem e o progresso desta terra bôa e bem aventurada.

Dentro da directriz puramente nossa que lhe traçou o seu esforçado e competente director presidente, irá por certo “PAULISTANIA”, percorrer mundos, levando nos seus hombros, fortes como o próprio luminoso nome que lhe empresta o brilho, um pouco de tudo que realizamos, um pouco de tudo que nos pertence, para que se accentuem de futuro, aos descendentes e aos posteros o ideal que nos move e acendrado amor e devotamento a esta terra que Anchieta criou.(...)” (Assina “João de São Paulo”, um “colaborador entusiasta”. **Paulistania** nº 3, outubro de 1939)

“1934 – 1939.

Cinco annos são passados.

Um grupo de paulistas, reunidos, sentindo bem de perto a necessidade de cultuar a memória e a tradição de São Paulo, deliberou fundar o Clube Piratininga.

Nelle seriam recebidos os que estimassem a terra; os que venerassem os vultos do seu passado, nelle ingressariam; os que cultuassem a sua história, entrecortada de arrojadas arremetidas, de arroubos de entusiasmo e de coragem e patriotismo e civismo, nelle seriam recebidos; os que pugnassem pela sua grandesa, os que se interessassem pelo progresso de sua industria, da sua lavoura, do seu commercio, teriam um logar de destaque no novo centro.

Um pugilo de paulistas acorreu ao nosso toque de reunir.

Com elles, e para elles foi nosso Clube fundado.

E a medida que os dias se passavam, avolumava-se a já crescente molle de associados.

Nosso Clube foi, assim, pouco e pouco, se avolumando e se solidificando.

Hoje elle é um monumento, como monumento é tudo que se erige no fértil solo de Piratininga, nessa terra grandiosa plantada sob signo da fé e abençoada por Anchieta.

E elle vem cumprindo a sua missão nobilissima de mostrar a nós mesmos o que fomos, o que somos e o que seremos.

Norteando os seus destinos passaram Gaspar Ricardo Junior, Edmur de Sousa Queiroz, Wladimir de Toledo Piza e Pedro Augusto da Silva, nomes que marcaram uma época de progresso e de prosperidade.

E quando, daqui a annos mais um lustro se passar, então, nossos alicerces estarão bem sólidos.

*Como os arranha-ceus que se levantam para o espaço, nós, nelles plantados, também nos levantaremos para o alto. (Editorial. **Paulistania** nº 5, dezembro de 1939)*

Em 1945, em face da decretação do Ato Adicional de 28-2-1945 de Getúlio Vargas que anunciou eleições para presidente, governadores, Assembléia Constituinte e Assembléias Legislativas estaduais, o clube publica o **Manifesto do Clube Piratininga**, em protesto “*contra o Ato Adicional e contra a possível candidatura do ditador*”. No Manifesto, os piratininganos evocam os ideais de 1932 e esclarecem as “diretrizes” de sua atuação: “*desde 1932 pela democracia, pela liberdade e pela descentralização política, dois dos pontos mais importantes do programa dos republicanos de 1889, destruídos pela ditadura federal.*” Exaltam a coragem de São Paulo, “*que se levantou em 1932 para combater a ditadura, de armas na mão, nesse movimento que foi incompreendido (...) pelos outros estados do Brasil.*”

Paulistania, que começara em 1935 como uma pequena brochura de quatro folhas, de circulação mensal, rapidamente se transforma em revista de porte, de publicação bimestral. Nessa transformação, o marcado caráter político do boletim desaparece e, já como revista, **Paulistania** exhibe anúncios comerciais de patrocinadores, assim como uma grande variedade de temas relacionados principalmente à cultura, passando a contar com colaborações ilustres como as de Aroldo de Azevedo, Aziz Ab’Saber, Carlos Drummond de Andrade, Alfredo Ellis Junior, Tácito de Almeida, Sérgio Buarque de Holanda, Ernani Silva Bruno e Egon Schaden, entre outros. No número 11 (edição de abril-junho de 1942) a revista já adquiriu seu formato definitivo, com quase sessenta páginas, que permanecerá até a sua extinção. Seu conteúdo, no apogeu (décadas de 1940, 1950 e até meados da década de 1960), abrangia principalmente: temas relacionados à Revolução Constitucionalista e ao passado paulista (biografias; fatos da história colonial, e da história republicana; indianismo; cidades coloniais; patrimônio histórico; arquitetura; toponímia); ensaios antropológicos (festas tradicionais; folclore; etnografia; vida e habitação do caipira paulista; o caipira; culinária; vestuário; mobiliário); técnica (balística; taipa; equipamentos de produção); pesquisas geológicas e geográficas (sambaquis, orologia, estudos regionais); crítica literária; reportagens sobre o progresso da cidade e do estado de São Paulo (planejamento urbano; inauguração de obras: arranha-céus, viadutos em construção; abastecimento de água); artes (exposições, bienais de arte). Ao lado disso, assuntos amenos como atividades sociais do clube e reportagens turísticas. Os temas bandeiristas, sempre presentes, se avolumam por volta de 1954 e 1955 por conta do IV Centenário. A mudança do Clube, que funcionou no 24o. andar do Edifício CBI Esplanada, para sua nova sede na Alameda Barros (1966) coincide com a decadência da qualidade da revista, que passa a se dedicar principalmente à reportagem de festas, casamentos, visitas de políticos ao Clube. Seu conteúdo ideológico (as “diretrizes” originais) que já havia se dissolvido bastante na década de 1960, desaparece completamente, e a revista é extinta antes de chegar à nonagésima edição, no início da década de 1980.

Na edição número 11, de abril-junho de 1942, figuram os nomes dos redatores da revista, conhecidas figuras da elite paulista, que imprimiriam a **Paulistania**, durante mais de duas décadas, o caráter de revista dedicada à cultura. Paulo

Camilher Florençano aparece como redator juntamente com Wladimir de Toledo Piza, Plínio Ayrosa e César Salgado. Mais tarde Florençano e Toledo Piza passam a dirigir a redação da revista, até este último se afastar para assumir o cargo de Prefeito de São Paulo (1956). Florençano passa, então, a ser o único responsável pela redação, pelo menos até 1972.³³ Paulo Camilher Florençano (1913 – 1988) nasceu em Taubaté e era apaixonado pelo estudo da história, artes, folclore e pelo desenho. Era funcionário da Secretaria de Saúde do estado e dirigia a redação da **Paulistania** quando Guilherme de Almeida foi nomeado presidente da Comissão do IV Centenário, em março de 1954.

33. Não foi possível saber exatamente até quando. A última menção a Paulo Florençano está na revista número 76, de 1972. Depois desta data não encontramos todas as edições da revista.

Foi sob a presidência de Guilherme de Almeida que ocorreu a inauguração do Parque do Ibirapuera, em 21 de agosto de 1954. O novo presidente organizou também a Chuva de Prata, de papel laminado, sobre o Parque do Ibirapuera (sob a luz de holofotes), na noite de 9 de julho, data da maior relevância para os constitucionalistas.

Os festejos do IV Centenário incluíram eventos para exaltar, de um lado, a modernidade da cidade – os arranha-céus, a industrialização, a arquitetura e a arte modernas – e de outro, os grandes eventos do passado. Nesta vertente, merecem ser lembradas a edição e reedição de livros sobre a história de São Paulo, assim como a Exposição Histórica comemorativa do IV Centenário da Fundação da cidade, no Parque do Ibirapuera.

Um entusiasta do passado paulista presidindo a Comissão organizadora dos festejos era o que faltava para viabilizar o salvamento da casa do Butantã. O editorial da **Paulistania** número 52 informa que *“o Dr. Guilherme de Almeida, desejando dar cunho mais regional às comemorações, assinalando-as com algo ligado ao passado histórico de Piratininga, resolveu, por sugestão do sr. Paulo Camilher Florençano, restaurar aquela velha mansão paulistana.”* (Fig. 19)

Fig. 19. O passado como alicerce do futuro. Ilustração do editorial da **Paulistania** nº 52, 1955.

A sugestão de Paulo Florençano veio ao encontro do plano de Guilherme de Almeida de acentuar a identidade paulista através das comemorações. O primeiro foi logo convidado para trabalhar na Comissão, como Assistente da Presidência, incumbido da restauração da velha casa. Portanto, da sugestão a Guilherme de Almeida, até a transformação da casa em um museu de época, foi tudo iniciativa e empenho de Florençano:

“Em março de 1954, tivemos oportunidade de oferecer à Comissão do IV Centenário, através do seu então presidente, o poeta e cultor do nosso passado, dr. Guilherme de Almeida, a sugestão de que se restaurasse e, em seguida fosse aproveitada para abrigar museu evocativo da época

bandeirista, a popularmente cognominada “Casa Velha do Butantã” – típico exemplar da predominante arquitetura rural contemporânea ao Ciclo do Ouro.

A casa, quando oferecemos a sugestão de seu aproveitamento (...) estava em estado de ruína e fadada a desaparecer, pois, as tentativas levadas a efeito anteriormente pelo sr. Nuto Sant’Anna, no sentido de restaurá-la (fato que só nos chegou ao conhecimento bem mais tarde) foram baldadas porque, lamentavelmente, não receberam da administração municipal, a devida atenção.

Aprovada pela Comissão do IV Centenário a nossa idéia, tivemos a grande satisfação de sermos convidados para dirigir os trabalhos, centralizando tudo a eles referentes: restauração e instalação do projetado museu.

Graças ao especial apoio do sr. Presidente da Comissão do IV Centenário e de diversas outras pessoas que cultuam o nosso Passado e também, dos poderes Estadual e Municipal, em 25 de janeiro de 1955 pudemos dar por concluídas as obras de restauração e, em 30 de outubro de 1955, após complementar o seu interior com os móveis e alfaías característicos e a parte ajardinada externa, com algumas máquinas agrícolas tradicionais às fazendas de outrora, dar por findos os trabalhos.

São Paulo ganhou então, um museu diferente, pois, nesse dia, a Comissão do IV Centenário, em solenidade das mais expressivas, pôde

Fig. 20 (esquerda superior). Guilherme de Almeida (à esquerda) discursa na inauguração, em 25-1-1955. Acervo DPH/ DIM.

Fig. 21 (direita). Washington Luiz P. S., o segundo da esquerda para a direita, e no mesmo sentido, Guilherme de Almeida e Paulo Florençano, em 25-1-1955. Acervo DPH/DIM.

Fig. 22 (esquerda inferior). Afonso Taunay (esquerda) amparado pelo governador Lucas N. Garcez (centro), e Guilherme de Almeida (direita). 25-1-1955. Acervo DPH/DIM.

*inaugurar a “Casa do Bandeirante” – ensaio de recomposição do ambiente rural doméstico de primórdios do século XVIII.”*³⁴

34. “A Casa do Bandeirante”. In: **Paulistania** número 52, janeiro-abril de 1955. pp. 6-10.

A primeira providência de Paulo Florençano foi obter a cessão da casa (que estava sob responsabilidade do Departamento de Cultura desde 1953) em favor da Comissão do IV Centenário, o que foi feito através da intervenção do engenheiro Carlos Gomes Cardim Filho, aposentado da Prefeitura. A orientação para a restauração foi solicitada ao IPHAN, representado por Luis Saia. Benedicto Pacheco, técnico contratado pela Comissão, dirigiu as obras, que foram realizadas de julho de 1954 a janeiro de 1955.

A casa ainda não havia sido paramentada com os móveis e objetos de fazenda; apenas a restauração do edifício estava concluída. Houve inauguração solene da casa restaurada, em 25 de janeiro de 1955, dia do encerramento das comemorações oficiais do IV Centenário (**Fig. 20, 21, 22**). Guilherme de Almeida proferiu, então, o seguinte discurso:

“Faz hoje um ano que o Paulista vem assistindo, frente à sua Cidade feita palco, ao espetáculo de sua própria grandeza. À sombra da agressiva escalada dos céus pelas suas Babéis de cimento armado; ao longo de suas avenidas intumescidas de multidões e, roldão e explosão de motores; sobre as Lages e sob os vãos de seus viadutos atirados de colina a colina; pela opulenta placidez de seus bairros residenciais, seus parques e seus jardins; contra o pano-de-fundo de seus fuliginosos horizontes espetados de chaminés e enfeitados pelos colares multicolores de suas risonhas vilas operárias... – por aí tudo desfilarão quatro séculos de sonhos, de vigílias, de lutas, de derrotas, de vitórias, de misérias, de riquezas, de máguas, de alegrias...

Ora, ao imenso palco-giratório faltou entretanto, um cenário: o da casa em que morou o genuíno criador de nossa atual magnificência. Faltou o cenário de honrada simplicidade do bandeirante. E, precisamente no dia em que encerra suas comemorações oficiais, como num “coup-de-théâtre”, numa apoteose final, a Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo descerra aos olhos da gente paulista a visão cênica dessa veneranda atmosfera.

É, por ora, uma simples apresentação de “decor”. Mansão colonial dos fins do Século XVII e metade do Século XVIII – isto é, do pleno Ciclo Bandeirista –, apresenta-se ainda numa esta “Casa do Bandeirante”. A imaginação dos que a virem – se forem este gente afinada com nossa sensibilidade e intuição – saberá povoá-la das coisas singelamente nobres, entre as quais viveram nossos maiores. Mais tarde, pouco a pouco, para aqui virá o modesto acervo dos móveis, alfaías e utensílios que serviram aos bandeirante. E então será apresentado a quem puder interessar, não um museu (que é coisa que não se improvisa), mas um ambiente vivo. Não será rico, por certo, se quiser ser autêntico. O nosso velho sertanista, tendo que fazer a riqueza do Brasil, não teve tempo de fazer a sua. Foi o mais pobre dos

35. Escritura lavrada naquela data, no 24º. Tabelião. Cf. Processo municipal 64.988/47, fl. 99 vo.

brasileiros. E justamente essa pobreza, ele a considerou sua fortuna. Nos velhos testamentos constantes dos arquivos, usava ele, em vez da fórmula sacramental “Deixo meus bens”, “minha fazenda”, “meus haveres”, esta, nobilíssima: “Deixo minha pobreza”... O que levou Alcântara Machado a comentar: “Linda maneira de nomear os bens terrenos. Por muito abundantes que sejam, não é tão mesquinho na realidade o seu valor?...”

Aí está, meus patrícios, a “Casa do Bandeirante”. É patrimônio vosso. Habitai-a com alma e devoção, suprimindo-lhe todas as deficiências com a herança dos muitos e muitos bens morais e espirituais que nos legaram aqueles cuja memória é preciso quinhão, graças a Deus vinculado de inalienabilidade.”³⁵

2.5. A restauração

O exame da obra a que procederemos foi realizado a partir dos poucos registros que encontramos, basicamente: a) o Caderno de Obras contendo fotografias e anotações explicativas, em ordem cronológica, das sucessivas etapas da obra; b) processos administrativos municipais contendo documentos de Paulo Florençano; c) o acervo disponível da Comissão do IV Centenário, sobre compra de materiais e contratação de serviços para a obra; c) escritos e publicações de Luis Saia.

O Caderno de Obras (ou Livro de Obras) é documento valiosíssimo que permite compreendermos a **metodologia da obra** e, na ausência de projeto arquitetônico ou de memoriais descritivos da intervenção, possibilita inferirmos, através do registro fotográfico legendado, os **conceitos técnicos** fundamentais adotados na operação. O Caderno de Obras foi adotado pelo IPHAN no estado de São Paulo, na Igreja do Embu (1938), e passou a fazer parte da metodologia de trabalho em todas as obras seguintes inspiradas na metodologia inaugurada por Saia, pelo menos até o final da década de 1970 no DPH. O seu objetivo era constituir um registro fotográfico técnico e explicativo de todas as etapas da restauração. Ao final da restauração as imagens mais representativas de cada etapa de obra eram selecionadas, coladas num caderno segundo critério cronológico, e identificadas. (**Fig. 23**)

O caderno da casa do Butantã foi organizado por Benedicto Pacheco, sob a orientação do IPHAN. As fotografias são de Germano Graeser, contratado pela Comissão (através de Paulo Florençano) para a empreitada da obra, da mesma forma como fora Benedicto Pacheco. Este último assina na primeira folha do caderno:

**“CASA DO BANDEIRANTE: Livro de Obras de Restauração –
Documentação Fotográfica – Casa grande do Butantã”**

“Junho de 1954 – A Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo autoriza a execução dos trabalhos de restauração, que são orientados por

Fig. 23. Página típica de um Caderno de Obras do IPHAN (São Paulo), usando ampliações fotográficas 6 X 6 cm (se necessário, 6 X 9 cm), com ângulo de tomada da fotografia assinado sobre uma planta esquemática. Data e legenda informam a etapa da obra. Fonte: **Caderno de Obras - Casa do Butantã**. Acervo DPH/ Pres.

Luiz Saia chefe do 4º Distrito do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e dirigidos por Benedicto Pacheco. São Paulo, 29 de setembro de 1955”.

Assina: Benedicto Pacheco

36. Escritura lavrada naquela data, no 24º. Tabelião. Cf. Processo municipal 64.988/47, fl. 99 vo.

Doad a pela Companhia City à Prefeitura³⁶ desde 20-10-1950, a casa foi invadida em 1951 por várias famílias que ocuparam a casa até o início das obras de restauração. Não há registro arquitetônico da situação da casa à época da doação. Germano Graeser registrou o estado do edifício em março de 1954. O madeiramento correspondente à área central da casa havia sido removido, restando um pátio central que era usado como galinheiro (**Fig. 26**).

As patologias mais frequentes desse tipo de edificação estavam presentes na casa, com as seguintes características:

Fig. 24. Planta baixa e do telhado, antes da restauração, elaboradas com base no exame das fotografias e anotações do **Caderno de Obras**.

Fig. 25. Planta baixa e do telhado, depois da restauração, elaboradas com base em levantamento no local.

- 1) Erosão das paredes periféricas da casa, restrita à porção inferior próxima ao solo, pela parte externa, devido à água de chuva (**Fig. 27**);
- 2) Lacunas (“cáries”) nas paredes, decorrentes da ação de térmitas, cabodás e desagregação localizada (**Fig. 28, 29**);
- 3) Fendas e trincas nas paredes, provocadas por desagregações localizadas dos maciços de taipa (**Fig. 28**);
- 4) Separação das paredes de taipa nos cunhais, provocada pela falta de sistema de amarração entre as paredes (ausência de malhetes) e pelo apodrecimento de parte dos frechais (**Fig. 28**);
- 5) Envasaduras primitivas emparedadas com alvenaria de tijolos ou pau a pique (**Fig. 27**);
- 6) Envasaduras escavadas nas paredes, onde não existiam primitivamente (**Fig. 27**);
- 7) Paredes primitivas desaparecidas, e paredes não primitivas de fatura mais recente (**Fig. 24**);
- 8) Esquadrias alteradas, ou apodrecidas, ou desaparecidas (**Fig. 27**);
- 9) Cobertura alterada, com madeiramento de material, forma (e por vezes solução construtiva) diversos do primitivo (**Fig. 30**).
- 10) Revestimento ausente ou desagregado em vários pontos (**Fig. 26**);
- 11) Poucas ferragens primitivas remanescentes. A maior parte estava desaparecida.

Fig. 26. Pátio formado no centro da construção, onde a cobertura fora removida. (Desabamento?). Note-se sinal de parede que existiu encostada no maciço esquerdo. Fotografia G. Graeser, março de 1954. Acervo PMSP/DIM.

Fig. 27. Fachada Sul. Base de parede erodida por respingos de chuva. Envasaduras emparedadas. Esquadrias desaparecidas. Lacunas preenchidas com camisas de tijolos de barro. Fotografia de Germano Graeser, março de 1954. Acervo PMSP/DIM

Fig. 28. Lacunas (“cáries”), em 16-9-1954. Fonte: **Caderno de Obras – Casa do Bandeirante**. Acervo PMSP/Pres.

Fig. 29 (esquerda). Lacunas (“cáries”), em 10-9-1954. Fonte: **Caderno de Obras – Casa do Bandeirante**. Acervo PMSP/Pres.

Fig. 30 (direita). Madeira leve do telhado desorganizado (forro do beiral, ripas, caibros roliços), no início da obra, em 14-7-1954. Fonte: **Caderno de Obras – Casa do Bandeirante**. Acervo PMSP/Pres.

37. Pasta **MNC 29**, IPHAN 9ª. SR/ SP

38. Informação no. 8.532, de Carlos Gomes Cardim Filho, s/d, cópia avulsa sem citação de fonte. Arquivo DPH/ Pres./ STLP.

A obra aconteceu sem prévio projeto arquitetônico, como de praxe. O único documento pertinente arquivado no IPHAN sobre esta obra é um memorando de 27-11-1954 de Renato Soeiro, então diretor da Diretoria de Conservação e Restauração, solicitando do 4º. Distrito “*as fotografias e relatórios dos serviços executados e despesas já efetuadas à conta da Comissão do IV Centenário de São Paulo*”³⁷, documentos que não localizamos no arquivo do Rio de Janeiro. Os documentos municipais (acervo da Comissão do IV Centenário e PMSP) informam que a obra custou Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) contra os Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros)³⁸ previstos para o Parque do Ibirapuera (TEIXEIRA 1998, p. 128).

Não sendo este um monumento tombado pelo IPHAN, a sua restauração não deve ter merecido muita atenção da Diretoria do Rio de Janeiro. Daí também a escassez de documentação sobre a obra, documentação basicamente gerada pela correspondência trocada entre São Paulo e Rio de Janeiro para discussões técnicas, prática adotada nas intervenções em monumentos federais. Os casos da Igreja do Embu, do Sítio Santo Antonio, e da Câmara e Cadeia de Atibaia, examinados em ANDRADE 1993, ROMAN 2003 e GONÇALVES 2004, ilustram bem a extensão e o teor dessa documentação.

O **partido** adotado para a intervenção na casa do Butantã, alicerçado sobre as bases teóricas estabelecidas por Saia em 1944, orientou-se para a recuperação da feição mais primitiva conhecida do edifício. Essa configuração primitiva foi inferida exclusivamente do exame empírico do edifício e dos pressupostos colocados na tese de 1944, como faz supor a ausência absoluta de documentos de pesquisa sobre a história do imóvel (que só veio a ser feita em 1980). Essa pesquisa, aliás, certamente teria merecido atenção do IPHAN caso o edifício não fosse o que era, ou seja, segundo a tese original, somente uma casa muito velha, não tombada, de valor arquitetônico e histórico prejudicado pela sua filiação tipológica tardo-bandeirista.

Apesar da classificação desprivilegiada, a obra mereceu a tradicional abordagem de obras do IPHAN. Tal qual o partido de intervenção, o **conceito técnico** da intervenção também já estava definido preliminarmente, qual seja: primeiramente providenciar a consolidação estrutural do edifício; depois, restaurá-lo.

Essa curiosa polaridade, que não tem sentido se admitirmos que a consolidação é intervenção sobre a materialidade do edifício e portanto já está dentro do âmbito da restauração no seu sentido amplo, não deixa de ter a sua lógica se lembrarmos que o IPHAN freqüentemente empreendeu obras de salvamento em edifícios estruturalmente ameaçados por iminente desabamento. No caso das construções de taipa de pilão, esse estado de iminente risco não era raro, dada a particular fragilidade do material em presença de água. Seja por esse ou por outro motivo, os procedimentos tradicionais do IPHAN tradicionalmente reconheciam, dentro da restauração, duas instâncias de intervenção distintas: uma, a estabilização (e a conservação) – destinada à consolidação e à preservação da materialidade existente – e outra, a restauração no seu sentido estrito, significando esta segunda a recuperação da configuração original. Fernando Machado Leal utiliza essa categorização seqüencial em **Restauração e Conservação de Monumentos Brasileiros**, reservando capítulos separados do livro para tratar primeiramente da consolidação e depois da restauração, afirmando que “uma vez estabilizado o monumento, o passo seguinte é o de sua restauração, que consiste em fazer voltar a edificação à sua feição primitiva.” (LEAL 1977, p. 131)

A primeira etapa da intervenção era então voltada à **consolidação**, que se sobrepunha à investigação do edifício em busca de vestígios que orientassem a recomposição da configuração prístina. Essa **investigação**, embora tivesse caráter arqueológico, pretendia exclusivamente encontrar os vestígios mais primitivos, ignorando e descartando vestígios de épocas intermediárias entre o imaginado “primitivo” e o presente visível. A desconsideração dos testemunhos intermediários é óbvia nesta obra, mas com quase certeza ela é típica de todas as obras anteriores do IPHAN, como foi demonstrado no caso da demolição da casa do Barão, do Sítio Santo Antonio (GONÇALVES 2004). Pode-se dizer que existia uma investigação arqueológica incipiente e seletiva, na medida em que ela não considerava a noção de estratigrafia e se destinava a ir em busca da confirmação de um pressuposto já colocado de antemão.

Para examinar o estado de estabilidade estrutural, e também para confirmar e/ou examinar a presença das constantes típicas das residências bandeiristas (basicamente a planta típica e a localização e feição das envasaduras) procedeu-se, como era usual, à demolição total dos revestimentos da taipa. Essa investigação, que recebe o nome de **prospecção** (empregado até hoje), atingiu a cobertura, através do destelhamento completo do telhado, para o exame do estado de conservação das peças de madeira e dos respaldos das paredes de taipa, além do exame das soluções construtivas. Tudo registrado em fotografias de impressionante eloquência e didatismo.

As prospecções das paredes consistiam em remover completamente os revestimentos, tivesse ele uma ou mais camadas, não importando se ele estava bem ancorado ou despregado da taipa. Sacrificava-se o revestimento para procurar janelas ou portas tapadas, ou marcas de paredes encostadas (ou

amarradas, através de malhetes) às remanescentes (**Fig. 26**). Nesta etapa da prospecção das paredes já se eliminam, juntamente com os revestimentos, todos os “acréscimos intermediários”, tais como divisórias de pau a pique, paredes e encamisamentos de tijolos e tabiques de madeira desconformes com a tipologia original. Depurava-se a planta da casa e ao mesmo tempo se descobriam vestígios para recompor estruturas primitivas. (**Fig. 31, 32, 33**)

Fig. 31. Alpendre fechado por parede de pau a pique, com porta emparedada, antes da desmontagem da parede. Fachada Leste. Acervo DPH/ DIM.

Fig. 32. Desmontagem da parede de pau a pique que fechava o alpendre Leste. Em 30-7-1954. Fonte: **Caderno de Obras – Casa do Bandeirante**. Acervo PMSP/Pres.

Fig. 33 (esquerda). Vestígio de muro de taipa revelado após a demolição da parede que fechava o alpendre Leste. Em 24-8-1954. Fonte: **Caderno de Obras – Casa do Bandeirante**. Acervo PMSP/Pres.

Fig. 34 (direita). Alicerce já descoberto, de parede que existiu no cômodo central (Ver Fig. 13). Em 10-7-1954. Fonte: **Caderno de Obras – Casa do Bandeirante**. Acervo PMSP/Pres.

No chão se fez a mesma investigação, removendo a terra batida (piso comumente encontrado) dos lugares onde possivelmente, de acordo com o cânone tipológico, poderiam estar escondidos alicerces de taipa (**Fig. 34**). Os alicerces foram encontrados, e a parede foi reconstruída em tijolos.

Em três semanas (da primeira à terceira semana de julho) completa-se a **1ª. ETAPA** da obra, que corresponde à prospecção de paredes e piso, através das demolições de revestimentos, paredes “não originais” e divisórias, além de um fogão a lenha (Comparar situações em **Fig. 24, 25**). Os maciços de taipa, nus, são limpos (**Fig. 28, 29**) e preparados para a terceira, do preenchimento de lacunas e da consolidação.

A **2ª. ETAPA** dura um mês (final de julho a final de agosto), durante o qual se desmontou o madeiramento leve do telhado (ripas, retrancas, cachorros e forro de beiral) e se removeram as peças não originais (caibros roliços). Nesta etapa se examinaram os detalhes de carpintaria e o estado de conservação de cada peça. O exame do sistema construtivo total (telhado e paredes portantes) definiu o conceito da consolidação estrutural.

A casa do Butantã não apresentava, apesar dos numerosos pontos lacunosos na taipa e de fissuras em alguns pontos, desestabilização estrutural. A sua estabilidade decorre da lógica do próprio sistema construtivo. As paredes principais, compostas por maciços independentes (somente encostados, sem amarração) formam dois anéis concêntricos. Entre os anéis, as paredes

Fig. 35 (esquerda). Desenho esquemático das paredes concêntricas com os frechais correndo sobre elas.

Fig. 36 (direita). Os frechais trabalham tracionados pelos empuxos laterais recebidos dos caibros armados.

Fig. 37 (esquerda). Desenho esquemático das extremidades de cada frechal visto em planta, com sambladura do tipo rabo de andorinha.

Fig. 38 (direita). Desmontagem do telhado. Sambladura em primeiro plano. Adiante: caibros roliços espúrios, que foram removidos na restauração. Em 5-8-1954. Fonte: **Caderno de Obras – Casa do Bandeirante**. Acervo PMSP/Pres.

(também sem amarração) de divisão dos ambientes fazem o contraventamento dos maciços. As paredes de taipa são construídas sobre alicerces também de taipa. Além do peso próprio, as paredes suportam o peso do telhado, que é descarregado uniformemente ao longo da extensão das paredes com a ajuda de frechais pousados sobre o respaldo do anel externo e do anel interno (**Fig. 36**). Os frechais (tanto no anel interno como no externo) trabalham tracionados pelos empuxos laterais dos caibros armados, anulando esses empuxos, de forma que os empuxos não são transmitidos às paredes. Às paredes são transmitidas exclusivamente cargas normais (forças verticais) (**Fig. 36**). Cada anel formado pelos frechais mantém-se tracionado (e dessa forma anula os empuxos e cargas provenientes dos caibros) com a ajuda de sambladuras do tipo “rabo de andorinha” nas suas extremidades (**Fig. 37, 38**).

Fig. 39 (esquerda). Respaldo da parede concêntrica interna, onde se vêem os caibros apoiados no fechal. Caibros e frechal semi-embebidos na taipa, antes da consolidação, em 5-8-1954. Fonte: **Caderno de Obras – Casa do Bandeirante**. Acervo PMSP/Pres.

Fig. 40 (direita). Respaldo da parede concêntrica interna após a consolidação, onde se vê a cinta de concreto embebida, em 24-8-1954.

Fig. 41. Parede concêntrica externa, com vala escavada na própria taipa, pronta para receber o concreto. Frechais e cachorros não foram removidos para a operação. Em 24-8-1954. Fonte: **Caderno de Obras – Casa do Bandeirante**. Acervo PMSP/Pres.

Fig. 42 (superior). Corte transversal, mostrando esquema dos caibros armados antes e depois da restauração. Observe-se a parte do telhado que foi reconstituído sobre o vão central, antes e depois da restauração. Ver Fig. 26, 47, 48 e 49).

Fig. 43 (centro). Detalhe do corte transversal, mostrando o local e dimensão da cinta de concreto armado no respaldo da parede concêntrica externa.

Fig. 44 (inferior). Detalhe do corte transversal, mostrando o local e dimensão da cinta no respaldo da parede concêntrica interna. O desenho da esquerda mostra o rufo metálico encontrado antes da restauração, no local onde o frechal ficou descoberto pela ausência do telhado (Ver Fig. 26).

Fig. 45. Corte esquemático: esquema de forma para a concretagem das "placas" nas bases das paredes.

Em setembro e outubro executam-se os serviços de consolidação estrutural, ao que chamaremos **3ª. ETAPA** desta obra. Como já foi visto, o edifício não apresentava problemas estruturais. A estrutura do telhado é originalmente projetada de forma que nenhum esforço lateral é transmitido às paredes. Apesar da falta de amarração e de sua separação, as paredes de taipa estavam perfeitamente aprumadas. Esse deve ser o quadro que levou à adoção de uma única medida de consolidação, qual seja, a introdução de uma cinta de

Fig. 46 (ao lado). “Placas protetoras” de concreto prontas, nas bases das paredes, em 21-10-1954. Fonte: **Caderno de Obras – Casa do Bandeirante**. Acervo PMSP/Pres.

Fig. 47 (abaixo). A Comissão do IV Centenário visita a obra, em 23-10-1954. Luis Saia é o segundo da esquerda para a direita e Carlos Alberto Gomes Cardim terceiro, conversando com Nilo Amaral, Secretário de Obras. Paulo Florençano, o terceiro da direita para a esquerda. Acervo DPH/ DIM.

amarração de concreto armado sobre o respaldo das paredes concêntricas. A cinta foi executada a partir da escavação de uma vala no respaldo das paredes concêntricas, de forma a ficar invisível e não alterar a altura do edifício. A vala tem a largura de um terço da espessura da parede. Para a sua execução, os caibros, cachorros, e demais peças foram removidos na medida necessária, e depois recolocados. (Fig. 39 a 44).

Fig. 48 (esquerda). Teste de posicionamento das peças recuperadas do antigo telhado sobre o vão central, em 6-8-1954. Fonte: **Caderno de Obras – Casa do Bandeirante**. Acervo PMSP/Pres.

Fig. 49 (direita superior). Telhado sobre o vão central já pronto, assim como parede reconstruída em tijolos, em 3-11-1954. Fonte: **Caderno de Obras – Casa do Bandeirante**. Acervo PMSP/Pres.

Fig. 50 (direita inferior). Asnas do telhado reconstruído, ancoradas no frechal da parede concêntrica interna, já com a cinta de concreto, em 3-11-1954. Fonte: **Caderno de Obras – Casa do Bandeirante**. Acervo PMSP/Pres.

Fig. 51. Madeiramento sobre o lanço Sul, restaurado, em 16-11-1954. Fonte: **Caderno de Obras – Casa do Bandeirante**. Acervo PMSP/Pres.

Fig. 52. Cunhal Sul – Leste, reboco grosso já aplicado, em 27-11-1954. Fonte: **Caderno de Obras – Casa do Bandeirante**. Acervo PMSP/Pres.

As grandes lacunas formadas pela erosão da parte inferior das paredes externas foram preenchidas através do método tradicional do IPHAN, com placas de concreto moldadas no local. Pela face interna a própria parede funciona como forma. Pela face externa abre-se uma valeta de serviço, até alcançar o alicerce da parede, e depois se usam como formas tábuas escoradas por pontaletes (**Fig. 45, 46**). As pequenas lacunas, constituídas por cabodás e trincas, foram fechadas com argamassa cimentícia (**Fig. 47**)

A **4ª. ETAPA** da obra compreendeu a restauração de esquadrias das envasaduras, a reconstrução da parede do vão central, e serviços de acabamento (revestimento das paredes). Na cobertura, a restauração do telhado existente, e a construção da parte desaparecida sobre o vão central (**Fig. 48 a 52**). Em **A Casa Bandeirista – uma interpretação** (1955) Saia publicou a fotografia da **Figura 48** explicando que foi possível reconstituir o desenho do telhado desaparecido porque algumas de suas peças foram encontradas em outras partes da edificação, trazidas para o local, reposicionadas, e usadas como modelo para a reconstrução.

Portanto, a consolidação resumiu-se, na casa do Butantã, à introdução da cinta de concreto dentro do respaldo das duas paredes concêntricas. As **figuras 47 e 52** mostram com clareza que não foi aplicado o recurso ortodoxo do esqueleto de concreto armado. Como já dissemos na seção anterior deste capítulo, o emprego do conceito do esqueleto armado adaptava-se a cada situação, e não chegava a ser empregado, caso não existisse a necessidade.

A **5ª. ETAPA** da obra correspondeu à conclusão do revestimento das paredes, com argamassa e pintura à base de cal. As madeiras, tanto do telhado como das esquadrias das envasaduras, não receberam cor, também conforme os procedimentos tradicionais do IPHAN. Luis Saia esclarece a ausência de cores na restauração das peças de carpintaria das casas bandeiristas, referindo-se à obra do Sítio Santo Antônio:

*“Nem aqui (Sítio Santo Antonio) nem no Padre Inácio, em elemento algum foi encontrado vestígio de pintura. Em ambos os casos levei as peças para análise na Politécnica. Levei pedaços que não tinham pegado sol, ou chuva. Em análise de laboratório, por mais que se tenha limpado ou gastado a pintura, se ela existiu restará vestígio entranhado. Por isso não pinte as madeiras.”*³⁹

39. **Curso de Especialização em Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos.** São Paulo: Convênio MEC e Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo do Estado de São Paulo, 1974. Aula de Luis Saia em 6-11-1974.

A introdução de outros materiais além do concreto armado compreendeu fundamentalmente a substituição, que deve ter sido substancial, de peças de canela preta no madeiramento pesado do telhado. Encontramos registros de compra de 22 metros cúbicos de canela preta.⁴⁰ Além disso, a aplicação de argamassa cimentícia na obturação de cáries (fechamento de lacunas, ver **Fig. 47**) e no revestimento dos panos de alvenaria, assim como no assentamento de tijolos de paredes novas. Traduzindo as intervenções nos maciços de taipa em termos gráficos (**Fig. 53 a 64**) é possível perceber a extensão das demolições, dos refazimentos (com alvenaria de tijolos) de superfícies desaparecidas, a introdução da placa de concreto em toda a extensão inferior das paredes, a obturação das pequenas lacunas com argamassa, e a reconstrução da parte desaparecida do telhado.

40. Acervo IV Centenário, Processos **4.292/54**, **4.363/54** e **5.574/54**.

Fig. 53. Fachada Leste (principal) antes da restauração.

Fig. 54. Fachada Leste depois da restauração, sem argamassa de revestimento.

Fig. 55. Fachada Leste depois da restauração, revestida e caiada.

Fig. 56. Fachada Norte (lanço direito) antes da restauração.

Fig. 57. Fachada Norte depois da restauração, sem argamassa de revestimento.

Fig. 58. Fachada Norte depois da restauração, revestida e caiada.

Fig. 59. Fachada Oeste (posterior) antes da restauração.

Fig. 60. Fachada Oeste depois da restauração, sem argamassa de revestimento.

Fig. 61. Fachada Oeste depois da restauração, revestida e caiada.

Fig. 62. Fachada Sul (lanço esquerdo) antes da restauração.

Fig. 63. Fachada Sul depois da restauração, sem argamassa de revestimento.

Fig. 64. Fachada Sul depois da restauração, revestida e caiada.

3. A Casa do Caxingui

(esquerda) Ano 1945
Fotografia de G. Graeser.
Acervo IPHAN 9ª. SR

(direita) Fotografia J.
Hirata. Acervo DPH/DIM

41. KATINSKY 1976, p. 92, com informações extraídas da pasta 013/1 do IPHAN 9ª. SR.

42. Processo municipal 145.444/58.

É novamente Paulo Florençano quem toma a iniciativa de recuperar mais esta casa rural paulista. Em 1958, por ocasião do loteamento da área pela Companhia City, Florençano solicita da empresa loteadora a doação do terreno onde se situava a casa. Conservador do Museu da Casa do Bandeirante desde a sua inauguração, ele procura Luis Saia para solicitar a colaboração do IPHAN na restauração da casa do bairro do Caxingui. A obra concretiza-se em 1967, providenciada pela Prefeitura de São Paulo, sob a orientação do IPHAN, e executada pela Construtora Adolpho Lindenberg.

3.1. Origens e reconhecimento de valor

Sobre a história desta casa são muito poucas as referências conhecidas. Julio Katinsky cita em breve nota de **Casas Bandeiristas. Nascimento e reconhecimento da arte em São Paulo** que “os restos pertenceram a Alberto Christie, que vendeu 22 alqueires da terra ao Sr. Alberto Penteado em 1917. Em 1937 seu filho, o Sr. Carlos Alberto de Almeida Prado, vendeu o sítio para a Companhia City. Esta separou pequena área para a praça e a doou à prefeitura, com a condição de restaurar a dita moradia histórica.”⁴¹

Já uma certidão do Registro de Imóveis emitida em 16-7-1959 atesta que “nos termos da escritura de 16-6-1951 do 16º. Tabelião desta Capital, a Companhia City Paulista de Terrenos e Melhoramentos adquiriu em permuta feita com o Instituto de Previdência de Estado de São Paulo o imóvel (...) consistente de quatro glebas (...) delimitadas pela Estrada Velha de Cotia, pelo Ribeirão Pirajussara, pelo terreno da Fundação Casper Líbero (Radio Gazeta) e pelo terreno de Torquato Tasso (...) e que o terreno objeto desta transcrição integrou a área loteada, loteamento este inscrito no Livro Oito-F (...)”.⁴²

A inexistência de informações históricas precisas e mais aprofundadas possivelmente se deve, entre outras razões, ao fato de o imóvel não ter tido o seu valor histórico ou artístico reconhecido pelo órgão federal que, diversamente no caso dos exemplares por ele tombados, coligiu informações até de épocas bem recuadas, de monumentos como o Sítio Santo Antonio, a casa do Padre Inácio, o Sítio Morrinhos.

Mesmo a instrução do processo de tombamento estadual é lacônica a esse respeito, resumindo-se a dois pareceres de Carlos Lemos, que se atêm aos aspectos arquitetônicos do edifício, acentuando que o seu valor deveria ser atribuído em relação ao universo total de exemplares de moradias chamadas bandeiristas, e não incidir sobre o imóvel isolado. Os pareceres concluem que o imóvel poderia ser tombado, já que havia sido tombada também, em 24-1-1983, a “Casa do Bandeirante” do Butantã.⁴³ Em 15-12-1983 o CONDEPHAAT reconhece o valor do imóvel, inscrevendo-o no Livro do Tombo Histórico. Localiza no século XVII a data provável de sua construção.⁴⁴

Portanto, uma pesquisa sobre a história da casa, que precise a sua data de construção, a sua história dominial e a sua ocupação através dos anos, ainda está por ser feita.

3.2. O plano de restauração da casa

O primeiro documento que menciona a intenção de se restaurar a casa é o ofício de Paulo Fradique Sant’Anna, então chefe da Divisão do Arquivo Histórico (CULT.4) do Departamento de Cultura da Prefeitura, que em 12 de setembro assim se dirige ao delegado do IPHAN Luis Saia:

*“Em virtude de haver a Prefeitura do Município de São Paulo determinado a restauração da ‘Casa Bandeirista do Caxingui’, vimos à presença de V.S. a fim de consultá-lo sobre a possibilidade de sua orientação técnica, com respeito à iniciativa em questão.”*⁴⁵

ao qual Saia responde prontamente:

*“(...) Colocamos à disposição da Prefeitura Municipal, toda a experiência deste Distrito, adquirida nos serviços de conservação e restauração de peças arquitetônicas tradicionais, como a citada ‘Casa Bandeirista do Caxingui.’”*⁴⁶

Um mês depois A GAZETA registra a visita à casa feita pelo repórter do jornal, acompanhado por Paulo Fradique Sant’Anna e Paulo C. Florençano, anunciando a iminência da restauração do imóvel e a sua provável destinação para uso museológico, como já ocorrera na “Casa do Bandeirante”:

“A nossa reportagem visitou na sexta-feira uma verdadeira relíquia arquitetônica, precioso remanescente da época bandeirista, quando estava em pleno apogeu o Ciclo do Ouro, epopéia que os paulistas marcaram idelevelmente com o seu denodo nas páginas da história do Brasil.

43. Processo de tombamento CONDEPHAAT 22.264/82. Tombamento solicitado pelo Secretário de Cultura do Município de São Paulo em 1982.

44. CONDEPHAAT processo 22.264/82, Resolução de tombamento número 22, de 15-12-1983. Tombamento municipal CONPRES Res. 5/1991 ex-officio. Zoneamento municipal especial SEM-PLA Z8-200-126.

45. Ofício 105/58 de 12-9-1958, do Departamento de Cultura/SEC. In: Processo municipal 145.444/58.

46. Ofício 75/58 de 17-9-1958, do 4º. Distrito da DPHAN/MEC. In: Processo municipal 145.444/58.

47. Prefeito Adhemar de Barros. Secretário de Educação e Cultura Francisco Pati.

48. Jornal **A Gazeta** de 20-10-1954.

49. Ofício 70/58 de Paulo Florençano, s/d., ao Chefe do 4º. Distrito da DPHAN. In: Processo municipal **145.444/58**.

50. Ofício 80/58 de 29-10-1958, do 4º. Distrito da DPHAN/MEC. In: Processo municipal **145.444/58**.

Segundo fomos informados, a velha mansão, dentro do importante programa de aproveitamento de próprios municipais que oferecem interesse como documento do passado paulista, de acordo com a orientação seguida pelo Prefeito Municipal⁴⁷ e o Secretário de Educação e Cultura, vai ser imediatamente restaurada e recomposta naquilo que fora primitivamente. Dessa maneira, já foi obtido da Chefia do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, através do seu delegado em S. Paulo, o arquiteto Luiz Saia, o decidido apoio daquela entidade, no sentido de ser prestadas (sic) às obras, a necessária orientação técnica, a fim de que a restauração possa ser executada dentro do mais absoluto critério histórico.

(...) Ela está situada em extensa área de terreno onde futuramente poderão ser realizadas demonstrações folclóricas ligadas à tradição bandeirante.”⁴⁸

Daqui em diante é Paulo Florençano, na condição de “conservador da Casa do Bandeirante”, quem passa a tratar diretamente com o IPHAN:

“Tendo o Sr. Chefe da Divisão do Arquivo Histórico Municipal encarregado esta unidade de prosseguir os entendimentos iniciados com V.S. (...) venho solicitar a sua contribuição; como medidas preliminares para a restauração do próprio municipal (...) a) o levantamento da casa; b) o plano de sua restauração; c) o orçamento aproximado do custo das obras.”⁴⁹

O IPHAN rapidamente elabora um levantamento arquitetônico da casa e um orçamento estimativo dos serviços de restauração, mas nenhum plano de obra, cuja ausência é assim justificada por Saia:

“Atendendo a solicitação constante de vosso ofício 73/58, tenho o prazer de lhe enviar cópias gráficas do levantamento da casa em apreço, assim como um orçamento aproximado do custo das obras de restauração. No que concerne ao plano de obras cabe informar que a experiência desta repartição aconselha apenas uma previsão de ordem geral, uma vez que a condução das mesmas dependerá dos informes diretamente colhidos no ‘resto’.”⁵⁰

Esta resposta de Saia traz informações importantes sobre o método “tradicional” de restauração dos monumentos paulistas. Está claro que o “plano” ao qual se referem tanto Florençano como Saia é o que entendemos hoje como “memorial descritivo da obra”. O que Saia explica no Ofício é que considerava dispensável tal documento, argumentando que as obras de restauração ocorriam dependentes das informações reveladas pela própria obra de restauração. Tal raciocínio sugere um paradoxo. Porém a idéia ali contida é totalmente coerente com o conceito adotado para esta abordagem

de restauração, que chamamos neste trabalho de abordagem “tradicional” (ou paradigmática). Primeiramente, o fato de Saia não traduzir em um “memorial descritivo” a idéia da intervenção que desenvolveria durante a obra não significa que ele não se orientasse por um conceito teórico. O conceito, já sabemos, consistia em buscar a configuração original do edifício. O mesmo podemos dizer do critério técnico, que também já sabemos, é conferir estabilidade estrutural ao edifício de acordo com o diagnóstico da análise da lógica e da saúde estrutural do edifício. Por que, então, desprezar o memorial descritivo, o “plano de obras”? A resposta a esta questão está justamente na compreensão de que os **critérios já estavam todos definidos preliminarmente, independentemente do edifício ao qual eles se aplicassem**. Portanto, a restauração da casa do Caxingui basear-se-ia em pressupostos prefixados, em teses consolidadas pela prática do IPHAN (não somente em São Paulo), em técnicas de eficácia comprovada (a consolidação com concreto, o preenchimento de lacunas com argamassa cimentícia, a fabricação de novas peças de telhado, de esquadrias, etc.). Já se sabia de antemão aonde se queria chegar. Então, se houvesse um plano de obras, ele seria não-específico.

Nestas condições, cabem aos “informes diretamente colhidos no resto” os papéis importantes de, por um lado confirmar a tese geral de intervenção, e por outro guiar e diferenciar esta restauração das demais, através do achado de elementos particulares que confeririam especificidade à obra e ao edifício. Eventuais especificidades que permaneceriam ocultas até que a própria obra executada no “resto” as revelasse.

Fig. 65. Situação antes da restauração. Plantas.

Fig. 66. Situação depois da restauração. Plantas.

Não conseguimos encontrar o levantamento arquitetônico mencionado no ofício do IPHAN, e não podemos ter certeza do agenciamento interno da casa no momento anterior à restauração. A planta que apresentamos na Figura 1 foi elaborada com base nos desenhos do projeto do IPHAN (alguns apresentados em Fig. 67, 69) e fotografias de 1945 e 1967 (algumas apresentadas em Fig. 70 a 74). Os únicos desenhos do IPHAN localizados já se referem ao projeto da intervenção – que não corresponde exatamente à obra executada, pois provavelmente durante a obra os “restos” apontaram para um rumo diverso do inicialmente projetado (Fig. 67, 68, 69).

Fig. 67 (esquerda). Projeto do IPHAN, 1958. Acervo DPH/Pres.

Fig. 68 (direita). Detalhe da planta do Projeto, mostrando a introdução de pilares de concreto armado nos cunhais e encontros de paredes. Acervo DPH/Pres.

Fig. 69. Projeto do IPHAN, 1958. Fachada Oeste. Acervo DPH/Pres.

Fig. 70. Fachada Oeste (principal) em 1945, com telhado de três águas. Fotografia G. Graeser. Acervo IPHAN/ 9ª. SR.

Fig. 71. Fachadas Sul (empena) e Leste em 1945. Fotografia G. Graeser. Acervo IPHAN/ 9ª. SR.

Fig. 72. Alpendre Leste em 1945. Fotografia G. Graeser. Acervo IPHAN/ 9ª. SR.

Diante da ausência de memorial descritivo da obra, tentaremos caracterizar também esta obra de restauração com base no exame de escassos documentos, quais sejam: os desenhos do projeto (que não correspondem exatamente à obra executada); o esquemático orçamento estimativo de custos da obra (**Fig. 73**); e, finalmente, a própria obra.

51. Através do Ofício 80/58 de 29-10-1958, do 4º. Distrito da DPHAN/MEC. In: Processo municipal 145.444/58.

O orçamento da obra foi entregue pelo IPHAN a Paulo Florençano⁵¹ em outubro de 1958. Consiste de 4 folhas nas quais os serviços e/ou materiais aparecem discriminados com quantidades e preços, nos seguintes termos:

1. Telhado: demolição.
2. Alvenaria: demolição.
3. Revestimento existente: demolição.
4. Concreto armado, vigas, colunas, placa nas bases das paredes externas.
5. Alvenaria de elevação de tijolo e meio.
6. Revestimento interno e externo: acabamento rústico.
7. Telhado: estrutura de peroba, telhas usadas, emboçamento e colocação de ganchos de arame galvanizado, para prenderem as telhas.

S. P. H. A. N. F. C. S.

FOLHA DE CÁLCULOS DE SERVIÇOS

MONUMENTO Casa Bandeirista do Caxingui
CIDADE Capital
ESTADO São Paulo

Fls. 8 da proc.
n.º 145444-58
Protocolo (a)

Folha N.º 1

REF:	Assinatura	Data 24-10-58	DO ORÇAMENTO N.º 1
------	------------	---------------	--------------------

Peças que devem ser consultadas pelo Calculista R. I. - F. I. - Plantas ou detalhes - M. T. -

Sempre que possível obedeça o seguinte critério:
 P.º M² 1.º o comprimento 2.º a largura ou altura
 P.º M³ 1.º o comprimento 2.º a largura, 3.º a altura, espessura ou profundidade.

ITENS Linhas	1.º Discriminação dos serviços 2.º Locais ou cômodos 3.º Indicação dos cálculos	Unida- de	QUANTIDADES		N.º da C. P.
			Parc.	Acum.	
1	telhado, demolição				1
	20,50 x 19,00	m²		389,50	
2	demolição de alvenaria de meio tijolo	m²			2
	4,50 x 2,00			9,00	
	4,00 x 2,50			10,00	
	18,00 x 2,50+2			22,50	
				41,50	
3	demolição de revestimento existente interna e externamente.	m²			3
	19,00 x 2,5 x 2			95,00	
	17,00 x 2,50 x 2			85,00	
	4,00 x 2,5 x 7			70,00	
	(3,70x2,50)+2 x 4,00 x 15			186,00	
	9,00 x 3,70 x 3,			99,90	
	7,00 x 3,7 x 4			103,60	
	7,00 x 2,5 x 2			35,00	
	6,00 x 2,5			15,00	
				699,50	
4	concreto armado para reforço da estrutura				7
	17,00 x 0,20 x 0,20 x 4	m³		2,72	
	19,00 x 0,20 x 0,20 x 2			1,42	
	5,00 x 0,20 x 0,20 x 3			0,60	
	7,50 x 0,20 x 0,20			0,30	
				5,04	

Fig. 73. Folha do Orçamento da obra (24-10-1958), enviado pelo IPHAN à Prefeitura.

8. Piso de solo-cimento.
9. Calçada de pedra, corte poliédrico, ao redor do edifício.
10. Portas, janelas, colunas.
11. Pintura, caiação. Óleo ou pentox.

A ordem de arrolamento dos serviços corresponde exatamente à sequência de sua execução. Os elementos de consolidação, de concreto armado, têm previsão de dimensionamento (vigas e colunas têm seção de 20 X 20 centímetros) e quantificação (total de 129 metros lineares de esqueleto). A localização originalmente pretendida para as colunas está nos desenhos do projeto (Fig. 67, 68).

A demolição dos revestimentos, interna e externamente, soma 699,50 metros quadrados, ou seja, é de todo o revestimento, que mais adiante aparece no

item “revestimento interno e externo” com previsão de execução de 700,00 metros quadrados de superfície nova (Ver planilha na **Fig. 73**).

A “elevação de alvenaria de tijolo e meio para substituir paredes de taipa que caíram” confirma que as novas paredes serão maciças sempre que vierem a receber cargas do provenientes do telhado, solução diversa das adotadas em situações nas quais as novas alvenarias são elevadas **sobre** remanescentes de paredes de taipa e exigem leveza (Ver, adiante, no caso da casa do Tatuapé, o uso de alvenarias ocas).

A “calçada de pedras de formato poliédrico” é solução tradicional empregada por Saia no contorno externo das paredes de taipa. Trabalha conjuntamente com a placa de concreto (da base das paredes) para o mesmo propósito, que é eliminar a causa da erosão da taipa: os respingos de água caídos do beiral do telhado. Enquanto a placa evita o contato da taipa com os respingos, a calçada drena a água dos respingos evitando que se formem poças de água próximo às paredes. O emprego da técnica de proteção representada pelo conjunto “placa de concreto” **mais** “calçada de pedras de formato irregular” também provém da experiência adquirida com a observação do comportamento de obras anteriores. A placa de concreto vem desde a obra na Igreja do Embu (1938-40). A calçada, talvez da casa do Padre Inácio (1947-48), e desde então foi aplicada em conjunto com a placa. A Igreja mesma do Embu recebe a sua calçada somente em 1958 (ROMAN 2003, p.260).

3.3. A questão patrimonial e da destinação do imóvel

Tendo adquirido os terrenos em 1951, a Companhia City havia aprovado o arruamento junto à Prefeitura em 1952, e reservado, de acordo com as posturas municipais, como “bem público patrimonial” da Prefeitura, entre outras áreas, a praça formada pelo lote onde se localizava a casa velha⁵²(**Fig. 74**).

Com o projeto de Luis Saia em mãos, Paulo Florençano passou a buscar os recursos necessários à viabilização da restauração. Ao mesmo tempo, o conservador da Casa do Bandeirante, supondo que a regularização da situação dominial do imóvel internamente à Prefeitura seria condição legal necessária para a realização de obras e a instalação de um museu, solicitou ao chefe da Divisão do Arquivo Histórico que fosse enviado à Câmara Municipal um projeto de lei desincorporando a “Casa do Caxingui” e entorno, da classe de “bens públicos patrimoniais”, incorporando-os à dos “bens públicos de uso especial”⁵³. Nesta segunda classe de bens são classificados os imóveis municipais onde se instalam equipamentos de cultura, educação, saúde, lazer, etc.

As justificativas da solicitação de Florençano eram várias.

52. Arruamento ARR 667 aprovado em 1952 no então URBI – Departamento de Urbanismo da PMSP, processo municipal **157.513/52**, alvará 343 de 7-4-1952. Cf. Processos municipais **145.444/58** e **64.602/54**.

53. Processo municipal **145.444/58**.

Fig. 74. Detalhe de planta do arruamento do Jd. Caxingui, pela Cia. City, 1952. Fonte: Processo municipal 145.444/58.

Fig. 75. Casa e anexo à esquerda, escondido pelas árvores. Vão 2000. Fonte: PMSP/SEMPA

54. Em 26-2-1962. Processo municipal 21.606/1961.

55. Paulo Florençano ao seu chefe Paulo F. Sant'Anna, em 7-11-1958. Processo municipal 145.444/58.

Florençano considerava a casa uma “*verdadeira relíquia arquitetônica de fins do século XVII – residência rural (sede de fazenda) que a tradição atribue ter pertencido ao célebre padre Belchior de Pontes*”⁵⁴. A importância da Casa Velha do Caxingui, residia também na sua condição de “*autêntico monumento arquitetônico do passado de São Paulo (um dos raríssimos ainda existentes nesta trepidante metrópole)*.”⁵⁵ Ele pretendia que a casa fosse futuramente enquadrada num plano de criação de “*museus municipais da cidade*”, plano acalentado por ele, cultor que era da identidade e da memória paulista. Restaurada a casa, poderiam ser nela “*ministradas aulas, promovidos cursos e conferências de difusão cultural, além de serem as próprias peças expostas, apresentando eloquentes facetas da história bandeirante.*” Como exemplo de sucesso do tipo de uso proposto para a casa do Caxingui, Florençano citava a Casa do Bandeirante:

“Essa histórica mansão foi oferecida, por doação à Prefeitura Municipal, nas mesmas condições em que, no ano de 1954, a Cia City de Melhoramentos doara por escritura pública, a atual “Casa do Bandeirante”, isto é, para que este imóvel fosse aproveitado para fins culturais e a área externa (praça Monteiro Lobato) destinada ao uso público. Dessa maneira, após a doação, a CASA VELHA DO CAXINGUI deveria ser restaurada e utilizada para nobre fim.

Como prova do que significam empreendimentos desse tipo, aqui está a “CASA DO BANDEIRANTE”, procurada por turistas de todas as

*partes do mundo quando em visita a São Paulo, por estudiosos do passado piratiningano, por escolares de todos os graus, pelo público em geral, além de desfrutar de renome internacional, como um dos mais criteriosos ensaios de recomposição de ambiente histórico de um Ciclo, e como museu funcional “sui generis”, sendo objeto de citação de estudiosos de museologia e de revistas especializadas, inclusive “Museum”, órgão oficial da UNESCO, editada na França.”*⁵⁶

O encaminhamento da solicitação inicial de Florençano, para que fosse mudada a classificação patrimonial do imóvel, da classe de “bens públicos patrimoniais” para a dos “bens públicos de uso especial” gerou uma infindável quantidade de pareceres jurídicos não consensuais colocando em discussão o tema da classificação dos bens imóveis municipais em uma daquelas duas classes, e estas classes por sua vez em relação ao tombamento e às obras em bens tombados.

Depois de muitos pareceres, os procuradores municipais finalmente chegam a um consenso sobre o direito de o Município realizar obras na casa, “*bem público patrimonial*”: um procurador afirma, com base nas disposições do Decreto-Lei número 25, que “*o Município não tomba. No entanto (...) cabe à Municipalidade o direito de conservar, restaurar, enfim, praticar todos os melhoramentos que entender no imóvel, (...) sem atentar para o desrespeito às disposições de lei em vigor (...)*” (22-3-1960)⁵⁷. A afirmação é confirmada em seguida, por outro colega do procurador: “*dentro do espírito do dispositivo constitucional pode o Município, mesmo sem ser detentor do seu domínio (do imóvel), proceder às reformas preconizadas no presente processo.*” (23-3-1960)⁵⁸.

Apesar desse entendimento jurídico, em meados de 1961 tudo continua como está, o que leva Paulo Florençano em 12-7-1961 a alertar o seu Diretor: “*O custo da obra pretendida certamente dobrou, e a delonga ocorrida tem suscitado severas críticas à Administração Municipal, por parte da imprensa.*” O Secretário de Educação e Cultura Fernando de Azevedo dirige-se ao prefeito Prestes Maia solicitando atenção para a “*velha questão da Casa Bandeirista do Caxingui (...), um dos poucos monumentos arquitetônicos originais do passado de S Paulo ainda milagrosamente preservados da destruição e vandalismo, segundo a douda opinião do Dr. Paulo Camilher Florençano, atual conservador da ‘Casa do Bandeirante’.*”⁵⁹

Acatando o pedido do Secretário, o Prefeito solicita urgência à Secretaria de Obras que, diante do custo elevado da obra, e entendendo que se tratava de obra em edifício com valor histórico, consulta o IPHAN em 16-12-1961. Germano Graeser responde, representando o IPHAN, que o órgão federal “*não tem condição de realizar possível contribuição financeira.*”⁶⁰

Diante da resposta desanimadora do IPHAN, mais uma vez Florençano dirige-se ao seu Diretor, manifestando preocupação com a iminente destruição da casa, “*com a aproximação da estação chuvosa, pois, dadas as suas precárias*

56. Em 26-2-1962. Processo municipal **21.606/1961**.

57. Roldão Ferreira de Barros, Procurador de PATR 32. Processo municipal **145.444/58**.

58. João Francisco de Lima, Procurador-chefe subst. de PATR. 32. Processo municipal **145.444/58**.

59. Em 25-8-1961. Processo municipal **145.444/58**.

60. Em 18-12-1961. Processo municipal **145.444/58**.

61. Em 17-8-1962. Processo municipal **21.606/1961**.

62. Em 16-8-1965. Processo municipal **145.444/58**.

condições, possivelmente não suportará impavidamente, a ação violenta das águas.”⁶¹

Passam-se mais três anos sem que nada aconteça. Indignado com as delongas e com a eterna escassez de dinheiro, o diretor do Departamento de Cultura, Paulo Fradique Sant’Anna, propõe ao novo Secretário de Educação e Cultura, Valério Giusti, realizar a obra com os recursos municipais disponíveis. Que lhe fossem dados *“dois pedreiros e dois serventes da Prefeitura, vinte metros de areia média, cem sacas de cal, dê de cimento e a madeira imprescindível para o suporte do telhado, poderemos iniciar as obras, sem mais prolegômenos, com o que restauraremos a ala esquerda do prédio, que está cai-não-cai, já toda escorada.”* (Fig. 76 a 80) E ele prossegue:

“Esta Diretoria dirigirá o serviço, que constará do reparo das paredes, que serão rebocadas, do nivelamento do telhado, consertos na esquadria, higienização total da casa.

É evidente que a posteriori haverá necessidade de outros trabalhos, mas o que urge é que se refaça o que o tempo desfez, sem quebra do original, do característico e pitoresco, aproveitando-se tudo o que lá está, com os seus ares evocativos – e, principalmente, evitando que desapareça uma notável habitação fazendária colonial, o que adquiriria em rodas jornalísticas e sociais proporções de um verdadeiro escândalo.

O ex-chefe do Arquivo Histórico, sr. Nuto Sant’Anna, que conhece o prédio e foi o primeiro conservador da Casa do Bandeirante, que estava em igual petição de miséria, prontificou-se a auxiliar-me, orientando a restauração sem nenhum ônus para a Prefeitura.

*Com os nossos próprios recursos e gastos insignificantes, tenho esperanças de levar a cabo, com êxito, a iniciativa – bastando que para tanto, V Excia se empenhe neste sentido junto ao Snr Prefeito.”*⁶²

Diante da possibilidade do início da obra na casa, o jornal **FOLHA DE SPAULO** de 9-8-1965 publica uma matéria sobre o assunto. Indo até o local, a reportagem encontra a casa habitada, por 29 ocupantes, que declaram estar preocupados com a iminência de obras na casa, pois com isto eles seriam desalojados. Por outro lado, diz o jornal, esta obra será muito bem recebida

Fig. 76. Fachada Leste.
Data provável: 1965-66.
Acervo DPH/Pres/STLP

Fig. 77. Fachada Oeste (principal). Data provável: 1965-66. Acervo DPH/Pres/STLP

Fig. 78. Fachada Sul escoradada. Data provável: 1965-66. Acervo DPH/Pres/STLP

pela opinião pública, pois “*desde 1958 Fradique Sant’ Anna luta para transformar a casa em museu, a ‘Casa do SERTANISTA’.*”

Desta vez o prefeito (Faria Lima, em 18-9-1965) autoriza a obra, e pede eficiência, solicitando ao Secretário de Educação e Cultura também informar se havia outros monumentos em situação semelhante.

São abertas três licitações, sem que nenhum interessado apareça. Até que em junho de 1966, dentre três empresas indicadas pela Secretaria de Obras, a Construtora Adolpho Lindenberg S.A. se oferece para executar a obra nas condições oferecidas pela Prefeitura.⁶³ O contrato com a Prefeitura é firmado em 27-9-1966, e as obras se iniciam sob responsabilidade da própria construtora, e da fiscalização da diretoria do Departamento de Obras.

Luis Saia, representando o IPHAN, dispõe-se a colaborar durante a execução dos serviços, mas não como responsável pela obra. Através dos escassos registros desta obra sabe-se que a presença de Saia no local da obra era solicitada sempre que surgiam dúvidas. Aliás, as dúvidas surgiram logo no início da obra, sugerindo que faltava um projeto ou qualquer outro documento que esclarecesse o que deveria ser feito. Logo na primeira semana, em carta ao Departamento de Obras, a construtora deixa claro que não sabe ao certo como proceder numa obra de restauração:

63. Ofício 1.231/66-DIR.1-EM da Construtora A. Lindenberg ao Diretor de Obras Públicas. Processo municipal 145.444/58.

64. Carta da Construtora A. Lindenberg à Divisão de Construção – OBRA.2, em 11-10-1966. Processo municipal 145.444/58.

65. O arquiteto Eideval Bolanho cita Faria e Garcia entre os mestres que muito colaboraram, com o seu conhecimento de técnicas tradicionais, com a delegacia regional do IPHAN de São Paulo. Cf. depoimento à autora, em 13-10-2005.

*“Estivemos na obra com o Dr. Luis Saia. (...) Deixamos de apresentar o cronograma solicitado porque não sabemos ainda quais serão os serviços a serem realizados. (...) A obra não é comum. Poderá haver eventuais dificuldades para serem encontrados elementos de reconstituição (...). A esse respeito gostaríamos que VV.SS. consultassem a opinião do Dr. Luis Saia, pessoa essa que já teve oportunidade de fazer serviços análogos diversas vezes e conhece muito bem quais são as dificuldades em obras dessa natureza.”*⁶⁴

3.4. O projeto e o canteiro

Fig. 79. Operário fasquia tora com enxó. Casa do Caxingui, 1967. Acervo IPHAN 9ª. SR.

A obra de restauração da casa do Caxingui foi totalmente conceituada pelos critérios tradicionais do IPHAN, porém dirigida e executada por profissionais que nenhum conhecimento tinham de restauração. Executar obras com empreiteiros e operários desconhecidos ou inexperientes não era típico do órgão.

Uma das características das restaurações promovidas pelo IPHAN era o fato de as obras serem executadas por equipes escolhidas pela repartição, ou seja, mestres de obra, carpinteiros e pedreiros que tinham, preferencialmente, o domínio das técnicas construtivas tradicionais. O canteiro de obras criava a oportunidade da troca de experiências entre o arquiteto e o artífice.⁶⁵

Fernando Machado Leal faz menção, em seu livro de 1977, à contribuição valiosa que esses profissionais do canteiro tiveram no seu aprendizado **como** arquiteto do Patrimônio:

“E, seja-me facultado dizer que o aprendizado foi feito não só no contato direto com os problemas durante os anos de trabalho junto à antiga Diretoria, hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em diversas regiões do país, como, sobretudo, no convívio dos companheiros mais velhos a quem muito devo, desde os mais eminentes, de renome internacional, até os operários, alguns dos quais, nas suas respectivas áreas de atuação, últimos conhecedores

dos segredos da nobre arte da construção antiga.” (LEAL 1977, p. 10)

A empreitada da obra ficou sob responsabilidade da Construtora Adolpho Lindenberg que, como vimos, não tinha intimidade alguma com o tema da restauração.

Luis Saia, que se dispusera a colaborar com a obra – certamente zeloso de sua condição de chefe do distrito do IPHAN –, deve tê-lo feito na medida necessária para esclarecer aos operários e engenheiros os passos sucessivos da intervenção planejada por ele, já que inexistia um projeto arquitetônico explicitado.

De fato, o projeto (**Fig. 67, 68, 69**) e a planilha de orçamento (**Fig. 73**) enviados pelo IPHAN a Paulo Florençano em 1958 são incompreensíveis para os não-iniciados na atividade da restauração. No seu esquematismo, pressupõem um conhecimento tácito de tudo: do conceito da intervenção, da seqüência dos procedimentos, das técnicas de consolidação dos materiais, das técnicas de reaproveitamento de peças, das maneiras de diagnosticar as partes a serem conservadas, ou descartadas, ou refeitas. E, principalmente, pressupõem que todas as decisões dependentes dessas definições conceituais e operativas sejam tomadas no canteiro, e no decorrer da obra.

Para piorar, a construtora não recebeu o orçamento na versão do IPHAN, mas sim uma versão de planilha ainda mais lacônica, elaborada pelo Departamento de Obras para constar do seu contrato com a Prefeitura. Compare-se a versão do Departamento de Obras, a seguir, com a do IPHAN (que está na **Figura 73**):

1. Telhado – demolição.
2. Demolição de alvenaria.
3. Demolição de revestimento existente.
4. Concreto armado.
5. Alvenaria de elevação de tijolo e meio.
6. Revestimento interno e ext. rústico.
7. Telhado – estrutura de peroba.
8. Piso de solo-cimento.
9. Calçada de pedra – corte poliédrico.
10. Portas, Janelas, Colunas
11. Pintura – caiação – óleo ou pentox
12. Instalação elétrica e hidráulica.⁶⁶

Só por aí se vê a impossibilidade de executar qualquer obra com estas prescrições.

Fato é que depois de assinado o contrato e passados onze meses desde o início da obra, a construtora pede à Prefeitura uma verba suplementar, justificando o pedido com uma lista de serviços que tiveram que ser refeitos, dentre os quais de destacam:

66. Planilha de serviços elaborada pelo Departamento de Obras, Divisão de Projetos, de 19-7-1966, para constar do contrato com a construtora A. Lindenberg. Do Processo municipal **145.444/58**.

67. Ofício 2.984/67 – ENG-EM da Construtora A. Lindenberg, em 9-8-1967, à Divisão de Construção da PMSP. Processo municipal 145.444/58.

68. O arquiteto do IPHAN Antonio das Neves Gameiro, que trabalhou com Luis Saia de 1968 a 1972, explica que o IPHAN (em São Paulo) não dispunha de recursos suficientes (desenhistas, arquitetos, material, tempo) para desenhar os projetos. Depoimento de Antonio das Neves Gameiro à autora, em 20-10-2005.

- a) “o desmonte do telhado, para trocar a posição dos cachorros”;
- b) “a execução de cantoneira de concreto armado em toda periferia”;
- c) “novo desmonte do telhado, para alterar a distância das ripas nos alpendres”;
- d) “novo desmonte do telhado para colocação de uma proteção de concreto contra a entrada de bichos e insetos”.⁶⁷(Fig. 80)

Note-se que o telhado precisou ser desmontado três vezes, para a correção de serviços incorretamente executados. Qual teria sido a razão dessas sucessivas desmontagens? Erros de execução devidos à falta de prática da construtora? Ou erros motivados por um roteiro – a planilha de obras – hermético, que, por exemplo, resume em apenas duas palavras (“concreto armado”, no item 4) todas as operações de consolidação (as cintas sobre o respaldo das paredes, o esqueleto de concreto armado, e as placas de concreto)? Provavelmente a somatória desses dois fatores contribuiu para criar os contratemplos verificados na obra, na medida em que a construtora não entendia o “projeto” implícito nos desenhos de autoria do IPHAN e na planilha do Departamento de Obras (desenvolvida com base na planilha do IPHAN). Ou seja, esses documentos contendo sumárias prescrições⁶⁸ necessitavam de um intérprete no canteiro, personagem que sempre existiu na prática tradicional do IPHAN, seja na figura do arquiteto – Luis Saia, e depois também Armando Rebollo – ou na dos mestres de obra agregados ao órgão, que já tinham intimidade com a metodologia de trabalho do IPHAN.

É muito claro, então, que a efetivação das restaurações do IPHAN (pelo menos em São Paulo), naquele período, dependia totalmente de indivíduos, que personificavam os conceitos, as técnicas e os critérios. Enquanto a presença do arquiteto no canteiro de obras era fundamental para a consecução da obra, o projeto (não projeto como intenção, mas projeto enquanto plano e registro gráfico e textual da pré-visão da obra arquitetônica) era desprezado. Esse modelo operativo curiosamente assemelha-se, neste aspecto, ao modelo do canteiro medieval, que prescindia da instância do projeto.

Fig. 80. Detalhe que mostra a elevação de uma mureta, (sobre o respaldo da parede, concretado), fechando o espaço entre os cachorros do beiral, faceando a parede externa. A solução será adotada também no Sítio da Ressaca e na casa do Tatuapé. Em 17-6-1999. Acervo DPH/ Pres./ STPRC.

Esse método de trabalho inadvertidamente fez escola, de modo que até hoje muitas restaurações são executadas sem um mínimo plano conceitual ou técnico, sob a alegação de que em restauração tudo se decide durante a obra.

E, por fim, na falta de documentação do projeto pretendido, os hoje valiosos Cadernos de Obra acabaram por cumprir a função de registrar o projeto

executado, de modo que são eles, atualmente, os principais documentos que possibilitam a compreensão do projeto e da obra.

Por outro lado, a pouca importância dada à instância projetual não significa que o “projeto” não existisse enquanto “desígnio” nas restaurações dessas casas. Apesar do esquematismo mudo dos orçamentos, e dos desenhos de projeto que quase nada explicavam, percebe-se, na unidade arquitetônica resultante de cada obra e, principalmente na semelhança dos resultados plásticos e técnicos presentes no conjunto das casas bandeiristas restauradas pelo IPHAN, que não se tratava de intervenções casuístas. Pelo contrário, as intervenções operadas no canteiro compartilhavam todas dos mesmos critérios artísticos, técnicos e ideológicos, conforme examinamos no capítulo anterior e na primeira parte deste capítulo.

Um aspecto típico desse modelo de intervenção “tradicional” é, por exemplo, o fato de nestas casas o IPHAN nunca ter adotado peças de concreto armado para substituir o madeiramento pesado do telhado – como foi feito nas obras de Minas Gerais e do Nordeste. Em São Paulo aplicava-se o critério do concreto aos muros de taipa. Na carpintaria, sempre se fez questão de conservar ou reproduzir as soluções autênticas, seja através da escolha do material original (a canela-preta), seja através da preservação das técnicas construtivas originais (**Fig. 81, 84**).

Certamente se pode argumentar, contra a conclusão a que fomos levados, que em obras anteriores sob o controle direto do IPHAN também teriam ocorrido erros de obra tais como a desmontagens de serviços já executados, ou o refazimento de serviços. Nos documentos disponíveis sobre a obra da casa do Butantã não há registro de refazimentos. O conjunto de todas as obras do IPHAN em São Paulo não está no escopo principal do nosso estudo, porém sabemos que na Igreja do Embu, no Sítio Santo Antonio, e na Capela de São Miguel não ocorreram, tampouco, contratempos do tipo descrito na casa do Caxingui.⁶⁹

Fig. 81 (esquerda). Detalhe de sambladura em uma asna do telhado que cobre o salão central. Ano 1967. Acervo IPHAN 9ª. S.R.

Fig. 82 (direita). Detalhe das pernas das asnas apoiadas no frechal da parede concêntrica interna. Sambladura do tipo boca de lobo. Ano 1967. Acervo IPHAN 9ª. S.R.

E é interessante lembrar que a taipa é um material (e técnica ao mesmo tempo) que não admite refazimentos. Dada a sua frágil constituição material – apesar da durabilidade e solidez⁷⁰ – qualquer intervenção na taipa é praticamente

69. Observação baseada na leitura principalmente de ROMAN 2003 e GONÇALVES 2004.

70. Fernando Machado Leal cita BACKE, Pe. Florian, apud Paulo Tedim Barreto: “Com o correr do tempo o maciço se petrifica adquirindo solidez extraordinária.”. Cf. LEAL 1977, p. 37. Sobre as características gerais da taipa, ver o clássico trabalho de SCHMIDT 1946. Sobre as características técnicas da taipa, ver BAHIA 2000.

71. A Construtora Adolpho Lindenberg não localizou nos seus arquivos, até agora, documentos referentes a esta obra.

72. Ofício 2.084/76-ENG-EM da Construtora A. Lindenberg, em 9-8-1967. Processo municipal **145.444/58**.

73. Em 16-8-1965. Processo municipal **145.444/58**.

irreversível. Os maciços, depois de prontos, não se solidarizam com novos maciços. A parede não admite o preenchimento de pontos lacunosos com a própria técnica de que é constituída. Um esqueleto de concreto introduzido sobre a face externa das paredes, depois de executado, é solução irreversível, assim como o são outras soluções que examinaremos nos capítulos seguintes. Por tudo isso, a escolha dos critérios de como intervir conceitual e tecnicamente na taipa deve ser precedida de estudo cuidadoso e profundo do material e da técnica que caracterizam esse sistema construtivo.

3.5. O telhado e as demais intervenções

A documentação conhecida da restauração sobre a casa do Caxingui é ainda mais escassa do que aquela disponível sobre a obra na casa do Butantã. Resume-se a pouco mais de quarenta fotografias de 1967 arquivadas no IPHAN em São Paulo, provavelmente tomadas em não mais do que meia dúzia de ocasiões, conforme as próprias fotografias indicam.⁷¹

Através das fotografias não é possível saber da frequência com que o IPHAN visitou o canteiro, pois os registros fotográficos não estão datados. Tampouco estão organizados em num Caderno de Obras. Não há registros escritos sobre a execução dos serviços, com exceção da carta enviada pela construtora ao Departamento de Obras da Prefeitura, para cobrar “serviços adicionais” não previstos no início da empreitada.⁷²

Portanto, a única possibilidade de entender a obra é através do cotejamento dessas fotografias com dois outros conjuntos de imagens, respectivamente 12 imagens de 1945 (fotografias do IPHAN, de Germano Graeser) e 20 fotografias provavelmente de 1965, quando o Diretor do Departamento de Cultura Paulo Fradique Sant’Anna, aflito porque a casa estava “*cai-não-cai, toda escorada*”, propôs ao Secretário de Educação e Cultura restaurar a casa ele mesmo.⁷³

Além disso, apesar de lacônica, a planilha de orçamento do IPHAN, de 1958, também não deixa de ser um documento auxiliar para a análise *a posteriori* da obra, já que ela arrola os serviços por item, na sequência de sua execução. Esta sequência, aliás, é a mesma verificada na restauração da casa do Butantã, e muito provavelmente se aplicava a todos os edifícios de taipa.

De maneira idêntica à da casa do Butantã, uma **1ª. ETAPA** deve ter compreendido as prospecções, ou seja, a remoção total dos revestimentos das paredes com a finalidade de procurar indícios da configuração original da planta e da posição original das envasaduras. Simultaneamente às prospecções já se demoliram todas as paredes e elementos não pertencentes à configuração original, de modo que os maciços de taipa restaram nus, com o respaldo protegido eventualmente da chuva por telhas (**Fig. 83, 84**).

Fig. 83 (esquerda). Alpendre destelhado e sem revestimento nas paredes, após etapa de “prospecção”. Ano 1967. Acervo IPHAN 9ª. S.R.

Fig. 84 (direita). Vista das asnas do telhado sobre o salão central. Notem-se os respaldos das paredes (desprovidas do revestimento) e provisoriamente protegidas por telhas. Ano 1967. Acervo IPHAN 9ª. S.R.

Nesta etapa de “expurgo” foi demolido o oitão que formava a empena Sul (**Fig. 85**). Esta parede era o elemento estruturalmente mais comprometido do edifício. Ela encontrava-se escorada havia pelo menos dois anos, na iminência de colapsar. A parede que formava o oitão não era de taipa de pilão, mas sim de alvenaria de meio tijolo (**Fig. 86, 87**), e tinha duas janelas, indicando a existência de um sobrado (jirau) naquela região da planta (**Fig. 72**, fotografia de 1945). Justamente naquela região o madeiramento do telhado era predominantemente de caibros de paus roliços solidarizados por cipó, existindo ainda caibros de seção retangular. O próprio espigão era de pau roliço. Por cima do respaldo da parede de taipa de pilão corria também um pau roliço, delimitando o maciço de taipa da alvenaria de tijolos que constituía o oitão de (cujas alvenaria era bem menos espessa do que o muro de taipa). (**Fig. 88**). No restante do edifício o madeiramento obedecia ao padrão mais erudito das peças de seção retangular solidarizadas através de sambladuras (**Fig. 89**).

Fig. 85. Empena Sul escorada, provavelmente em 1965. Acervo DPH/ Pres./ STLP.

A rusticidade e a improvisação da solução construtiva do telhado na região da empena Sul, e ainda o fato de ser de alvenaria de tijolos o oitão da empena, devem ter sido alguns dos principais indícios que levaram Luis Saia a

Fig. 86 (esquerda). Fachada sul, escorada. Data provável: 1965. Acervo DPH/Pres/STLP.

Fig. 87 (direita). Fachada sul, escorada. Lado interno. Data provável: 1965. Acervo DPH/Pres/STLP.

Fig. 88. Face interna da empena Sul, em 1945. Notar que a parede do oitão tem espessura menor que a da parede sobre a qual ele nasce. Note-se caibramento de paus roliços, comparar com **Fig. 89**. Fotografia G. Graeser. Acervo IPHAN/9ª. SR.

Fig. 89. Cômodo central, em 1945. Notar telhado com solução tradicional de caibros armados de seção retangular. Tesoura de reforço, nova. Fotografia G. Graeser. Acervo IPHAN/9ª. SR.

concluir que ali houvera um outro telhado, com outro desenho, e finalmente à proposição da supressão da empena e do telhado rústico. No lugar do oitão o arquiteto propôs uma tacaniça, o que resultou em um telhado de quatro águas (**Fig. 92**).

Cabe aqui indagar se a casa possuiria, primitivamente, telhado de quatro águas – já que não foi encontrada documentação iconográfica que comprovasse a hipótese. A parede de tijolos do oitão não poderia ter sido elevada, em algum momento, em substituição a uma parede de pau-a-pique que estivesse ruínosa, porém formando o oitão naquela mesma posição? Não poderia ser o madeiramento tosco de paus roliços resultante da reconstrução de uma parte do telhado, de três águas, que por alguma razão desabara? Não sabemos. Esta é uma casa sobre a qual ainda não foi realizada uma necessária pesquisa histórica. Quando ela for feita, poder-se-á eventualmente ter a confirmação da tese do telhado de quatro águas, ou o seu contrário. E, por ora, por não temos disponíveis outros documentos, nada que relate quais foram os descobrimentos que levaram ao telhado de quatro águas, deveremos nos contentar com a casa restaurada, e confiar no zelo e na experiência que sem dúvida o arquiteto tinha. Mas também não podemos esquecer que essas restaurações foram sempre influenciadas pela idéia da busca do partido “perfeito” da casa bandeirista (apresentada nos clássicos textos de 1944 e 1955 de Luis Saia). O telhado de quatro águas era uma das características dos exemplares bandeiristas “puros”. Portanto, nada haveria de mais natural do que procurar, naquela atípica solução de três águas, vestígios que confirmassem e autorizassem a recomposição de um estado original mais conforme com a regra da história e da beleza – a “tese original”.

74. Ofício 2.084/76-ENG-EM da Construtora A. Lindenberg, em 9-8-1967. Processo municipal 145.444/58.

Depois da “limpeza” (1.a ETAPA da obra) foi executada a consolidação das paredes de taipa, com concreto. Embora o orçamento de 1958 do IPHAN discriminasse “*vigas, colunas, placa nas bases das paredes externas*”, não é possível ter certeza de que todos esses serviços foram executados.

Nos dois únicos registros fotográficos desta etapa da obra vêem-se as paredes externas consolidadas e ainda sem o revestimento, porém não se vêem placas de concreto nas bases das paredes. (Fig. 91, 92).

Dos pilares de concreto previstos no orçamento só é possível ter certeza de que foram executados dois, porque eles aparecem nas mesmas fotografias da fachada (Fig. 93 e 95).

Tampouco é possível saber, na carta já citada da construtora ao Departamento de Obras (onde é citada a execução de serviços não previstos inicialmente, para justificar pedido de suplementação de verba), o que significa “*a execução de cantoneira de concreto armado em toda periferia*”.⁷⁴ Mais uma vez examinando as duas fotografias, nota-se na parte superior da parede nova de alvenaria de tijolos uma viga-cinta de concreto. Seria esta a “cantoneira” à qual a carta se refere? Ou cantoneira seria a cinta de concreto moldada em valeta aberta no próprio respaldo das paredes, como era o modo tradicional? (Fig. 90).

Não faremos aqui a descrição de todas as etapas seguintes da obra, para não repetir o que já foi visto na restauração da casa do Butantã. As etapas

Fig. 90 (esquerda). Respaldo da parede concêntrica interna: cinta de concreto embebida na taipa, frechal, peça de travamento e pernas das asnas. Ano 1967. Acervo IPHAN 9ª. S.R.

Fig. 91 (direita). Note-se, nas duas paredes novas nas laterais do alpendre, cinta e pilares de concreto. Ano 1967. Acervo IPHAN 9ª. S.R.

Fig. 92 (esquerda). Note-se a parede nova de alvenaria de tijolos, com cinta de concreto armado na parte superior, e pilar na aresta do lado do alpendre. Ano 1967. Acervo IPHAN 9ª. S.R.

Fig. 93 (direita). Etapa de acabamento. Paredes já revestidas. Ano 1967. Acervo IPHAN 9ª. S.R.

Fig. 94. Telhado, detalhe. O ripamento apóia-se nas pernas. Não há viga de cumieira. Ano 1967. Acervo IPHAN 9ª. S.R.

correspondem, na casa do Caxingui, exatamente àquelas que já examinamos na Casa do Butantã. Os critérios e métodos de consolidação com concreto, o preenchimento de lacunas pequenas com argamassa cimentícia, e de lacunas grandes (paredes novas ou grandes obturações) com alvenaria de tijolos de barro.

Está representada, a seguir, a interpretação gráfica das intervenções em cada fachada, nos seus três estados: antes da obra, depois da obra sem revestimento, e depois da obra com revestimento. A comparação entre os dois estados posteriores permite observar a anatomia dos muros de taipa, a localização e quantidade de lacunas preenchidas, e o material de preenchimento.

Fig. 95. Estrutura do telhado sobre o salão central: asnas “francesas”. Ano 1967. Acervo IPHAN 9ª. S.R.

Fig. 96. Fachada Oeste (principal) antes da restauração.

Fig. 97. Fachada Oeste após a restauração, sem revestimento.

Fig. 98. Fachada Oeste restaurada.

Fig. 99. Fachada Norte antes da restauração.

Fig. 100. Fachada Norte após a restauração, sem revestimento.

Fig. 101. Fachada Norte restaurada.

Fig. 102. Fachada Leste (posterior) antes da restauração.

Fig. 103. Fachada Leste após a restauração, sem revestimento.

Fig. 104. Fachada Leste restaurada.

Fig. 105. Fachada Sul antes da restauração.

Fig. 106. Fachada Sul após a restauração, sem revestimento.

Fig. 107. Fachada Sul restaurada.

3.6. Ambiência

75. Curiosamente, antes das restaurações, as duas casas – Butantã e Caxingui – já tinham araucárias adultas no seu terreno. Estas árvores aparecem em várias fotografias das obras. É possível que a Companhia City as tenha poupado quando abriu os dois loteamentos.

As histórias dos preparativos que culminaram com a restauração das casas do Caxingui e do Butantã são muito semelhantes. Em ambos os casos a Prefeitura conseguiu a doação dos imóveis da Companhia City na ocasião do loteamento daquelas terras. Em volta da casa, nos dois casos de arruamento, a empresa loteadora reservou uma área razoavelmente grande, de forma a constituir uma praça, já prevendo a preservação do edifício contido nela. Mais tarde, durante a restauração do edifício, o terreno da praça foi terraplenado de maneira a conformar um outeiro justamente no ponto de localização do monumento. Este, por sua vez, ganhou durante a restauração, à maneira de uma plataforma para destacá-lo do restante da praça, a indefectível calçada de pedras de formato poligonal.

No caso do Caxingui a restauração da casa foi complementada pela edificação de um Anexo, para abrigar a zeladoria e os banheiros públicos, implantado na cota de nível mais baixa do terreno (cerca de 2,5 metros abaixo do piso casa) e voltado para a rua oposta à da entrada principal da praça, de modo a não ficar visível a partir da casa e de qualquer ponto do terreno (**Fig. 108** e possivelmente **109**). Não é possível ter certeza sobre se Luis Saia é o autor do projeto desse edifício anexo. Contudo, o partido da sua implantação em relação à casa grande é o mesmo adotado na Casa do Padre Inácio, no Sítio Santo Antonio e no Sítio Mandu – sempre oculto do campo de visão do monumento –, o que sugere a participação de Saia, se não no projeto arquitetônico do Anexo, ao menos no projeto da sua implantação.

Com exceção da casa grande, todos os demais elementos localizados na praça – puxados, barracões, hortas, e tudo o que porventura fosse equipamento de uso cotidiano da primitiva propriedade rural – foram removidos, para dar lugar a um cenário constituído exclusivamente pela casa e por um gramado em toda a extensão da praça. Dos vestígios primitivos só restaram no novo conjunto paisagístico alguns grupos de araucárias, árvores características da vegetação nativa (**Fig. 110, 111, 112**).⁷⁵

A intervenção realizada por Saia no terreno da praça indicava, como no caso do Sítio Santo Antonio, a idéia do arquiteto de que uma adequada reinserção do edifício no contexto presente não prescindia de uma operação de “modernização paisagística” do seu ambiente envoltório. Adotada essa premissa, e à semelhança do expurgo realizado sobre os elementos “espúrios” da casa, tudo o que foi considerado desconforme com a estética modernizante idealizada para o conjunto foi suprimido. No lugar do ambiente rural, surgiu uma nova composição ambiental, de ares modernistas, ares principalmente devidos às características plásticas peculiares da casa bandeirista, que foram (intencionalmente?) mais salientadas pela restauração: a simplicidade de um volume geométrico primário (o volume cúbico atarracado), coroado por um telhado piramidal; a nudez branca e luminosa dos panos de vedação; e o escuro formado pela reentrância do alpendre, entalado entre duas superfícies brancas. Ao redor do paralelepípedo branco, somente um extenso gramado. O monumento resultante da restauração, notável na sua pureza geométrica, parece pousar sobre o gramado, sem tocá-lo (**Fig. 110**).

Fig. 108. Situação após a restauração, com o Anexo a Oeste. Acervo DPH/ Pres./ STPRC.

Fig. 109. Canteiro de obras, possivelmente o Anexo em construção, 1967. Acervo IPHAN 9ª. S.R.

Fig. 110. Fachada principal (Oeste). Casa do Caxingui restaurada. Como nas outras casas restauradas pelo IPHAN, a pureza geométrica e a alvura das paredes que emolduram o alpendre. Acervo DPH/ DIM.

Fig. 111. Casa do Caxingui restaurada. Fotografia J. Hirata. Acervo DPH/ Pres./ STLP

Fig. 112. Casa do Butantã. Desenho a pena de J. Wasth Rodrigues para a Comissão do IV Centenário, com araucárias e mastro para a Festa de Santa Cruz. A cruz fincada no chão indicaria que naquela moradia havia capela. In: Revista do Arquivo Municipal n. 166.

Portanto, o plano de resgate da casa do Caxingui consistiu em valorizar o entorno do monumento não tanto como vestígio histórico, mas, principalmente, como elemento paisagístico vivo, procurando interpretá-lo de acordo com o próprio caráter imprimido ao edifício, qual seja, um caráter de modernidade, obtido através da restauração, na casa, de uma imagem arquitetônica completa e perfeita na sua clara geometria.

Essa operação arquitetônica que se caracteriza pelo seu aspecto predominantemente estético custou a supressão irreversível dos restos do ambiente rural daquele sítio. Contudo, esse era o critério adotado pelo IPHAN em São Paulo. Alguns trechos de um texto escrito por Saia em 1972 nos ajudam a entender a razão da predominância do caráter estético sobre o caráter histórico nas restaurações dos vestígios arquitetônicos do passado.

A ação do IPHAN pautava-se sobretudo na idéia da construção da modernidade (cultural e arquitetônica) da nação. O resgate e a preservação dos monumentos históricos e artísticos submetia-se a essa lei maior, e por isso nada seria mais natural, nessa tarefa edificadora de uma nova identidade nacional, do que estender o exercício da arquitetura – moderna – ao campo da restauração dos monumentos arquitetônicos. Portanto: no Brasil, o patrimônio e a restauração arquitetônica nasceram como instâncias subordinadas ao projeto maior da implantação do modernismo arquitetônico no país, e a ele se submeteram em tudo o que dizia respeito aos valores estéticos. Vejamos no texto de Saia:

“Uma das tarefas centrais da arquitetura moderna – e talvez do próprio homem moderno – é encontrar os termos de convivência da herança positiva do passado com as pretensões e falsos valores impostos à dignidade humana pelas experiências negativas desse mesmo passado. Perante tal responsabilidade, a condição de especialista do arquiteto restaurador é admissível somente quando complementar de uma formação profissional bastante satisfatória; tanto que lhe impeça se converter em mero executor de tarefas primárias, destituídas de significado arquitetônico (...). Nem sempre – ou quase nunca – o trabalho de restauração exaure a participação do arquiteto, posto que, freqüentemente, lhe são propostos problemas de preservação de ambiência e de obras complementares destinadas à valorização do monumento e seu uso (...). A modernidade – instrumentos, materiais, processos e soluções – constituem meios operativos de proteção, preservação e consolidação dos monumentos, quer na sua compleição individual, quer nos arranjos que lhes permitam sobrevivência e uso adequados na vida moderna.” (SAIA 1977, p. 16)

As principais idéias contidas no texto acima não deixam dúvidas quanto ao critério norteador das restaurações do IPHAN em São Paulo. A primeira idéia: a tarefa maior consistia em atuar adequadamente – modernamente – adequando o passado ao presente. A segunda idéia: a práxis da restauração não é atividade manual ou instância que tem autonomia em relação à arquitetura; ao contrário, na sua especificidade submete-se à arquitetura e a todas as categorias teóricas, críticas, históricas e técnicas que dizem respeito a esta, na busca de um sentido arquitetônico. A terceira idéia, que decorre das duas anteriores: a restauração e a valorização do patrimônio poderão eventualmente implicar a necessidade de intervenções arquitetônicas complementares, seja no monumento ou no seu ambiente; tais intervenções deverão se pautar pelos instrumentos disponibilizados pela modernidade arquitetônica: conceitos, materiais, processos, enfim: soluções modernas.

O alinhamento a esse critério não era exclusivo de Saia. Todos os arquitetos modernistas do IPHAN, a começar por Lucio Costa, adotaram-no. A análise de um caso emblemático de ambientação de monumentos nos permite ver com mais clareza o rebatimento concreto desse critério, que concebia a criação de novos elementos arquitetônicos como necessária à recomposição de um conjunto artístico.

A criação de um entorno envoltório para a proteção da visibilidade do outeiro da Igreja da Glória, no Rio de Janeiro, é um destes casos, além de representar a primeira oportunidade, para o IPHAN, de abordar concretamente o problema da ambiência dos monumentos. O Decreto-Lei 25/37 no seu artigo 18º já previa a tutela, pelo órgão federal, do entorno dos monumentos, apesar de não explicitar os seus critérios operativos:

“Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que impeça ou reduza a visibilidade (...).”

76. Da praça Paris (1920), que se desenvolve a partir do sopé do outeiro, tem-se a visão completa das encostas leste e norte deste e da fachada principal da Igreja. Inversamente, a partir da Igreja se enxerga perfeitamente a estrutura perspectica da praça em estilo francês. Ver croquis da situação, por Lucio Costa, na **Figura 113**.

O conceito de ambiência estava colocado pela instância legal. As suas variadas interpretações técnicas foram sendo construídas caso a caso, adequando-se sempre às circunstâncias de cada situação.

Em 1943 a Prefeitura do Rio de Janeiro pretendia aprovar no sopé do outeiro da Igreja de Nossa Senhora do Outeiro da Glória a construção de seis prédios de apartamentos com alturas variando de sete a dez andares. Submetido o projeto à apreciação do IPHAN, Lucio Costa emite o seu parecer. Os croquis do arquiteto constantes do parecer ilustram a situação pretendida pelos construtores, mostrando o prejuízo que a muralha de prédios causaria para a visualização não só da igreja, mas também do outeiro sobre o qual ela se assentava (**Fig. 113**).

Depois de muita negociação, o IPHAN conseguiu não só impedir a construção dos prédios, como também conseguiu “*remover o casario que havia na frente (do outeiro e nas suas encostas norte e leste) bloqueando a perspectiva da Praça Paris*”⁷⁶ (COSTA 1995, p. 411), para dar lugar ao conjunto rampado de acesso à Igreja, que foi projetado pelo IPHAN “*procurando o percurso natural de rampas e escadas e incorporando os platôs resultantes das demolições.*” (COSTA 1995, p. 412) (**Fig. 114, 115, 116, 117**).

Ou seja, o parecer de Lucio Costa não se limitou a propor limites de altura para as construções ao redor da igreja e seu outeiro mas, adicionalmente, estabeleceu diretrizes urbanísticas para a remodelação da paisagem de toda a região da Glória até o Passeio Público. O critério consistia em valorizar tanto o monumento como o seu ambiente, através da operação simultânea em ambos. Ele está evidente na descrição que o arquiteto faz da área de abrangência da remodelação proposta:

“(...) quero referir-me à incorporação de uma parte das encostas leste e norte do Outeiro da Glória, no conjunto dos jardins que lhe ficam ao pé, para servir como fundo de cenário, com a sua encantadora igreja seiscientista, à bela perspectiva de parques que, partindo do Passeio Público e da Praça Paris, se espraia pela Esplanada da Glória até aos jardins do largo do mesmo nome onde topa com o outeiro (fig. 114).” (PESSÔA 1999, p. 47)

O critério está evidente também na diretriz operativa que incluía a “liberação”, via demolições, da visada entre a esplanada e o cume do outeiro e vice-versa:

“Examinada sob esse aspecto, a idéia da abertura de uma clareira verde em frente à igreja só deve ser encarada com simpatia, pois representaria afinal, antes do mais, o primeiro passo no sentido da desobstrução progressiva daquela orla do outeiro.” (PESSÔA 1999, p. 48)

A “desobstrução progressiva” dependeria da “*demolição dos velhos prédios ali existentes, afim de que a orla valorizada do outeiro, conforme já ficou dito, se incorpore definitivamente aos jardins*”. (PESSÔA 1999, p. 50)

Em decorrência da desobstrução da área, o conjunto paisagístico proposto necessitava daquilo que Luis Saia chamou de “*obras complementares destinadas à valorização do monumento e seu uso (...), arranjos que lhe permitam sobrevivência e uso adequados na vida moderna*” (SAIA 1977, p. 16). Era o padrão de abordagem do IPHAN: nessa área “liberada”, lacunosa, é que entrava a intervenção arquitetônica de desenho novo, em maior ou menor extensão, mas sempre de caráter modernista, e evocando a tradição. Ainda extraído do mesmo parecer de Lucio Costa, temos, a respeito do plano paisagístico:

“(...) pois não se trata tanto, no caso, de beneficiar a igreja, como, principalmente, a ‘paisagem urbana’, num dos seus trechos mais característicos e impregnados de tradição”. (PESSÔA 1999, p. 50)

Fig. 113. Croquis (1943) de Lucio Costa com a visão da Igreja e do outeiro bloqueada pelos prédios. Fonte: PESSÔA 1998.

Fig. 114. *Croquis* de Lucio com a sugestão do caminhar das rampas na encosta do outeiro. Fonte: COSTA 1995.

Fig. 115. Idem, visão perspectiva das rampas projetadas. Fonte: COSTA 1995.

E, sobre as novas rampas, pretendidas na lacuna aberta pelas demolições:

“Quanto ao tratamento da encosta e das rampas e escadas de acesso ao outeiro (...) deve-se evitar qualquer propósito de monumentalidade, não só porque um tal tratamento destoaria das proporções e singeleza aldeã da capela, como porque equivaleria à introdução de um elemento novo e de aparato no aspeto despretencioso (sic) e tradicional da encosta arborizada do outeiro, aquilo, afinal, que importa reconstituir, tanto assim que haveria conveniência em se manterem as rampas e escadas parcialmente encobertas pelo arvoredor.” (PESSÔA 1999, p. 51)

Fig. 116. O projeto executado. Fonte: COSTA 1995.

Fig. 117. Detalhe de pátio e rampa. Fonte: COSTA 1995.

Note-se que a operação de adequação do ambiente com o monumento (o edifício da igreja) foi muito além do controle dos limites de altura das construções no entorno do outeiro. Ela incluiu a “liberação” do monumento através da destruição do casario existente à sua volta – o mesmo “expurgo” observado no entorno do Sítio Santo Antonio, da casa do Caxingui e em outros projetos do IPHAN –, para permitir a formação de uma nova unidade artístico-paisagística, que começava no Passeio Público, passava pela praça Paris, subia o outeiro e literalmente culminava na igreja (*Croquis 1 da Fig. 113*).

Está evidente, nas diretrizes do parecer de Lucio Costa, o desejo de reorganizar a cidade a partir dos seus monumentos, moldando o tecido urbano à maneira moderna, cuidando das visadas em perspectiva monumental, compondo de forma racional o conjunto da paisagem, conforme recomendavam os CIAM. A idéia de “desenhar o ambiente” chega inclusive a ofuscar a idéia da valorização da igreja enquanto objeto arquitetônico isolado, fato que só constitui argumento em favor da tese de que **a questão do patrimônio** desenvolveu-se como **uma** das questões do modernismo.

O exemplo que acabamos de examinar deixa claro que todo o conjunto de operações de valorização do monumento buscou revelar o caráter artístico do monumento, fosse aquele decorrente da tradição (*“trecho impregnado de tradição”*, *“proporções e singeleza aldeã da capela”*, *“aspeto despretencioso*

77. O artigo “Casa do Bandeirante”, na revista **Pau-
listania** nº 52 jan-abr. 1955,
p. 9, atribui a Arthur Etzel
a autoria do ajardinamento.
Não se sabe se o traçado
também é de sua autoria.
A geometrização em estilo
modernista sugere autoria
de um arquiteto, no caso,
Luis Saia. Arthur Etzel era

(sic) *e tradicional da encosta arborizada*”), fosse aquele outro sempre ausente das justificativas, porém sempre presente na intenção, no desenho e na obra: a beleza segundo a estética moderna.

Outro caso exemplar da intenção modernizante das operações de ambientação é o projeto paisagístico da praça onde se localiza a casa do Butantã, embora não possamos asseverar que o traçado seja da autoria de Luis Saia, pois não há menção a essa autoria em documento algum⁷⁷. Tirando partido da

Fig. 118 (acima). Casa do Bandeirante. Ajardinamento de Arthur Etzel sobre projeto possivelmente de Luis Saia. A configuração paisagística que aqui aparece foi alterada no início da década de 1980, conforme apresentado na **Figura 14**. Os telhados menores são os abrigos construídos por Paulo Florençano. Fotografia de 1960, Vôo VASP. Acervo DPH/Pres/STLP.

Fig. 119 (ao lado). Casa do Butantã. Abrigo para carro de boi, construído em 1954 para o Museu do Bandeirante. Foram construídos o abrigo dos carros de boi, a casa da farinha, o abrigo do engenho de cana. A exposição foi desmontada no início da década de 1980, e o abrigo foi demolido no final da década de 1990. Fotografia: acervo DPH/DIM.

implantação da casa em diagonal, foi traçado um caminho principal em curva parabólica, que tangencia um quadrado que emoldura a casa. As formas modernistas do desenho impressionam, lembrando as moderníssimas formas de duas construções coevas: a futurista espiral-símbolo do IV Centenário e a ondulante marquise do Parque do Ibirapuera (**Fig. 118**). Na casa do Butantã, foram incorporados na composição paisagística (não por desejo do IPHAN⁷⁸) vários anexos em estilo caipira (**Fig. 119**), que Paulo Florençano fez construir (à custa de operários e materiais de construção trazidos de Salesópolis⁷⁹) para figurarem no que seria o “quintal” do Museu da Casa do Bandeirante (que foi instalado na casa em outubro de 1955, ainda no âmbito dos festejos do IV Centenário).

De forma análoga à dos dois exemplos que acabamos de ver, a restauração da casa do Caxingui não se restringiu às intervenções operadas no edifício. A praça gramada, com sua casa, suas araucárias e o Anexo ocultado da visão do freqüentador representam perfeitamente aqueles critérios de abordagem de restauração do monumento que convencionamos chamar de tradicionais. Veremos, nas restaurações que analisaremos a seguir, de que maneira este modelo de abordagem permaneceu depois do fim da “fase heróica”.

diretor da Divisão de Parques e Jardins da PMSP à época da restauração. Nasceu e faleceu morando no Jardim da Luz. Foi funcionário dedicado, da Prefeitura, de 1909 a 1971.

78. Depois de conseguir viabilizar a restauração arquitetônica da casa do Butantã, Paulo Florençano fez várias viagens a Minas Gerais e ao interior de São Paulo durante os anos de 1954 e 1955, como Conservador do “Museu da Casa do Bandeirante”, em busca de móveis, alfaia e máquinas rurais do período colonial, a fim de compor o cenário do museu. Comprou ou obteve por doação uma moenda de cana, um monjolo, um engenho de farinha; carros de boi; teares, mesas, armários, oratórios, etc., somando ao todo 400 peças. Suas incursões e aquisições estão registradas nos documentos arquivados no acervo de processos da Comissão do IV Centenário, conforme listagem apresentada na Bibliografia do presente trabalho. A montagem museológica não deve ter agradado a Saia, que em 1972 observou a respeito da casa: “(...) a casa do Butantã (...) foi restaurada para a Comissão do IV Centenário e convertida numa discutida e esdrúxula Casa do Bandeirante, cujo recheio é – coisas de política – quase totalmente mineiro.” Cf. SAIA 1978, p. 62.

79. Em 20-7-1954 Paulo Florençano presta contas ao presidente da Comissão do IV Centenário, Guilherme de Almeida, de sua viagem a Salesópolis, onde foi buscar, no sítio de Elmano de Almeida (funcionário da PMSP, da Divisão de Patrimônio), “taquaras, barrotes, caibros, ripas, 7 frechais e cumieira, 10 feixes de sapê e cipó grátis” e mais 2 pessoas para a montagem das construções rústicas que abrigariam os equipamentos rurais do acervo do “Museu da Casa do Bandeirante”. Processo do Acervo do IV Centenário, caixa 311, Processo n. 3.689.

CAPÍTULO III
TEMPOS DE NOVIDADES E DE EXPERIMENTAÇÃO

1. O patrimônio expande-se

Convencionou-se chamar de “fase heróica”¹ o período que vai da criação do IPHAN até a aposentadoria de Rodrigo Melo Franco de Andrade em 1967. Segundo Maria Cecília Londres Fonseca o período não se caracterizou por uma uniformidade no padrão de atuação do órgão. Enquanto as décadas de 1930 e 1940 foram marcadas pelas descobertas e pela pesquisa do patrimônio que estava em formação e, principalmente, pela atuação dos profissionais que constituíam a vanguarda modernista, as décadas seguintes, de 1950 e 1960, teriam sido um período de tecnificação da atividade do órgão, que passou a se concentrar nos tombamentos e nas obras, relegando ao segundo plano as atividades de pesquisa e de divulgação (FONSECA 1997, p.157). A primeira década coincidiu com o governo de Getúlio Vargas e Gustavo Capanema, cuja orientação nacionalista permitiu que o IPHAN desempenhasse com mais destaque a sua missão. Antonio Luiz Dias de Andrade cita o progressivo isolamento e a pobreza de recursos materiais que se abateram sobre a instituição já desde o fim do regime do Estado Novo (1945), notando que a “fase heróica” teria tido ali o seu início, exatamente no momento em que a instituição perde a importância política que tivera originalmente no plano de governo estadonovista (ANDRADE 1993, p. 155).

Contudo, esse progressivo isolamento não significou de maneira alguma o abandono da idéia da missão do órgão, que se manteve sempre, sob a direção de Rodrigo M. F. de Andrade e convivendo com a eterna carência de recursos, atuando sob a inspiração original do pensamento de vanguarda dos seus pioneiros, pois os conceitos inaugurados pelos modernistas mantiveram-se vivos nas pessoas dos seus discípulos e dos profissionais que passaram a compor os quadros técnicos do IPHAN (FONSECA 1997, p.158).

Politicamente, o carisma e o peso simbólico de Rodrigo M. F. de Andrade sustentaram, mesmo durante o período de “tecnificação” ou isolamento, a aura mítica do IPHAN construída nas duas primeiras décadas. O período de grandes mudanças no cenário do urbanismo nacional coincidiu com a

1. Dos textos de que temos conhecimento, o artigo de Luis Saia, “Até os 35 anos, a Fase Heróica”, escrito em 1972 e publicado na revista CJ Arquitetura n. 17, de 1977, é o primeiro que emprega a expressão “fase heróica”. Cf. SAIA 1977.

aposentadoria de Rodrigo de Andrade, que foi substituído pelo arquiteto Renato Soeiro, indicado pelo próprio Rodrigo.

A partir dos anos 1950, a intensiva industrialização do país, os movimentos migratórios internos e o crescimento urbano desordenado formavam o quadro do urbanismo no Brasil. Esses fenômenos passaram a constituir ameaças aos centros antigos das cidades grandes. Nas pequenas localidades ou cidades até então resguardadas de grandes transformações pela dificuldade de acesso, os automóveis agora produzidos em escala de massa pela indústria automobilística nacional passaram a despejar hordas de turistas, novos negócios e indústrias, trazendo junto com estes todos os problemas decorrentes do crescimento urbano ilimitado. Ouro Preto, por exemplo, acolheu uma indústria de alumínio, que atraiu milhares de novos habitantes que se instalaram em bairros novos nas encostas das montanhas que formam o cenário de fundo da cidade tombada. Ao lado dos problemas de sempre, o IPHAN passou a ter que enfrentar questões de um caráter, dimensões e complexidade muito maiores. Tratava-se agora de dar conta da proteção de um patrimônio urbanístico, paisagístico, ambiental e, sobretudo, cultural. A noção de patrimônio histórico e artístico tornara-se limitada demais para abordar conceitos novos de que a realidade impunha. Todos os elementos urbanos ou ambientais que antes pareciam destinados à permanência ou à lenta transformação estavam agora em revolução, sob constante ameaça de desaparecimento. No território urbano, o crescimento desorganizado de periferias urbanas sem beleza, a demolição de edifícios para dar lugar a prédios maiores, o abandono das áreas ferroviárias e o dilaceramento da malha viária por avenidas, túneis e viadutos passaram a compor o novo conjunto de problemas a ser enfrentado. Além disso, as questões sociais relacionadas à cultura enquanto patrimônio intangível, e as questões de proteção de áreas naturais também passaram a ser temas de preocupação patrimonial. A voracidade da renovação edilícia no solo urbano e a dificuldade de lidar com o problema chegou mesmo a fazer o IPHAN se submeter a situações como a aprovação em 1972 da construção de um prédio de 22 andares sobre um edifício tombado, de feições neoclássicas, de 3 andares, localizado na rua Mayrink da Veiga, no Rio de Janeiro (PESSÔA 1999, p. 264) (**Fig. 1**).

Diante das circunstâncias, ainda na gestão de Rodrigo M. F. de Andrade e por sugestão sua, o IPHAN iniciou a prática de solicitar a visita técnica de consultores estrangeiros da UNESCO, a fim de obter orientação especializada para assuntos como os decorrentes da explosão urbana, da pressão imobiliária e do turismo de massas, que até então não estavam na pauta de discussões ou de ações do órgão federal. Michel Parent, Inspetor Principal dos Monumentos Franceses, veio em 1966-67. À sua visita seguiram-se as do arquiteto português Alfredo Evangelista Viana de Lima, que elaborou relatórios compreendendo diagnósticos e propostas de valorização para Ouro Preto (1968), São Luiz e Alcântara (1970); a do arquiteto Frédéric de Limburg Stirum sobre Parati; e a do urbanista Shankland sobre o Pelourinho

Fig. 1. Croquis de Lucio Costa, fornecendo diretriz para a aprovação de prédio de 22 andares no lote do imóvel tombado de 3 andares. Fonte: PESSÔA 1999.

em Salvador (MEC-SPHAN 1980, p. 32). A orientação da UNESCO, através dessas consultorias, procurava conciliar a preservação do patrimônio com o desenvolvimento urbano. O plano de valorização de Ouro Preto², por exemplo, previa a criação de uma zona de expansão isolada da cidade por um cinturão verde e o estabelecimento de um zoneamento de uso para a cidade, recuperando as habitações da área antiga (LIMA 1969). O plano não foi executado.³

Outra iniciativa, muito providencial, foi a organização da reunião de governadores dos estados (1970) convocada pelo então ministro da Educação e Cultura Jarbas Passarinho, conterrâneo de Renato Soeiro (ambos eram paraenses)⁴. A idéia já antiga de Lucio Costa⁵, da criação de serviços de patrimônio estaduais e municipais, adquiriu sua primeira feição normativa no **Compromisso de Brasília** (1970), através do qual os representantes de governos estaduais e municipais presentes ao encontro firmaram o compromisso de, nas suas respectivas esferas de governo, colaborar com o IPHAN na tarefa de proteger os patrimônios regionais. O compromisso foi ratificado um ano depois, em reunião realizada em Salvador, que gerou o Compromisso de Salvador (1971).

O objetivo da política de descentralização da atividade de proteção do patrimônio era criar estruturas suplementares à ação do IPHAN. Justificava-se a criação dos serviços regionais e locais pela crescente demanda de ações patrimoniais gerada pelo quadro do urbanismo nacional; também, pela carência de recursos do IPHAN que impossibilitava a sua atuação adequada em todas as regiões do país. As resoluções do Compromisso de 1970 não se limitavam a recomendar a criação de serviços regionais e locais. Também recomendavam a criação de cursos de preparação de profissionais especializados, a inclusão de educação patrimonial nos currículos escolares

2. LIMA, Alfredo Evangelista Viana de. **Renovation et mise en valeur d'Ouro Preto**. UNESCO, octobre-décembre 1969. Avant-project. Mimeo.

3. O arquiteto Fernando Machado Leal, em aula de 5-9-1974 no **Curso de Especialização em Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos**, referia-se à inutilidade da vinda de determinados consultores da UNESCO, que ignoravam muitas soluções que os profissionais brasileiros do patrimônio já sabiam. Leal deixou claro que excetuava Viana de Lima, seu colega no curso. Na nossa interpretação, é possível que essa postura de Fernando Leal exemplifique o estranhamento que naquele período as teorias e orientações novas, originárias predominantemente da Europa, causaram nos técnicos das gerações mais antigas do IPHAN.

4. FONSECA 1997, p. 161 e TELLES 1977, p. 23.

5. Cf. PESSÔA 1999, p. 17.

6. ANEXO do **Compromisso de Brasília** in: IPHAN. **Cartas Patrimoniais**. Brasília: IPHAN, 1995. Caderno de documentos n. 3., p. 167.

de todos os níveis, a proteção dos acervos arquivísticos, o fomento à pesquisa patrimonial, e a destinação dos monumentos para atividades culturais públicas.

O próprio Lucio Costa justificou a adoção da nova política do IPHAN e do Ministério da Educação e Cultura em um texto seu que acompanha o Compromisso de Brasília como “anexo”, expondo a complexidade e a especificidade da tarefa de que o IPHAN, sozinho, estivera incumbido até então:

“O problema da recuperação e restauração de monumentos, trate-se de uma casa seiscentista como estas de São Paulo, ou das ruínas desta igreja de São Miguel, no Rio Grande do Sul, é extremamente complexo.

Primeiro, porque depende de técnicos qualificados cuja formação é demorada e difícil, pois requer ,além do tirocínio de obras e de familiaridade com os processos construtivos antigos, sensibilidade artística, conhecimentos históricos, acuidade investigadora, capacidade de organização, iniciativa e comando e, ainda, finalmente, desprendimento.

Segundo, porque implica em providências igualmente demoradas, como o inventário histórico-artístico do que existia na região, o estudo da documentação recolhida, o tombamento daquilo que deve ser preservado, a eleição do que mereça restauro prioritário, a apropriação de verbas para esse fim, a escolha de técnicos, o estudo preliminar na base de investigação histórica e das pesquisas in loco, a documentação e o registro das fases da obra e, por fim, a manutenção e o destino do bem recuperado.

Apesar da deficiência dos meios, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – obra da vida de Rodrigo M. F. de Andrade – tem procedido ao restauro de monumentos – talha, pintura, arquitetura – em todo o país; mas no acervo de cada região há obras significativas e valiosas cuja preservação escapa à alçada federal; é, pois, chegado o momento de cada Estado criar o seu próprio serviço de proteção vinculado à universidade local, às municipalidades e à DPHAN, para que assim participe diretamente da obra penosa e benemérita de preservar os últimos testemunhos desse passado que é a raiz do que somos – e seremos.”⁶

Estes poucos quatro parágrafos escritos por Lucio Costa explicitam, com impressionante concisão e detalhe, o quadro metodológico de trabalho do IPHAN, que acabará por ser o modelo de ação adotado por todos os serviços estaduais e municipais que virão a ser criados em seguida.

1.1. Formação de especialistas

“Para remediar a carência de mão-de-obra especializada, nos níveis superiores, médio e artesanal, é indispensável criar cursos visando à formação de arquitetos restauradores, conservadores de pintura, escultura e documentos, arquivologistas e museólogos de diferentes especialidades, orientados pelo DPHAN e pelo Arquivo Nacional os cursos de nível superior.” (recomendação número 7 do Compromisso de Brasília, 1970).

Atendendo à recomendação do Compromisso de Brasília, e segundo projeto apresentado naquela mesma ocasião⁷, foi celebrado entre o CONDEPHAAT (através da Secretaria de Esportes e Turismo) e a USP (através da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo), em 1972, um convênio para a realização de um curso de restauração e conservação de monumentos e conjuntos arquitetônicos para arquitetos⁸. Em 1973 se ratifica o convênio em novo documento, assinado também pelo IPHAN, e se detalha a estrutura do curso.

Este seria o primeiro curso de especialização, em nível de pós-graduação, com a finalidade de *“formar especialistas para o atendimento das unidades dos serviços de proteção do Patrimônio Histórico e Artístico do País”*.⁹

Na realidade, em 1964 a FAUUSP já havia organizado um curso de pós-graduação em preservação e restauração de monumentos, mas com outro objetivo, que foi o atendimento de exigências acadêmicas do Ministério da Educação e Cultura. O curso foi, portanto, destinado aos docentes da faculdade. A sugestão do tema desse curso de pós-graduação foi do professor Flavio Motta, que prontamente obteve a colaboração do IPHAN, através de Rodrigo M. F. de Andrade.¹⁰ O diretor do IPHAN enviou como professores os melhores profissionais (arquitetos e artesãos) do IPHAN, entre os quais o restaurador Jair Afonso Inácio (1932-1982), que usava técnicas aprendidas na Europa e nos Estados Unidos muitas vezes adaptadas às condições de clima e de recursos disponíveis no Brasil.¹¹ O curso teve como coordenador Eduardo Kneese de Melo. Em 1977 Augusto da Silva Telles diz sobre o curso que *“apesar de algumas falhas (de coordenação), foi ele de grande proveito”*¹². Para Julio Katinsky, que participou do curso como aluno, aquele foi um curso de alto nível intelectual. Além de Jair Inácio, lecionaram o próprio Silva Telles, Edson Motta, Sérgio Buarque de Hollanda, Renato Soeiro, Fernando Leal e Flavio Motta. Katinsky recorda-se de que a apresentação da restauração então recente do Solar do Unhão, de Lina Bo Bardi, chocou a todos do Patrimônio, pela proposta inusitada e diferente de tudo o que se fazia tradicionalmente no Brasil em termos de restauração.¹³

Já o curso de 1974 foi detalhadamente organizado. O programa do curso e o conteúdo disciplinar foi estabelecido pelo IPHAN em conjunto com o Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto da FAUUSP.

7. Cf. Luis Saia, no artigo “Até os 35 anos, a Fase Heróica” (1977). Saia não informa de quem foi a autoria do projeto, mas certamente foi ele elaborado com a contribuição principal do IPHAN, conforme indicam, primeiramente, o texto de Lucio Costa (o “anexo”), e depois, os termos do convênio de 1973 e a presença de técnicos e colaboradores do IPHAN como docentes no curso.

8. Diário Oficial do Estado de São Paulo em 20-12-1972.

9. Cf. artigo 2º. do convênio, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 20-12-1972.

10. Depoimento de Flavio Lichtenfels Motta à autora, em 28-9-2005.

11. Cf. NÓBREGA, I. C. **Jair Afonso Inácio, um pioneiro na preservação do patrimônio artístico brasileiro.** Dissertação (Mestrado em Artes) – Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 1997.

12. TELLES, A. C. da S. “Formação de Arquitetos para Preservação de Bens Culturais”. In: revista **CJ. ARQUITETURA** nº 17. Rio de Janeiro: FC Editora, 1977. pp. 23-23.

13. Conforme informações de Julio Katinsky à autora, em 3-10-2005. Apesar do curso ter se realizado em São Paulo, Luis Saia não participou dele. As justificativas da recusa de Saia estão publicadas em “Édipo Ingenierios”, na revista **ACRÓPOLE** nº 318, de junho de 1965.

14. Diário Oficial do Estado de São Paulo em 10-5-1973.

15. Antonio das Neves Gameiro, que foi aluno do curso, lembra que o curso foi estafante, com aulas diariamente, com muita informação, e em várias línguas, e ainda com longas viagens. Depoimento do arquiteto à autora, em 20-10-2005.

Das 30 vagas criadas, 15 foram preenchidas por técnicos enviados pelos órgãos interessados de várias regiões do país, de acordo com critério do IPHAN. Outras 15 vagas foram preenchidas de acordo com indicação do Governo do Estado de São Paulo, dando prioridade para 10 arquitetos da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, e para 3 arquitetos da USP.¹⁴

Tendo como coordenadores representantes das três partes conveniadas (Ulpiano T. Bezerra de Meneses, Nestor Goulart Reis Filho e Luis Saia), o curso realizou-se de 12 de agosto a 20 de dezembro de 1974, no prédio da FAU da rua Maranhão, em período integral.¹⁵ O conteúdo disciplinar foi organizado em 6 blocos, incluindo o que foi chamado de “estágio”, correspondente a visitas para possibilitar o contato prático com os temas ministrados em sala:

- 1) Teoria da conservação;
- 2) Técnicas de restauração;
- 3) Técnicas auxiliares de restauração;
- 4) Projetos de restauração;
- 5) Seminários de formação brasileira e regional;
- 6) Estágios.

O **bloco 1** abordou temas da arqueologia, dos museus, da legislação nacional relativa ao patrimônio histórico e artístico, dos critérios gerais de restauração de monumentos e da ambientação de monumentos; além disso, abordou a experiência internacional através das aulas de Hughes de Varine-Bohan, diretor por 10 anos do ICOM – Conselho Internacional dos Museus. Segundo Ulpiano B. de Meneses, nas aulas de Varine-Bohan pela primeira vez no Brasil se tratou “conceitualmente” de temas conceituais do patrimônio. Carlos Lemos e Antonio Luiz Dias de Andrade, que foram alunos do curso, também relatam que foram uma novidade os conceitos apresentados por Varine-Bohan, especialmente no respeitante à abrangência da noção de “patrimônio” (RODRIGUES 2000, p. 73).

À noção de patrimônio histórico e artístico, Varine-Bohan superpôs o conceito mais abrangente de “patrimônio cultural”, cujos elementos constituintes ele definiu a partir do seu agrupamento em três grandes categorias: a dos elementos de origem natural (o meio ambiente do homem); a dos elementos intangíveis criados pelo homem (o conhecimento, a ciência, a técnica, a arte); e a do habitualmente chamado de patrimônio cultural, composto pelos bens móveis e imóveis. Em seguida, recusando a categorização proposta por ele mesmo, Varine-Bohan define, por inversão, o patrimônio cultural como sendo o **conjunto** de todos aqueles elementos, sem distinção de categoria. De acordo com essa abordagem ampla, adquirem relevo como patrimônios culturais inumeráveis elementos pertencentes ao mundo do homem, mas até então invisíveis ao olhar patrimonial. E, finalmente, sob essa perspectiva, Varine-Bohan conclui sua aula de 12-8-1974 com a afirmação de que o

patrimônio cultural de um país não é superior nem inferior ao de outro país; que ele simplesmente existe (VARINE-BOHAN 1974), significando, com isto, que a valoração dos objetos patrimoniais adquire independência tanto de categorias absolutas, como das categorias clássicas de “beleza” e “história”.

Além de Varine-Bohan, o bloco 1 contou com os professores Ulpiano Bezerra de Meneses, Fernando Machado Leal, Luis Saia, Renato Soeiro e Augusto da Silva Telles. A bibliografia deste bloco relacionada diretamente à restauração arquitetônica consiste nas Revistas do PHAN, no Decreto-Lei 25/37, na Carta de Atenas de 1933 (sic), na Carta de Veneza de 1964, e nas Normas de Quito (1967), com a recomendação de que fosse consultada a bibliografia das disciplinas de outros blocos; na bibliografia internacional, as seguintes indicações genéricas: Bulletin de l'ICOM, ICOM News, revista Museum e revista Monumentum.

O **bloco 2**, “Técnicas de restauração”, foi ministrado, entre outros, por Augusto C. da Silva Telles, Luis Saia, Fernando M. Leal, José Luiz M. de Menezes, Paulo Ormindo D. Azevedo, Victor A. Pimentel Gurmendi, Alfredo E. Viana de Lima e Edson Motta. O conjunto das disciplinas deste bloco compreendeu a apresentação e a análise de casos brasileiros de restauração, arquitetônica, de pintura, de escultura e de talha, abordando os critérios conceituais e as soluções técnicas adotadas para cada situação. No caso do restauro arquitetônico, as análises eram sempre precedidas pela explicação das técnicas construtivas envolvidas. Analisaram-se diversas obras, em edifícios de taipa de pilão, de taipa de mão, de alvenarias, de cantarias; em igrejas, solares urbanos, casas rurais e edifícios de produção. O concreto foi apresentado como solução universal para o problema da consolidação estrutural. Foram abordadas também, neste bloco, as experiências peruana e portuguesa.¹⁶

Na bibliografia das aulas de restauração arquitetônica deste bloco, comparecem textos se história da arquitetura¹⁷, artigos do *ICOMOS Bulletin* e de publicações da UNESCO, as Normas de Quito, e a Carta de Veneza.

“Técnicas auxiliares de restauração” foi o nome dado ao conjunto de disciplinas do **bloco 3**, que abordou principalmente os métodos de pesquisa histórica e iconográfica, e a análise histórica e morfológica de conjuntos urbanos. Ficou responsável por este bloco o professor Nestor Goulart Reis Filho. Viana de Lima, Fernando Leal e Newton Isaac da Silva Carneiro também lecionaram neste bloco.

Luis Saia ficou responsável pelo **bloco 4**, “Projetos de restauração”, que correspondeu a aulas de orientação aos alunos, para o desenvolvimento de um projeto a ser apresentado no final do curso. Participaram como docentes deste bloco, além de Saia, Fernando Leal, Viana de Lima, Victor Pimentel e outros.

16. Victor Armando Pimentel Gurmendi lecionava na Universidad Nacional de Ingeniería – Facultad de Arquitectura, de Lima. Alfredo Evangelista Viana de Lima, consultor da UNESCO, era português.

17. Artigos da **Revista do PHAN, Sistemas Construtivos** de Sylvio de Vasconcellos, **Quadro da Arquitetura no Brasil** de Nestor G. Reis Filho, e “Construções de taipa” de Carlos Borges Schmidt.

18. **Curso de Especialização em Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos.** São Paulo: Convênio MEC e Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo do Estado de São Paulo, 1974. Documentos diversos.

19. Com exceção, certamente, do projeto de restauração da Igreja da Sé de Olinda, de José Luiz Mota Menezes, que constituía sua tese, e cuja obra (1974-83) ainda estava no início.

20. Depoimento Antonio das Neves Gameiro à autora, em 20-10-2005.

O **bloco 5**, “Seminários de formação brasileira e regional”, ficou sob responsabilidade de Fernando Antonio Novaes, tendo ainda como docentes Carlos Guilherme Mota e Francisco Iglesias, entre outros. Suas disciplinas versaram sobre a formação histórica e social do Brasil, a ocupação territorial e os movimentos demográficos no território nacional.

O **bloco 6**, “Estágios”, consistiu em duas viagens de visita a monumentos, obras e cidades históricas, na região sudeste (cerca de 21 dias entre São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro) e no nordeste (cerca de 2 semanas entre Pernambuco, Paraíba e Bahia).¹⁸

O curso constituiu uma oportunidade inédita de transmissão da experiência do IPHAN às novas gerações de profissionais. Dentro do tema da restauração arquitetônica, que especificamente interessa a esta pesquisa, foi dada ênfase, nas aulas, à descrição e à discussão dos procedimentos de obra, através de exemplos apresentados como caso de estudo, entre eles a Casa da Torre de Garcia d’Ávila, a Igreja da Sé de Olinda, a casa do Padre Corrêa, a Igreja do Pilar de Ouro Preto e o Sítio Santo Antonio (Foi programada a análise de 80 casos selecionados pelo IPHAN). Por exemplo, na aula sobre a restauração do Sítio Santo Antonio, em São Roque (SP) Luis Saia discorreu sobre as características do sítio e dos edifícios, sobre o estado em que o monumento foi encontrado, as patologias, as soluções técnicas, as dificuldades enfrentadas na obra, e sobre o plano geral, que era “formar um conjunto”. Na aula sobre a restauração da Igreja do Pilar de Ouro Preto, Fernando Leal explicou o desabamento, o procedimento de escoramento, a consolidação com o concreto armado, e assim por diante. Em aulas como estas, dedicadas à apresentação e discussão de casos, em momento algum se relacionam as operações práticas a um princípio teórico ou conceitual. Nem a Carta de Atenas dos CIAM é citada, quanto mais a Carta de Veneza, apesar de esta figurar na bibliografia do curso.

Enfim, na apresentação dos casos de restauração, a ênfase era colocada na discussão do aspecto técnico das soluções de consolidação, conservação, restauração. Além disso é interessante frisar que, apesar de se mostrarem as obras, não foi mostrado nenhum projeto¹⁹, segundo lembra o arquiteto Antonio das Neves Gameiro, que foi aluno do curso.²⁰ Ou seja, “projeto” como pré-visão da intervenção no monumento não era uma instância que os arquitetos do IPHAN costumavam documentar.

Dos arquitetos do IPHAN foi Augusto da Silva Telles quem trouxe para a discussão nas aulas, além das informações técnicas referentes às restaurações, a reflexão conceitual sobre a prática, proposta à luz das recomendações e das noções colocadas pela Carta de Veneza. Analisando isoladamente o documento de 1964, ou referindo-se a ele durante a discussão das obras apresentadas, Silva Telles salienta a importância de se respeitar, nos monumentos, as contribuições arquitetônicas de todas as épocas, sem buscar

a sua feição primitiva. Ele dedica uma longa aula à leitura comentada da Carta de Veneza.²¹ Abrindo a aula com a colocação, em perspectiva histórica, da noção de *mise-en-valeur*, “colocar em valor o monumento”, o professor Silva Telles passa da idéia de “colocar em destaque” o monumento (em Viollet-le-Duc) para a noção de “conservar as estratificações arquitetônicas” (começa em Paul Saintenoy (1862-1952)²², passa por Camillo Boito (1836-1914) e chega até Gustavo Giovannoni (1873-1947) e a contribuição deste para a Carta de Atenas de 1931, onde se consolida a noção de respeito às etapas de todas as fases históricas, desde que elas tenham valor artístico, mesmo que isto signifique ter lesada a unidade artística original.

Depois de apresentar uma perspectiva histórica da noção de valorização do monumento, Silva Telles passa a analisar cada um dos artigos da Carta de Veneza, tentando empregar, como exemplos concretos da aplicação das recomendações contidas na Carta, as restaurações empreendidas pelo IPHAN. A tentativa é malograda, diante da incompatibilidade evidente entre os princípios da Carta e aqueles adotados nas intervenções mostradas. Nas restaurações do IPHAN estava clara a diretriz original – devolver ao edifício a sua feição primitiva –, à custa da supressão dos acréscimos posteriores e, evidentemente, ignorando qualquer orientação do documento de 1964. O arquiteto mesmo admite essa incongruência, reconhecendo que “*desde 1937 até hoje o Patrimônio errou, mas também acertou. Muitas das coisas que o Patrimônio fez, não faria hoje*”. Luis Saia, experientíssimo na prática, intervém, para provocar o debate: como proceder, numa determinada cidade, no caso de um último exemplar residencial urbano remanescente do século XVII em todo o estado de São Paulo, sobre o qual se construiu um sobrado do século XIX, sobrado de bom desenho mas que é um dentre vários? Desmonta-se o sobrado em nome da excepcionalidade da moradia do século XVII ou se o mantém porque ele significa uma contribuição histórica? Silva Telles responde à questão com um “*Fica assim. Deixa assim*”. Logo em seguida, diante da reiterada justificativa de Saia sobre a excepcionalidade do exemplar seiscentista (o único do estado de São Paulo) colocada em contraste com a grande quantidade de exemplares assobradados do século XIX, o arquiteto carioca conclui: “*Seria o caso de voltar ao original. Tendo o cuidado, claro de documentar, fotografar, levantar arquitetonicamente*”. Saia também conclui a discussão, lembrando que residiam naquele exemplar arquitetônico duas excepcionalidades: a primeira, a da última casa urbana de partido rural no estado de São Paulo; a segunda, a do “*único exemplar de acoplamento de duas épocas, que teria gerado uma terceira unidade compositiva, de tal forma que se criou uma segunda excepcionalidade.*”

Apesar de introduzidas as noções e recomendações contidas na Carta de Veneza, verifica-se que a preocupação conceitual que mais mobilizou debates não foi nem a noção de monumento, e nem o emprego de materiais e técnicas modernas na restauração, mas sim o eterno conflito decorrente da existência, nos monumentos, das instâncias histórica e estética.

21. **Curso de Especialização em Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos.** São Paulo: Convênio MEC e Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo do Estado de São Paulo, 1974. Documentos diversos. Aula de Augusto C da Silva Telles em 23-9-1974.

22. Arquiteto belga, professor da Académie Royale des Beaux-Arts, Bruxelas, e que, como membro da Commission Royale des Monuments et Sites desempenhou importante papel na reconstrução da Bélgica após a Segunda Guerra Mundial.

23. Embora a ênfase do curso tenha sido colocada nos monumentos e nas práticas das regionais do Sudeste e Nordeste do Brasil.

Portanto, além de cumprir o seu objetivo de formar especialistas, o curso foi também uma oportunidade para os arquitetos do IPHAN de várias partes do país²³ realizarem debates conceituais e técnicos sobre a sua própria prática, com base na apresentação de casos de restauração. É bastante evidente, nas aulas de que participou, o esforço de Silva Telles visando a interpretar, transmitir e discutir didaticamente as informações novas contidas na Carta de Veneza. O seu esforço no sentido de relacionar as novidades conceituais aos casos concretos de restauração não deixou de ser também uma novidade, enquanto atitude de indagação sobre critérios não explicitados na prática. Sua falta de certeza perante determinadas questões – lembrando do exemplo da casa seiscentista – é representativa de um momento de questionamento dos próprios procedimentos que o IPHAN vinha adotando até então. Luis Saia e Fernando Leal, ao contrário, mostravam plena confiança na abordagem que vinham adotando desde o início, fundada no conhecimento empírico construído a partir da prática de obras e do contato com o monumentos. Esta prática, da maior importância, acabou por constituir um corpo de experiências acumuladas, ao qual o próprio Silva Telles chamou de “corpo de doutrina” do IPHAN.

Estes episódios, que revelam posturas contrastantes dos arquitetos dentro do próprio IPHAN, também sugerem a existência de desigualdades de acesso à informação. Silva Telles, assim como os demais arquitetos atuando no IPHAN (sede central) do Rio de Janeiro, teriam mais acesso às publicações, notícias, congressos internacionais, seminários, legislação, normas e enfim, tudo o que dependesse de contato com outros países e mesmo da sede central com todos os estados do país. A realidade das delegacias regionais era de eterna escassez de recursos e, nas primeiras décadas, até de isolamento (antes do advento do telefone), o que implicava limitações de todo tipo, incluído aí o acesso a resoluções de encontros internacionais e documentos semelhantes.

Este curso representou um marco na história da preservação do patrimônio no Brasil, em muitos aspectos. Primeiramente, porque colocou em discussão para um grande grupo de profissionais, pela primeira vez, o problema da conceituação do patrimônio (e da restauração arquitetônica). Segundo, porque introduziu, no meio profissional e acadêmico, a Carta de Veneza com suas noções até então desconhecidas (ou pelo menos, nunca explicitadas) entre nós, colocando em discussão as práticas tradicionais de restauração do IPHAN e inaugurando um período em que o valor documental dos monumentos começa a adquirir, em vários aspectos, prevalência sobre o valor estético, nas operações de preservação. E, por fim, porque inaugurou um modelo de formação do profissional de restauração, no qual a formação conceitual e teórica precede a formação prática.

O curso formou 28 especialistas. Foi organizado novamente em 1976, em Recife, em 1978 em Belo Horizonte, e em 1980 em Salvador, onde permanece até hoje, com alterações em relação ao primeiro curso, e com o

nome de CECRE – Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos

24. Cf. **Revista do Arquivo Municipal** n. 199, 1999; e **Boletim do Departamento do Patrimônio Histórico** n. 1, 1985, p. 12.

25. O Prefeito era Miguel Colasuonno. Mandato: de 29-8-1973 a 16-4-1975.

1.2. Um serviço de patrimônio para a cidade de São Paulo

O Departamento de Cultura e Recreação que Mário de Andrade dirigiu de 1935 a 1938 era subordinado diretamente ao Gabinete do Prefeito. Em 1945, através do Decreto-Lei 333, com o nome de Departamento de Cultura, ele foi subordinado à Secretaria de Cultura e Higiene. Em 1947, o Decreto-Lei 430 subordinou o Departamento à Secretaria de Educação e Cultura.²⁴ Foi do âmbito desse Departamento municipal, de dentro da sua Divisão do Arquivo Histórico, que partiram todas as iniciativas de preservação das casas bandeiristas do Butantã e do Caxingui. Nuto Sant’Anna, Paulo Camilher Florençano, Paulo Fradique Sant’Anna e Fernando de Azevedo são as pessoas que se destacaram pelos esforços que resultaram nas restaurações daqueles dois edifícios. Como já foi visto, a motivação para a preservação daquelas casas teve originalmente componentes que variaram desde o reconhecimento de um valor histórico até o culto ufanista do passado: nas justificativas de Paulo Florençano elas são claras: propriedade que pertenceu a Afonso Sardinha, ou casa em que residiu o padre Belchior de Pontes, ou ainda relíquia do passado bandeirante do ciclo do ouro. O plano de preservação das duas casas tinha, pela perspectiva de Paulo Florençano, a finalidade de converter em “museus históricos municipais” os edifícios restaurados; pela perspectiva do IPHAN, preservar, através da restauração, os exemplares arquitetônicos como “documentos arquitetônicos”. Apesar de diversas as motivações, elas eram convergentes, e o resultado são as duas casas fisicamente preservadas.

26. Processo municipal **50.043/74**.

27. Os outros três seriam: de Teatros, de Bibliotecas Públicas, e de Bibliotecas Infante-Juvenis. Desde então até hoje ocorreram algumas alterações neste organograma.

28. Primeira versão do Projeto de Lei. Cf. processo municipal **50.043/74**.

Em 1974 o Poder Executivo²⁵ enviou à Câmara Municipal um Projeto de Lei (número 192/74) visando à criação de uma Secretaria Municipal especialmente dedicada à questão da cultura, desmembrando em duas – Secretaria de Educação e Secretaria de Cultura – a então Secretaria de Educação e Cultura. Nas justificativas, explicava-se que a gestão de assuntos tanto do campo artístico-cultural como do campo do ensino e da recreação havia se tornado complexa demais para continuar sob a responsabilidade de apenas uma pasta.²⁶

AnovaSecretariadeCulturapretendiaacompreenderiaquatroDepartamentos²⁷, entre os quais o **Departamento de Patrimônio Artístico-Cultural**, ao qual competiria “*planejar e executar as medidas necessárias ao levantamento, ao tombamento e à defesa do patrimônio artístico e cultural do município*”.²⁸ Ao departamento caberia executar todas as políticas municipais referentes a monumentos artísticos, documentos, museus; realizaria pesquisas sobre cultura e arte, organizaria exposições, administraria um planetário.

Maria Eugenia Franco, bibliotecária de carreira, irmã do falecido deputado

29. De acordo com Murillo Marx e Antonio Gameiro, é certo que Luis Saia colaborou na elaboração do organograma do DPH. Outros colaboradores, segundo Murillo Marx, teriam sido Ernani Silva Bruno, Antonio Cândido, Sérgio Milliet, Rubens Borba de Moraes, Caio Prado Junior, Carlos Lemos, Benedito Lima de Toledo, Nestor Goulart Reis Filho. Cf. Depoimentos à autora, de Murillo de Azevedo Marx (em 11-1-2005) e Antonio das Neves Gameiro (em 20-10-2005).

30. Processo municipal **29.735/75**.

estadual do Partido Socialista Brasileiro Cid Franco, desempenhou um papel fundamental na criação do Departamento. O motivo maior que a levou a propor ao Prefeito a criação desse órgão era a sua preocupação com a preservação do acervo artístico municipal. Foi ela quem, com a ajuda de intelectuais a quem foi pedir colaboração, percorreu os gabinetes de vereadores e não poupou esforços para fazer o projeto tornar-se Lei. Maria Eugenia Franco foi a primeira diretora do hoje extinto IDART, que foi criado simultaneamente ao DPH.

O Projeto de Lei tramitou rapidamente, de forma que em 13-1-1975, através da Lei 8.204/75 estava criada a Secretaria Municipal de Cultura (e extinta a Secretaria de Educação e Cultura), com o seu, entre outros, Departamento de Patrimônio Artístico-Cultural. Departamento que não chegou a funcionar, pois dois meses depois o Prefeito enviou à Câmara uma proposta de desmembramento do Departamento de Patrimônio Artístico-Cultural em Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) e Departamento de Informação e Documentação Artísticas (IDART). Fora a própria Maria Eugenia Franco quem novamente se empenhara em conseguir esse desmembramento. O que ocorreu é que, depois de sancionada a Lei 8.204/75, enxergou-se a conveniência de se separarem áreas de atuação tão especializadas.

Conta-nos Murillo Marx que Luis Saia²⁹ e outros profissionais e professores que colaboraram na elaboração do Projeto de Lei alertaram Maria Eugenia sobre a importância de se criar um órgão de patrimônio cultural especializado, nos moldes do serviço federal; afinal, a questão do patrimônio adquirira uma dimensão tal que no nível do município mereceria um serviço autônomo, e não subordinado ao IDART.

No novo Projeto de Lei (número 44/75)³⁰ a justificativa para o desdobramento do Departamento de Patrimônio Artístico-Cultural em dois Departamentos distintos era o fato de o acervo artístico municipal compreender duas categorias diferenciadas de objetos: uma, constituída pelos bens artísticos da história recente e contemporânea, e outra, aquela formada pelos testemunhos materiais herdados do passado mais remoto. De acordo com esta divisão, ao IDART ficaria afeta a primeira categoria de bens (o acervo de arte brasileira contemporânea e seus acervos) e ao DPH, a segunda (formada pelos bens patrimoniais ligados à história, pelo acervo iconográfico municipal, museus históricos, obras de arquitetura e de arte do passado).

A Lei 8.252/75, criando o IDART e o DPH, foi sancionada em 20-5-1975 já pelo novo Prefeito Olavo Setúbal e pelo Secretário Sábato Magaldi. Luis Saia, um dos principais responsáveis pela elaboração do plano do DPH, não chegou a testemunhar o acontecimento, pois falecera dias antes, em 15 de maio.

Administrativamente, o DPH foi constituído por três Divisões, sendo duas

já existentes (a Divisão de Iconografia e Museus e a Divisão do Arquivo Histórico) e uma nova, a Divisão de Preservação, à qual coube a tarefa de tutela do patrimônio arquitetônico municipal. O órgão era novo, e tudo estava por ser feito. O arquiteto Murillo Marx, que foi o primeiro Diretor do DPH, adotou como uma das diretrizes de ação da instituição a colaboração com os órgãos das duas esferas superiores, e baseado no organograma estabelecido pela Lei 8.252/75. Três anos depois do início das atividades do DPH, o diretor assim resumiu as atribuições e as diretrizes do novo órgão, que já estavam implantadas e em execução:

31. Grifos da autora.

“A Divisão de Preservação é o serviço técnico do Departamento do Patrimônio Histórico encarregado de documentar, conservar e valorizar os bens culturais paulistanos. Ao lado dos bens móveis, os de raiz e os locais de interesse histórico, artístico ou paisagístico se colocam como objeto imediato da sua ação. (...) A Divisão de Preservação corresponde diretamente, no âmbito municipal, ao CONDEPHAAT e ao IPHAN, entidades estadual e federal de proteção ao patrimônio cultural. (...) Levantamentos e Pesquisas, Crítica e Tombamento, Programas de Revitalização, Projeto, Restauro e Conservação, Laboratório de Restauro e Divulgação e Publicações compõem o arcabouço técnico da Divisão (...).”

*“As atribuições principais da Divisão de Preservação constituem (...) o conhecimento, a pesquisa e a documentação dos **bens culturais** do município; a seleção, o amparo legal e a conservação física dos mesmos; e, ambientação condigna, a animação criteriosa e a sua divulgação. **Documentá-los, conservá-los e valorizá-los** são atividades (...) que devem ser ponderadas analisando cada caso e cada situação. Para tal, **três diretrizes gerais** parecem-me fundamentais: a visão moderna preservacionista, a visão urbanística, a colaboração com os demais serviços de defesa do patrimônio.”³¹*

*“A primeira diretriz geral é a busca de uma **visão moderna** do problema do patrimônio cultural que guarda o município de São Paulo. Uma visão de quem esteja cômico do presente e pretenda lutar pela conservação de alguns testemunhos da herança da sua sociedade como homem do seu tempo. (...) A visão moderna, assim, é compreendida como contraposição da visão saudosista. Ou da pitoresca, (...) ou daquelas, enfim, voltadas ao culto do passado, despidas de um espírito crítico e embebidas em uma preocupação sacralizante da história e dos seus documentos. Essas formas de encarar a proteção ao patrimônio cultural existentes levaram a prejuízos para a sociedade de nossos dias. Levam às distorções do real significado de um testemunho qualquer, à eventual falsificação de um outro, ao desinteresse pela questão da reutilização, ao descaso pela ambientação condigna.”*

32. MARX, M. “Proteção Global para a Memória Paulistana”. In: **Revista CJ. ARQUITETURA** nº 19. Rio de Janeiro: FC Editora, 1978. p. 100.

33. Essas abordagens “pitorescas” são referências às operações de ambientação histórico-temática pelas quais passaram, nas décadas de 1950 e 1960, a “Casa do Bandeirante” e a “Casa do Grito”, nas quais. As exposições nestes dois imóveis foram desmontadas na gestão do diretor Murillo Marx.

34. MARX, M. Op. Cit. p. 102.

*“A segunda diretriz geral é a procura constante de uma **visão urbanística** do problema da preservação dos testemunhos de cunho ambiental (...). Este cuidado decorre do anterior, tanto no sentido de devolver o bem cultural à cidade e ao cidadão, como naquele (...) de contribuir para o **desenho da cidade** que se pretende ter. De fato, se um elemento ambiental é digno de ser mantido e o próprio ambiente não o é, pode-se manter este último por causa daquele prejudicando a todos; pode-se eliminar ambos empobrecendo a todos, ou se pode fazer do bem cultural uma baliza estimulante de um novo quadro urbano necessário e desejado (...).”*

*“A terceira diretriz geral refere-se à **colaboração** do serviço municipal com os outros interessados e responsáveis na capital paulista: o CONDEPHAAT e o IPHAN (...).”³²*

No relato que acabamos de transcrever fica visível a orientação do novo órgão para uma abordagem abrangente do patrimônio cultural, que desde o início rejeita, conceitualmente, as aproximações “saudosistas”, “pitorescas” ou mesmo “falsificadoras” dos vestígios materiais do passado.³³ (**Fig. 2 a 7**) Propõe-se imprimir à ação do órgão municipal uma “visão moderna”, comprometida com a urbanística, tratando os bens culturais como elementos qualificadores da paisagem urbana.

Não faz parte da proposta do presente estudo esmiuçarmos todo o largo universo das atribuições, ações e programas efetivados pelo DPH naqueles primeiros anos de sua existência. As questões dos documentos de papel, acervos fotográficos, cartográficos, museus, acervos móveis, e mesmo dentro da Divisão de Preservação, as publicações, inventários e pesquisas exigiriam uma pesquisa à parte, que não são o objeto de atenção do presente estudo.

No respeitante às ações de conservação de monumentos arquitetônicos do acervo municipal, o diretor explica que *“uma prioridade foi estabelecida para o problema da tutela legal, de conservação física e das eventuais restaurações: atacar primeiramente os bens culturais imóveis de propriedade do município ou protegidos por lei federal, estadual ou municipal. Esta prioridade visava, e continua pretendendo, encaminhar os casos de preservação pendentes, há muito tempo, na cidade de São Paulo, embora reconhecidos como de interesse indiscutível. Assim, questões de desapropriação e de doação mereceram atenção imediata como as das Casas do Sítio Mirim e Tatuapé e a do Sítio Morrinhos.”*³⁴

Consideradas “acervos arquitetônicos”, as casas até então sob a guarda da Divisão do Arquivo Histórico da Secretaria da Educação e Cultura (Butantã e Caxingui) foram automaticamente transmitidas para a Secretaria de Cultura. A guarda de outras casas nas condições descritas acima pelo diretor do DPH foi sendo gradualmente transmitida, por compra, doação ou desapropriação, à Secretaria.

Fig. 2. (esquerda) Desenho de Paulo Florençano, no folder “Guia da Casa do Bandeirante – ensaio de recomposição do ambiente rural doméstico paulista de primórdios do Século XVIII”, publicado pela Divisão do Arquivo Histórico Municipal para a inauguração do imóvel restaurado em 1954-55.

Fig. 3. (direita) Interior mobiliado da “Casa do Bandeirante”, no âmbito do “ensaio de recomposição”. Acervo DPH/ DIM.

Fig. 4. Casa do Butantã: paliçada cercando todo o terreno, construída em 1954 “no estilo autêntico usado pelos nossos colonizadores” (Cf. processo municipal 630.032/71). Foi demolida em 1977 pelo DPH. Fotografia s.d., Acervo DPH/ Pres/ STLP.

Fig. 5. Desenho de Paulo Florençano, no folder “Guia da Casa do Grito – ensaio de recomposição de um pouso de beira de estrada (casa de tropeiro) de primórdios do Século XIX”, publicado pela Divisão do Arquivo Histórico Municipal. Edição de 1972 para o sesquicentenário da Independência do Brasil.

35. Conforme depoimentos à autora de Murillo Marx, Antonio das Neves Gameiro, e das museólogas Cristina Coelho Dias e Débora B. Balazs da Costa Parente.

36. Conforme depoimentos de Murillo Marx à autora, em 11-1-2005.

Do Gabinete da Secretaria ao Gabinete do Prefeito, o apoio das instâncias administrativas superiores foi fundamental para a viabilização das ações propostas pelo DPH. O Departamento subordinava-se ao secretário de Cultura Sábato Magaldi que teve como chefe de Gabinete o historiador Alexandre Eulálio. O prefeito era Olavo Setúbal. Há uma opinião consensual, entre os profissionais que atuaram no DPH naquela época, sobre a harmonia do trabalho conjunto entre as três instâncias hierárquicas (DPH – Secretaria – Gabinete do Prefeito)³⁵, que foi fundamental para que o DPH efetivasse uma série de trabalhos. Sábato Magaldi não se opôs nem quando o diretor do DPH lhe apresentou a composição da equipe da nova Divisão de Preservação, um tanto inusitada para Sábato Magaldi, pois era formada basicamente por profissionais bastante jovens. Só um pequeno espanto inicial – “Mas, Murillo, você só me vem com recém-formados...!” – e em seguida, o total apoio, às propostas, aos projetos.³⁶

GUIA DA "CASA DO GRITO"

A "Casa do Grito" — ensaio de recomposição de uma *casa de tropeiro* (pouso de beira de estrada) de primórdios do século XIX — é um dos diversos museus evocativos de São Paulo, que a atual administração municipal, dentro de importante programa elaborado pela Secretaria de Educação e Cultura, através da Divisão do Arquivo Histórico do Departamento de Cultura, resolveu instalar, aproveitando edifícios situados dentro do Município, de valor histórico, ou que apresentam interesse como documento arquitetônico de sua época.

Trata-se de uma construção remanescente de São Paulo de outrora, situada no Parque da Independência, no Ipiranga, e que, por circunstância assás favoráveis, chegou, mais ou menos incólume, até 1954. Neste ano, a Prefeitura Municipal, atendendo sugestões oferecidas pela Sociedade Geográfica Brasileira e pelo jornal A Gazeta., a fez restaurar, através do diretor do Departamento de Obras, engenheiro Lacrete, com a colaboração do então chefe da Divisão do Arquivo Histórico, Nuto Sant'Anna.

Fig. 6. Página 3 do folheto "Guia da Casa do Grito", 1972.

Fig. 7. Projeto de Paulo Florenzano para a construção de um rancho de tropeiros, para o museu da "Casa do Grito". Processo municipal 30.422/59.

37. MARX, M. Op. Cit. p. 102.

38. Mandato de Olavo Egídio Setúbal: de 16-4-1975 a 12-7-1979.

39. Cf. processo municipal 44.461/75.

40. Ofício 20/79, da Diretoria do DPH à 8ª. Diretoria Regional do IPHAN, de 7-2-1979. Pasta MTSP 10.1.1 Arquivo IPHAN 9ª. SR (São Paulo).

De fato, a equipe inicial da Divisão de Preservação foi formada por profissionais bem jovens. A equipe era pequena em 1975, e foi ganhando colaboradores com o passar dos anos, na mesma medida em que o seu organograma foi implementado, se conseguiram cargos e os trabalhos se avolumaram. Os profissionais (tratamos de arquitetos) eram originários principalmente ou de outros órgãos municipais, ou do convívio com o IPHAN, ou ainda dos Cursos de Especialização de 1974 (São Paulo), 1976 (Recife) e 1978 (Belo Horizonte). O próprio diretor do DPH havia se especializado no curso de 1974, e convidou para compor a equipe da nova Divisão colegas arquitetos formados nesse curso. Essa procedência, e a juventude profissional da equipe, certamente contribuíram para formar o quadro de posturas que se adotou nas abordagens da restauração dos edifícios históricos. O tom da abordagem preconizada está claro nas palavras do diretor do DPH: evitar as aproximações “saudosistas”, “pitorescas” ou mesmo “falsificadoras” dos vestígios materiais do passado.³⁷

Cinco meses depois da posse no cargo³⁸, o prefeito solicita um relatório pormenorizado sobre a situação dos edifícios históricos do município. A Secretaria de Obras, e depois o DPH, relatam a situação física e dominial das casas do vale do Tietê – o Sítio Mirim, o Sítio Santa Luzia, o Sítio Morrinhos, e a casa do Tatuapé, incluindo ainda o Sítio da Ressaca. Com estes relatórios iniciam-se os processos de desapropriação ou doação, e depois, as restaurações, das casas bandeiristas de propriedade da Prefeitura.³⁹ A primeira providência, de ordem administrativa e patrimonial (no sentido de “propriedade da coisa”) foi executar medidas legislativas de desapropriação e depois transmissão de guarda dos imóveis para o DPH. Estas medidas compreenderam uma sequência de atos legislativos, que podem se assim resumidos: 1º) declara-se “de utilidade pública” o imóvel particular; 2º) desapropria-se o imóvel, mediante pagamento de indenização ao proprietário, pelo Município. O imóvel fica classificado como “bem de uso comum do povo”; 3º) desincorpora-se o imóvel da classe de “bens de uso comum do povo” e se incorpora-o como “bem patrimonial” do Município; 4º) o Poder Executivo recebe o “bem patrimonial” em doação; 5º) O Poder Executivo transmite à Secretaria Municipal de Cultura o “bem patrimonial”. Na Secretaria de Cultura, em conformidade com a Lei que a criou, os edifícios históricos ficam sob a tutela do DPH.

Como se tratava de bens tombados pelo IPHAN (Sítio Mirim, Sítio Morrinhos e casa do Tatuapé), todas as providências relativas a esta etapa de regularização dominial eram informadas ao órgão federal. Em ofício de 7-2-1979, por exemplo, o diretor do DPH informa o diretor da 8ª. Diretoria Regional Antonio Luiz Dias de Andrade que já se haviam efetivado a expropriação do Sítio Mirim e a doação do Sítio Morrinhos, assim como em janeiro a Prefeitura já fora imitada na posse da Casa do Tatuapé. *“Completa-se com isto a série de medidas visando solucionar as questões pendentes relativas à incorporação, pelo Patrimônio Público, de três monumentos nacionais paulistanos. A casa do Tatuapé já tem vigilância contratada, o interior limpo e tramita licitação da obra de restauração.”*⁴⁰

Também a diretoria central do Rio de Janeiro era mantida informada, pela diretoria do DPH, das providências relacionadas aos imóveis. Em carta de 24-3-1977 a Renato Soeiro o diretor Murillo Marx mantém o órgão federal a par do encaminhamento das questões relativas aos monumentos:

*“O Sítio Mirim: com a imissão de posse, a Prefeitura já limpou a área desapropriada, cercou a mesma e construiu um abrigo para guardas. O projeto da Helena (Saia), feito durante o curso de Recife, será brevemente encaminhado ao senhor. Tenho uma dotação de 200 mil para esta obra. (...) Capela de São Miguel: Helena cuidará da ambientação. (...) Casa do Tatuapé: recebi ontem a avaliação dos terrenos da área submetida ao IPHAN. Devo encaminhar ao Gabinete do Prefeito. Preocupam-se as queixas, que já começaram, dos desapropriados prováveis, e a má situação financeira geral (...).”*⁴¹

O IPHAN é consultado também sobre os critérios a serem adotados nas intervenções físicas nos imóveis e no seu entorno. Assim, por exemplo, em 16-10-1975 o Prefeito solicita do IPHAN orientação urgente no tocante à restauração da Casa Grande do Tatuapé e à liberação do entorno, *“porque dessa definição depende o rumo legal que o Executivo desta órbita administrativa fixará face aos dispositivos legais que disciplinam a matéria.”*⁴² Ou, Murillo Marx informando o IPHAN em 6-1-1978 que havia sido lavrada a escritura de doação para a PMSP do Sítio Mirim e que, para dar prosseguimento às questões relativas ao imóvel, solicitava *“definição urgente do partido de restauração a ser adotado.”*⁴³

Toda a correspondência trocada entre as diretorias do DPH e do IPHAN está arquivada exclusivamente no IPHAN (9ª. SR e Arquivo Noronha Santos). Lamentavelmente extraviou-se no DPH toda esta valiosa documentação administrativa e técnica, constituída basicamente pelos ofícios (os originais recebidos pelo DPH, e as cópias-carbono dos ofícios emitidos).

Em estreito diálogo técnico com o IPHAN, a Divisão de Preservação do DPH inicia a sua ação concreta de preservação dos imóveis tombados de propriedade municipal. Os critérios de intervenção estarão conceitualmente orientados pelos ensinamentos e pela experiência transmitida aos jovens profissionais nos Cursos de Especialização. Vejamos o rebatimento dessa nova condição nas restaurações inaugurais do DPH.

41. Carta do diretor do diretor do DPH ao diretor geral do IPHAN, de 24-3-1977. Processo de tombamento IPHAN 755-T-65. Arquivo Noronha Santos.

42. Ofício 1.172/75-PREF-G, do prefeito Olavo Egydio Setubal ao Chefe do 4º. Distrito Regional do IPHAN, Armando Rebollo, em 16-10-1975. Pasta MTSP 10.1.1 Arquivo IPHAN 9ª. SR (São Paulo).

43. Ofício 04/78, do diretor do DPH Murillo Marx ao diretor da 8ª. Diretoria Regional do IPHAN Armando Rebollo, em 6-1-1978. Pasta MTSP 7.3.1 Arquivo IPHAN 9ª. SR (São Paulo).

Fig. 8. Equipe da Divisão de Preservação do DPH em 1979, no pátio dos fundos da Casa da Marquesa de Santos, primeira sede da Divisão. Fotografia de Jorge Hirata. Gentileza de Wilma Gagliardi.

2. O Sítio da Ressaca

(esquerda) Fotografia de Benedito J Duarte, em 1938. Acervo DPH/ STLP

(direita) Fotografia da autora, em 3-2-2005

O imóvel foi restaurado entre outubro de 1978 e julho de 1979, no âmbito do Projeto CURA/Jabaquara que reformulou profundamente aquela região em função da construção do grade pátio de manobras dos trens da primeira linha de metrô paulistana, a Norte-Sul, pela Companhia do Metropolitano – METRO. A casa já era conhecida pelo IPHAN desde 1938, quando Benedito Junqueira Duarte, fotógrafo do Departamento de Cultura, fotografou a casa. Porém, nunca mereceu o tombamento pelo órgão federal. Foi tombada pelo CONDEPHAAT em 1972, pelo seu valor histórico.⁴⁴ Ao se iniciar a implantação do Projeto Cura/Jabaquara o Sítio havia sido recém-loteado, e a casa havia sido poupada, porém em situação muito desfavorecida (**Fig. 9, 10, 11**). O Projeto previu, então, o salvamento da casa e do seu entorno, que compreendeu as seguintes operações: primeiro, a desapropriação dos lotes onde se situava a casa, e de seus vizinhos; segundo, a restauração da casa; terceiro, a remodelação do seu entorno imediato através da desapropriação dos lotes à sua volta e da implantação de uma praça; quarto, a construção de um Anexo, onde se instalou o Centro Cultural do Jabaquara; quinto, a definição de diretrizes de ocupação do entorno visando à preservação das visadas da casa.

44. Processo CONDEPHAAT 190/72. Resolução de 18-10-1972. Tombamento instruído pelo Conselheiro Luis Saia. Tombamento inscrito no Livro de Tombo Histórico.

O Projeto Cura/Jabaquara foi gerenciado pela EMURB – Empresa Municipal de Urbanização – que contratou o arquiteto Gustavo Neves da Rocha Filho para projetar a construção do edifício do Centro Cultural, a paisagista Rosa Grena Kliass para o projeto da praça, e o arquiteto Antonio Luiz Dias de Andrade para coordenar a restauração da casa bandeirista. Além desses profissionais, a arqueóloga Marlene Suano para pesquisas arqueológicas na casa, e o engenheiro Péricles Brasiliense Fusco como consultor estrutural. A empresa PEC – Planejamento, Engenharia e Construções Ltda foi contratada para empreitar a obra de restauração. A obra foi fiscalizada por engenheiros da EMURB e acompanhada pelo DPH, sob cuja jurisdição a casa estava desde que fora transmitida para a Secretaria Municipal de Cultura. Juntamente com a restauração da casa do Tatuapé, esta foi a primeira das experiências da Divisão de Preservação do DPH com obras de restauração desta tipologia arquitetônica.

Fig. 9. Sítio da Ressaca loteado, antes da desapropriação. À esquerda vê-se o talude do morro que foi terraplenado para receber o pátio de manobras dos trens. Fotografia provavelmente de 1977-78. Acervo DPH/STPRC.

Fig. 10. Note-se o muro de arrimo decorrente do isolamento da casa em terreno exíguo, quase sem guardar recuos das divisas em relação ao edifício. Fotografia provavelmente de 1977-78. Acervo DPH/STPRC.

Fig. 11. Empena Oeste da casa, onde antes da restauração já se vê, através do revestimento da parede, uma fissura. No plano recuado, um trem do Metrô. Fotografia provavelmente de 1977-78. Acervo DPH/STPRC.

2.1. A história do imóvel e a sua valoração

Em função do tombamento e da restauração da casa sede do Sítio da Ressaca, realizaram pesquisa histórica sobre o imóvel: Luis Saia (no parecer de 1972 que instruiu o processo de tombamento do imóvel pelo CONDEPHAAT), Julio Katinsky (KATINSKY 1976), Maria Cecília Naclério Homem e Ivone Salgado (1979).

Trata-se de uma das “casas velhas” arroladas por Mário de Andrade no primeiro relatório (16-10-1937) enviado a Rodrigo M. F. de Andrade com a lista dos bens arquitetônicos paulistas de interesse histórico. Segundo Mário, teria vivido no sítio o padre Domingos Gomes Albernás, “*que aí mantinha 80 cabeças de gado em 1694.*”⁴⁵ Em “Notas sobre a Arquitetura Rural Paulista do Segundo Século” (SAIA 1944) Luis Saia referiu-se à casa como sendo um daqueles exemplares particulares, onde o esquema “típico” estava presente no agenciamento da planta apesar de não ter sido construído todo o lanço de cômodos correspondente ao do quarto de hóspedes (**Fig. 12**).

45. ANDRADE, M. de. Cartas de Trabalho, 1981, p. 87.

Na verga da porta do alpendre está gravada a data de 1719, o que faz supor que esta seja a data de construção da casa. Além disso, até a época da restauração parte das telhas ainda eram originais, trazendo as datas de sua fabricação (1713, 1714 e 1716) e o nome do oleiro (CR – Cristiano Raposo, ou Antonio Branco Raposo) (**Fig. 13**).

Segundo Maria Cecília N. Homem, a casa teria sido construída por Maria Vasconcellos, neta do Capitão-mór Antonio Aguiar Barriga, Governador da Capitania de São Vicente e viúva do Capitão Agostinho Machado Fagundes de Oliveira, descendente por sua vez do fidalgo português Antonio de Oliveira. Na escritura de venda do sítio, efetuada em 1742-3 por Maria Vasconcellos para Francisca Caminha, informa-se que o sítio se denominava Piranga, tinha 500 braças de testada e “*possuía casa de paredes de mão coberta de telhas, de dois lanços, moenda de roda e pomar.*”⁴⁶ Um dos confrontantes do sítio, José Blanco Raposo, era filho de Cristiano Raposo e irmão de Antonio Branco Raposo, os oleiros que forneceram as telhas para a casa. A canelapreta empregada na carpintaria da casa teria sido extraída da região, pois a historiadora encontrou menção, num estudo de 1938 do botânico F. C. Hoehne, à profusão de caneláceas no vizinho Parque Jabaquara, remanescente de área verde situada nas proximidades do Sítio da Ressaca.⁴⁷

O padre Domingos Gomes Albernaz, que tinha a fama de briguento, não residiu na casa, como rezava a tradição oral, pois faleceu em 1704. O que se pode afirmar, segundo a historiadora, é que o vigário foi proprietário daquelas terras, ou pelo menos de parte delas⁴⁸. Em 1780 surge pela primeira vez nos documentos cartoriais a designação “Ressaca”: a sua proprietária, Dona Tereza Paula de Jesús Fernandes, requer “*a medição e a demarcação do Sítio da Ressaca, com 500 braças de testada e meia légua para o sertão nas primeiras 200 braças, e de uma légua para o mesmo sertão nas restantes 300 braças da dita testada, até ligar com as terras do Padre Domingos Gomes Albernaz.*”⁴⁹ Dois anos depois Dona Tereza Paula de Jesús Fernandes doou um pedaço de terra ao preto forro Francisco Raposo, vendeu outro a Vicente Rodrigues, outra parte à Beata Úrsula e a quarta, com a sede, ao Padre Félix José de Oliveira.⁵⁰

Em 1827 o Sítio Ressaca pertencia ao padre Vicente Pires da Motta, que o vendeu em 19-8-1827 a Jorge Heath, que o vendeu a Guilherme Hopkins, que por sua vez o vendeu a Henrique Henriqueson, e este, em 1853, a Francisco Antonio Mariano.⁵¹

A viúva de Antonio Mariano, Dona Justina Mariano Peruche, vendeu os Sítios Ressaca e Simão ao quinto dos seus oito filhos, Felício Antonio Mariano Fagundes. Em 1900 Felício Mariano incorporou aos Sítios da Ressaca e Simão o Sítio Olho d’Água, ficando os três sob a denominação de Ressaca. Após a morte de Felício Mariano (1900) seus sete filhos dividiram a propriedade entre si (1903), sendo sua sétima parte vendida (hipotecada) a Antonio Cantarella (1908), que urbanizou o bairro do Jabaquara, abriu a avenida homônima e loteou o bairro de Indianópolis.⁵²

A partir de 1930 o bairro passou a fazer parte do Bairro Jabaquara⁵³. Urbanizado o bairro, desaparece o Bosque Jabaquara para dar lugar ao Aeroporto de

46. HOMEM, Maria Cecília Naclério. “A casa do Sítio da Ressaca”. In: ROCHA FILHO 1980.

47. Id. Ibidem.

48. Id. Ibidem.

49. Parecer de Luis Saia, de 1972. Processo de tombamento CONDEPHAAT 190/72.

50. Id. Ibidem.

51. Cf. Parecer de Luis Saia e HOMEM, M. C. N. “A casa do Sítio da Ressaca”.

52. Id. Ibidem.

53. Uma parte sua pertencia até então ao Distrito de Santo Amaro, e não aparece, portanto, na planta da cidade de 1930 (SARA-BRASIL).

54. SANT'ANNA, N. "A casa do Padre Albernaz". O Estado de São Paulo. 4-7-1937, citado em HOMEM, Maria Cecília Naclério. "A casa do Sítio da Ressaca". In: ROCHA FILHO 1980.

Congonhas. O Sítio foi urbanizado em 1960 por Antonio Cantarella, que tem o arruamento aprovado pela Prefeitura somente em 18-3-1970. O arruamento, com 40 lotes, coincidiu com a construção da estação Jabaquara e do pátio de manobras do Metrô, que implicaram a desapropriação de quase um terço do Sítio.

Maria Cecília N. Homem informa, ainda, sobre depoimento da família Cantarella, que esta sempre conservou cuidadosamente a casa, que era utilizada, com seu pomar, piscina, quadra de tênis e lago, para descanso nos finais de semana.

A situação do ambiente no qual foi abandonada a casa depois da abertura do loteamento e do início das obras do Metrô era contrastante com aquela descrita por Nuto Sant' Anna, que visitara a propriedade em 1937:

*"Ela fica nas baixadas ubérrimas, que a circundam, por detrás, o Parque Jabaquara. A região é toda verde. Existem por ali vistosas capoeiras. Em torno da casa, pinheiros seculares ramalham no alto as longas ramas, como guardiões ancestrais dessa velha reliquia. Ao lado deles, laranjeiras anciãs. E também grupos de enormes jabuticabeiras... tudo ali cheira uma idade que passou..."*⁵⁴

Fig. 12. Situação da planta, antes da restauração. Levantamento por Antonio L. D de Andrade, em 24-1-1978. Acervo IPHAN 9ª. SR.

Fig. 13. Telha com inscrição da data de 1714. Fotografia J. Hirata. Acervo DPH/STPRC.

Fig. 14. Fotografia de Benedito J Duarte, em 1938. Acervo DPH/ STLP.

O tombamento em 1972, pelo CONDEPHAAT, veio tardiamente, quando mais nada existia que lembrasse a ambiência original do Sítio. Em seu parecer no processo de tombamento, Luis Saia recomenda, além da restauração da casa, a restauração também da área, a “recomposição da sua paisagem e da sua dignidade, crimosamente deformada pela ganância imobiliária.”⁵⁵

2. 2. O “Patrimônio ambiental urbano”

Nas intervenções em casas bandeiristas de propriedade da Prefeitura de São Paulo, esta é a primeira vez em que a restauração foi abordada dentro de um quadro conceitual que incluía as noções de “revalorização”, de “revitalização” e de “requalificação”. Essas noções e essa terminologia, oriundas do contexto europeu, passaram a ser conhecidas entre nós a partir das visitas dos consultores da UNESCO, iniciada em 1967 com a vinda de Michel Parent, mas passou a ser difundida através principalmente dos Cursos de Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos (1974, 1976, ...). Elas estavam presentes nos documentos internacionais concernentes à preservação do patrimônio cultural (Normas de Quito, Convenções e Recomendações da UNESCO), na discussão da experiência européia recente (o caso de Bolonha) e nas aulas de Augusto da Silva Telles, Victor Pimentel e Viana de Lima.

Não sem motivo, o relatório resultante das visitas de Michel Parent ao Brasil intitula-se « *Brésil – protection et mise-en-valeur du patrimoine culturel brésilien dans le cadre du développement touristique et économique* »⁵⁶ : o enfoque era a valorização do patrimônio no contexto da intensa industrialização, do rodoviarismo, do crescimento e da repentina transformação das cidades. Tratava-se de, neste novo quadro de urbanização, re-inserir os objetos patrimoniais tradicionais, e, sobretudo, reconhecer novas categorias patrimoniais como os galpões industriais, vilas operárias, a arquitetura ferroviária, a arquitetura dos mestres de obra anônimos, os modernismos de outras vertentes que não a canônica.

No caso paulistano, a construção das duas primeira linhas de trens subterrâneos do Metrô (Norte-Sul, Leste-Oeste) a partir de 1968 acarretou grandes operações urbanas ao longo de todo de seus trajetos, demandando

55. Cf. Parecer de Luis Saia. Processo de tombamento CONDEPHAAT 190/72.

56. « Brésil – protection et mise-en-valeur du patrimoine culturel brésilien dans le cadre du développement touristique et économique (26-11-1966 – 8 Janvier 1967) (19 Avril – 1^{er}. Juin 1967) ». Paris : UNESCO, Mars 1968.

57. Cf. Curso de Especialização sobre Patrimônio Ambiental Urbano. Documentos diversos. Relatório de Carlos Lemos à Diretoria da FAUUSP (Diretor Lucio Grinover), em 13-10-1978.

inventários localizados do patrimônio cultural urbano no âmbito do Projeto CURA - Comunidades Urbanas de Recuperação Acelerada – realizados com a finalidade de identificar, com vistas à proteção, o patrimônio arquitetônico e ambiental dos trechos afetados pela malha metroviária.

“Patrimônio ambiental urbano” também é uma noção que se incorporou nessa época aos conceitos patrimoniais, significando um novo alargamento do espectro de interesse de preservação. Com vistas a preparar arquitetos especialistas capacitados a trabalhar nos órgãos públicos do estado e prefeituras, mas principalmente na prefeitura paulistana, foi organizado na FAUUSP, de 20 de março a 24 de agosto de 1978, coordenado por Carlos Lemos, o Curso de Especialização sobre Patrimônio Ambiental Urbano, “*com o fito de identificar, analisar e salvaguardar os respectivos bens culturais que venham a compor o nosso Patrimônio Ambiental Urbano*”.⁵⁷ Tendo como professores Nestor Goulart Reis Filho, Maria Adélia de Souza, Benedito Lima de Toledo, Ulpiano Bezerra de Meneses, Aziz Ab’ Saber, José Afonso de Lima, Juarez L. Brandão, James Fitch (Estados Unidos), Adriano La Regina (Itália) e Alfredo E. Viana de Lima (Portugal), o curso colocou ênfase na evolução da idéia de bem cultural, partindo do conceito de excepcionalidade até chegar à noção de representatividade. Não mais somente a excepcionalidade do monumento protegido pelos seus atributos artísticos ou históricos, mas também, agora, os “monumentos” representativos de valores sociais, ambientais e afetivos da coletividade. Enfim, a memória urbana coletiva, o espaço urbano e a sua geografia, reconhecidos como objeto patrimonial. Em uma das atividades do Curso, propunha-se, por exemplo, que os alunos saíssem para trabalho de campo, elegendo um bairro como área de trabalho, a fim de nele identificar os objetos patrimoniais da coletividade daquele bairro.

Esta tônica, ou esse olhar, foi incorporado desde o início às atividades da Divisão de Preservação do DPH. Coube ao órgão municipal, diversamente dos órgãos estadual e federal, a tarefa de tutelar na cidade, além do patrimônio de caráter excepcional, o patrimônio ambiental urbano – este, de caráter nem sempre excepcional, mas certamente representativo da memória urbana. As ações do DPH sempre se caracterizaram, portanto, pelo fato de serem conjugadas com as políticas municipais de planejamento urbano, envolvendo trabalhos com equipes de outras Secretarias Municipais e a EMURB – Empresa Municipal de Urbanização. A própria formação inicial da equipe de profissionais do serviço do patrimônio municipal contribuiu para que a política de ação do órgão se orientasse por esta visão mais abrangente de patrimônio. O arquiteto Murillo Marx, diretor do DPH, provinha do Curso de Especialização de 1974, assim como a diretora da Divisão de Preservação, Carla Milano Benclowicz e o Chefe da Seção de Projetos de Restauro e Conservação, Antonio das Neves Gameiro. A eles juntaram-se posteriormente outros arquitetos especializados a partir das edições seguintes do Curso: Helena Saia, Mirthes Baffi, Luiz Antonio do Prado Passaglia, Luiz Antonio Cambiaghi Magnani, Alexandre Luiz Rocha.

Uma das primeiras experiências dessa equipe de arquitetos com o tema da preservação do patrimônio cultural e ambiental urbano foi o inventário da região denominada pela Companhia do Metropolitano “ZML – Zona Metrô Leste”, que abrangia, entre outros, os bairros do Brás e da Mooca. O

59. Informação de Luiz Antonio C. Magnani à autora.

2.3. Revitalização e valorização do monumento

A oportunidade de viabilizar a restauração do Sítio da Ressaca surgiu no âmbito maior do Projeto CURA-Jabaquara, que visava à reurbanização daquela região do bairro do Jabaquara, onde se construía a estação terminal Sul da linha Norte-Sul do Metrô. O fato de se remodelar uma grande área urbana criou a necessidade de uma abordagem mais complexa da preservação do monumento. O contexto original da casa havia sido destruído quando do loteamento do sítio (1960). Depois, as obras do Metrô haviam desmontado a topografia remanescente a Sul e Sudeste da casa (**Fig. 18**). A casa, tombada pelo CONDEPHAAT em 1972, restava mal equilibrada sobre o resto de terreno que restara de todas as modificações na paisagem. Portanto, para a sua preservação não bastaria a restauração do edifício; seria necessário preliminarmente conceituar, projetar e construir uma nova ambiência, que atendesse tanto à valorização do monumento como às influentes demandas da atividade imobiliária atraída pela estação do Metrô.

Fig. 15. Regulação de gabaritos no entorno da casa sede do Sítio da Ressaca, elaborada em função da preservação das visadas deste. Fonte: folha RE 151 B0 020/ “EMURB/ Projeto CURA-JABAQUARA/ Empreendimento 2/ Diretrizes de ocupação, agosto de 1979”. Acervo DPH/ STPRC.

Fig. 16. O perímetro 4 corresponde à área de renovação imobiliária, no centro da qual se situa a casa do Sítio da Ressaca. Fonte: folha CJ 13 B2 009/ “EMURB/ Projeto CURA-JABAQUARA. Acervo DPH/ STLP.

Fig. 17. Terreno do Centro Cultural do Jabaquara assinalado no polígono vermelho. A casa sede do Sítio da Ressaca está indicada no círculo (como na Fig. 16). A seta vermelha indica a Estação do Metrô Jabaquara (como na Fig. 16). O polígono amarelo indica a área de reurbanização destinada a edifícios de moradia. A linha amarela indica o trajeto do calçadão previsto. Fotografia do ano 2000. Fonte: PMSP/ SEMPLA.

Os estudos de fundamentação da operação de remodelação da região foram coordenados pela EMURB, resultando em diretrizes de uso e ocupação dos terrenos atingidos pela reurbanização. Os parâmetros de ocupação foram definidos em relação ao cone de aproximação do Aeroporto de Congonhas (que fica nas proximidades) e à preservação das visadas da casa sede do Sítio da Ressaca, tanto as que partem dela (**Fig 15**) como aquelas que a atingem partindo do ponto mais alto da região, correspondente ao sítio onde se localiza a estação Jabaquara do Metrô (**Fig. 16**). A definição e detalhamento de diretrizes em forma de índices geométricos e numéricos pela Empresa de Urbanização decorreu basicamente da necessidade de serem

fornecidos balizamentos aritméticos aos empreendimentos imobiliários dos terrenos a serem reurbanizados. Um destes empreendimentos, compreendido no polígono amarelo da **Figura 17**, destinado à construção de prédios de apartamentos, foi planejado para ser viabilizado juntamente com a construção de um calçadão de pedestres (que nunca foi construído, embora fosse de obrigação da empresa imobiliária) que, constituindo uma linha de visada a partir da estação em direção ao monumento, permitiria a fruição visual deste segundo.

Já o problema da valorização da casa do Sítio da Ressaca não se resolveria através da fixação de índices numéricos de ocupação do solo. O contexto a ser criado exigia uma reflexão sobre a função da casa enquanto monumento, e do papel do monumento na qualificação da paisagem, de forma que o monumento e o entorno se valorizassem um ao outro.

Nem por um segundo passou pela cabeça de algum arquiteto a idéia, pedagógica porém um tanto fantasiosa, de recriar um ambiente fazendário, na forma de museu rememorativo do ciclo bandeirista, ou do ouro, ou tropeiro. Mas também não passou a idéia de manter a situação que ali estava criada – o que seria uma possibilidade, caso se assumisse que era desejável preservar, ortodoxamente, a história do edifício. O quadro geral da paisagem era esteticamente tão feio, e a casa estava tão amesquinhada (**Fig. 1, 2, 3, 18**), que foi natural a decorrente opção pela criação de um novo cenário urbano.

Optou-se pela formação de um parque (ou jardim) em toda a volta da casa. A operação exigia a desapropriação de lotes do arruamento, a demolição de casas já construídas, a reconstrução de um outeiro ao redor da casa. Portanto, por motivações e vias diversas, chegou-se à mesma formulação tradicionalmente elaborada pelo IPHAN nas restaurações anteriores de exemplares bandeiristas: realizar as necessárias modificações no entorno do monumento de modo a valorizar este segundo, resgatando a sua dignidade. O conjunto de operações de valorização do monumento denomina-se agora “revitalização”, pois, além de abordar a questão da restauração física do edifício, aborda também o problema do uso do edifício, através do que se espera reinseri-lo no cotidiano do nosso tempo.

Levando em consideração o caráter de monumento e as limitações que as características arquitetônicas do edifício implicavam, coube ao DPH traçar as diretrizes para a valorização da casa. Em documento que conceitua a revitalização do monumento, a Diretora Carla Milano Benclowicz explicitava e fundamentava as diretrizes da revitalização:

“A melhor maneira para se proteger um edifício ou um sítio urbano de valor histórico, é inseri-lo nas funções vitais e contemporâneas da área onde ele se encontra. Para sua revitalização fazem-se pois necessárias soluções modernas e criativas, para uma melhor adaptação às novas funções previstas.

No caso da casa sede do Sítio da Ressaca, foi fundamental na formulação da proposta de revitalização, a análise dos seguintes aspectos: as exíguas dimensões do imóvel, a topografia acidentada do terreno, as

60. Texto justificativo do programa de revitalização do Sítio da Ressaca, elaborado pela arquiteta Carla M. Benclowicz, Diretora da Divisão de Preservação do DPH, s.d. Fonte: Acervo DPH/ STPRC.

61. Id. Ibidem.

dimensões da área a ser desapropriada, a escassez de equipamentos ligados à cultura na região, o alcance limitado de um pequeno museu histórico e a possibilidade de se criar uma futura identificação cultural na paisagem urbana local.

Foi pois objetivo da proposta, a valorização do Sítio da Ressaca, devendo esta ser realizada através dos seguintes enfoques concomitantes:

- O primeiro, visando o restauro do edifício histórico, no intuito de restituir-lhe seu valor arquitetônico camuflado por sucessivas reformas, situando-o dentro de sua perspectiva histórica;

- o segundo, propondo o tratamento adequado do edifício histórico e sua área envoltória, prevendo-se a distribuição espacial criteriosa de espaços abertos e fechados para abrigar as atividades culturais previstas para o local;

—o terceiro, procurando implantar no local as diferentes atividades artísticas da SMC, numa programação organizada conjuntamente às sociedades representativas da coletividade, a fim de atuar dinamicamente no seu progresso cultural.”⁶⁰

Com outras palavras, retomava-se a mesma idéia de valorizar o monumento através da adoção de soluções “modernas” e “criativas”, tal como Luis Saia havia colocado em 1972, ao definir a postura do IPHAN diante do problema da preservação dos monumentos:

“Nem sempre – ou quase nunca – o trabalho de restauração exaure a participação do arquiteto, posto que, freqüentemente, lhe são propostos problemas de preservação de ambiência e de obras complementares destinadas à valorização do monumento e seu uso (...). A modernidade – instrumentos, materiais, processos e soluções – constituem meios operativos de proteção, preservação e consolidação dos monumentos, quer na sua compleição individual, quer nos arranjos que lhes permitam sobrevivência e uso adequados na vida moderna.” (SAIA 1977, p. 16)

Ainda com respeito ao edifício, o mesmo texto do DPH o conceitua como “documento”, ou vestígio material do processo histórico. E para devolvê-lo à fruição contemporânea, define-se a sua destinação para museu:

“1) manter no edifício atividades museológicas; 2) transformar a casa em mais uma unidade da Divisão de Preservação, ligando-a a uma política museológica contemporânea; 3) o programa deverá caracterizar o valor histórico e o valor arquitetônico do monumento; 4) O edifício é um documento de importância vital no processo histórico da urbanização de São Paulo; 5) o DPH proporcionará a informação de seu meio social, sua formação histórica e sua cultura material, criando possibilidade de reflexão histórica; 6) a diretriz básica é: disponibilizar a informação para alcançar a reflexão histórica; 8) o trabalho do SITIO DA RESSACA enquadrar-se-á na temática de um museu da cidade, onde a comunidade dará apoio fundamental, por exemplo atividade “Museu-escola” com crianças.”⁶¹

Ao se conceituar o monumento como documento, atribui-se a ele a função de informar sobre o processo histórico. A qual processo histórico se refere o texto? A história de séculos de cotidiano, povoada de eventos mais ou menos banais, que moldou o edifício até a configuração nada monumental que chegou até a época da restauração? Ou a história teorizada e seletiva, com seus instrumentos conceituais e classificatórios, que autoriza operações plásticas no edifício? Que critérios, afinal, deveriam ser obedecidos na restauração, de forma a tornar o monumento apto a cumprir o papel “documental” que se lhe atribuía? É o próprio documento quem informa que a restauração do edifício histórico tem o intuito de “*restituir-lhe seu valor arquitetônico camuflado por sucessivas reformas, situando-o dentro de sua perspectiva histórica*”. É o critério preconizado, e ele é o tradicional: remover os sucessivos estratos, até a revelação do documento conforme com a época de sua criação.

62. Id. Ibidem.

63. Id. Ibidem.

Por fim, depois de fundamentar conceitualmente o programa de usos proposto para a casa, o documento coloca as necessidades de uso que subsidiariam a restauração do edifício:

*“Estrutura necessária: 1) eletricidade: iluminação para exposições e trabalho; 2) prever fornecimento de água para possíveis bancadas de laboratório ou oficinas; 3) proteção contra incêndio; 4) comunicação com o Centro Cultural Jabaquara e com o exterior.”*⁶²

Além disso, esperava-se que a pesquisa arqueológica do monumento, que se iniciava no âmbito do DPH, revelasse informações sobre o “monumento-documento”, que por sua vez alimentariam o programa museológico:

*“Sobre os vestígios arqueológicos revelados na obra: solicitamos, eu e Diretora da Divisão de Iconografia e Museus Daisy Ribeiro de Moraes Barros, que a EMURB preserve os testemunhos e documentação, que poderão constituir material de valor documental.”*⁶³

2.4. “Centro Cultural”

A formação do parque no entorno imediato da casa foi precedida de estudos específicos, também destinados a embasar a valorização da casa sede do Sítio da Ressaca. Coordenados por Gustavo Neves da Rocha Filho, eles compreenderam:

- 1) pesquisas sobre a história do Sítio da Ressaca (pela historiadora Maria Cecília Naclério Homem e pela então estagiária de História Ivone Salgado);
- 2) o levantamento de informações sobre o perfil sócio-cultural e equipamentos de cultura da região, realizado pelos Departamentos da Secretaria Municipal de Cultura;
- 3) uma série de reuniões realizadas entre a EMURB, o arquiteto Gustavo N. da Rocha Filho, o escritório do arquiteto Shieh Shueh Yao, a Diretoria do DPH com suas Diretorias de Divisão (de Preservação, e de Iconografia e Museus), o arquiteto Benedito Lima de Toledo e a paisagista Rosa Kliass.

Decidiu-se, a partir desses estudos, pela criação de um Centro Cultural no Sítio da Ressaca, como estratégia de animação e requalificação da região.

O Centro Cultural seria uma entidade nova, ainda inexistente na Secretaria Municipal de Cultura. Foi pensado para converter-se em uma experiência piloto para a formação de outros centros culturais coordenados pela Secretaria, em diferentes bairros da cidade. Ele foi concebido para ocupar o conjunto formado pela casa sede do Sítio, restaurada, e pelo prédio que viria a ser construído. Os Departamentos de Bibliotecas Infanto-Juvenis, de Bibliotecas Públicas, do Patrimônio Histórico, de Teatros e de Informação e Documentação Artística definiram conjuntamente o programa de usos do Centro Cultural, que ocuparia os dois edifícios. O prédio novo, com planta flexível e espaços mais generosos, abrigaria a maior parte das atividades (cinema, teatro, bibliotecas, salas de exposições, banheiros, administração). O Centro Cultural funcionaria em consonância com as atividades museológicas abrigadas na casa sede, cuja tutela e animação caberiam ao DPH.

Fig. 18. Corte mostrando a situação da casa antes da reurbanização, isolada numa elevação remanescente do sítio topográfico original. Ver fotografias correspondentes nas **figuras 9, 10, 11**. No segundo plano, o talude do pátio de manobras dos trens do Metrô. Fonte: processo municipal 44.461/75.

Fig. 19. Situação da casa-sede antes das desapropriações, da terraplenagem e da restauração. Acervo DPH/ STPRC.

Fig. 20. Situação em 1979. À esquerda, o Centro Cultural em construção. À direita, a casa ainda com o muro de arrimo à sua volta, mas já no terreno aterrado. Acervo DPH/ STPRC.

Adotou-se para o Centro Cultural um partido arquitetônico que preservaria visualmente o monumento. Isto foi obtido através da ótima implantação do edifício novo em cota de nível bem abaixo da casa-sede do Sítio, de maneira

Fig. 21. 16-8-1979. Fonte: Caderno de Obras. Acervo DPH/ STLP.

Fig. 22. 16-8-1979. Fonte: Caderno de Obras. Acervo DPH/ STLP.

Fig. 23. Terraço-cobertura do Centro Cultural à esquerda. Casa sede à direita, entre as árvores. Fotografia da autora, 3-4-2005.

Fig. 24 (esquerda). Situação da casa em relação ao loteamento, antes da reurbanização da área e da desapropriação dos imóveis do entorno.

Fig. 25 (direita). Situação da casa e do seu entorno após as intervenções (1979). Ao seu lado, o novo Centro Cultural.

Fig. 26. Implantação do conjunto. Note-se o outeiro recriado. Acervo: DPH/STPRC.

que o terraço de cobertura do Centro Cultural ficou em cota de nível bem inferior ao da cumieira da casa (**Fig. 20 a 23**). O edifício é de concreto aparente e está discretamente situado na parte Sul do terreno. É praticamente invisível a partir da casa.

Segundo projeto paisagístico de Rosa Kliass procurou-se recompor o outeiro sobre o qual originalmente se implantava a casa, com base nas fotografias de Benedito Junqueira Duarte, de 1938. O terreno recomposto foi gramado e recebeu um pequeno bosque a Sudeste da casa para tentar recompor também a antiga vegetação. Foram desenhados caminhos pavimentados, para pedestres, unindo a casa-sede ao Centro Cultural e às ruas limítrofes. (**Fig. 26**).

2. 5. A restauração: o plano e a obra

Assim como ocorreu com a construção do edifício do Centro Cultural e com as áreas verdes do terreno, a restauração da casa-sede foi fartamente documentada, desde as suas etapas preliminares. Contribuiu para isto o fato de a obra ter sido gerenciada pela EMURB, que manteve um Livro de Obras no canteiro, no qual se registraram todas as ocorrências relevantes da obra. Além disso, Antonio Luiz Dias de Andrade (Janjão), contratado pela EMURB, elaborou periodicamente relatórios, para a empresa, sobre as etapas da obra. E, por fim, o DPH adotou o procedimento, inaugurado pelo IPHAN, de registrar fotograficamente a restauração no “Caderno de Obras”.

O conceito da restauração do monumento fora explicitado no texto do DPH: *“restituir-lhe seu valor arquitetônico camuflado por sucessivas reformas, situando-o dentro de sua perspectiva histórica”*, o que interpretamos como uma diretriz recomendando a retomada da feição primitiva do edifício. Diretriz com a qual Janjão também concordava, pelo que se depreende do seu primeiro relatório de visita ao edifício, de 8-12-1978:

*“(...) Os serviços poderão ser contratados em duas etapas, correspondendo inicialmente aos trabalhos de limpeza, **remoção dos acréscimos posteriores** e prospecção, que fornecerão elementos mais seguros para uma segunda fase, de recomposição e restauração do monumento. (...) Podemos observar que (...) o telhado foi reforçado, com a colocação de pontaletes e mãos francesas, afora todo o barroteamento do forro. Estes elementos deverão ser removidos na **recomposição do partido original da cobertura**. (...)”*

Arquiteto do IPHAN desde o início da década de 1970, e Diretor da Diretoria Regional de São Paulo desde meados de 1978, Janjão reproduziu, no planejamento desta obra, aqueles critérios que vinham sendo adotados pela repartição desde 1938, a começar por dividir a obra em duas grandes etapas, quais sejam, a primeira, de limpeza e prospecção, e a segunda, composta pela “recomposição” e pela “restauração” propriamente dita. Considerando tal divisibilidade, fica atribuída à segunda etapa (recompôr e restaurar) o papel de configurar esteticamente o edifício, enquanto a primeira etapa representa o momento investigativo, de confirmação das hipóteses arquitetônicas originais: portanto, uma instância racional, mecânica e não-artística, ao contrário da segunda. Segundo este entendimento, os objetos de valorização são **a matéria estrutural original** e **a configuração original** e, em decorrência disto, os acréscimos construídos ao longo do tempo tornam-se interferências sem valor histórico e, muito menos, artístico. Os revestimentos (de paredes), apesar de constituírem matéria original, também não são valorizados como documento, na medida em que são descartados de princípio, em favor do procedimento investigativo da configuração original.

Portanto, apesar de a restauração da casa do Sítio da Ressaca ter sido precedida por uma conceituação mais elaborada (do que nos casos do Butantã e do Caxingui) no que diz respeito tanto à ambientação como à destinação, o partido de intervenção adotado não diferiu em nada dos dois casos anteriores. Para confirmar esta conclusão, examinemos os principais itens do plano de obras proposto por Janjão:

64. Extraído do “Relatório de Visita” de 8-12-1978, e da planilha de custo estimativo, s.d.

1. Prospeções: remoção completa do revestimento, interna e externamente, para exame minucioso das paredes, e de eventuais vestígios de reformulações das envasaduras e da possível existência de sobrado;
2. Recomposição da estrutura: alicerces de concreto armado e concretagem de brocas. Vigas baldrames. Amarração das paredes. Concretagem das colunas e vigas.
3. Recomposição da estrutura com placa de concreto com tratamento impermeabilizante, substituindo o atual encamisamento de tijolos, a fim de dar maior proteção ao embasamento;
4. Piso: remover completamente, e refazer em solo-cimento.
5. Envasaduras: recompor as originais, restaurar as esquadrias remanescentes.
6. Carpintaria: as originais são de canela-preta, sassafrás e ipê. As novas são de peroba (esquadrias) e cedro (caixilharia);
7. Recomposição do revestimento das paredes: aspecto e textura semelhantes à tabatinga poderão ser obtidos através de massa de adequado traço de cal, cimento e saibro em substituição à areia, o que aumentará a plasticidade da massa;
8. Calçamento: ao redor da casa, recomenda-se pedra para proteção da obra.⁶⁴

Este plano foi apresentado no primeiro “Relatório de Visita” (8-12-1978) e numa planilha de custos estimativos, acompanhado de *croquis* (Fig. 27). Era basicamente este o projeto. Questões específicas, ou detalhes de execução, não constavam nesta etapa do planejamento.

Fig. 27. Croquis da situação projetada, de Janjão, 1978. Comparar com Fig. 12 deste Capítulo, onde está representada a situação existente antes do início da obra. Acervo IPHAN 9ª. SR. A reconstrução da parede assinalada no quadrado vermelho não foi autorizada pelo DPH.

Fig. 28. Plantas baixa e alta da casa, e de cobertura, antes e depois da restauração.

Fig. 29. Antes do início das obras, novembro de 1978. Acervo IPHAN 9ª. SR.

Fig. 30 (esquerda). Camadas sucessivas de revestimento, sobre a taipa. Novembro de 1978. Acervo IPHAN 9ª. SR.

Fig. 31 (direita superior). Antes do início das obras, novembro de 1978. Acervo IPHAN 9ª. SR.

Fig. 32 (direita inferior). Parede cujo alicerce foi abalado por infiltração de água e pelas escavações. Situação anterior ao início das obras, novembro de 1978. Acervo IPHAN 9ª. SR.

65. Cf. Livro de Obras, dia 2-1-1979.

Os critérios técnicos também estavam de acordo com os procedimentos tradicionais consolidados pelo IPHAN: o descarnamento total das paredes; a introdução do esqueleto de concreto armado; o preenchimento das lacunas nas bases das paredes com placas de concreto; a execução de novo revestimento com argamassa cimentícia; o novo piso de solo-cimento; a calçada de contorno da casa com pedras.

Logo no início das obras, em 14-11-1978 realiza-se uma sessão de fotografias, a título de registro da condição do edifício (**Fig. 29 a 32**). Em seguida inicia-se o descarnamento das paredes, dos pisos e dos forros, de acordo com o roteiro proposto.

Tendo sido diagnosticada, como problema mais grave do edifício, a desestabilização estrutural envolvendo os alicerces e os muros de taipa, a primeira etapa da consolidação estrutural consistiu na construção de uma viga-baldrame auxiliar, de concreto armado, apoiada sobre 30 brocas perfuradas na base da parede, em todo o contorno da casa. Embora a **figura 33** mostre brocas pela face interna da casa, somente as externas foram executadas (**Fig. 33, 34 e 36**).⁶⁵

Fig. 33. Esquema de reforço estrutural junto à base das paredes periféricas. Fonte: Livro de Obras da EMURB, dia 12-12-1978.

Fig. 34. Viga-baldrame contornando a base das paredes externas. Fotografia de 2-3-1979. Fonte: Caderno de Obras.

Contudo, o roteiro proposto inicialmente por Janjão sofreu mudanças a partir do segundo mês de obras. Realizavam-se escavações arqueológicas do solo, no interior da casa, junto à parede do banheiro (**Fig. 32**) quando entre 9 e 10 de janeiro aquela parede desagregou-se do conjunto, ameaçando ruir (**Fig. 35, 36**). O IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas – foi contratado para elaborar um laudo estrutural de emergência, concluindo que o solapamento da parede (afundamento de 20 centímetros numa extensão de 4,00 metros) fora ocasionado por quatro fatores prováveis:

Fig. 35. Falha estrutural na empena Oeste. Fonte: Caderno de Obras, dia 2-3-1979.

Fig. 36 (ao lado). Falha na empena Oeste, vista pelo lado interno. Fonte: Caderno de Obras, dia 23-1-1979.

Fig. 37 (ao lado). Desenho do IPT, mostrando a redução de 60% da espessura da parede, provocada pelas obras. Acervo DPH/ STPRC.

- 1) existência prévia de encamisamento de tijolos que, ao ser retirado, diminuiu a espessura do maciço de taipa;
- 2) escavação da base da parede, para a construção do sistema de consolidação (baldrame com brocas), havia reduzido mais a espessura do maciço;
- 3) existência prévia de vazamentos, naquela parede, originários das instalações de água e esgoto;
- 4) prospecções arqueológicas na base da mesma parede haviam removido o material de base de sustentação do maciço, contribuindo para desestabilizar este último.⁶⁶ (Fig. 37)

A falha estrutura fez também a parede sul sair de prumo. Como solução para a falha estrutural, os técnicos do IPT propuseram a demolição do trecho de parede comprometido, e a sua substituição por uma parede de alvenaria de

66. Relatório 12.101 IPT, fevereiro de 1979. Assinado por Ricardo Flores, Olivier Sandriano Tortamano e José Theóphilo Leme de Moraes. Acervo DPH/ STPRC.

tijolos, estruturada através de um sistema convencional de colunas e vigas (baldrame e cinta) de concreto armado. Além disso, adotando a mesma idéia de Janjão, propôs-se a concretagem de placas de argamassa armada nas lacunas deixadas pela retirada do encamisamento de tijolos.

Desejando, porém, salvar a matéria da parede existente, Janjão propõe, em 23-2-1979, ser adotado um outro procedimento, concebido pelo engenheiro Péricles Brasiense Fusco. A técnica de consolidação consistia na construção de três esqueletos horizontais, independentes entre si, de alavancas e brocas, que suportariam 3 vigas-baldrames a serem concretadas na base dos muros de taipa. Os pedaços desagregados dos muros de taipa seriam consolidados com o auxílio de “capas” de argamassa armada, pelas faces interna e externa da empena (**Fig. 38 a 41**). Os pontos lacunosos (orifícios, trincas) seriam obturados com argamassa de cimento e pedaços de tijolos de barro.

Fig. 38. Planta das vigas-baldrames, sob o trecho de parede afetado. Desenho de Péricles B. Fusco. Acervo EMURB e DPH/ STPRC.

Fig. 39. Alavancas de concreto armado. Note-se a “capa” de argamassa armada sobre a parede. Acervo IPHAN 9ª. SR.

Fig. 40. Interpretação gráfica do edifício consolidado. Perspectiva a partir das faces Oeste e Sul, indicando os elementos de consolidação e de preenchimento de lacunas.

Fig. 41. Detalhe do encontro das paredes Sul e Oeste pelo lado interno, mostrando as fundações auxiliares e a malha de aço aposta aos muros de taipa.

Este foi o conceito de consolidação adotado para tornar novamente monolítico o trecho de parede desagregado. Se ele por um lado conservou todos os fragmentos do material original, por outro lado acarretou prejuízo para a espessura da parede acabada (devido à capa de argamassa armada) e para a autenticidade material dos muros de taipa (os interstícios entre os pedaços desagregados foram irreversivelmente preenchidos por argamassa de cimento).

Fig. 42. Solução original: corte longitudinal mostrando o caibramento articulado da cobertura.

Fig. 43. Idem, depois da restauração. Notem-se as lajes de concreto sobre o respaldo das paredes

Fig. 44 (esquerda). Solução original: detalhe do caibro apoiado sobre o frechal semi-embebido no respaldo da parede.

Fig. 45 (direita). Detalhe do mesmo local, depois da restauração. O novo frechal é de concreto armado, apóia-se sobre uma laje de concreto, e o vão entre os cachorros e o respaldo é fechado com alvenaria de tijolos.

Fig. 46 (esquerda). Detalhe da articulação dos caibros no ponto da cumieira.

Fig. 47 (direita). Detalhe da articulação dos caibros sobre as paredes internas.

67. Relatório conclusivo, s.d., por Janjão. Acervo EMURB e DPH/ STPRC.

O sistema de consolidação foi completado por mais outras duas intervenções: primeiro, a introdução de pinos de aço nos cunhais das paredes, visando à sua amarração; segundo, a concretagem do que Janjão denominou “lajes de apoio” sobre o respaldo das paredes, conjugado com “berços” para apoiar as peças de cumieira e o vigamento intermediário, tudo de canela-preta⁶⁷ (Fig. 41 a 47). Desejando conferir maior estabilidade ao conjunto, Janjão substituiu os **fechais de canela-preta** por **vigas de concreto armado** (Fig. 42 a 45) – solução inusitada nas restaurações dessas casas rurais.

As lacunas deixadas pela remoção dos encamisamentos de tijolos e pelas envasaduras não originais foram novamente preenchidas com novo encamisamento, do mesmo material (tijolos de barro) (Fig. 48 a 60), tendo sido abandonada a proposta de construir as tradicionais placas de concreto junto ao embasamento das paredes.

No relatório final da obra, Janjão apresenta duas justificativas para a remoção e substituição total dos revestimentos das paredes: o seu mau estado de conservação, e a necessidade de sua remoção para realizar a consolidação estrutural. Acrescente-se a estes dois motivos a necessidade, não citada no relatório final, de realização dos procedimentos prospectivos.

De acordo com o critério original de recuperar a configuração primitiva do edifício, a proposição de Janjão previu, ainda, a reconstrução de uma parede, cujos alicerces e malhete foram revelados pelas prospecções arqueológicas e arquitetônicas. (**Fig. 27, 28**). Apesar de se ter encontrado a posição da parede, a prospecção não fora suficiente para revelar o local exato da porta de passagem na parede. Janjão propunha reconstruir a porta no eixo da parede, assumindo que esta seria uma posição lógica se se considerasse a rota de caminhamento em direção à escada de acesso ao sobrado. Esta dúvida foi suficiente para fazer o DPH vetar a reconstrução, veto que foi ainda justificado pela necessidade que o DPH tinha de ambientes mais amplos, para comportar a atividade museológica pretendida para o imóvel.

O exame a olho nu das camadas de revestimento das paredes havia indicado que a camada superficial era já resultante de reforma. Esta argamassa era de cimento, cal e areia, com espessura média de 1,5 cm. Sob esta, a camada intermediária era de saibro e matéria orgânica (estrume de gado), estava caiada de branco e apicoada para auxiliar na ancoragem da primeira camada (**Fig. 36**).

Tendo sido todo o edifício descarnado, propôs-se refazer um novo revestimento que recompusesse o aspecto irregular característico das paredes de taipa e o aspecto plástico da tabatinga. O procedimento adotado consistiu em: 1º) remover todo o material despregado; 2º) umedecer ligeiramente a taipa; 3º) lançar um chapisco de cimento e areia (traço 1:4), de espessura uniforme; 4º) executar a camada de acabamento com argamassa de cimento, cal e areia fina (traço 1:3:7), usando desempenadeira metálica.⁶⁸ (A areia mais fina e a desempenadeira metálica contribuem para um aspecto menos granuloso e rugoso).

Ao redor da casa foi executada a tradicional calçada de pedras de formato poliédrico – “*de acordo com os exemplos observados em similares obras de restauração*”⁶⁹ –, e além dele, o gramado, do qual se queixou a autora do projeto paisagístico, que previra pedrisco ao redor da casa.⁷⁰ Teria a empresa construtora optado por um revestimento mais barato, ou teria Janjão insistido na solução compositiva tradicional, ignorando a indicação do projeto paisagístico?

Os alicerces que a prospecção arquitetônico-arqueológica revelou na “cozinha” da casa foram deixados à mostra, prevendo-se o seu posterior recobrimento com um painel de vidro para permitir a sua exposição⁷¹.

Nas casas bandeiristas, esta foi a primeira obra em que se realizou uma prospecção arqueológica visando a fornecer subsídios para a obra de arquitetura. Foi também a primeira vez em que se reservou um cômodo da casa para a mostra da pesquisa arqueológica do imóvel, inaugurando, nas restaurações do DPH, o procedimento de manter “vitruvianas”, arqueológicas

68. Id. Ibidem.

69. Id. Ibidem. p. 26.

70. Carta de Rosa Kliass à EMURB, ed 10-10-1979.

71. Vitruviana de vidro que não foi executada até hoje.

72. Relatório conclusivo, s.d., por Janjão. Acervo EMURB e DPH/ STPRC. s.d.

73. 10 Id. Ibidem. p. 27.

74. Cf. “Relatório de Visita”, por Janjão, de 8-12-1978.

75. Relatório conclusivo, s.d., por Janjão. Acervo EMURB e DPH/ STPRC. s.d., p. 24.

ou arquitetônicas, que consiste em deixar trechos, maiores ou menores, de paredes ou pisos nus, sem revestimento, a fim de desvelar a estratigrafia, ou a camada mais primitiva de revestimento, ou ainda a técnica construtiva original do elemento arquitetônico considerado. Não se devem confundir essas “vitrines arquitetônicas” com a mostra estratigráfica decorrente da opção pela conservação das adições ou reformas sucessivas ocorridas no edifício, embora em ambos os casos a opção seja por uma postura arqueológica, com maior ou menos prejuízo para o resultado estético, dependendo do caso.

Com base nos vestígios (orifícios nas paredes) dos barrotes de sustentação do piso do sobrado deduziram-se as dimensões (secção) das peças. O sobrado foi reconstruído, assim como todas as janelas e portas, nas suas posições originais. Folhas, padieiras e ombreiras desaparecidos foram refeitos com base nos modelos remanescentes originais. Por sobre a argamassa de revestimento, as paredes foram caiadas. As telhas foram todas substituídas por novas, provenientes de uma olaria da região de Itu. Usou-se grampeamento com arame de cobre, para evitar o seu escorregamento. A coluna do alpendre, que não foi encontrada, foi redesenhada, com linhas simplificadas:

“Na falta de documentos, foi executada apenas uma, no eixo do compartimento. A coluna recebeu igual tratamento plástico encontrado nas ombreiras das portas e janelas, chanfrando as quinas e arrematando-se as extremidades com perfilatura simples.”⁷²

O relatório “Restauro da casa-sede do Sítio da Ressaca”⁷³, elaborado por Janjão ao término da obra, constitui importante documento de explicitação dos procedimentos adotados na intervenção. Embora o documento não faça menção a fundamento teórico de espécie alguma, sabe-se, através do plano de obras inicial, que a intervenção orientou-se para a recomposição da configuração original do edifício⁷⁴. Não é difícil entender por que os relatórios de Janjão não fizeram menção a fundamentos conceituais justificativos dos critérios adotados: o partido de intervenção não estava em discussão, ele simplesmente era **o tradicional**, qual seja, recompor aquele exemplar “*de partido característico da arquitetura rural paulista dos primeiros séculos*”⁷⁵

Assim como também era tradicional o critério técnico de consolidar as taipas através do emprego do esqueleto de concreto armado. Esta, aliás, foi a única questão que mereceu uma justificativa, no relatório conclusivo da obra, porque foi a única solução executada fora do padrão tradicional do IPHAN. Diz o arquiteto sobre o partido de consolidação adotado:

“A técnica comum empregada na consolidação de paredes de taipa consiste na disposição de estrutura autônoma de concreto armado, que receba e descarregue no terreno as cargas do edifício. Os muros de taipa, dessa forma, são transformados em simples vedos, estruturalmente responsáveis apenas pelo peso próprio.

Todavia, no caso das obras da casa-sede do Sítio da Ressaca, optou-se, de acordo com a proposta apresentada pelo eng. Péricles Brasiliense Fusco, em recompor o monolitismo estrutural do conjunto dos muros contínuos de taipa de pilão.”

Portanto, em decorrência do incidente envolvendo o solapamento das paredes – incidente, aliás, em grande parte provocado pelos procedimentos de obra (escavação da base das paredes para introdução de viga-baldrame e brocas, escolha dos pontos de prospecção arqueológica) – o plano original de consolidação pelo método tradicional foi abandonado, em favor de uma outra concepção, da autoria de Péricles B. Fusco, que “envelopa” os maciços de taipa entre duas placas de concreto armado (ou argamassa armada), mantendo sem dúvida o monolitismo da taipa, porém com grande prejuízo, no nosso ponto de vista, para o aspecto de reversibilidade e da salubridade da taipa.

A solução das placas de argamassa armada (ou “concreto lançado sobre a taipa”, segundo o relatório conclusivo da obra) parecem constituir solução muito mais invasiva, pois lacram os maciços de taipa entre duas placas, como num sanduíche. Em decorrência do efeito sanduíche e da composição material das placas (argamassa cimentícia) a taipa fica sufocada, sem pontos de liberação de umidade. Outro efeito indesejável deste conceito de consolidação é o engrossamento da espessura das paredes. Por fim, a intervenção agride a taipa na medida em que todos os trechos encapados ficam sujeitos às patologias decorrentes da oxidação da malha de ferro (estufamento, pressão interna sobre a taipa e externa sobre as placas de argamassa e do revestimento). O peso das placas, que é um peso não previsto na construção original, é descarregado (uniformemente) principalmente sobre os alicerces de taipa, mas também, por ancoragem, nas próprias paredes de taipa.

A idéia de que a introdução do esqueleto de concreto armado transfere totalmente as cargas dos maciços de taipa para o esqueleto, transformando a taipa em simples ved⁷⁶, não se comprova, conforme verificamos no capítulo II do presente trabalho. O que de fato ocorre é uma divisão de cargas, entre o esqueleto e os maciços, em proporções que variam de acordo com o desenho do esqueleto. Certamente este método de consolidação estrutural apresenta também aspectos lesivos ao edifício, sendo o principal, na nossa opinião, a irreversibilidade da intervenção. Entretanto, comparado ao método de envelopamento, ele nos parece ser menos invasivo, e preserva mais a integridade física dos maciços.

As **figuras** de número **48 a 60** traduzem graficamente a situação das quatro fachadas da casa em três momentos: antes da restauração, depois da restauração com os elementos de consolidação à mostra, e finalmente a fachada revestida e caiada. Na fachada Oeste apresenta-se um momento intermediário, correspondente à da empena na iminência de colapso.

76. Luis Saia já discorrera, em 1944, sobre este conceito de estrutura autônoma. Ver SAIA, L. “Utilização do concreto armado na restauração de edifícios construídos com taipa”. In: **REVISTA DE ENGENHARIA MACKENZIE** nº 86. São Paulo, junho 1944, pp 53-55.

Fig. 48. Fachada Norte, antes da restauração.

Fig. 49. Fachada Norte, restaurada, sem revestimento.

Fig. 50. Fachada Norte, restaurada, revestida.

Fig. 51. Fachada Leste, antes da restauração.

Fig. 52. Fachada Leste, restaurada, sem revestimento.

Fig. 53. Fachada Leste, restaurada, revestida.

Fig. 54. Fachada Sul, antes da restauração.

Fig. 55. Fachada Sul, restaurada, sem revestimento.

Fig. 56. Fachada Sul, restaurada, revestida.

Fig. 57. Fachada Oeste, antes da restauração.

Fig. 58. Fachada Oeste, durante a restauração, sob risco de desabamento (situação em janeiro de 1979).

Fig. 59. Fachada Oeste, restaurada, sem revestimento, mostrando os alicerces auxiliares e a malha de aço.

Fig. 60. Fachada Oeste, restaurada, revestida.

3. A Casa do Tatuapé

(esquerda) Fachada Leste (principal) provavelmente antes de 1945. No lugar do anexo à direita do corpo principal teria existido primitivamente uma capela. Acervo IPHAN 9ª. SR

(direita) Fachada Leste, detalhe. Ano 2004. Fotografia: Walter Fragoni

77. Cf. processo municipal 14.461/75. Mandato do Prefeito: 16-4-1975 a 12-7-1979.

A restauração da Casa do Tatuapé foi a primeira experiência do DPH com casas bandeiristas, no que diz respeito à elaboração do projeto e fiscalização da obra. No Sítio da Ressaca, cujo projeto e obra realizaram-se sob a orientação de Janjão, e com gerenciamento e fiscalização da EMURB, a participação do DPH limitou-se ao acompanhamento técnico da obra, e, antes e depois da restauração, à definição do programa de valorização e uso do imóvel. No âmbito dos monumentos de propriedade municipal, a restauração da Casa do Tatuapé foi a terceira experiência de projeto e obra do DPH, que desde a sua criação já havia projetado e coordenado a restauração do Mercado de Santo Amaro e da Casa Número Um da rua do Carmo (atual rua Roberto Simonsen).

Assim que o DPH foi criado definiu-se como uma das ações prioritárias do órgão a recuperação de todos os edifícios “históricos” de propriedade municipal. A recuperação previa a regularização patrimonial, ou seja, a efetivação dos processos de doação, desapropriação ou compra dos imóveis, seguida da sua restauração e valorização. A destinação seria, preferencialmente, para uso cultural, conforme recomendava o Compromisso de Brasília (1970).

Alguns meses após assumir o cargo de Prefeito⁷⁷, Olavo Setúbal solicitou da Secretaria de Obras um relatório detalhado da situação dos “edifícios históricos do Município”. Em resposta à solicitação, a Secretaria de Obras, e depois a Secretaria de Cultura (o seu DPH) informam o Prefeito sobre a situação física e dominial do Sítio Mirim, Sítio Santa Luzia (que não é próprio municipal), Sítio Morrinhos e Casa do Tatuapé, todas situadas no vale do rio Tietê. As casas do Butantã e do Caxingui já tinham a situação dominial regularizada e já estavam restauradas – lembremo-nos dos esforços de Paulo Florençano –, sendo que a primeira abrigava o Museu da Casa do Bandeirante. O Sítio da Ressaca estava na iminência de ser recuperado através do Projeto CURA-Jabaquara. Restavam, portanto, abandonados e em mau estado de conservação, os três imóveis nas regiões Norte e Leste da cidade.

Dos três imóveis, o primeiro a receber obras foi a Casa do Tatuapé, de acordo com projeto de restauração de Luiz Alberto do Prado Passaglia, arquiteto do DPH. A obra durou quase dois anos, com início em janeiro de 1979. Foi

executada pela empreiteira PEC - Planejamento, Engenharia e Construções Ltda –, a mesma que restaurara naquele mesmo ano o Sítio da Ressaca. Serviu como base para o projeto executivo o anteprojeto de restauração que Passaglia havia desenvolvido no Curso de Especialização em Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos no ano anterior (1978), organizado em Belo Horizonte nos moldes do curso de 1974.

O critério conceitual da restauração, segundo a justificativa do anteprojeto, não visava a *“uma recuperação da forma original do monumento, mas sim da fisionomia do edifício que se encontrava bastante alterada”* (PASSAGLIA 1978, p. 157). Apesar da frase em que se tenta negar a recuperação da forma original, o que o anteprojeto mostra é que o critério orientou-se, sim, no sentido da recomposição da forma original do edifício, através da supressão de elementos alterados e desconformes com o critério classificatório clássico de Luis Saia.

Por sugestão dos professores Victor Pimentel e Roberto Samanez, e após analisar outras técnicas de recomposição e de estabilização de edificações de taipa, Passaglia optou no anteprojeto pelo emprego do solo-cimento executado in loco, associado ao atirantamento das paredes desestabilizadas através do emprego de vergalhões de aço engastados no barroteamento de madeira do piso do sobrado. O arquiteto abdicou do critério tradicional, de consolidação com concreto armado, por sugestão dos dois professores peruanos.

A documentação sobre esta restauração é bastante extensa, desde a sua etapa preparatória (documentos administrativos, anteprojeto de Passaglia, pesquisa história da historiadora do DPH Vilma Lúcia Gagliardi, documentação iconográfica), passando pela etapa de pesquisas subsidiárias preliminares (laudos e consultoria sobre as condições estáticas, composição da taipa, solo-cimento, prospecções arqueológicas), pelo projeto executivo (peças gráficas em várias escalas, memorial descritivo, planilha de serviços) até, finalmente, a obra (relatórios de obra – arquitetônicos e arqueológicos –, registros fotográficos pelo DPH e pelo IPHAN).

Durante as obras o projeto sofreu diversas alterações, em função de as soluções preconizadas não serem factíveis nas condições reais do canteiro de obras. O solo-cimento e o atirantamento foram abandonados em favor da técnica da argamassa armada – a mesma solução adotada na estabilização estrutural do Sítio da Ressaca – e da amarração dos maciços de parede realizada através de cintamento de concreto armado.

Assim como o Sítio da Ressaca, a Casa do Tatuapé tem telhado de duas águas e, portanto, duas empenas, característica que fragiliza a construção na medida em que falta a amarração conferida pelas peças de frechais e telhado. Ao contrário da primeira, esta casa apresentava paredes significativamente desaprumadas e desestabilizadas, seja devido às suas grandes dimensões, seja devido à sua precária conservação.

Através de convênio firmado entre o DPH e o Museu Paulista da USP, realizou-se pesquisa arqueológica no imóvel, sob a coordenação da arqueóloga Margarita D. Andreatta. Os laudos estruturais são de autoria do IPT. A consultoria estrutural é do engenheiro Péricles B. Fusco.

Apesar do altíssimo nível das pesquisas conceituais e técnicas que fundamentaram a intervenção, as soluções de consolidação estrutural, que não diferem daquelas adotadas no Sítio da Ressaca, impressionam, aqui, seja pela sua extensão, seja pelo alto grau de irreversibilidade, ou ainda, por serem bastante invasivas (**Fig. 61**).

Fig. 61. Interpretação gráfica do edifício consolidado, sem o revestimento. A tela metálica (e a argamassa) recobrem praticamente toda a parte superior das paredes externas, virando sobre o respaldo e descendo internamente cerca de 30 cm.

3.1. História da casa

Fig. 62. Primeiro documento iconográfico da casa. Desenho de R. Mertig. Publicado na Revista do Arquivo Histórico n. XXIII, 1936. Fonte: GAGLIARDI 1983.

A primeira referência à sesmaria onde se ergue atualmente a Casa do Tatuapé data de 1611, do inventário de Lourenço Gomes Ruxaque, que deixou a propriedade para a viúva Isabel Rodrigues e seus três filhos: Pedro, Francisco e Catarina Gomes. A viúva casou-se novamente, com Francisco Jorge. Deste segundo casamento nasceram os filhos Maria Jorge, Antonia Gonçalves e Isabel Rodrigues. O inventário da viúva foi aberto em 1662.

Francisco Jorge tinha um primo, o **padre Matheus Nunes de Siqueira**, Ouvidor da Vara e sertanista “que buscava índios para serem catequisados”.⁷⁸ O Padre Matheus era filho do povoador Aleixo Jorge e de Maria de Siqueira Nunes. Em 1664 o Ouvidor notificou Antonia Gonçalves pelo não cumprimento do testamento de sua mãe (especialmente não ter mandado rezar as missas). Como penalidade, mais da metade dos bens da testamenteira foram confiscados, incluídas nesta parte suas terras de Tatuapé, Aricanduva e Mogi. Uma vez confiscados, os bens eram “postos em praça”, para serem arrematados.

78. Elaboramos o presente texto principalmente com base nas informações contidas nos seguintes trabalhos da historiadora Vilma Lúcia Gagliardi: **A Casa Grande do Tatuapé**. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 1983; e “Casa do Tatuapé”, breve texto de autoria de Vilma L. Gagliardi e Lacy M. T. Andrade, de 2-1-1981. Acervo DPH/ STLP Pasta 05A.008.3.

As terras do Tatuapé aparecem citadas novamente em 1668, numa petição de sesmaria feita pelo padre Matheus Nunes de Siqueira ao capitão-mor Agostinho de Figueiredo:

“Diz o licenciado Matheus Nunes de Siqueira, morador na villa de S. Paulo, que elle suplicante tem uma fazenda com ermida e curral de gado légua e meia d’esta villa, na paragem chamada Tatuapé, terras que houve dos herdeiros do defunto Francisco Jorge, e por quanto não tem terras para lavrar e na testada d’estas para o Rio Grande em uma volta que faz o rio tem um pedaço de terra dentro do qual há algumas campinas, brejaes e restingas de matto que se póde lavrar, por isso pede a Vossa Mercê que, como procurador bastante do donatário, lhe faça mercê de dar por carta de sesmaria a terra que pede para maior augmento da capella⁷⁹, havendo também respeito ser o supplicante filho e neto de povoadores e não ter até agora carta de sesmaria; a qual terra correrá de umas campinas que partem da banda de baixo de ribeirão de Tatuapé, correndo pelo Rio-Grande a riba pela volta que faz por uma campina que chamam Itacurutiba até uma aguada que foi do defunto João Leite. E.R.M.”⁸⁰

Não se sabe se foi através de arremate, mas o fato é que em 1668 o padre Matheus era proprietário das terras do Tatuapé, que fizeram parte originalmente do espólio de Francisco Jorge.

O padre Matheus teve dois irmãos e sete irmãs. Um irmão seu, o também padre Jacinto Nunes de Siqueira, erigiu mais a leste do Tatuapé, próximo ao rio Aricanduva, a Capela de Nossa Senhora da Penha de França, onde futuramente se formaria o bairro da Penha. Uma das irmãs do padre Matheus, **Sebastiana da Rocha**, casou-se com Alberto de Oliveira D’Orta. Sua filha Catharina D’Orta, portanto sobrinha do padre Matheus, era também afilhada deste. Ao se casar, com Mathias Rodrigues da Silva, recebeu do padrinho, como dote de casamento,

*“o q se há de dar a minha sobr.a he o seg.te
trezentos e sincoenta mil rs em dr.o
hua tamboladeira grande e hua piquena e seis colheres
hua gargantilha de ouro brinquo e hu par de anéis
seis pessas do gentio da terra, quatro logo e duas vindo seus irmãos
do sertão
huas casas defronte da mizericordia cõ seu bofete e seis cadeiras e hua
caixa
hua cama e hu pavilhão cobertor, e lanssois que na terra se usã como
tambe suas toalhas e serviso de mesa
hua alcatifa conforme as poses e se usã na terra
Neste rol entra a sua legitima E por... do sor. Mathias Roiz da Silva
Ol.do Matheus Nunes Siq.ra”⁸¹*

Esta descrição, de alguns poucos utensílios domésticos, nos fornece um exemplo, mesmo que breve, dos objetos que guarneciam a casa paulista dos séculos XVII e XVIII. Não havia luxo, conforme informam os inventários e testamentos já publicados e estudados. O equipamento das casas urbanas

79. Vilma Gagliardi explica que “para maior augmento de capella” significa, na frase, “obrigação de mandar rezar um certo número de missas por semana, mês ou ano, para todo o sempre”. Cf. GAGLIARDI 1983, p. 15.

80. Manuel Eufrásio de Azevedo Marques. **Apon-tamentos Históricos, Geográficos, Bibliográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo**. São Paulo: Comissão do IV Centenário, 1954, f.2, p. 165. Citado em GAGLIARDI 1983, p. 14.

81. ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE SÃO PAULO. “Autuação de hua petição por escrito e de hum mandado do Ilmo Sor Bispo apprezentado porte do Ldo Andre Baruel em que pede o contheudo nelles”. São Paulo, 1684. Documentos avulsos. Citado em GAGLIARDI 1983, p. 21.

e rurais do período em questão pode ser conhecido detalhadamente em ALCÂNTARA MACHADO (**Vida e Morte do bandeirante**), BELMONTE (**No Tempo dos Bandeirantes**), Ernani Silva BRUNO (**O Equipamento da Casa Bandeirista Segundo os Antigos Inventários e Testamentos**) e LEMOS (“A casa bandeirista nos inventários do segundo século”, e “Notas sobre a cultura material e o cotidiano em São Paulo dos tempos coloniais”).

Após o falecimento de Catharina D’Orta foi aberto o seu inventário, em 1698, onde aparece a **primeira menção à casa**, entre peças de vestuário, móveis, utensílios domésticos, escravos, casas na vila e 120 cabeças de gado:

“(...) um sítio na roça com casas de taipa de pilão cobertas de telha de três lanços com seus corredores todo cercado de vallos (...)”
(GAGLIARDI 1983, p. 22)

(Note-se que “corredor” é o que conhecemos atualmente como “alpendre”). A possibilidade de ser esta a Casa do Tatuapé é bastante grande, pois a mesma casa figurará nos inventários subseqüentes. Pode-se, Portanto, situar a data da construção da casa entre **1668** (data da petição de terras do padre Matheus) e **1698**, período durante o qual Mathias Rodrigues da Silva deve ter realizado vários melhoramentos na propriedade, como seu administrador e proprietário da quarta parte dos seus rendimentos.

O viúvo Mathias Rodrigues da Silva casou-se em segundas núpcias com outra Catharina, de sobrenome da Cunha, com quem não teve filhos. Faleceu em 1709.

O filho mais velho do casal Catharina D’Orta e Mathias Rodrigues da Silva, Thomé Rodrigues da Silva, continuou na casa e ali viveu até a sua morte, em 1745. Havia se casado com Ignes Pedrosa de Barros, cujo testamento de 1705 informa que ela fora casada com Thomé Rodrigues da Silva, com quem tivera 5 filhos. Seu inventário, de 1715, sugere que a família foi rica e preocupada com a educação, pois nele estão arrolados, além de uma incomum quantidade de equipamentos domésticos e peças de prata e porcelana, vários livros, versando sobre gramática e língua portuguesa e até de autores como Virgílio, Cícero, São Tomás de Aquino, e o Padre Vieira (GAGLIARDI 1983, p. 24). Entre os bens de raiz, comparece novamente a **casa**, enriquecida em relação à situação descrita em 1698 (inventário de Catharina D’Orta):

“(...) Hum Citio no destrito desta Cidade na paragem chamada Tatuapé cercado de vallos com Cazas de taipa de pillão de três Lanços com seus Corredores asobradados, portas de almofadas, ladrilhadas de tijolos (com) seu oratório, (...) e tribuna tudo fo(rr)a(do) com forro de molduras, e apainellado, e asoalhado por baixo (...)”.(GAGLIARDI 1983, p. 24)

O Sítio recebeu também, à época, um oratório, ou capela, muito bem equipado, instalado em edificação independente da casa, dividido em três compartimentos: oratório em si (onde estava o altar), sacristia e alpendre, “forrado e ladrilhado de tijolos”, conforme informado num Breve Apostólico de 1733, guardado no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo.⁸²

O inventário do falecido em 1745 Thomé Rodrigues da Silva não foi localizado durante a pesquisa da historiadora Vilma Gagliardi, o que impossibilita conhecer o destino exato da casa após aquela data.

Contudo, em 1773 a casa ressurgiu como propriedade do Capitão José Gonçalves Coelho, adquirido de **Sebastiana da Rocha** (outra sobrinha do Padre Matheus Nunes de Siqueira, que tinha o mesmo nome da irmã do padre) e de seu filho, o Cônego Gregório de Souza, primo e um dos testamenteiros de Thomé Rodrigues da Silva.

E novamente, em 1810, no inventário do Coronel José Manuel de Sá, compreendendo agora, no seu interior, um altar e máquinas de processamento de mandioca e farinha:

“Huma chácara na paragem denominada Tatuapé com casas vivenda de três lances de taipas de pilão cobertas de telhas com dois sossos e uma das sallas contem um Altar feito de madeira de cedro com um outro embutido ainda por acabar; huma roda de lavar mandioca pequena com chapa de cobre picada e mancais de ferro, outra roda grande com exo de ferro que faz andar a pequena, huma prensa de espremer massa, três gamellas grandes da mesma factura (...)” (GAGLIARDI 1983, p. 41).

Sua viúva Francisca de Paula Oliveira herdou a propriedade, e a vendeu em 1822 ao casal João Jozé de Alvarenga e Anna Francisca da Annuniação. Neste momento inicia-se o processo de abandono da casa, que ora era mantida fechada, ora alugada. Tanto é que no inventário de João Jozé de Alvarenga (1836) quase não figuram móveis ou utensílios domésticos. Figuram, pela primeira vez, na propriedade, *“casas de Olaria cubertas de Palha, forno de queimar telha (...)”*, indicando transformações na paisagem do sítio e no uso de suas edificações.

Dois anos depois a propriedade foi vendida a Joaquim José B. da Silveira, que nem chegou a residir na casa (morava em Santos) e que, passado um ano, vendeu-a a José Alves de Siqueira (1839). Este veio a falecer em 1846, ano da abertura de seu inventário, que foi concluído somente em 1864: seu espólio foi herdado pela viúva Francisca Alves de Siqueira Bueno, que faleceu em 1871. No inventário da viúva não figuram móveis, o que faz supor que a casa estava alugada a outros. Joaquina Alves de Siqueira, filha de Francisca Alves de Siqueira Bueno, herda a propriedade em 1874, vendendo-a em 1877 a Elias Corrêa de Albuquerque que era casado com Antonia Maria Quartim. Nesta escritura de venda e compra é citado um *“pequeno telheiro proximo a casa velha ao fundo da chácara, onde existe uma capella (...)”*, que indica que a capela isolada da casa ainda remanescia. A compra foi efetuada por Elias Corrêa de Albuquerque com dinheiro emprestado da Baronesa da Silva Gameiro, Dona Luiza Eufrozina Quartim, tia de Antonia Maria Quartim.

Elias Corrêa de Albuquerque veio a falecer em 1880. Teve seu inventário aberto em 1881, onde a chácara figurava como dívida à Baronesa. Esta última apressou-se em requerer a chácara de volta como pagamento da dívida, comprometendo-se a doá-la em seguida à sobrinha Antonia Maria Quartim.

83. Notificação 528, de 8-9-1945. Processo de tombamento 353-T-SPHAN. Arquivo Noronha Santos.

84. “a 16-3-1950 a Tecelagem Textília S/A, com sede à avenida Celso Garcia 3.335, resolveu em assembléia geral (...) doar à prefeitura uma casa (...) que teria pertencido a João Ramalho”. Cf. informação de Adelino Ricciardi, de CULT.4, em 29-10-1965. Processo municipal 172.842/65.

Este compromisso foi assinado em 1882, constando nele como beneficiária a sobrinha, que havia se casado, em segundas núpcias, com o italiano Basílio Pacini, que ficou excluído do benefício de direito sobre o imóvel. A Baronesa faleceu em 1883.

Antonia Maria Quartim faleceu em 1885, aos 37 anos. No seu inventário a casa do Tatuapé é citada como “ *muito velha e deteriorada* ”, enquanto os bens relacionadas à olaria são vários: carroças, animais, construções. A presença de um italiano na família coincide com o aumento da atividade oleira na chácara. Nas propriedades vizinhas também se verificam várias olarias, muitas de propriedade de italianos (GAGLIARDI 1983, p. 62). O filho do primeiro casamento de Antonia, Elias Quartim de Albuquerque, herdou uma oitava parte da chácara, conforme informado no inventário de sua mãe. Elias Quartim de Albuquerque foi adquirindo aos poucos as partes dos demais irmãos, até aparecer em 1917 como único proprietário da chácara. Faleceu em 1943 aos 79 anos de idade, solteiro, na casa onde residia desde 1877. No seu inventário aberto em 1944, a casa do Tatuapé figura, no inventário, como “*um prédio antigo, construído de taipas e revestido de tijolos, em parte, coberto de telhas, em mau estado de conservação, com sete quartos acimentados, sem forro* ”, indicando, além dos encamisamentos de tijolos que iam sendo apostos às paredes prejudicadas pelo tempo, que Elias de Albuquerque não se preocupou em modernizar a casa a fim de torná-la mais confortável. A casa, entre seus muitos bens, foi partilhada entre seus sobrinhos e suas irmãs Benedita e Faustina. Os herdeiros venderam a chácara de 32.000 metros quadrados (a casa nela contida) em abril de 1945 à Tecelagem Textília S/A. Em setembro do mesmo ano, o IPHAN notificou a Textília sobre a abertura do processo de tombamento do imóvel, porém sem obter a anuência da proprietária.⁸³

Fig. 63. Elias Quartim de Albuquerque, familiares e oleiros vizinhos, em 1916, diante da casa. Fotografia cedida ao DPH por Mario Albuquerque Pacini em 1980. Acervo DPH/STLP.

À época do loteamento da chácara, a tecelagem enviou em 1950 uma carta à Prefeitura manifestando sua intenção de doar-lhe a casa⁸⁴. A doação nunca se concretizou. Foi necessário que a Prefeitura declarasse de utilidade pública o imóvel (Decreto 14.817/77, de 16-12-1977), e em seguida o desapropriasse mediante pagamento de indenização. A Prefeitura foi imitada na posse do imóvel, constituído pela casa e seu lote de 919 metros quadrados, em janeiro de 1979. A desocupação da casa ocorreu no mesmo mês, com o auxílio da

Prefeitura. Ocupavam a casa, à época, Clarice Marcílio Mari e Gerônimo Penha de Oliveira.⁸⁵ A primeira ocupante era parente de Nicola Marcílio, que em 1965 tinha 68 anos de idade, e vivera sempre na propriedade, tendo sido, os seus pais, empregados da família Quartim Albuquerque; até pelo menos 1965 Nicola conservava a casa, mantendo alguns quartos alugados, e pagava as taxas municipais do imóvel, em nome da Tecelagem Textília⁸⁶.

85. Processo municipal 172.842/65.

86. Id. Ibidem.

87. Processo municipal 20.145/77.

O processo de desapropriação do imóvel pela Prefeitura encerrou-se somente em janeiro de 1981, mediante o pagamento da indenização, pela Prefeitura, à empresa proprietária.⁸⁷

O tombamento, de caráter voluntário, ocorreu em 1951, tendo sido o monumento inscrito no Livro do Tombo Histórico.

O loteamento da chácara foi executado na década de 1950 sem ter sido dado conhecimento ao IPHAN, e a casa restou num lote de dimensões exíguas, afogada pelas construções que se ergueram na vizinhança.

Fig. 64. Situação da Casa do Tatuapé em 1930. Interpretação elaborada em 2004 pelo arqueólogo Astolfo G. M. Araújo, sobre a planta da cidade SARA Brasil, 1930 – Fls. 38, 39, 52 e 53. Acervo DPH/ Pres.

Fig. 65. Situação da Casa do Tatuapé no ano 2000. Ao Norte, o rio Tietê retificado. A Oeste, o córrego do Tatuapé canalizado sob a av. Salim F. Maluf. A Sul, a av. Celso Garcia. Fonte: SEMPLA.

Fig. 66. Implantação resultante do loteamento da chá-cara. Fotografia de Edison Pacheco de Aquino, 1975. Acervo DPH.

3.2. Valoração da casa, e duas particularidades

Originalmente a casa velha do Tatuapé, juntamente com a do Jabaquara e do Caxingui, não foi considerada merecedora de proteção do Serviço do Patrimônio federal. No primeiro Relatório (16-10-1937) a Rodrigo M. F. de Andrade, Mario de Andrade recomenda a sua tutela por um eventual órgão local:

“A bem dizer, não existe na capital de S. Paulo mais nenhum prédio de residência (tirante o Sítio Santo Antônio)⁸⁸ que se conserve digno da atenção federal. Um serviço estadual, a meu ver, especioso, poderá tombar alguns prédios desses, porém será mais empecilho que guarda de tradição. Propriedades como a casa velha do Tatuapé, propriedade de Elias de Albuquerque (...)”.

Em “Notas sobre a arquitetura rural paulista do segundo século” (1944) a Casa do Tatuapé figura como um dos doze exemplares arquitetônicos que serviram como universo de análise para a teorização de Saia sobre o apogeu e decadência da arquitetura bandeirista. Saia notou, na ocasião, duas particularidades da solução de agenciamento dos ambientes da casa: a hipótese da existência de uma primitiva capela colada à construção principal, e o uso do salão principal como ambiente de trabalho:

88. Observação da autora.

“(...) a capela foi deslocada, chegando mesmo a desprender-se do alpendre fronteiro (...). De acordo com informações da atual proprietária, a capela desta casa estaria localizada ao lado da residência e possuía a fachada vazada. Os vestígios de uma parede confirmam a informação. A sacristia estaria localizada atrás da capela comunicando-se por uma porta com a sala da casa. Pelas indicações obtidas, poder-se-ia concluir que a capela, abandonando o alpendre para o qual devia abrir-se, a fim de abrigar os fiéis que não tinham acesso livre, foi aninhar-se em lugar onde novo alpendre viria não só justificar o fato de a fachada ser aberta, como também o funcionamento normal dos alpendres, como peça também da capela, no tipo comum dessas residências. Repetir-se-ia aqui, em certo sentido, a mesma solução adotada pelo arquiteto que projetou a capela mandada construir por Fernão Pais de Barros na sua fazenda de Santo Antônio. Notam-se pelo menos três elementos de identidade: situação ao lado da casa, face fronteira vazada, e alpendre.

(...) a sala de distribuição se desloca para dar lugar a uma peça de trabalho. Que a sala contígua ao alpendre servia como lugar de trabalho, eis o que se pode concluir pela interpretação de uma espécie de tensor; que a atravessa no seu ponto médio, à altura do pé-direito. Este tensor apresenta na região central uma seção aumentada, e um orifício, provavelmente para encaixe de um eixo. Quer se tratasse de um moinho de mandioca, tal como reza a tradição, quer estivesse aí instalada uma outra máquina qualquer, o certo é que aí estaria uma instalação de beneficiamento. Tal destinação não é apenas indicada pelas indicações já feitas; o agenciamento dos compartimentos onde se achavam normalmente a capela e a peça de dormir apresenta dispositivos que indicam tratar-se antes de peças de receber e distribuir. Por outro lado, esta casa, tal como a do Parque Jabaquara, optou pelo telhado de duas águas, o que permitiu o aproveitamento dos compartimentos assobradados como dormitórios. Com esta opção também teria muito que ver o deslocamento da capela; basta tentar estabelecer como se distribuíam os panos do telhado para perceber a influência que esta mudança ocasionou na construção e no aspecto final. É verdade que também a casa do Parque Jabaquara possuiu sempre telhado de duas águas, mas aí o porte discreto do edifício não permitiu mudanças consideráveis na aplicação do esquema da planta e no esquema construtivo. Há ainda a observar que a casa do Tatuapé parece datar de período mais antigo, enquanto a sua parceira na solução do telhado é de 1719. A primeira é visivelmente mais rica, maior, tem portas mais elaboradas e desusado tamanho e valor; ao passo que a casa do século XVIII é apoucada de tamanho e pobre de fatura.

(...) Estes traços teriam influído na escolha de dispositivos, mas sem, entretanto, fazê-la perder a fisionomia característica do segundo século.” (SAIA 1972, pp. 71-76)

Em “A Casa bandeirista – uma interpretação” (1955), a tese de Saia radicaliza-se, figurando como exemplares clássicos, “puros”, exclusivamente as casa do Padre Inácio e de Santo Antônio, em relação aos quais os restantes exemplares conhecidos são classificados como exemplares abastardados,

Fig. 67 (esquerda). Vista das fachadas Norte e Oeste. No lugar do anexo à esquerda do corpo principal, colado à empena Norte, teria existido uma capela. Fotografia provavelmente anterior a 1945. Acervo IPHAN 9ª. SR.

Fig. 68 (direita). Peça com orifício, no salão central, descartada na restauração de 1979-80. Fotografia provavelmente anterior a 1945. Acervo IPHAN 9ª. SR.

“refletindo as influências de um período em que o bandeirismo, tendo atingido um nível de atuação suficiente para fazê-lo transbordar do âmbito paulista, sujeitou-se à acolhida de incidências estranhas à sua formação, ou mesmo àquelas decorrentes da própria maturidade e decadência. Fases em que a planta da residência se modifica, aceitando soluções que representavam nova destinação para o esquema de organização do espaço”.

Segundo esta classificação, incluía-se a Casa do Tatuapé entre os exemplares “impuros”:

“(...) onde comparecem influências de caráter puramente individualista, como na casa do Padre Mateus Nunes de Siqueira, no Tatuapé (São Paulo), com a capela encostada no corpo da residência, em vez de lhe ser inserida, e a transformação da sala principal em sala de trabalho” (SAIA 1972, p. 129).

Mais tarde, em 1965, Luis Saia voltou a se referir à capela em “Morada seiscentista no Tatuapé”, artigo escrito para a revista Acrópole:

“a capela não estava incluída no corpo principal da edificação, mas lhe era contígua, parede-meia, ao que diziam as informações colhidas na época do tombamento.”⁸⁹

Apesar de merecer uma classificação secundária na tese de 1955, o imóvel teve aberto seu processo de tombamento pelo IPHAN em 1945, processo este instruído com as informações constantes do ensaio de 1944 (“Notas...”). Teve reconhecidos seus valores histórico e artístico (foi inscrito nos Livros do Tombo Histórico e das Belas Artes) em 22-11-1951, constituindo juntamente com o Sítio Morrinhos e o Sítio Mirim, o reduzido grupo das três casas bandeiristas tombadas pelo serviço federal na cidade de São Paulo.

Posteriormente foi tombado pelo CONDEPHAAT e pelo poder municipal.

As peculiaridades do agenciamento da casa do Tatuapé apontadas por Luis Saia mereceram citação no trabalho de Julio Katinsky (**Casas Bandeiristas. Nascimento e reconhecimento da arte em São Paulo**, 1976) e pesquisa por parte da historiadora Vilma Gagliardi (1983) nos estudos que precederam a restauração do imóvel em 1979. Nessa segunda pesquisa se confirma a hipótese estabelecida por Saia a partir do exame empírico do edifício e das informações da proprietária em 1944: encontram-se menções a uma capela

89. SAIA, L. “Morada seiscentista do Tatuapé”. In: **ACRÓPOLE** nº 356. São Paulo, novembro 1968, pp 30-36.

90. PASSAGLIA, Luiz Alberto do Prado. **Ante-projeto de Restauração da Casa do Tatuapé – São Paulo** – SP, 1978, p. 108.

em corpo separado da casa principal em dois documentos: num Breve Apostólico de 1733 do acervo do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo (um oratório, ou capela, muito bem equipado, instalado em edificação independente da casa, dividido em três compartimentos: oratório em si – onde ficava o altar –, sacristia e alpendre, forrado e ladrilhado de tijolo), e numa escritura de venda da propriedade realizada em 1877 por Joaquina Alves de Siqueira a Elias Corrêa de Albuquerque (*“a casa velha ao fundo da chácara, onde existe uma capella”*, indicando a existência da capela).

Considerando a iminente restauração do edifício, Luiz Alberto Passaglia, em 1978, recomendou a necessidade de realizar prospecções na área restante imediata da casa para localizar os prováveis indícios das fundações da capela anexa.⁹⁰ Contudo, o que os registros da obra indicam é que a área da suposta capela não foi prospectada. Não há menção a investigações, seja no solo daquela área, seja na parede pelo lado externo (Face Norte). O assunto da capela foi abandonado durante a obra de restauração, passando a constar apenas como registro histórico nos documentos de papel produzidos, teoricamente, como subsídios para a obra. (Fig. 67, 69)

Fig. 69. Planta indicando trincheiras, cachimbos e áreas prospectadas do piso, na prospecção arquitetônico-arqueológica de 1979. Junto à empena Norte, a área onde se localizaria a capela. Note-se porta no cômodo 02, que ligaria a casa à capela. Acervo DPH/Pres.

O mesmo ocorre em relação ao “*tensor com um orifício na região central, provavelmente para encaixe de um eixo*” de “*um moinho de mandioca, tal como reza a tradição*” ou de “*uma outra máquina qualquer*” de “*uma instalação de beneficiamento*”. (SAIA 1972) (**Fig. 68**), também citado posteriormente por Julio Katinsky (1976, p. 67): “*uma barra de madeira com um orifício circular, apoiada nas paredes divisas com a varanda e o compartimento de trás. (...) Trata-se provavelmente da “porca” (...) que segura o eixo cilíndrico maior do engenho de açúcar, movido a besta. (...) Tratar-se-ia, no caso do Tatuapé, de adaptação muito posterior à construção da casa*”). No seu anteprojeto de restauração (1978) Luiz Alberto P. Passaglia conclui, após atento exame do posicionamento da peça de madeira, que: 1º) a peça não funcionava como tirante pois ela não estava apoiada ou solidarizada com os frechais; 2º) somente prospecções nas paredes, durante a obra de restauração, poderiam indicar se a peça era original ou se teria sido introduzida posteriormente; 3º) somente uma necessária prospecção no piso poderia revelar possíveis indícios de maquinário, desgastes no solo e objetos sob o piso.

Chegado o momento da obra, a peça sofreu desmontagem – assim como todo o madeiramento do telhado –, e acabou sendo descartada (**Fig. 70**), sem justificativas. Também os relatórios da pesquisa arqueológica (1979-1980) são lacônicos e não dedicam atenção maior à verificação da hipótese aventada por Saia em 1944; somente citam, como resultado da investigação do piso do ambiente do salão onde se localizava a peça, que se evidenciou “*abaixo da camada atual, um piso de tijolos alinhados e, abaixo dele, um piso mais compactado, com marcas de sulcos irregulares resultantes do seu apiloamento*” (TONELLI 2004, p. 69). Nenhuma referência à hipótese da existência do maquinário (**Fig. 71**).

Fig. 70 (esquerda). “Tensor” retirado de sua posição. Canteiro de obras em julho de 1980. Acervo DPH/STPRC.

Fig. 71 (direita). Salão central antes da obra, vendo-se o piso de tijolos alinhados. Na altura do pé-direito, note-se o “tensor”. Acervo DPH/ STLP.

Seja por falta de integração de informações entre a equipe de profissionais (historiador, arquitetos, arqueólogos), seja por opção conceitual (recompor a feição clássica da casa bandeirista – o volume único, fechado em si, do paralelepípedo alvo coroado por telhado de quatro águas ou duas águas), fato é que as duas particularidades da solução de agenciamento que especialmente caracterizavam a Casa do Tatuapé foram ignoradas na intervenção, suprimindo definitivamente a informação documental.

3.3. Precedentes da restauração: o loteamento da chácara

Conforme indicado nos inventários, inicia-se por volta de 1822 o progressivo abandono da casa. Mantida ora fechada, ora alugada, ou mesmo habitada pelos sucessivos proprietários, a casa deixou de receber os cuidados devidos, passando daquela data em diante a constar nos inventários como “*casa velha e deteriorada*”

(inventário de Antonia Maria Quartim, 1885) e “um prédio antigo, construído de taipas e revestido de tijolos, em parte, coberto de telhas, em mau estado de conservação” (inventário de Elias Quartim de Albuquerque, 1944).

É neste estado que o IPHAN a encontra na segunda metade da década de 1940, quando a Tecelagem Textília, proprietária do imóvel, inicia o loteamento da chácara, e quando se abre o processo de tombamento da casa. A tecelagem, proprietária da chácara desde 1945, havia aprovado no órgão federal uma planta do loteamento deixando um terreno livre de frente da casa até rua Iguaçu. Porém, aprovara na Prefeitura – que ignorava a existência do tombamento do imóvel – situação diversa, contando com 3 lotes a mais (20, 21, 22) obstruindo toda a frente da casa (Fig. 72, 73).

Fig. 72. Fachadas Sul e Leste, em 1955. Note-se a casa na nova situação, encravada no loteamento. Notem-se contrafortamentos de tijolos na fachada Sul. Fotografia: H. Graeser. Acervo IPHAN 9ª. SR.

Fig. 73. Quadra do loteamento, com 3 lotes (assinalados em vermelho) obstruindo a frente (Leste) da casa. Fonte: Processo municipal 172.842/65.

Há notícia, em 1965, de que em 1950 a tecelagem se dirigira à Prefeitura propondo a doação da casa e do seu terreno, sem contudo ter obtido qualquer resposta até aquele momento:

*“a 16-3-1950 a Tecelagem Textília S/A, com sede à avenida Celso Garcia 3.335, resolveu em assembléia geral (...) doar à prefeitura uma casa (...) que teria pertencido a João Ramalho. No dia seguinte foi dirigida carta à Prefeitura, dando ciência do ocorrido, mas, jamais a empresa recebeu qualquer comunicação no sentido de concretizar a doação.”*⁹¹

A informação acima, aliás, está contida num processo municipal motivado por carta enviada pela Textília ao Prefeito Faria Lima em 6-10-65, solicitando um pronunciamento definitivo da Prefeitura, pois a empresa havia sido intimada pela Secretaria de Obras a realizar medidas de conservação do imóvel tombado.⁹²

Informava-se também, no mesmo documento, que viviam na casa, em 1965, o oleiro Nicola Marcílio e algumas famílias a quem ele alugava quartos. E, referindo-se aos encamisamentos das paredes, que *“como quem ali reside sempre foi oleiro, há tijolos na parte interna e algum revestimento na parte inferior das paredes externas”*. Concluindo, o funcionário do Departamento de Cultura sugeria: 1) que a casa fosse desocupada; 2) que a Prefeitura e o IPHAN examinassem conjuntamente o problema das construções irregulares na vizinhança do imóvel; 3) que a casa fosse restaurada e transformada em Museu histórico, sob orientação do Departamento de Cultura.⁹³

Entretanto, nada foi feito, até que em 1969 a Textília desiste de fazer a doação.⁹⁴ O Chefe da Divisão do Arquivo Histórico, José Eduardo do Nascimento, não consegue demover a empresa da decisão. Em 3-4-70 a Textília escreve ao Chefe do Arquivo Histórico: *“a nossa posição definitiva e categórica é: não faremos a doação do imóvel, pois está nos nossos planos de expansão industrial”*.

Após consultar o IPHAN sobre o tombamento do imóvel, José Eduardo do Nascimento voltou a insistir junto à empresa proprietária, advertindo-a do fato de que o imóvel, por ser tombado, não poderia ser nem destruído nem demolido. Com isto, conseguiu fazer com que no final do ano de 1970 a tecelagem concordasse em vender o imóvel à Prefeitura ou ser indenizada pela sua perda.⁹⁵ Em janeiro de 1971, porém, recebe uma proposta de avaliação do imóvel, pela Textília, de Cr\$ 4.300.000,00. Considerando o valor alto demais, e que o Departamento de Cultura já tinha *“dois Museus (do Bandeirante e do Sertanista) perfeitamente restaurados e abertos ao público, e ainda mais, que num local como aquele – bairro industrial, rua estreita, rodeada de casas – um Museu não teria freqüência”*, o Chefe do Arquivo Histórico conclui que instalar mais um museu seria oneroso demais para a Prefeitura. O Secretário de Cultura Paulo Zingg concordou, *“apesar do valor histórico”* do imóvel. O assunto foi arquivado, em fevereiro de 1971.

Naquele mesmo ano foi criado através do Decreto Municipal n. 9.414 o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural do Município,

91. Adelino Ricciardi, responsável pelo Expediente da Divisão do Arquivo Histórico do Departamento de Cultura, em 29-10-65. Processo municipal 172.842/65.

92. Processo municipal 172.842/65.

93. Id. Ibidem.

94. Carta de 24-11-69. Processo municipal 172.842/65.

95. Carta de 28-11-70. Processo municipal 172.842/65.

96. Processo municipal 27.753/73.

97. Em 17-5-73. Processo municipal 27.753/73.

98. Processo municipal 27.753/73. A gestão do prefeito José Carlos de Figueiredo Ferraz terminava em 21-8-73, iniciando-se a de Miguel Colasuonno em 29-8-73.

99. Gestão de Olavo Egídio Setúbal: 16-4-75 a 12-7-79.

100. Luis Saia falecera em maio.

101. Ofício 1.172/75 PREF. G de 16-10-75. Processo municipal 27.753/73.

diretamente subordinado à Secretaria de Educação e Cultura (pasta à qual se subordinava o Departamento de Cultura e sua Divisão do Arquivo Histórico). Esse órgão, apenas consultivo e opinativo, tinha como atribuições propor o tombamento às autoridades competentes e promover estudos e programação sobre as providências destinadas à colaboração da Municipalidade com os serviços federal e estadual do Patrimônio Histórico e Artístico.

A atuação desse conselho ainda está por se pesquisar. Por enquanto são poucas as menções a ele. Em 1972 Luís Saia, observava, em artigo na revista **A Construção em São Paulo**, que esse órgão municipal “*tal como está organizado, parece não desfrutar de condições mínimas de funcionamento. É fora de dúvida, entretanto, que a cidade de São Paulo deve tomar a iniciativa de tomar alguns exemplares de sua arquitetura que possuam especial significado na marcação de seu desenvolvimento*” (FENERICH 2000, P. 51).

Foi esse Conselho, presidido pelo Chefe do Arquivo Histórico José Eduardo do Nascimento, que pediu o desarquivamento do processo **172.842/65**, retomando o assunto da Casa do Tatuapé, no início de 1973. Em 16-2-73 ele informa ao Secretário de Cultura Paulo Natanael Pereira de Souza que o Conselho “*decidiu, em reunião, recomendar à Superior Administração sejam tomadas providências para a defesa e a restauração do imóvel*”, também recomendando solucionar “*a irregularidade da construção de moradias, não autorizada pelo IPHAN, que rouba a visibilidade do monumento*”.⁹⁶

Passados três meses, o Conselho faz novas recomendações ao Secretário de Educação e Cultura, desta vez fornecendo diretrizes de valorização, através da construção de uma área verde ao redor da casa, no estilo das tradicionais praças onde já se implantavam as duas outras casas bandeiristas da cidade (Butantã e Caxingui): “*O projeto de restauração, quando elaborado, deverá ser submetido ao Conselho*”; “*Deverá ser providenciada a desapropriação dos imóveis vizinhos situados na quadra, a fim de atender a legislação federal que prevê uma área verde em torno dos monumentos tombados. Seriam 22 lotes, indicados em planta*”⁹⁷ (Ver **fig. 73**). Não se sabe se a diretriz foi sugerida pelo IPHAN, ou se foi coincidência, mas o órgão federal estabeleceu, pouco tempo depois, idêntica regra de ambientação, recomendando a desapropriação e demolição total das casas da quadra.

Através do Decreto 10.599 de 16-8-73 esse Conselho foi vinculado diretamente ao Gabinete do Prefeito, e teve nomeados novos representantes.⁹⁸ A publicação do Decreto coincide com o início de uma nova gestão municipal. Depois disso não constam mais referências ao Conselho nos processos que tratam da Casa do Tatuapé.

Quem se manifesta relativamente à preservação da casa, nos anos seguintes, já é o Prefeito Olavo Setúbal⁹⁹, que em 16-10-75 solicita ao Chefe Substituto¹⁰⁰ do IPHAN, Armando Rebollo uma orientação definitiva do serviço federal no tocante à restauração do imóvel, a fim de planejar as ações legais na órbita municipal.¹⁰¹

O DPH já havia sido criado (20-5-75) e seu Diretor era Murillo Marx. Armando Rebollo responde ao Ofício do Prefeito em 24-10-75, informando

102. Ofício IPHAN 287/75, de 24-10-75. Processo municipal **27.753/73**.

Hand-drawn map of a residential lot, bounded by RUA ULISSES CRUZ to the north, RUA GUABIRU to the south, and RUA IGARUÇU to the east. The lot is divided into 21 numbered plots. A red rectangle highlights the area containing plots 2 through 21. Plot 19 is labeled "CASA GRANDE DO TATUAPÉ".

Fig. 74 . Proposta de desapropriação de 8 lotes vizinhos (assinalados em vermelho). Fonte: Processo municipal **172.842/65**.

103. De fato, elevaram-se protestos de vizinhos e moradores da região, com o apoio do vereador Samir Achôa (MDB). O jornal FOLHA DE SPAULO de 22-6-77, na matéria “Em defesa da casa dos bandeirantes”, traz as seguintes notícias: “O vereador Samir Achôa já adiantou que vai novamente fazer todos os esforços para não permitir a aprovação de um projeto que envolva desapropriações. (...) A intenção era desapropriar dois quarteirões, para reconstruir o antigo cenário. Mas quando o projeto chegou à Câmara, os 25 proprietários que teriam suas casas demolidas protestaram. O prefeito retirou então o projeto, para reformulação. (...) – Se a casa vira monumento – afirma o vereador Samir Achôa, os vizinhos nunca mais vão ter sossego. Por exemplo, não terão lugar para estacionar seus carros. Enfim, um monumento só iria conturbar a área.”

104. Em 14-11-75.
Processo 172.842/65.

105. Grifo da autora.

106. Idem.

107. Em 5-7-76. Processo municipal 27.753/73.

O Diretor do DPH cogita, devido à dificuldade financeira, e prevendo empecilhos políticos à desapropriação de grande quantidade de imóveis¹⁰³, se não seria interessante analisar a adequação da desapropriação não de 22, mas de 8 lotes da quadra, além daquele da casa (Lote 23) – solução, na nossa opinião, minimamente satisfatória para a valorização do monumento. (Fig. 74).¹⁰⁴

Um vôo de helicóptero foi providenciado pelo DPH, para melhor conhecimento da situação de implantação do monumento (Fig. 76). Neste vôo foram fotografados também todas as demais casas bandeiristas municipais, além da Capela de São Miguel (Fig. 78, 79, 80).

A partir das imagens do vôo são estudadas pelo DPH outras propostas. O arquiteto Antonio Gameiro, Chefe da Seção de Projetos, propõe a liberação total da quadra de modo a criar uma “*área ideal*”¹⁰⁵ para recolocar o monumento em seu primitivo valor, ficando o imóvel implantado em uma praça, a exemplo do ocorrido com a Casa do Caxingui (Museu do Sertanista) e a Casa do Butantã (Museu do Bandeirante)”. Essa proposta implicava a desapropriação de 22 lotes, além do lote da casa.

Solicitado a rever a proposta, Gameiro propõe, então, não a situação ideal, porém “uma *área mínima condigna*”¹⁰⁶, para que o monumento tenha preservada a sua integridade visual” (Fig. 75, 77). Adicionalmente, sugere que se tratem separadamente os assuntos da desapropriação do lote da casa e dos lotes vizinhos, a fim de tornar mais ágil todo o processo.¹⁰⁷

Fig. 75. Proposta de desapropriação de 12 lotes vizinhos, em linha pontilhada. DPH, 1975. Acervo DPH/STPRC.

Fig. 76. Implantação resultante do loteamento da chácara. Fotografia de Edison Pacheco de Aquino, 1975. Acervo DPH.

Fig. 77. Interpretação gráfica da área resultante da proposta de liberação do entorno através da desapropriação de 12 lotes, além do lote da casa.

O processo de desapropriação, somente da casa e seu lote, teve início em 9-9-76, pelo Diretor do DPH.

Ao mesmo tempo o Prefeito encaminha para apreciação do IPHAN a proposta do DPH (**Fig. 75**) de desapropriação de 13 lotes¹⁰⁸. Em resposta ao Prefeito, Armando Rebollo insiste na necessidade da liberação total da quadra, segundo o critério tradicional de liberação do entorno dos monumentos: “a área preconizada por este Instituto, capaz de devolver ambiência condigna à importância do monumento histórico, envolve a totalidade dos lotes existentes na quadra, a exemplo do realizado com a Casa do Butantã e Casa do Caxinguê”.¹⁰⁹

Através do Decreto 14.817, de 16-12-77, é declarado “de utilidade pública o imóvel, necessário à preservação e conservação do monumento histórico “Casa Grande do Tatuapé”.¹¹⁰

108. Em 28-9-76. Processo municipal 172.842/65.

109. Em 7-10-76. Processo municipal 172.842/65.

110. Processo municipal 34.148/77.

Fig. 78. Casa do Butantã, 1975. Acervo DPH/Pres.

Fig. 79. Casa do Caxingui, 1975. Acervo DPH/Pres.

111. Ofício 72/78, do Diretor da 8ª. DR/IPHAN Armando Rebollo ao Diretor-Geral do IPHAN Renato Soeiro, em 14-3-1978.

112. Processo municipal 20.145/77.

113. Em 12-7-78. Idem. Processo municipal 20.145/77.

Provavelmente em função das chuvas de verão – mas principalmente porque os vizinhos, temendo serem desapropriados, começaram a retirar as telhas da casa para acelerar a sua deterioração –, ocorre em março de 1978 o desabamento parcial de uma das paredes estruturais internas, o que fez com que o IPHAN solicitasse ao DPH iniciar intervenções imediatas no imóvel, mesmo sem este ter ainda a sua posse.¹¹¹ Com autorização da proprietária (Textília), o DPH executa, entre março e maio: a) novo entelhamento, com telhas doadas pelo IPHAN; b) o escoramento da estrutura do telhado; c) a remoção de entulhos; d) o chapiscamento das partes expostas da taipa.¹¹²

Paralelamente às obras emergenciais correm as negociações, entre a Prefeitura e a proprietária, sobre o valor da desapropriação do imóvel. A tecelagem, agora de propriedade da Vicunha, recusa a primeira oferta da Prefeitura, de Cr\$ 1.600.000,00, alegando valer o imóvel o triplo desse valor.¹¹³

Fig. 80. Sítio Morrinhos, 1975. Acervo DPH/Pres.

Durante o ano de 1979 se inicia a licitação da obra, enquanto se elabora, no DPH, o projeto executivo de restauração, utilizando como base o anteprojeto de Luiz Alberto P. Passaglia de 1978. Toda a pesquisa preliminar necessária a subsidiar a intervenção é providenciada: pesquisam-se a técnica do emprego do solo-cimento, identificam-se as madeiras da casa, contratam-se laudos estruturais; firma-se convênio entre o DPH e o Museu Paulista da USP visando ao desenvolvimento de pesquisa arqueológica no imóvel. Em janeiro de 1979 o projeto de restauração fora encaminhado para análise do IPHAN¹¹⁴, onde Janjão assumira, desde o segundo semestre de 1978, o lugar de Armando Rebollo. O IPHAN aprova o projeto, solicitando no entanto estudos mais completos para a solução da **consolidação estrutural**, e da **ambientação** do monumento, talvez não concordando com a proposta, inusual para os padrões do IPHAN, de liberação parcial da quadra.¹¹⁵

Em janeiro de 1979 é expedido o Auto de Imissão de Posse do imóvel em favor da Prefeitura¹¹⁶. Ainda em janeiro, desocupa-se a casa, contrata-se vigilância e se inicia a montagem do canteiro de obras.

Em 22 de janeiro de 1981, já concluída a restauração, a Prefeitura deposita Cr\$ 2.672.380,00 em favor da Tecelagem Textília, a título de pagamento pela desapropriação¹¹⁷, tornando-se a casa, com isto, propriedade municipal.

A casa foi inaugurada em 25 de janeiro de 1981, com uma exposição.

O assunto da desapropriação dos lotes vizinhos não teve prosseguimento. Conseqüentemente, a casa permanece afogada na quadra.

O problema da ambientação foi discutido no anteprojeto de Luiz A. P. Passaglia, desenvolvido no Curso de Especialização de 1978. Tecendo diversas considerações, e abordando a casa e o modo de parcelamento do

114. Ofício DPH.G 12/79, de 5-1-79. Arquivo IPHAN 9ª. SR. Pasta **MTSP 10.1.1.**

115. Ofício IPHAN 8ª. DR 47/79 de 6-2-79. Arquivo IPHAN 9ª. SR. Pasta **MTSP 10.1.1.**

116. Processo municipal **20.145/77.**

117. Idem.

solo como **conjunto documental** consolidado, aquele anteprojeto cita como conceito norteador da proposta de ambientação a mostra didática do processo de urbanização do qual decorreu a implantação do monumento. Dessa forma, propõe conservar a maior parte das construções da quadra, como exemplo do tipo de relação que a cidade tem com o seu passado, inclusive do processo de especulação imobiliária. Propõe a liberação de uma área de visibilidade mínima do monumento (**Fig. 81, 82**). Em um dos lotes liberados, o anteprojeto propõe a construção de um Anexo, solução clássica herdada das intervenções do IPHAN nas casas bandeiristas, para abrigar funções de apoio (**Fig. 82**).

Apesar do discurso a favor do valor documental do ambiente resultante do retalhamento do solo, o desenho (o anteprojeto) deixa clara a intenção original do seu autor, de criar uma ambientação na qual o aspecto plástico e o volume da casa fossem valorizados, através da liberação de sua fachada principal. O que nos parece é que a liberação tímida da quadra foi condicionada, nesse anteprojeto, pelo discurso, que àquela altura se tornara prevalente no campo do patrimônio histórico, que atribui ao valor documental primazia sobre os demais valores do monumento.

Fig. 81. Proposta de liberação do entorno, no anteprojeto de L. A. P. Passaglia, 1978.

Apesar de o tema da desapropriação dos lotes vizinhos não ter tido prosseguimento, não consideramos o assunto solucionado, pois a visibilidade do edifício permanece prejudicada, apesar das contínuas ações de conservação e preservação do imóvel. Dentre estas, as mais recentes compreendem a regulamentação da área envoltória do imóvel pelo DPH, rebatida no controle de gabaritos do entorno (**Fig. 83, 84**), e a transferência de instalações sanitárias do interior da casa-sede para um Anexo projetado no próprio lote da casa (**Fig. 85**).

Fig. 82. Croquis de L. A. P. Passaglia (1978), com projeto do Anexo (planta à direita). Acervo DPH/STLP.

Fig. 83. Áreas envoltórias estabelecidas pelo CONDEPHAAT (esquerda) e pelo DPH (direita, 2004). Acervo DPH/Pres.

Fig. 84. Gabaritos na área envoltória de proteção do monumento proposta pelo DPH, 2004. Acervo DPH/Pres.

Fig. 85. Anexo (à esquerda) construído em 2004. Projeto e desenho: José Rollemberg Mello Filho. Acervo DPH/ STPRC.

3.4. Análise do edifício. Suas condições estáticas antes da obra

À época do início da restauração a casa conservava-se em ambiente rural, apesar de confinada no lote urbano (Ver fotografia aérea, na **fig. 76**). Grudados na casa e nas divisas do lote arborizado, encontravam-se vários puxadinhos improvisados, sendo que o telhado de um deles despejava as águas pluviais diretamente sobre o cunhal Leste-Norte da casa principal, provocando a erosão da taipa naquela região (**Fig. 86**). O processo de erosão generalizada da taipa não era recente; ao contrário, havia provavelmente começado muito tempo antes, conforme denunciavam os encamisamentos de tijolos, de vários tipos (tijolos em espelho, meio-tijolo, tijolo inteiro) incrustados nos vazios (lacunas) da taipa (**Fig. 87, 88**).

Havia também encamisamentos destinados não ao preenchimento de lacunas abertas pela erosão, mas trabalhando à maneira de parede auxiliar, sobreposta à parede existente de taipa, a fim de conferir reforço estrutural à parede desestabilizada (por solapamento, torção ou desaprumo). É o caso da empena Norte (**Fig. 91**).

Um terceiro tipo de ocorrência do emprego de tijolos de barro era o seu uso na construção de contrafortes (gigantes) associados ao encamisamento de meio-tijolo, caso da fachada Sul (**Fig. 76**).

Por fim, havia trechos integralmente refeitos em tijolos (fachada Oeste), em decorrência da demolição da parede de taipa para a abertura de novas janelas (**Fig. 87**).

As plantas baixa (nível do solo) e alta (nível do sobrado) mostram os trechos encamisados, assinalados em cor preta (**Fig. 91**).

Fig. 86 (superior). Situação antes da restauração, provavelmente 1978. Cunhal Leste-Norte erodido. Acervo DPH/Pres.

Fig. 87 (esquerda inferior). Fachada Oeste, antes das obras. Acervo DPH/STLP.

Fig. 88 (direita inferior). Fachada Oeste, detalhe. Notem-se encamisamentos sucessivos. Acervo DPH/STLP.

Fig. 89 (esquerda). Fachada Leste, com alpendre semi-fechado. Note-se que não há mais a possibilidade de fotografar a fachada de outro ângulo que não seja o oblíquo. Fonte: Processo municipal 14.461/75.

Fig. 90 (direita). Fachada Leste, olhando para o Norte. Note-se um “puxado” com telhado terminando no cunhal da casa. Processo municipal 14.461/75.

Fig. 91. Situação antes da restauração. Em traços pretos, os encamisamentos e paredes reconstruídas com tijolos.

O edifício tem uma planta retangular de 16,50 X 13,55 metros, com três lanços de cômodos e apenas um alpendre reentrante (corredor) voltado para o nascente. O telhado de duas águas, assim como na casa do Sítio da Ressaca, é formado por caibros articulados apoiados diretamente nas vigas de cumieira, intermediárias e frechais. As articulações, em 3 pontos, anulam os empuxos laterais sobre as paredes, fazendo com que sejam transmitidas às paredes exclusivamente forças normais (**Fig. 92 a 96**).

Fig. 92. Madeiramento da cobertura.

Fig. 93. Planta da cobertura, sem as telhas.

Fig. 94. Esquema de forças da cobertura, somente com forças normais. Os esforços laterais são anulados pela articulação dos caibros.

Fig. 95 (esquerda). Esquema do caibramento articulado.

Fig. 96 (direita). Detalhe (corte) da articulação dos caibros.

O sistema construtivo do telhado não impediu, entretanto, que ao longo do tempo ocorressem processos de desestabilização estrutural. As lacunas formadas pelas erosões localizadas típicas (nas bases das paredes externas, reduzindo a espessura dos maciços), as infiltrações de águas pluviais (reduzindo a resistência dos maciços à compressão) e a lenta acomodação do solo sob o peso das paredes do edifício provocaram a desagregação dos maciços de taipa, que os sucessivos encamisamentos e contrafortes procuraram estancar. Examinado pelo IPT em 1979, o edifício apresentava paredes com até 25 centímetros de desaprumo¹¹⁸ (**Fig. 97**). Além disso, os encamisamentos estavam descolados da taipa em alguns pontos, inoperantes.¹¹⁹

118. Relatório IPT n. 12.528, junho de 1979.

119. Relatório do engenheiro Péricles Fusco Brasileiro, de 27 de junho de 1979.

As quatro empenas que formam o edifício são de certo modo contraventadas pelas paredes transversais, porém não foram verificados malhetes de amarração entre elas, de maneira que não há amarração entre as paredes. Contribui para uma amarração deficiente, também, a ausência de amarração no nível dos frechais, ao contrário do que ocorre nas casas com telhado de quatro águas, onde os frechais, solidarizados através de sambladuras, contornam as quatro paredes periféricas e as quatro paredes mais internas, formando dois anéis concêntricos de amarração (Ver **Fig. 35 a 37** do Capítulo II, Casa do Butantã).

Fig. 97. Interpretação gráfica dos problemas típicos de desestabilização dos muros de taipa: desaprumos, abaulamento e desagregação das paredes.

A parede interna que ruíra em março de 1978 colocava em risco a integridade do edifício, pois sobre ela se apoiava o caibramento da meia-água do telhado na sua face Oeste (Fig. 98, 99).

Como em todas as casas, esta também estava com as envasaduras bastante modificadas, seja pela abertura de novas, seja pelo fechamento de outras, ou ainda, pela presença de caixilhos e vidraças mais novos (do século XX) (Fig. 76, 87, 90).

Os revestimentos (de parede – interna e externamente – e de piso) estavam bastante desagregados e apresentavam significativa descontinuidade (Fig. 89, 90, 98, 103).

O madeiramento do telhado, em precária situação de conservação, já contava com o reforço de uma tesoura nova (Fig. 100), solução encontrada também nas casas do Caxingui e do Sítio da Ressaca. No lanço Sul, o barroteamento que sustentava o piso do sobrado estava apodrecido, e estava escorado por um esqueleto de concreto armado (Fig. 101).

O agenciamento da planta estava conservado, porém com paredes divisórias formando sub-ambientes, para os quais haviam sido abertas janelas (fachada Oeste) à custa da demolição de trecho da parede externa de taipa e do seu refazimento com alvenaria de tijolos (Fig. 87, 91, 102).

Fig. 98. Salão central, com a parede arruinada que acelerou o início das obras, sobre a qual se apóia o tensor (na foto, escorado). Acervo DPH/Pres.

Fig. 99. Parede arruinada, face oposta, deixando à mostra pau roliço que funciona como elemento de tracionamento do maciço. Acervo DPH/ Pres.

Fig. 100. Sobrado, lanço Norte. Note-se tesoura de reforço, não-original. Acervo DPH/ Pres.

Fig. 101. Cômodo sob sobrado no lanço Sul. Note-se viga e pilar de concreto, não-originais, segurando o barroteamento do piso do sobrado. Acervo DPH/ Pres.

Fig. 102. Tabiques no lanço Norte, não-originais. Acervo DPH/ Pres.

Fig. 103. Alpendre. Paredes com revestimento remanescente (claro) e novo executado em 1978 (chapiscado escuro) Acervo DPH/ Pres.

3.5. As soluções de consolidação

No anteprojeto de restauração previa-se a recomposição das paredes de taipa (reintegração das lacunas) através do apiloamento *in loco* de maciços de solo-cimento. O problema da ausência de amarração das paredes, particularmente a empena Norte (a mais afetada), seria solucionado através do atirantamento da empena com o auxílio de vergalhões de aço que seriam posicionados paralelamente ao barroteamento do piso do sobrado do lanço Norte, e que, atravessando a parede, tracioná-la-ia através do parafusamento de cada tirante a uma chapa metálica que atravessaria toda a extensão da empena (**Fig. 104, 105**).

Entretanto, ao ter início a elaboração do projeto executivo, em 1979, foram contratadas consultorias especializadas (engenheiro Péricles Brasiliense Fusco; ABCP – Associação Brasileira de Cimento Portland; IPT), das quais

Fig. 104. Anteprojeto de restauração (1978): fachada Norte: faixa de atirantamento. Acervo DPH/ST-PRC.

Fig. 105. Anteprojeto de restauração (1978): fachada Norte. Detalhe (CORTE) da parede, mostrando tirante (atravessando a taipa) e chapa metálica tracionada (face externa da parede). Acervo DPH/STPRC.

decorreram fundamentais alterações no anteprojeto, no tocante à avaliação estrutural e às soluções preconizadas para a estabilização do edifício.

Segundo o engenheiro Péricles B. Fusco, a fissuração generalizada dos maciços, resultante em blocos desagregados, era coerente com a idade e com o comportamento estrutural da taipa. Os encamisamentos de tijolos foram considerados comprometidos e inoperantes, já que se encontravam parcialmente desligados da taipa. Foi recomendada a sua remoção total. Quanto às fundações, o engenheiro não verificou, após o seu exame, deficiências. O conceito de parede autoportante e monolítica foi determinante também neste caso, à maneira do critério que orientou a consolidação da casa do Sítio da Ressaca. O engenheiro recomendou, portanto, como medidas necessárias de consolidação da Casa do Tatuapé:

a) não preencher as pequenas lacunas (cáries), de forma a evitar **sobrecargas** nas paredes;

b) Empregar o aço, sob a forma de telas metálicas, a fim de aumentar a resistência dos maciços à **tração**;

c) empregar **argamassa com cimento** para ligar as telas metálicas à taipa, considerando a necessidade de “*um material que tenha aderência tanto ao aço quanto à taipa. Esse material obrigatoriamente será constituído por um chapisco lançado sobre a superfície da taipa ligeiramente umedecida. Por capilaridade o cimento irá ser conduzido aos poros da taipa dando a ligação necessária aos materiais. A camada superior de argamassa ou de concreto tem a finalidade de consolidar a ligação e de proteger a armadura*”;

d) preencher as grandes lacunas (vazios deixados pela remoção dos encamisamentos de tijolos) com “*um enchimento de concreto e de uma forma externa de alvenaria*” (**Fig. 106**). Caso se quisesse obter resistência à tração “*a fim de garantir a estabilidade do conjunto*”, deveria ser empregada também uma **tela de aço** (**Fig. 107, 109**).¹²⁰

120. Relatório de 27 de junho de 1979. Grifos da autora.

Fig. 106. Proposta de substituição do encamisamento existente junto à base das paredes. Desenho de P. B. Fusco, 1979.

Fig. 107. Proposta de tela de aço solidarizada à taipa. Desenho de P. B. Fusco, 1979.

Fig. 108. Proposta de tela de aço solidarizada à taipa, para a fachada Sul. Desenho de P. B. Fusco, 1979.

Fig. 109. Vazio entre duas alvenarias, para aliviar a carga transmitida à taipa. Desenho de P. B. Fusco, 1979.

A ABCP não viu problema em utilizar o solo-cimento para revestir o piso, porém fez uma série de recomendações para a sua utilização em planos verticais, indicando que o sistema construtivo originalmente proposto (reintegração de lacunas através de apiloamento de solo-cimento) apresentava limitações de aplicação:

a) recompor a parede ruída (**Fig. 98, 99**) com **alvenaria de tijolos** com vazio no meio (**Fig. 109**), e usar solo-cimento **para revesti-la**. Esta solução, que foi recomendada também por Péricles Fusco, mostra que era desaconselhável tanto a pressão da compactação como o próprio peso do solo-cimento sobre a taipa;

b) preencher trechos de parede de espessura superior a 25 centímetros (reintegração de lacunas extensas e profundas) com o auxílio de uma parede de meio-tijolo faceando a taipa, que auxiliaria a taipa a resistir às pressões de compactação da camada de solo-cimento na parte interna da forma. Ou seja, reconhecia-se que a pressão de compactação era danosa aos muros de taipa;

c) para paredes que necessitavam de pequenas camadas para cobertura (lacunas rasas) recomendava-se a aplicação de camada de argamassa em forma de chapisco. Para aderência desta argamassa, à taipa recomendava-se a colocação de uma ou mais **telas de arame pregadas à parede** durante a aplicação da argamassa (“ferro-cimento”).¹²¹

121. Relatório da ABCP de 13 de março de 1979. Grifos da autora.

122. Relatório do IPT, de junho de 1979, de autoria de Ricardo Florez, Walter Caiaffa Hehl, Nelson dos Santos Gomes, e Antonio Tadeu de Lelis.

O relatório do IPT desaconselhou as duas soluções propostas no anteprojeto do DPH, quais sejam: o emprego generalizado do **solo-cimento** sem o auxílio de elementos resistentes à tração – importantes para permitir que os componentes fossem solidarizados –, e o **atirantamento** dos maciços de taipa. Baseou-se esta recomendação nos seguintes aspectos físicos e mecânicos identificados nos dois materiais envolvidos (a taipa, e o solo-cimento moldado *in loco*):

- 1) a taipa estava úmida em vários locais do edifício, com conseqüente perda de resistência à compressão;
- 2) o apiloamento do solo-cimento *in loco* poderia abalar mais a estrutura;
- 3) a taipa trabalha à compressão simples;
- 4) as cargas sobre a taipa devem ser distribuídas, e não localizadas;
- 5) a resistência à compressão de paredes portantes de solo-cimento é baixa e o seu desempenho é pouco conhecido.

O relatório conclui, por fim, que as soluções de **reintegração** (de lacunas), **consolidação** (estrutural) e **prevenção** (de patologias associadas à umidade descendente – infiltração) mais adequadas compreenderiam:

- a) o preenchimento de pequenas lacunas (cáries) com solo-cimento plástico;
- b) evitar reaprumar as paredes de taipa;
- c) o escoramento do telhado, antes do início da remoção dos encamisamentos, a fim de não criar sobrecargas nas paredes remanescentes;
- d) manutenção do encamisamento existente, com sua consolidação. Caso fosse necessário removê-lo, ele deveria ser feito novamente com tijolo de barro. Caso se optasse pelo solo-cimento, ele deveria ser utilizado na forma de blocos, confeccionados no canteiro;
- e) a execução de brocas de fundação exclusivamente se os alicerces de taipa estivessem rígidos e íntegros;
- f) executar cintamento sobre as paredes que não introduzissem esforços adicionais nas paredes além da compressão simples;
- g) executar impermeabilização no respaldo das paredes externas, de modo a impedir infiltrações no intervalo entre a taipa e o encamisamento.¹²²

Adicionalmente, este último relatório arrola as madeiras presentes na construção, indicando a frequência da sua presença. A canela-preta predomina no madeiramento do piso (assoalho e barroteamento) e nas portas e janelas (ombreiras, padieiras, vergas, couçoeiras e barrotes/grades), indicando serem, esses componentes, originais.

As informações dos relatórios de consultoria especializada foram levadas em consideração na elaboração do projeto definitivo que, preservando o conceito de **monolitismo estrutural** delineado na etapa de anteprojeto de restauro, descartará o emprego do solo-cimento como elemento de reintegração, e adotará o cimento armado e o concreto armado em extensas placas que envolvem praticamente a totalidade da edificação, associados a alguns encamisamentos de tijolos que foram conservados (**Fig. 61, 117, 118, 119, 124, 125, 126, 131, 132, 133, 136, 137, 138**).

3.6. A obra

Como já foi explicado, o conceito geral da intervenção baseou-se no anteprojeto para a restauração do imóvel desenvolvido no âmbito do Curso de Especialização de 1978. Partindo da constatação de que a casa não sofrera alterações na sua volumetria original, e da presença, no edifício, de maior parte dos indicadores para se efetuar a recuperação de sua feição original, a proposta de restauração adotaria as seguintes diretrizes:

- 1) Recuperar a fisionomia original do edifício através da eliminação dos elementos novos introduzidos em seu programa e através da complementação dos elementos que sofreram alterações;
- 2) Demarcar, pelo lado interno da casa, os limites das envasaduras não-originais que seriam vedadas (emparedadas), a fim de possibilitar o registro do estado anterior ao da intervenção. Pretendia-se, com este expediente, registrar a intervenção e evidenciá-la, de forma pedagógica;
- 3) Os elementos novos seriam introduzidos com desenho racional, evitando efeitos decorativos, sem comprometer estruturalmente e informativamente o que havia de original no edifício; a sua participação seria secundária, considerando como principal o monumento em si.
- 4) Para a recuperação dos elementos arquitetônicos seriam utilizados materiais idênticos ao original, no sentido de obter continuidade de material. O contraste decorrente da diferença de texturas entre os materiais existentes e os novos teria a função de marcar as intervenções novas.
- 5) A conservação teria preferência sobre a substituição dos materiais. (PASSAGLIA 1978, p. 158)

Enquanto a primeira diretriz segue a orientação adotada nas intervenções anteriores em casas bandeiristas, qual seja, a que preconiza a busca da configuração original do monumento, as demais explicitam pela primeira vez, nas restaurações dos exemplares considerados na nossa pesquisa, critérios que informam detalhes formais do projeto. Ou, em outras palavras, prefiguram ainda na etapa de projeto alguns detalhes plásticos do edifício, explicitando o partido arquitetônico pretendido. E, quanto ao partido, essas diretrizes (com exceção da primeira) mostram o compromisso do projeto

com as recomendações da Carta de Veneza, apesar de ela não estar citada como referência teórica. Examinemos os aspectos conceituais abordados nas diretrizes, referindo-nos aos artigos da carta de 1964:

Primeiramente, substituir minimamente a matéria original do monumento, através de sua conservação, conforme a definição preliminar da carta, que afirma que a humanidade tem o dever de transmitir ao futuro as obras monumentais “*na plenitude de sua autenticidade*”, e também conforme o artigo 9º, que preconiza “*o respeito ao material original e aos documentos autênticos*”.

Em segundo lugar, introduzir os elementos novos utilizando desenho racional, evitando efeitos decorativos, sem comprometer a configuração original no edifício, preservando a sua unidade artística. Tal critério atende à recomendação contida no artigo 13º, que afirma que “*os acréscimos só poderão ser tolerados na medida em que respeitarem todas as partes interessantes do edifício, seu esquema tradicional, o equilíbrio de sua composição e suas relações com o meio ambiente*”.

Terceiro, demarcar através de sulco os panos de parede a serem elevados no vazio das envasaduras não-originais, a fim de evidenciar a intervenção. Este critério coincide com a recomendação contida no artigo 12º: “*Os elementos destinados a substituir as partes faltantes devem integrar-se harmonicamente ao conjunto, distinguindo-se, todavia, das partes originais, a fim de que a restauração não falsifique o documento de arte e de história*”.

Por fim, para a recuperação dos elementos arquitetônicos, utilizar materiais idênticos ao original, no sentido de obter continuidade de material, preservando o contraste decorrente da diferença de texturas entre os materiais existentes e os novos. Isto significa que na reintegração de partes faltantes (preenchimento de lacunas, enxertos) seria admitido o contraste visual entre as partes existentes e as partes novas, a fim de deixar evidente a intervenção.

Na instância da obra, contudo, alteraram-se alguns dos critérios originalmente propostos, conforme se pode observar no edifício após a conclusão da intervenção, e nos “Relatórios de Obra”. Estes últimos constituem, no caso da Casa do Tatuapé, a documentação correspondente ao “Caderno de Obras” das Casas do Butantã e do Sítio da Ressaca. Nestes “Relatórios” foram registradas, periodicamente (a cada dois ou três dias), todas as ocorrências de obra, por escrito. O registro fotográfico tem periodicidade maior (mensal), e é independente dos Relatórios de Obra, que não fazem menção a ele.

A análise de restaurações através de documentos, fotografias e do exame do edifício restaurado apresenta limitações. O método de análise permite conhecermos com relativa segurança os procedimentos adotados e as soluções executadas, mas nem sempre é possível conhecermos as justificativas da mudança de critérios conceituais ou técnicos, representada pela adoção de soluções diversas daquelas preconizadas na etapa de projeto.

É o caso da restauração da Casa do Tatuapé. Das diretrizes originalmente estabelecidas, não foram adotadas aquelas que previam deixar evidenciadas as partes recompostas. É praticamente impossível, hoje, ao exame do edifício,

distinguir as partes originais das partes recompostas. Esta característica, aliás, não é exclusiva deste imóvel, mas de todos os demais. Como nas outras três casas analisadas até este ponto do nosso trabalho, a unidade de estilo predomina também aqui, apagando qualquer possibilidade de leitura estratigráfica, mesmo que sejam apenas duas camadas (ou fases) da história do edifício: a anterior e a posterior à restauração.

Fica claro que o partido adotado de fato neste caso voltou-se para a tradicional recuperação do que seria a fisionomia prístina do edifício, porém com a contribuição teórica de procedimentos alinhados às recomendações da Carta de Veneza, que foram apenas parcialmente adotados na obra. Segundo o próprio autor do projeto, o arquiteto Luis A. P. Passaglia, a Carta de Veneza era considerada nos projetos do DPH como referência, mas não como diretriz básica. A evidenciação das intervenções através de texturas diferenciadas e molduras, prevista no projeto, não foi realizada. Por outro lado, foram abertas algumas “vitrines” nas paredes e no piso de dois ambientes da casa, deixando expostos trechos das taipas (de pilão e de mão) e dos pisos primitivos de terra batida (com marcas de apiloamento pela mão-de-pilão) e tijolos (**Fig. 112, 113**). Estas vitrines, assim como aquelas abertas na casa do Sítio da Ressaca, têm como objetivo mais o desvendamento didático das técnicas construtivas originais do edifício do que a preservação de suas camadas estratigráficas. Resultam dos trabalhos de prospecção arquitetônica e arqueológica – que se fundem nestas obras –, compreendidos na primeira etapa da obra de restauração, que passaremos a examinar.

Fig. 110 (esquerda). Vitrine no piso. Foto da autora, 27-10-96. Acervo DPH/STPRC.

Fig. 111 (direita). Vitrine em parede de pau-a-pique. O pau-a-pique foi refeito em 2004. Foto da autora, 12-12-02. Acervo DPH/STPRC.

123. Relatório Técnico de Obra n. 04, de 15-01-80.

124. Relatório Técnico de Obra n. 16, de 11-02-80.

125. Relatório Técnico de Obra n. 16, de 13-02-80.

A primeira reunião de obra e a montagem do canteiro datam de janeiro de 1979. Em novembro de 1980 a casa estava em fase de acabamento. Segundo os Relatórios de Obra, verificaram-se muitos contratemplos na obra, que a prejudicaram em diversos momentos. Os contratemplos são atribuídos à “falta de programa de obra” da empreiteira¹²³, o que deve significar a inexistência de um cronograma de obras, pois não localizamos tal documento. Além disso, alguns serviços foram executados em desacordo com as orientações do DPH, ou simplesmente mal executados, implicando a sua correção, como no caso da concretagem das placas de concreto armado para consolidação da fachada Oeste, dentro de formas inadequadas, resultando em superfícies abauladas (**Fig. 114**).¹²⁴ Ou da alvenaria de tijolos assentados em espelho, faceando a taipa, sem elemento de aderência entre ambos (**Fig. 113**).¹²⁵

As pesquisas sobre os métodos de consolidação estrutural levaram o DPH à adoção da solução técnica proposta pelo engenheiro Péricles B. Fusco, de reforçar o monolitismo das paredes de taipa substituindo os encamisamentos existentes (de tijolos de barro) por novos, de concreto armado (ou argamassa armada, dependendo da situação localizada) lançado sobre a taipa, com o emprego de formas ou de tijolos (Ver esquema em **Fig. 106**), ou de placas do tipo MADEIRIT (**Fig. 114**).

Fig. 112 (esquerda). Ope- rário descasca excesso de concreto resultante de formas abauladas. Em 6-2-80. Acervo DPH/ STPRC.

Fig. 113 (direita). Alvena- ria de tijolo-espelho, para consolidação da fachada Sul. Fev. 1980. Acervo DPH/ STPRC. Comparar com Fig. 108.

Fig. 114. Fachada Oeste. Note-se na porção direita as camisas de concreto desformadas (parte inferior) e em execução, com tela de aço no interstício entre a taipa e o concreto (parte superior). Na porção direita, parede de tijolos já chapiscada. Março, 1980. Acervo DPH/STPRC.

Para efeito de organização cronológica das operações, podemos dizer que a obra foi dividida em três etapas:

- a) Uma primeira etapa de prospecções e limpeza de elementos não-originais: demolição de tabiques, instalações sanitárias, e de todos os revestimentos de paredes (argamassas) e de pisos (lajotas, lajes) (**Fig. 117, 118**). Como no Sítio da Ressaca, esta etapa contou com a contribuição de arqueólogos que, além de auxiliarem na prospecção arquitetônica de vestígios da configuração primitiva do edifício, realizaram escavações em busca de testemunhos da cultura material (TONELLI 2004);
- b) Uma segunda etapa de consolidação estrutural (de paredes) e reintegração de lacunas;
- c) Por fim, a etapa de restauração da cobertura e dos elementos não-estruturais do edifício (portas, janelas, revestimentos, ferragens, etc.).

No que se refere às etapas da chamada “limpeza” (ou remoção de acréscimos não-originais) e de consolidação estrutural esta obra difere das anteriores analisadas, pois devido ao partido de consolidação adotado para as quatro paredes externas a remoção dos revestimentos, alvenarias de fechamento e encamisamentos de tijolos não foi executada de uma única vez, mas sim à medida que se executava a consolidação, fachada por fachada. Este procedimento, cauteloso, foi adotado para evitar que as quatro paredes perdessem todas ao mesmo tempo, devido à perda de espessura, a sua

Fig. 115. Salão central, antes da obra. As lajes e tijolos do piso foram removidos na etapa de prospecções. Acervo IPHAN 9ª. SR.

Fig. 116. Situação dos ambientes internos na etapa de prospecções. Revestimentos de pisos já suprimidos. Março 1980. Acervo SPH/STPRC.

capacidade de suporte de cargas, tanto aquelas do telhado como o seu peso próprio. Adotou-se, portanto, o procedimento de “**limpar**” e **consolidar** cada uma das quatro paredes, uma após a outra, e não simultaneamente. A seqüência das ações compreendeu: 1º) remover os panos de alvenaria existentes, escorando o muro de taipa restante; 2º) imediatamente, aplicar o sistema de consolidação.

O conceito geral de consolidação consistiu no reforço dos muros de taipa através da introdução de encamisamentos de concreto armado ou de argamassa armada. (Ver **fig. 106 a 108**). O conceito admitia algumas variações, de acordo com o que a situação exigia. Examinemos essas variações.

A superfície exterior da fachada Oeste era totalmente de tijolos (**Fig. 88, 117**). A área de parede correspondente à metade Sul estava encamisada, enquanto a metade Norte estava encamisada na base e reconstruída totalmente com

tijolos, da verga das janelas para cima (**Fig. 91**). Certamente a abertura de duas envasaduras na taipa (**Fig. 91, 117, 118**), em época desconhecida, provocou o desabamento da parede de taipa naquela região, levando à recomposição da parede com outro material.

A técnica de consolidação adotada na parede Oeste consistiu no reforço estrutural através da aplicação de concreto sobre tela de aço aposta com grampos à taipa previamente chapiscada com argamassa cimentícia (**Fig. 114**). Na parede consolidada podem ser vistas as marcas das formas de madeira, do tipo MADEIRIT (metade Sul, lado direito da imagem da **figura 121**). É a este trecho que se refere a **figura 112**, que mostra os abaulamentos da superfície (decorrentes de formas inadequadas) sendo desbastados com talhadeira. Na porção Norte da mesma parede (**Fig. 120** e lado esquerdo da fotografia da **figura 121**), a superfície lacunosa correspondente à extensão do encamisamento removido foi preenchida com novo encamisamento de tijolos de barro, na mesma espessura de meio-tijolo. Os vãos das 2 janelas foram fechados com alvenaria de tijolos. Depois, as alvenarias foram chapiscadas para, por fim, receber revestimento, assim como o restante da parede (**Fig. 114, 121**).

Fig. 117. Fachada Oeste, antes da restauração.

Fig. 118. Fachada Oeste, consolidada, ainda sem o revestimento.

Fig. 119. Fachada Oeste restaurada.

A malha de aço, formada por barras de 5 mm de diâmetro, a cada 15 centímetros, nos dois sentidos, partia da base da parede, apoiada nos alicerces também de taipa, escalava a parede e era deixada com “espera” no topo da parede, para posteriormente contornar o respaldo, numa outra etapa de consolidação do edifício. Ao ultrapassar a altura da parede, obrigava a remoção dos cachorros, do ripamento e dos caibros na região trabalhada (Fig. 114, 128). O respaldo restava, então, coberto com lona plástica naquele trecho, aguardando a execução da consolidação do respaldo das paredes; e o madeiramento do telhado, escorado (Fig. 122).

Na empena Sul foi adotado o mesmo método de consolidação empregado na parede Oeste, porém substituindo a forma de madeira pela forma de tijolos, isto é, elevando-se uma parede de tijolos para funcionar como forma no processo de concretagem (Fig. 106, 128). A mudança de procedimento deve-se

Fig. 120. Parede Oeste consolidada, porção Norte, ainda sem revestimento. Notem-se as 2 janelas emparedadas, e o novo encaimamento de tijolos substituindo o pré-existente. Em 25-2-80. Acervo DPH/STPRC.

Fig. 121. Parede Oeste consolidada, ainda sem revestimento. Em 28-3-80. Acervo DPH/STPRC.

Fig. 122. Proteção do respaldo das paredes, com lona. Em 7-5-80. Acervo DPH/STPRC.

provavelmente ao mau resultado apresentado na concretagem da parede Oeste, qual seja, superfícies abauladas pelo uso inadequado das placas de MADEIRIT.

Antes da restauração a empena Sul estava completamente encamisada, pois, assim como a empena Norte, havia sofrido desestabilização em algum momento, e estava desaprumada. Na sua porção Oeste o encamisamento era de espessura de meio tijolo. Na porção Leste, de um tijolo (**Fig. 91**), significando que somente pouco mais da metade da espessura da parede, neste trecho, era de taipa. Aqui, tornava-se bastante delicada a operação de remoção do pano de camisa. A desestabilização estrutural era tão intensa que, complementarmente, haviam sido construídos contrafortamentos de tijolos em dois pontos (**Fig. 72 e 124**).

A falta de amarração da empena era provavelmente uma das razões principais da sua desestabilização estrutural. Além disso, à época da elevação dos panos de camisa o beiral do telhado havia sido removido (**Fig. 123**), permanecendo o respaldo da empena exposto às intempéries, sujeito à infiltração de águas pluviais, o que ocasionou: a) o umedecimento da taipa, e sua perda de capacidade portante; b) umedecimento da alvenaria de tijolos e sua deterioração; c) separação dos dois painéis (o de taipa e o de alvenaria).

Fig. 123. Corte (detalhe) do topo da empena Sul, sem a proteção do telhado. Situação pré-existente. Desenho de L. A. P. PASSAGLIA, no projeto executivo de restauração, 1979. Acervo DPH/ STPRC.

Nesta empena a consolidação começou a ser executada incorretamente, na seguinte seqüência: 1º) elevação da alvenaria de tijolos; 2º) colocação da tela metálica; 3º) lançamento do concreto, com o auxílio de formas de madeira (**Fig. 127**). Os Relatórios de Obra registram o erro de execução, e a solicitação para que a empreiteira realize a demolição do muro novo, e o refazimento do sistema de acordo com o projeto. Da maneira como fora executada, a nova parede não conferiria reforço ao muro de taipa, já que não estava solidarizada ao segundo. Note-se a diferença da seqüência acima descrita com a seguinte, prevista no projeto de consolidação: 1º) colocação da tela metálica sobre a taipa, com grampos e chapisco; 2º) Elevação gradual da alvenaria de tijolos, que funciona à maneira de forma para o concreto; 3º) lançamento do concreto na fenda deixada entre a tela e a parede de tijolos (**Fig. 128**). Enfim, o sistema de consolidação foi executado conforme o projetado (conforme a segunda seqüência), até a altura dos beirais do telhado. Desse ponto para cima o sistema foi simplificado e reduzido a um reforço à tração, através da aplicação de argamassa armada sem a “forma” (alvenaria de tijolo “em espelho”) (**Fig. 107, 125**).

Fig. 124. Fachada Sul, antes da restauração.

Fig. 125. Fachada Sul, consolidada, ainda sem o revestimento.

Fig. 126. Fachada Sul restaurada.

Idêntico erro de execução ocorreu na consolidação da fachada Leste (principal), tendo sido erguida a parede de tijolos antes da fixação da tela metálica, na sequência incorreta, como na empena Sul (**Fig. 127**). A parede Leste teve seus encamisamentos (**Fig. 129, 131**) removidos para a introdução do sistema de consolidação projetado (mesma sequência mostrada na **figura 130**), até a meia-altura das ombreiras das janelas, na linha onde terminava o encamisamento. Desse ponto para cima, até o topo da parede, a consolidação foi executada somente com argamassa armada (a mesma tela metálica com chapisco, e reboco por cima), pois além de não haver espessura (lacuna) suficiente para executar o sistema completo, a parede não necessitava estruturalmente de reforços (**Fig. 130, 132**).¹²⁶

126. Relatório Técnico de Obra n. 24, de 4-3-80.

Fig. 127 (esquerda). Sequência incorreta de consolidação da empena Sul. Em 25-2-80. Acervo DPH/ STPRC.

Fig. 128 (direita). Sequência de consolidação de acordo com o projeto: fixação de malha metálica e chapisco, seguidos de concretagem dentro de forma de tijolos em espelho. 25-2-80. Acervo DPH/ STPRC.

A lacuna aberta pelas águas pluviais no cunhal Leste-Norte (**Fig. 86**) foi reintegrada com alvenaria de tijolos de barro (**Fig. 130, 131, 132**).

A empena Norte, assim como a Sul, também apresentava um forte desaprumo. Estava reforçada na sua porção Oeste por uma parede de espessura de um tijolo **aposta** à taipa (**Fig. 93, 136, 137, 138**), e não **embebida** nela como nas demais fachadas. Sem amarração, essa alvenaria estava praticamente solta do maciço de taipa, apenas encostado nele. A presença do revestimento e da pintura primitiva intactos por detrás da alvenaria comprovam essa independência estrutural (**Fig. 136**). Nesta empena, abandonada a idéia do atirantamento proposto no anteprojeto, executou-se a consolidação com o concreto armado (solução esquematizada na **figura 109**) até a altura dos beirais. No oitão da empena foi executado reforço simples, com tela grampeada na taipa e chapisco (**Fig. 139**). O “degrau” na fachada, resultante da aplicação

Fig. 129 (esquerda). Fachada Leste, antes da consolidação. Notem-se mureta do alpendre em demolição, e camadas de pintura sobre o revestimento da taipa (parte superior) e do encamisamento (parte inferior). Acervo DPH/ STPRC.

Fig. 130 (direita). Consolidação da parede Leste. Note-se o cunhal Leste-Norte já reintegrado. Em 25-2-80. Acervo DPH/ STPRC.

Fig. 131. Fachada Leste (principal), antes da restauração.

Fig. 132. Fachada Leste, consolidada, ainda sem o revestimento.

Fig. 133. Fachada Leste restaurada.

de dois sistemas diferentes nas porções inferior e superior da parede, foi “compensado” com argamassa, gradualmente, de forma a ser substituído por um plano inclinado. A superfície da empena Norte, e também da empena Sul, permaneceram, portanto, desaprumadas, apesar de estruturalmente consolidadas. Nas palavras registradas no Relatório de Obras, “*a parede norte será refeita, retirando parte do encamisamento de tijolos existente, e compensando com reboco a parte já aprumada com concreto, corrigindo os defeitos. A parte superior da parede ainda por fazer será consolidada apenas com tela e chapisco, podendo permanecer desaprumada.*”¹²⁷

127. Relatório Técnico de Obra n. 26, de 10-3-80.

O sistema de consolidação das paredes periféricas compreendia ainda duas operações: primeiramente, o acabamento da “capa” de concreto armado (ou argamassa armada, no caso das empenas) junto ao topo das paredes; segundo, a proteção do respaldo das paredes com uma outra “capa impermeável”, prevista no projeto do engenheiro Péricles Fusco, contra infiltrações oriundas do telhado.

Assim como viravam nos quatro cunhais, para se sobreporem à malha das paredes vizinhas, as telas de aço deixadas em “espera” (**Fig. 128**) foram viradas sobre o respaldo das paredes, descendo pela face interna destas para criar um “gancho” invertido, tornando o sistema monolítico novo mais solidário, através da **ancoragem da capa externa nos maciços de taipa** (**Fig. 140, 141**).

Fig. 134. 6-2-80. Encamisamento de espessura de tijolo inteiro apostado ao muro de taipa. Note-se que ele foi elevado sem a remoção do revestimento. Em 25-2-80. Acervo DPH/ STPRC.

Fig. 135. Cunhal Leste-Norte reintegrado. À direita, no fundo, desmontagem do encamisamento apostado à empena Norte. Em 25-2-80. Em 25-2-80. Acervo DPH/ STPRC.

Fig. 136. Fachada Norte, antes da restauração.

Fig. 137. Fachada Norte, consolidada, ainda sem o revestimento.

Fig. 138. Fachada Norte restaurada

Fig. 139. Empena Norte. Fotografia: Walter Fragoni, 10-7-05.

Simultaneamente foi executada a capa de proteção do respaldo de todas as paredes, internas e externas, com argamassa armada. As lacunas decorrentes da erosão da taipa foram preenchidas com tijolos e cacos de telha solidarizados ao conjunto por barras metálicas (**Fig. 141, 142, 143**).

No momento em que se executa tal proteção do respaldo das paredes, eleva-se a altura de todas as paredes, e conseqüentemente o nível do ponto do telhado. Todas as peças do telhado são sobrelevadas na proporção da espessura da capa de argamassa. A viga de cumieira (**Fig. 144**), vigas intermediárias (**Fig. 142**), caibros, frechais, cachorros e ripas também. Além dessa mudança de ponto, altera-se a solução construtiva na região dos beirais, porque o frechal deixa de estar embebido na taipa (**Fig. 145**) para posicionar-se sobre a capa de argamassa armada, vindo conseqüentemente a necessitar de alvenaria complementar para vedar o intervalo entre os cachorros (**Fig. 146, 147**). Em suma, o sistema de consolidação adotado destrói em vários aspectos a autenticidade do conjunto arquitetônico como um todo, pois além de ser bastante invasivo, é extenso, irreversível e altera as soluções construtivas originais, apesar de se ter atingido o com sucesso o objetivo de consolidar estruturalmente o edifício.

Fig. 140 (esquerda). Parede externa vista do interior da casa. Note-se a capa de consolidação dobrada sobre o respaldo e descendo pela face interna da parede. Em julho de 1980. Acervo DPH/ STPRC.

Fig. 141 (direita). Tela de aço virando sobre o respaldo das paredes. Maio de 1980. Acervo DPH/ STPRC.

Fig. 142 (esquerda). Argamassa armada, executada sobre o respaldo das paredes. A viga de madeira que aparece na fotografia estava nesta posição na ocasião da restauração. Teria vindo supostamente do alpendre. Note-se o emprego de tijolos e cacos de telha para preenchimento de partes erodidas do respaldo. Em 24-3-80. Acervo DPH/ ST-PRC.

Fig. 143 (direita). Proteção dos respaldos concluída. Maio de 1980. Acervo DPH/ STPRC.

Observamos ainda outros dois detalhes construtivos que foram modificados durante a obra, recebendo nova solução. Não conseguimos, através das informações pesquisadas, saber se as modificações foram previstas no projeto (para marcar a diferença entre o novo e o existente), ou se resultaram de contratempos na obra. Um refere-se à articulação dos caibros, tanto na região da viga de cumieira como das vigas intermediárias. Os caibros novos não foram confeccionados com o detalhe dos caibros originais. Foram simplificados. (**Fig. 148, 149, 150**).

Fig. 144 (esquerda superior). Viga da cumieira (à esquerda) apoiada nas empenas do edifício. Maio de 1980. Acervo DPH/ ST-PRC.

Fig. 145 (direita). Região do respaldo das paredes Leste e Oeste antes da consolidação. Notem-se frechal, caibramento e cachorros embebidos na taipa. Maio de 1980. Acervo DPH/ STPRC.

Fig. 146 (esquerda inferior). Mesma região, depois da consolidação. Notem-se: capa de argamassa sobre o respaldo; frechal e cachorros sobre a capa; mureta nova, de vedação dos intervalos entre cachorros. Em 25-9-80. Acervo DPH/ STPRC. Fotografia do IPHAN. Acervo DPH/ STPRC.

Fig. 147. Apoio do telhado sobre o frechal, antes e depois da restauração. À direita: note-se aumento da altura da parede e mudança da solução construtiva, em decorrência do sistema de consolidação.

Depois de concluídas as operações de consolidação externa tiveram início também os serviços de conservação e restauração dos elementos arquitetônicos do interior do edifício. Com a “limpeza” já pronta desde o início da obra, o interior também recebeu o sistema de consolidação com argamassa armada nos pontos de desagregação das paredes (**Fig. 152**).

Portas e janelas foram recompostas ou restauradas (**Fig. 153, 154, 155**), assim como os pisos dos sobrados (lanços Norte e Sul) e seu barroteamento.

Na falta de um edifício anexo, um conjunto de banheiros foi construído num dos ambientes da casa, respeitando o critério de reversibilidade (o banheiro foi desmontado durante as obras de conservação de 2004), inserção respeitosa

Fig. 148. Caibramento novo. 14-7-80. Acervo DPH/ STPRC.

Fig. 149. Caibros articulados, no nível da cumieira. Comparação entre os pré-existentes e os novos.

Fig. 150. Caibros articulados, no nível intermediário. Comparação entre os pré-existentes e os novos.

(estruturas baixas e afastadas das paredes, localizadas no centro do ambiente), e diferenciação do pré-existente (painéis pré-fabricados, não tocam o chão, lisos, sem intenção decorativa, modernos) (**Fig. 157**. Comparar com planta de **Fig. 91**).

Fig. 151. Detalhe da sambladura original (de cauda de minhoto) dos cachorros no alpendre.

Fig. 152. Note-se tela sendo colocada no interior do edifício, para iniciar consolidação de paredes sem amarração. Maio de 1980. Acervo DPH/ STPRC.

Fig. 153. Operário trabalha na confecção de soleira. Maio de 1980. Acervo DPH/ STPRC.

Fig. 154. Soleira pronta. Julho de 1980. Acervo DPH/ STPRC.

Fig. 155. Soleira instalada. Julho de 1980. Acervo DPH/ STPRC.

Fig. 157. Novos barrotes do piso do sobrado. Julho de 1980. Acervo DPH/ STPRC.

Fig. 158. Situação depois da restauração.

CAPÍTULO IV
MONUMENTO-DOCUMENTO

1. O Sítio Morrinhos

(esquerda) Fachada Sul (principal) antes da restauração, 1975. Fonte: Processo municipal 14.461/75.

(direita) Fachada principal. 18/11/2005. Fotografia: Lara Melo Souza.

Dentre os exemplares examinados no presente trabalho, a casa do Sítio Morrinhos destaca-se por diversas particularidades. Primeiramente porque ela apresentava, à época do início das obras de restauração, consideráveis acréscimos e alterações em relação à sua configuração original. Algumas construções de tijolos anexas à casa-sede e, na casa-sede propriamente dita, uma camarinha elevada sobre a planta térrea no lanço direito (Leste) e diversas envasaduras “neoclassicizadas” provavelmente introduzidas entre 1910-1914 pelo proprietário à época – a Congregação Beneditina – tornavam este caso particularmente complexo, pois a sua presença colocou em discussão as opções possíveis sobre o partido arquitetônico a adotar, polarizando-se a questão entre “manter” ou “remover” os acréscimos (**Fig. 1**. Ver também vista aérea, na **Fig. 82** do Capítulo III – “Casa do Tatuapé”). Isto significava que a restauração desta casa exigiria muito mais do que simplesmente abordar os problemas tradicionais de “limpeza”, consolidação estrutural, reintegração de lacunas, recomposição de elementos desaparecidos, restauração de peças em mau estado de conservação. A segunda particularidade decorreu dessa condição mesma do imóvel: foram elaborados dentro do DPH dois projetos de restauração, um (1979) orientado pelo critério paradigmático aplicado pelo IPHAN nas demais casas bandeiristas, propondo a reconstituição da configuração primitiva da casa-sede à custa da remoção das intervenções mais recentes, do século XX, o outro (1980) propondo a preservação dessas intervenções, com base nas demandas do programa de uso proposto, e no valor documental das alterações promovidas sobre a edificação original.

Fig. 1. Fachada Leste, antes das obras. Em 21-12-78. Caderno de Obras. Acervo DPH/ STLP.

Fig. 2. Fachada Sul (principal) após a demolição do revestimento das paredes (1979). Note-se pequena porta revelada no lanço esquerdo da fachada. Acervo DPH/ STLP.

Em terceiro lugar, a restauração da casa realizou-se em longo espaço de tempo, em três etapas que se inauguram em 1979 e chegam até o ano 2000. Na primeira etapa foi empreendida a tradicional “limpeza”, através da qual todos os revestimentos de parede e piso foram demolidos, a fim de se realizarem as prospecções arquitetônicas em busca de vestígios da primitiva configuração do edifício (**Fig. 2**). Paredes divisórias internas também foram removidas, quando não eram de taipa de pilão, por terem sido consideradas acréscimos espúrios em relação à situação pristina. Essa limpeza (1979) não chegou a promover a demolição da camarinha e dos anexos a Oeste da casa-sede, pois antes disso as obras foram suspensas a fim de se revisar o projeto de restauração. A segunda versão do projeto envolveu uma equipe multidisciplinar dentro do DPH, que elaborou pesquisa sobre a história do imóvel, estudos de viés sociológico e ambiental da região onde a casa se insere, propostas de uso e revitalização do imóvel, e normas de proteção da visibilidade do monumento. Ela contou, ainda, com subsídios da investigação

Portanto, em consequência da opção conceitual, este último exemplar a merecer a nossa análise no presente trabalho destaca-se dos demais pelo resultado arquitetônico. É a única das cinco residências na qual não se promoveu a recomposição plástica à configuração tipológica ideal seiscentista.

Fig. 4. Vista da parede Norte, com proposta de seu escoramento. Em 23-10-81, acervo DPH/ STPRC.

1. 1. História do imóvel

1. Diz a autora no último parágrafo do seu trabalho: “O início dos trabalhos de prospecção arqueológica e arquitetônica, aliado aos dados históricos alinhados neste trabalho, deverão fundamentar a restauração do monumento; para sua restauração e revitalização foi realizado projeto pelo DPH em 1980, sendo que sua primeira etapa, que constava de trabalhos de consolidação, já se encontra realizada.” Os trabalhos de consolidação transcorreram no período de janeiro a setembro de 1984.

A pesquisa sobre a história do Sítio Morrinhos foi iniciada em 1983 pela então historiadora do DPH Márua Roseny Pace, com a finalidade de contribuir, juntamente com as prospecções arquitetônicas e arqueológicas, com fundamentos para as obras de restauração do imóvel. A partir do texto da historiadora se infere que a pesquisa foi concluída em 1984, quando já estavam terminadas as obras de consolidação estrutural da casa-sede.¹ O texto a seguir foi elaborado principalmente com base nas informações levantadas pela pesquisa da historiadora, e contou também com informações constantes de processos, títulos constantes da Bibliografia da presente tese, e também documentos avulsos arquivados no IPHAN (9ª. SR e Arquivo Noronha Santos), CONDEPHAAT e DPH.

Quem nos fornece as primeiras informações sobre o passado do imóvel é Luis Saia, no clássico “Notas sobre a arquitetura rural paulista do segundo século” publicado na Revista do PHAN em 1944:

“A sede da chácara dos beneditinos parece ter pertencido a José de Góes Moraes, o que quis comprar a Capitania de São Vicente.” (SAIA 1972, p. 63)

No mesmo ensaio, Saia chama a atenção para a singularidade da implantação da casa-sede, cuja fachada principal, voltada para o Sul, destoava do padrão verificado nos demais exemplares examinados na ocasião:

“Quanto à casa de Santana, posta a cavaleiro do vale do Tietê e o Tamanduateí, batida na face principal pelo terrível vento sul, talvez tenha influído na sua escolha uma razão de ordem psicológica: compreende-se, realmente, como pareceria estranho que esta residência voltasse as costas para a “porta e chave do sertão”. De qualquer modo, parece que a necessidade de protegê-la dos ventos é que pôs de permeio uma vegetação vasta. Porque, na generalidade dos casos, a fachada principal está sempre voltada para o Norte ou Noroeste.” (SAIA 1972, p. 67)

De fato a implantação da casa é particular, porém explicada pela sua localização a Norte do rio Tietê e da vila de São Paulo – sítio do atual centro da cidade – cuja vista se descortina a partir da casa (**Fig. 5, 6**).

Fig. 5. Vista aérea, 1975, olhando para a fachada principal da casa (no centro da fotografia). Note-se o profundo corte na face Sul do primitivo outeiro sobre o qual se assentava a casa. Acervo DPH/ SAN.

Fig. 6. Vista aérea, 1975, olhando para as fachadas Leste e Norte da casa (na metade inferior da fotografia). No centro da imagem, a avenida Brás Leme, que segue para o Sul em direção ao rio Tietê, cujas avenidas marginais se vêem na extremidade superior. Acervo DPH/ SAN.

Fig. 7. Inscrição na verga da porta principal: “1702”. Fotografia de fevereiro de 1979. Acervo DPH/STPRC.

2. **Auto de vistoria de 26-7-1799**, citado em Márua Roseny PACE. “Sítio Morrinhos”, 1984. DPH/STLP, p.7.

Conforme um Auto de Vistoria à propriedade datado de 1799, quando o Sítio Morinhos já pertencia ao Coronel Luiz Antonio Neves de Carvalho, **D. Antonio Mendes de Almeida** é o primeiro proprietário conhecido do Sítio Morrinhos, e depois dele, o **Capitão José de Góes e Moraes** (citado por Luis Saia em “Notas...”):

*“ele (Coronel Luiz Antonio Neves de Carvalho) é senhor e possuidor por título de compra de umas terras e sítio denominado Morrinhos de outra parte do rio Tietê para o qual se serviam sempre os antepassados o Capitão José de Góes e Moraes e D. Antonio Mendes”*²

Luis Saia também atribuiu a esses dois cidadãos a propriedade do Sítio, baseado em documento que permanece inédito, lavrado no Livro de Tombo do Mosteiro de São Bento em São Paulo, Fls. 67 e 67vo. Conforme Saia, D. Antonio Mendes de Almeida era neto do indivíduo mais abastado de sua época, Manoel de Almeida, também grande benfeitor do Mosteiro de São Bento, casado com Dona Cecília Mendes de Almeida. (PACE 1984, p.7)

No entanto, situa-se a data de construção da casa em 1702 devido à inscrição entalhada na verga da porta principal – o que não significa necessariamente que a casa teria sido construída naquela data, pois a porta pode ser um acréscimo posterior (**Fig. 7**). (PACE 1984, p. 1)

Márua R. Pace atribui a José de Góes e Moraes – Capitão-Mór Governador de São Paulo, falecido em 20-8-1763, o primeiro vínculo com Morrinhos. Apesar de em 1704 ter sido nomeado Capitão-Mór da Capitania de São Vicente, José de Góes e Moraes não exerceu o cargo, pois morava em Minas Gerais (sabidamente por volta de 1702, quando ainda solteiro). Possuidor de grande fortuna, chegou a propor a compra da Capitania de São Vicente por 40.000 cruzados. A compra não foi autorizada pelo rei Dom João, que resolveu que a Capitania deveria ficar incorporada às propriedades da Coroa.

Em 1710 José de Góes e Moraes casou-se. Morrinhos pode ter sido adquirido a partir dessa data. Não constava do dote da esposa.

Contudo, antes de constar como propriedade do Coronel Luiz Antonio Neves de Carvalho em 1799 – informação inferida do Auto de Vistoria de 1799 –, o

sítio foi objeto de duas transações comerciais: a escritura de venda e compra do imóvel datada de 1789 declara como vendedores **José Pinto Tavares** e sua esposa Maria Joaquina da Conceição, que “*vendem um sítio com as terras a eles pertencentes na paragem chamada os Morrinhos termo desta cidade*” aos compradores **José Rodrigues de Almeida** e **Manuel Rodrigues de Barros**. (PACE 1984, p.8)

3. Escritura de venda e compra, Cartório do 1º. Tabelião de Notas, Livro 8, em 22-3-1798, citado em PACE 1984, p.3.

José Pinto Tavares declarou, na escritura, ter adquirido o Sítio nos Autos de Arrematação, que não foram localizados na ocasião da pesquisa de 1984. Nessa escritura encontra-se a primeira menção à casa do Sítio Morrinhos:

“casa de três lanços, paredes de taipa coberta de telha, com as terras a ela pertencentes”.³

José Pinto Tavares foi cidadão abastado, possuidor de quatro lojas na cidade, onde se vendiam armarinhos, tecidos, objetos domésticos como tachos, fogões, pregos, penas de escrever, tamancos, e até livros. (PACE 1984, p. 9)

Portanto, em apenas quatro meses a propriedade passou das mãos de José Pinto Tavares a José Rodrigues de Almeida e Manuel Rodrigues de Barros (conforme escritura de 22-3-1798), e destes ao **Coronel Luiz Antonio Neves de Carvalho** (constante como proprietário do Sítio, no Auto de Vistoria de 26-7-1799).

Em 1800 ocorreram batismos de escravos do Coronel Luiz Antonio Neves de Carvalho no oratório do Sítio Morrinhos, indicando que a propriedade ainda estava em mãos do Coronel:

“Luiz, Joaquim, Antonio, Manuel, Miguel, Rosa, Isabel, Custódia. Aos oito de julho de mil e oitocentos – com despacho do Doutor Vigário Geral Matheus Gonsalves de Andrada e licença do Reverendo Cura Gaspar Ribeiro de Matos Sales no oratório do Sítio chamado Morrinhos do Cel. Secretário Luiz Antonio Neves de Carvalho batizou e pôs os Santos Óleos o padre Capelão Joaquim Leandro da Silva do Regimento de Voluntários Régios a Luiz, Joaquim, Antonio, Miguel, Manuel, Rosa, Isabel, Custódia, todos estes adultos negros, da Costa, todos escravos do Cel. Luiz Antonio de Souza, padrinhos de todos o Padre Sacristão – José Monteiro e Antonio Rodrigues Salgado, todos desta freguesia de que fiz este assento, que assinei o coadjutor Fidelis José de Moraes”. (Livro de Batizado de Escravos. Armário 3, Prateleira 1, n. 41. Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo). (PACE 1984, p. 10)

De 1800 a 1817 a situação dominial é desconhecida, pois os documentos que poderiam indicá-la não foram localizados pela historiadora em 1984, nem no Museu Paulista, nem no Arquivo do Estado. Entretanto, foram encontradas anotações extraídas desses documentos, por João Baptista de Campos Aguirra, que dizem que em 1817

“Francisco Antonio da Silva Baruel tem três sítios anexos na paragem chamada Morrinhos e de sua morada houve por compra de Francisco

4. Tombamento. 1817. Morrinhos. Santana. Francisco Antonio da Silva Baruel. Arquivo Aguirra, Museu Paulista da USP. Citado em PACE 1984, p. 11.

Paula e outro houve por compra de Antonio José de Souto e outro houve por herança do falecido Reverendo Padre Ignácio Francisco Moraes (...)”.⁴

Ou seja, em 1817 **Francisco Antonio da Silva Baruel** era proprietário do imóvel, que compreendia três sítios contíguos e anexados sob a única denominação de “Morrinhos”.

Francisco Antonio da Silva Baruel nasceu do casamento de 1783 do Capitão Antonio Francisco Baruel com Maria da Anunciação Ribeiro Pinto da Silva Moraes (bisneta de Pedro Taques de Almeida Paes Leme). Foi alferes de milícia (militar de segunda linha), e também se dedicou ao fabrico de telhas (oleiro) e à agricultura. Como agricultor, acumulou quantidade significativa de bens: gado vacum e cavalos, casas na cidade, sítios, escravos. Cultivava milho, feijão, arroz, algodão. Márcia R. Pace supõe que o excedente da colheita fosse inclusive armazenado no jirau da casa-sede. (PACE 1984, p. 15-16)

O censo de população de 1816 informa que naquele ano o alferes tinha 52 anos e estava casado com Dona Mariana, de 42 anos. Já em 1818 há notícia do falecimento de sua esposa Maria de Monte do Carmo. Francisco Antonio da Silva Baruel faleceu em 1842, deixando como filhos legítimos declarados no inventário:

- Antonio Francisco Baruel (solteiro em 1842. Casou-se posteriormente com Albina Paiva. Teve dois filhos)
- Francisco Antonio Baruel (solteiro, 46 anos, casou-se posteriormente com Maria da Glória)
- Escolástica Francisca (casou-se com Joaquim Antonio Miranda)
- **Ana Maria da Conceição** (futura herdeira legítima de metade dos bens do pai), solteira.
- **Gertrudes Maria das Candeias** (futura herdeira legítima de metade dos bens do pai), solteira.

No inventário do alferes, aberto em 1842, a filha e inventariante Ana Maria da Conceição declara que seu pai tivera além dos filhos legítimos outros sete filhos naturais, “*por fraqueza humana*”. (PACE 1984, p. 12-13)

Trinta anos depois, em 1872, as irmãs herdeiras **Ana Maria da Conceição** e **Gertrudes Maria das Candeias** venderam o sítio ao irmão **Francisco Antonio Baruel** que, rompendo a sucessão dominial familiar, vendeu o sítio ao Dr. **Antonio da Silva Prado** em 10-8-1881. (PACE 1984, p. 16)

Poucos meses depois, em novembro de 1881, **Antonio da Silva Prado** vendeu o sítio ao **Conde de Milleville**, que usava a casa somente nos finais de semana. Com crônicas dificuldades financeiras, o Conde não deve ter investido muito em melhoramentos na propriedade. Ele precisou inclusive hipotecar a casa várias vezes para contrair empréstimos, até que um dos credores, **Antonio Martins de Miranda**, recorre a uma cobrança judicial, requerendo a penhora do sítio em 30-1-1902 (PACE 1984, p. 17-18). Oficialmente então o ato de penhora, do qual consta o relato dos oficiais de justiça onde há uma detalhada descrição da propriedade penhorada:

*“Um sítio denominado Morrinhos situado no bairro de Santana, Freguesia de Santana desta Capital, contendo uma casa de morada tendo dois sótãos pequenos de cada lado sendo dois quartos e uma sala forrados e assoalhados, sendo toda ela construída de paredes de taipas e coberta de telhas nacionais; quatro quartos para criados sendo todos de meia água, sendo três com portas e outro em aberto, todos construídos de tijolos e cobertos de telhas nacionais, uma cocheira com sótão coberta com telhas de zinco, com três pilares de tijolos de cada lado tendo de frente seis metros mais ou menos por dez metros de comprimento; uma casa dentro do capinzal com quatro cômodos, construída de tijolos e coberta de telhas de zinco, tendo de frente uma porta e uma janela – medindo de frente oito metros mais ou menos, contendo o mesmo sítio parreiras, capinzais e árvores frutíferas maltratadas (...)”*⁵

As construções em tijolos são provavelmente provenientes do último quartel do século XIX, como se infere da presença de olaria na propriedade, do tempo dos Baruel. Note-se que o sítio devia estar em estado de abandono, conforme indica o adjetivo “maltratadas”, referindo-se ao pomar.

Em maio de 1902 o Sítio foi levado a leilão. Foi arrematado pela **Associação Pedagógica Paulista**, como representante do **Mosteiro de São Bento**. A descrição da casa no Edital de arremate acrescenta mais informações em relação às constantes no relatório de penhora:

*“(...) uma casa coberta de telhas nacionais com três portas e duas janelas de frente medindo vinte e um metros de frente por 17 metros de fundos com três cômodos forrados e assoalhados, seis cômodos sem forro e sem assoalho, e um sótão com quatro cômodos sem forros, e com dependências, um telheiro com quatro divisões sendo três com portas, uma grande cocheira coberta de zinco, com capacidade para cinco animais, uma pequena casa construída de tijolos, coberta de zinco, com uma porta e uma janela de frente e três cômodos inclusive cozinha sem forro e sem assoalho medindo oito metros de frente com cinco ditos de fundo. O sítio tem 471.682 metros quadrados (...)”*⁶

O arremate do sítio deveu-se à iniciativa do abade Dom Miguel Kruse, que passara a dirigir o Mosteiro de São Bento em São Paulo desde 1900. “Homem de visão dinâmica” segundo Márua R. Pace, Dom Miguel revitalizou a instituição em São Paulo. Fundou um colégio de ensino secundário e “investiu na construção de um novo mosteiro e igreja em 1910, contratando o projeto ao arquiteto Richard Berndt, da Universidade de Munique”. Adquirindo o Sítio Morrinhos, reformou-o para torná-lo adequado ao recolhimento dos padres.

É o período de maiores interferências arquitetônicas na casa, com a introdução de uma **camarinha** na ala direita. O assoalho foi revestido de **lajotas** idênticas às existentes no atual Mosteiro de São Bento. “Estimando-se que a sua construção tenha ocorrido **entre 1910 e 1914**, há de se considerar que essas reformas datam do mesmo período”. A camarinha nunca funcionou como observatório astronômico, como reza a lenda. O observatório foi instalado

5. Executivo hipotecário. Autor: Dr. Antonio Martins de Miranda. Réu: Conde de Milleville. Proc. N. 30, p. 114, 1902, Arquivo Geral do Poder Judiciário (Vila Leopoldina). Citado em PACE 1984, p. 19. Grifos meus.

6. Edital do Sítio Morrinhos, 16-4-1902. Arquivo Aguirra, Museu Paulista da USP. Citado em PACE 1984, p. 20. Grifos meus.

7. Oblato Secular Beneditino. Membro da comunidade do respectivo Mosteiro. Os que passam a morar no próprio convento são chamados “oblato regular”, ao passo que aqueles que continuam no século são ditos “oblato secular”. Fonte: ESTATUTO DOS OBLATOS SECULARES DA CONGREGAÇÃO BENEDITINA DO BRASIL.

em outro edifício na mesma propriedade, que hoje já não faz parte do Sítio Morrinhos. (PACE 1984, p. 21)

A chácara era usada pela comunidade beneditina “*principalmente nos finais de semana, para descanso*”. (PACE 1984, p. 22) (Fig. 8, 9)

Fig. 8. Fachada sul (principal), s.d. Situação anterior à reforma neoclassicizante do alpendre. Processo municipal 02-043.864-80*70.

Fig. 9. Fachada sul, s.d., com alpendre remodelado. Processo municipal 02-043.864-80*70.

Sob a direção da Congregação Beneditina o Sítio Morrinhos experimentou um período de abundância, conforme se depreende do relato do Abade Dom Aereld Carlyle, O.S.B.⁷, em carta escrita por ele em setembro de 1920, após estadia de cinco dias na “Chácara dos Padres”, apresentada como um local paradisíaco:

“(...) A casa é velha e encantadora. (...) Um camponês iugoslavo e sua família cuidam e tomam conta do lugar para os padres que normalmente passam as quintas-feiras de cada semana na chácara, onde almoçam. Existem na casa uma grande sala central de onde saem vários quartos, uma varanda e uma capela na entrada, equipada com um altar e

Fig. 10. *Ora et labora*: defumador do período dos beneditinos, à direita, que foi suprimido na “limpeza” de 1978. Fotografia de 21-12-78. Caderno de Obras. DPH/ Pres.

mobiliário tirados da velha igreja portuguesa quando a nova foi construída.

Todos os pisos são revestidos em lajotas vermelhas antigas, e os três arcos na frente dão à casa uma aparência de convento. (...).

O património da chácara é imenso, e dispõe não só de plantações de cana, batata doce, horta, estábulo e pomar com tanta fruta quanto a comunidade possa precisar, mas também de muito acres de maravilhosa e variada mata virgem (...).

No lado norte da casa há um laranjal, e as árvores neste momento carregadas de flores, folhas e frutas simultaneamente, parecem um cenário de Boticelli (...).

Há uma boa quantidade de gado (...) para suprir o mosteiro de leite e manteiga, (...) porcos, galinhas, perus, patos (...)” (PACE 1984, p. 22-24).

O relato acima mais uma vez corrobora a hipótese de serem coevas as reformas da casa-sede do Sítio com a construção do novo Mosteiro no Largo de São Bento, na cidade, já que alguns equipamentos e peças de construção foram reaproveitados da “velha igreja portuguesa”.

Data de 15-1-1941 o Certificado de compra da propriedade⁸, figurando como compradores a **Abadia de Nossa Senhora da Assumpção (Mosteiro de São Bento)**, a **Associação das Damas Benéficas** e a **Associação Instrutiva da Juventude Feminina**. A propriedade compreendia duas glebas, onde existiam

“(...) terrenos cobertos por matas, eucaliptos, pinheiros, pastagens, hortas, etc., possui uma casa grande como sede, oficina de carpintaria, galinheiros, estábulos, diversas casas de moradia e, situado num dos

8. Registrado no Registro de Imóveis, 8ª. Circunscrição. Cf. PACE 1984, p. 25.

9. PACE 1984, p. 25. O edifício da oficina de carpintaria está preservado. O observatório, conforme já foi esclarecido, situava-se em sítio diverso do atual lote ocupado pela casa. Grifos meus.

10. Escritura de doação lavrada em 16-4-1948, no 8º. Registro de Imóveis, 7º. Tabelião, 1948, Livro 444, página 19v, citado em PACE 1984, p. 26.

11. Processo municipal 36.798/71.

12. Mandato de F. Ferraz: 8-4-71 a 21-8-73.

13. Processo municipal 36.798/71. Carta de 15-7-71.

14. Decreto-Lei 25, de 30-11-1937, Art. 22 *caput*: “*Em face da alienação onerosa de bens tombados, pertencentes a pessoas naturais ou a pessoas jurídicas de direito privado, a União, os Estados e os Municípios terão, nesta ordem, o direito de preferência.*”

15. Arquivo Noronha Santos: Série TOMBAMENTOS/ Processo 370-TDPHAN-47. Ofício PREF. G 842/72 de 14-6-72. Ver também: processo municipal 36.798/71.

16. Of. 975/76 PREF-G, de 9-8-76, do Chefe de Gabinete do Prefeito Olavo Setúbal (mandato: 16-4-75 a 12-7-79), Erwin Friedrich Fuhrmann, ao IPHAN (Armando Rebollo). Processo municipal 36.798/71.

pontos mais altos, um observatório astronômico (...).⁹

Em 1948 o IPHAN tomba o imóvel, que a essa altura compreendia somente um lote, pois a chácara havia sido loteada naquele momento. O trabalho de Márua R. Pace cita uma Escritura de Doação de logradouros para o arruamento da chácara, datada de 1948, feita pela Abadia em favor da Municipalidade.¹⁰ Contudo, essa providência não teve como consequência a transmissão da propriedade do Sítio à Prefeitura. Tanto é que em 1952 o Mosteiro fez um acordo com a construtora **Camargo Correa S/A**, solicitando da empresa os serviços necessários para o loteamento da chácara, a fim de formar o loteamento que ficou sendo o Jardim São Bento.

Por escritura de 7-6-1968 Sebastião Ferraz de Camargo Penteado adquiriu do Mosteiro de São Bento de São Paulo a casa-grande do antigo Sítio dos Morrinhos (ou Chácara dos Padres) e terreno de 5.157 m² à rua Santo Anselmo 102.¹¹

Em 1971 Sebastião Ferraz de Camargo Penteado e sua esposa Dirce Navarro de Camargo Penteado dirigem-se ao Prefeito José Carlos de Figueiredo Ferraz¹²: oferecendo a casa em doação, para uso público:

“Trata-se de bem tombado pelo IPHAN, nos parece que ele deve pertencer a toda coletividade, e não apenas a pessoas determinadas. Pensamos, assim, em vê-la convertida em centro cultural, voltando ao povo o que foi edificado pelos seus antepassados. Outorgaremos a escritura quando a Municipalidade julgar conveniente”.¹³

Antes porém de aceitar a doação, o Prefeito consulta o IPHAN a respeito do direito de preferência, conforme determinado no Artigo 22 do Decreto-Lei 25¹⁴. Envia Ofício ao Diretor do IPHAN Luis Saia, em junho de 1972:

“A PMSP recebeu do sr. Sebastião Camargo Penteado e Sra., proposta de doação de área de cerca de 5.157 m², na qual se localiza a casa-grande do antigo Sítio dos Morrinhos, ou Chácara dos Padres, imóvel esse tombado pelo PHAN.

O recebimento da doação é de grande interesse para a Municipalidade, que tem projeto de implantação, nas áreas circunvizinhas, de um Centro de Lazer para desfrute dos munícipes, do qual aquele monumento histórico é parte integrante.

Todavia, em obediência ao que dispõe o Decreto-Lei n. 25 de 30-11-1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, a oferta, que envolve vários ônus, não poderá ser aceita pela Municipalidade, sem prévia manifestação da União, que ocupa o primeiro lugar na ordem de preferência.

Assim sendo, aguardando o pronunciamento de V.S. (...).¹⁵

Sem obter resposta, a Prefeitura reitera a solicitação em agosto de 1976, a Armando Rebollo.¹⁶

Rebollo faz então rápida consulta à Diretoria Central, através de radiograma:

*“Dado a urgência Prefeitura receber doação casa Sítio Morrinhos peço enviar logo abdicação direito preferência PT”*¹⁷

O radiograma de Renato Soeiro chega dois dias depois:

*“Resposta consulta vossoria transmitido ofício 297/76 relativamente imóvel Sítio Morrinhos nesta cidade, informamos não interessar IPHAN referido imóvel. Esclarecemos, conformidade disposto artigo 22 decreto lei n. 25/37, exercício direito preferência não se aplica casos doação mas tão somente alienação onerosa bem tombado. Saudações. Rio PT”*¹⁸

Conhecida a resposta do Rio de Janeiro, Rebollo finalmente autoriza, em setembro de 1976, a Prefeitura a receber o imóvel em doação:

“(..) por se tratar de alienação não onerosa, esta Repartição nada tem a opor com relação à doação da mesma ao Município de São Paulo”.¹⁹

Nesse ínterim o CONDEPHAAT também tombara o imóvel, *ex-officio*, em sessão do colegiado de 26-12-74, inscrevendo o monumento no livro do Tombo Histórico.²⁰ Também o órgão estadual, consultado pela Prefeitura sobre o direito de preferência em maio de 1977, anuiu à doação oferecida à Prefeitura por Sebastião Camargo.²¹

Dois anos antes, em 4-8-71, ainda na gestão do Prefeito Figueiredo Ferraz, o Secretário de Turismo e Fomento, Edenyr Machado, propusera ao Prefeito a criação de um Centro de Lazer tendo o Sítio Morrinhos como centro. Em resumo, o plano compreendia a criação do “Centro de Lazer Jardim São Bento”, nos 44.500 m2 totais abrangidos pelo plano. O projeto arquitetônico era de autoria do arquiteto Benno Perelmutter. O programa do Centro de Lazer compreenderia: bocha, patinação, arena e Centro Cultural no edifício do convento “*a ser restaurado*”.

As providências necessárias à viabilização do Centro de Lazer exigiriam a adoção das seguintes ações nos 44.500 m2 considerados:

- 5.150 m2 do convento: receber em doação de Sebastião Camargo;
- 34.225 m2: nenhuma ação. Já eram áreas municipais;
- 5.140 m2 particulares (dos doadores): a desapropriar.

Concluindo, o Secretário Municipal solicita do Prefeito a adoção das providências, especialmente a aquisição, mediante doação, da propriedade de Sebastião Camargo, e a desapropriação, por decreto, da área de 5.140 m2 indicada com o número “5” na planta do Departamento Patrimonial. Os 7 lotes que compunham a área “5” foram desapropriados pelo Dec. 9.883 de 10-3-72. As áreas 1, 2, 3, 6, 7 foram desincorporadas da classe de bens públicos uso comum do povo, e transferidas para a classe de bens patrimoniais do Município, através do Processo municipal **36.798/71** (Fig. 11 e 12).

17. Radiograma de 25-8-76, de São Paulo, recebido pelo MEC/ Departamento de Administração/ Rede de Telecomunicações, a dirigido a Renato Soeiro (Rio de Janeiro). Arquivo Noronha Santos. Série TOMBAMENTOS/ Processo 370-T-DPHAN-47.

18. Radiograma de 27-8-76, transmitido por Renato Soeiro, a São Paulo. Arquivo Noronha Santos. Série TOMBAMENTOS/ Processo 370-T-DPHAN-47.

19. Ofício 346/76, de 3-9-76, do IPHAN (A. Rebollo) ao Prefeito O. Setúbal. Processo municipal **36.798/71**.

20. Processo de tombamento CONDEPHAAT **366/1973**.

21. Processo municipal **36.798/71**: consulta de SJ –Secretaria dos Negócios Jurídicos da PMSP, em 11-5-77, ao CONDEPHAAT. Anuência do CONDEPHAAT em 20-6-77.

As providências foram tomadas. O Decreto 9.883/72 transformou o lote do Sítio Morrinhos em área “de utilidade pública” (PACE 1984). No entanto, o plano geral não vingou, e o “Centro de Lazer” reduziu-se a uma imensa área pública de 24.830 m² implantada em 1972 e ocupada até hoje pela Sociedade de Amigos do Bairro Jardim São Bento, no lote vizinho ao Sul do Sítio Morrinhos. Na ocasião o terreno foi aplainado para a instalação de equipamentos esportivos à custa de um corte abrupto e danoso à ambiência natural e primitiva do Sítio Morrinhos (Fig. 11, 5).

Fig. 11. Planta juntada em SJ/PATR em 1-2-72, indicando as áreas a serem desapropriadas e a serem mantidas como particulares. Os lotes a Norte do Sítio Morrinhos (área “4”, mesma Quadra, com frente para a rua Monte Cassino) já estavam construídos. Processo municipal 36.798/71.

LEGENDA:

- Área 1: Área municipal
- Área 2: Rua projetada (sem condições de execução) Área municipal
- Área 3: Rua prevista no loteamento, não executada. Área municipal
- Área 4: Lotes com construções existentes – não será agregado – Área particular
- Área 5: Lotes sem construções existentes – será agregado – Área particular
- Área 6: Sítio dos Morrinhos - Convênio entre PMSP e DPHAN – Área doada à PMSP
- Área 7: Área cedida à SAB. Jd. S. Bento – praça de esporte – Área municipal

22. Escritura lavrada no 7º Tabelionato de Notas da Capital, inscrita no Livro 3.260 Fls. 155. Processo municipal 36.798/71.

O lote e casa do Sítio Morrinhos (área “6”, na **Figura 11**) tiveram a sua Escritura de Doação lavrada em 29-12-77²². Comparecem na escritura, como doadores, Sebastião Ferraz de Camargo Penteadado e esposa Dirce Navarro de Camargo Penteadado, e como donatária a PMSP, representada pelo Diretor do Departamento Patrimonial – PATR – Dr. Walter Waltenberg de Faro. Como objeto de doação, o “Lote 1, Quadra 17, do loteamento Jardim São Bento, Rua Santo Anselmo n. 102, de formato irregular, 5.135 m²”. (Fig. 12)

Fig. 12. Croquis da situação dominial resultante das dProcesso municipal 36.798/71.

1.2. O tombamento federal

O Sítio Morrinhos não era de conhecimento do IPHAN na ocasião do primeiro Relatório enviado por Mario de Andrade a Rodrigo M. F. Andrade, em 16-10-1937, pois nele não aparece citado.

O interesse do IPHAN por ela parece datar da década de 1940, a partir do ensaio de Luis Saia ("Notas...", 1944), no qual o arquiteto faz considerações

23. Arquivo Noronha Santos: Série TOMBAMENTOS / Processo 370-T-DPHAN-47.

24. Ofício 68/47, de 16-4-47, de Luis Saia (4º. Distrito SP) ao Sr. Diretor Geral do PHAN Dr. Rodrigo. Processo 370-T-DPHAN-47.

25. Correspondência de 22-4-47, de D. Clemente Maria da Silva Nigra – perito em Belas Artes da DPHAN – ao Diretor do Geral do PHAN. Processo 370-T-DPHAN-47. Não localizamos até o momento a carta de 19-12-1948.

sobre a história e as particularidades de implantação da casa-sede do Sítio Morrinhos, sobre as quais já escrevemos no item 1.1. do presente Capítulo.

A partir do ensaio de Saia abriu-se o processo de tombamento pelo Serviço Federal, em 1947 (Processo 370-T-DPHAN-47)²³, provavelmente no primeiro semestre do ano, conforme se infere dos documentos juntados ao processo. Em 16 de abril daquele ano, antes mesmo da inscrição do imóvel no livro do tombo que só viria a acontecer no ano seguinte, o Chefe do 4º. Distrito inicia os procedimentos visando à notificação do proprietário, com Ofício enviado a Rodrigo:

*“Solicito a fineza de vossas providências no sentido de ser expedida a D. Domingo Silos Schelhorn, Abade de São Bento, nesta Capital, a notificação de tombamento relativa à Casa Grande do Sítio Morrinhos (Chácara S. Bento, em Santana), de propriedade do mesmo mosteiro. Outrossim, comunico-vos que D. Clemente da Silva Nigra, de partida para essa Capital, vos dará as informações necessárias a fim de esclarecer o assunto”.*²⁴

Alguns dias depois (22 de abril) é Dom Clemente quem escreve a Rodrigo, citando uma carta anterior, de 19-12-1948, que conteria informações colhidas por ele sobre o Sítio Morrinhos. Na carta, o monge expressa a sua preocupação com a iminente venda da Chácara que acabou ocorrendo, como já vimos, à Camargo Corrêa S/A. Sugere o urgente tombamento:

*“Respeitosas saudações. Na minha carta a V Excia de 19-12-46, dei os primeiros informes acerca do loteamento do antigo Sítio dos Morrinhos ou Chácara de S. Bento, no bairro de Sant’Anna, na Capital de SP. Este loteamento, assim como a pretendida alienação da casa-grande de 1702, do antigo Sítio dos Morrinhos, ameaça seriamente a conservação adequada do antigo monumento de arquitetura civil, e portanto aconselho a sua imediata inscrição nos livros de tombo da DPHAN.”*²⁵

D. Clemente informa, também, que concluíra um extenso estudo sobre o imóvel, contendo texto, *croquis* e fotografias, que acompanhava a carta. Cita a existência de outra cópia do estudo, deixada na repartição federal em São Paulo, além de mencionar duas cartas anteriores que também continham relatos sobre o Sítio:

“Como notifiquei a V Excia em minha carta de 7-2-47, aproveitei uma grande parte da minha estada em São Paulo, a fim de juntar alguma documentação acerca do passado, até agora, digo até então toda desconhecida do mesmo Sítio dos Morrinhos. Em meu relatório, dirigido a V Excia em 27-2-pp pude discriminar as fontes consultadas a esse respeito, sendo que hoje Vos apresento um estudo organizado, que terminei em São Paulo aos 26-2-último. Seu triplice título reza: SÍTIO DOS MORRINHOS – CHÁCARA DE SÃO BENTO – JARDIM SÃO BENTO; consta de 45 páginas por mim rubricadas, parte texto datilografado (33 páginas) e parte fotográfica (14 fotos), além de um croquis do loteamento (datado de 20-4-47) e de um corte de jornal (p.

44, de 26-1-47). Deste estudo deixei uma cópia igual com o Dr. Luis Saia, para o arquivo regional da DPHAN, em São Paulo; e terceira cópia entreguei, gratudinis causa, ao Sr. Nuto Sant'Anna, Diretor do Arquivo Municipal de São Paulo.

26. Idem.

27. Idem.

*No caso que V Excia queira notificar a sua inscrição nos Livros de Tombo da Casa-Grande do Sítio Morrinhos ao seu representante legal: D. Domingos de Silos Schelhorn, DD. Abade do Mosteiro de São Bento, talvez seja aconselhável inscrever também e notificar a inscrição de todos os objetos antigos e de arte que aquele mosteiro possui (...)*²⁶

Infelizmente não conseguimos, até a conclusão da presente pesquisa, localizar o relatório de 27-2-47, e tampouco o estudo completo elaborado por D. Clemente. Note-se na carta a preocupação do oblato com a preservação do acervo artístico móvel do Mosteiro, indicativa da qualidade e quantidade do patrimônio material da Ordem.

O historiador Nuto Sant'Anna, Diretor do Arquivo Municipal de São Paulo, foi, como vimos nos casos de preservação dos primeiros imóveis abordados nesta pesquisa, um dos colaboradores do IPHAN, assim como o próprio D. Clemente.

D. Dom Clemente Maria da Silva Nigra, O.S.B., era perito em Belas Artes do IPHAN. Monge beneditino do Mosteiro de São Salvador, na Bahia, foi também Diretor do Museu de Arte Sacra da Bahia. Pesquisador, esteve duas vezes (1963, 1965) em Leningrado, pesquisando nos arquivos da Academia de Ciências daquela cidade. É autor de **Construtores e Artistas do mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro** (Salvador, Bahia, Tipografia Beneditina Ltda., 1950), conforme citado em KATINSKY 1976 (p. 139).

Pertencente à ordem beneditina, o religioso colaborou significativamente na pesquisa sobre o Sítio, pois tinha acesso aos arquivos da Ordem, em várias cidades. Desempenhou papel importante nas negociações havidas entre o Serviço Federal e a Congregação Beneditina acerca do tombamento, pois, como era de se esperar, havia interesses imobiliários envolvidos na venda da Chácara à construtora Camargo Corrêa que contrariavam o interesse de preservação da parte do IPHAN. Ainda na carta de 22 de abril D. Clemente relata a Rodrigo a apreensão causada entre os monges pela notícia do tombamento:

*“Devido a uns malentendidos com os diversos membros do mosteiro de São Bento em São Paulo, acerca do tombamento eventual da casa-grande do Sítio Morrinhos e dos objetos antigos do mesmo mosteiro, deixei uma carta explicativa ao Sr. D. Domingos de Silos Schelhorn, DD. Abade daquele mesmo mosteiro, da qual junto a sua cópia, de São Paulo, 19-4-1947.”*²⁷

Além do ensaio inicial de Saia (“Notas...”), consta da instrução do processo de tombamento somente mais um documento técnico (aliás dois, pois D. Clemente também emitiu um parecer), de autoria de Lucio Costa, a quem Rodrigo solicita um parecer sobre o tombamento do imóvel, que considera

28. Encaminhamento à DET – Divisão de Estudos e Tombamento –, em 23-4-47. Processo 370-T-DPHAN-47.

29. Informação da DET ao Diretor Geral do IPHAN, em 24-5-47. Processo 370-T-DPHAN-47.

prejudicado pelas alterações arquitetônicas impostas ao edifício original:

“Solicito parecer sobre a conveniência de ser tombado o edifício em questão, examinando também a possibilidade do tombamento ser limitado aos elementos que não tenham sido desfigurados.

Cumprе ter-se em vista, entretanto, que há projeto do próprio ser convertido em museu rural, pelo governo do Estado de SP, o qual providenciaria, nesta hipótese, para restaurar a edificação na sua feição primitiva.”²⁸

Lucio Costa emite o seu parecer defendendo o tombamento integral do imóvel, considerando os seus valores histórico, sociológico e artístico. A excepcionalidade/raridade do exemplar rural – no qual era perceptível a presença da constância tipológica teorizada por Luis Saia (1944) e onde ainda se conservavam elementos ornamentais datados dos primeiros séculos –, compensava, para Lucio, a desfiguração artística do exemplar:

“Sou do parecer que todas as casas desse período ainda suscetíveis de restauração devem ser tombadas pelo interesse excepcional que apresentam como reveladoras da constância de uma arquitetura residencial peculiar à primeira fase da colonização e ainda há pouco ignorada ou, pelo menos, não estimada no seu devido valor”.

Acresce, no caso em apreço, a circunstância de que, embora desfigurada externamente, a construção ainda possuir portais ornados no estilo seiscentista, apresentando um deles a data de 1702, sendo portanto, de todos os exemplares existentes, o único datado: bem como achar-se localizada no perímetro residencial urbano da cidade de São Paulo, visando-se com a sua demolição unicamente a fins de especulação comercial sem a mais mezinha consideração de ordem cultural, de parte dos atuais proprietários, pelo que tais obras representam para o nosso patrimônio histórico, sociológico e artístico. (...). L. C.”²⁹

Não era só a Lucio Costa que incomodavam os negócios imobiliários em andamento entre o Mosteiro e a Camargo Corrêa. A perspectiva do loteamento daquele sítio rural incomodava muito ao monge (aqui, quase arquiteto!) D. Clemente, que, prevendo uma eventual situação paisagística desfavorável a Morrinhos, e familiarizado com a Chácara, assim como com os temas arquitetônicos, elaborou e entregou à Diretoria Geral do IPHAN uma proposta de regulamentação da área envoltória da casa-sede, com vistas à proteção de sua visualização e ambiência:

“(...) Prestes a ser formulada por esta Diretoria a notificação de tombamentos vários, em relação à Abadia de Nossa Senhora da Assunção da Capital de São Paulo, cujo representante geral é o Rmo. Abade D. Domingos de Silos Schelhorn, O.S.B., peço que V. Excia. considere o seguinte:

1) (...);

2) (...);

3) *A casa-grande do Sítio dos Morrinhos (Chácara de São Bento, Jardim São Bento), segundo a minha última carta de 22-4-1947. Para garantir, em todo o futuro, a tradicional posição isolada e independente desse monumento histórico, será conveniente ou mesmo necessário:*

a. *reservar, de antemão, uma área condigna, isto é, bastante grande (marcada por “1” no croquis anexo) (Fig.13).*

b. *impedir qualquer construção em redor, estabelecendo-se logo o seu gabarito definitivo (dos lotes marcados por “3” até “14”);*

c. *impedir qualquer futura construção no lote “2” (por isto, talvez haja conveniência incorporá-lo logo ao lote “1”).*

Rio de Janeiro, aos 9-5-47”.³⁰

30. Carta de D. Clemente Maria da Silva Nigra ao DD. Geral do PHAN, em 9-5-47. Processo **370-T-DPHAN-47**.

31. Carta do Mosteiro de São Bento. Rua do Correio 188 – São Paulo, do Abade do Mosteiro, Domingos de Silos Schellhorn, ao Diretor do SPHAN, em 24-7-47. Processo **370-T-DPHAN-47**.

Receando ter os planos imobiliários cerceados, ou mesmo inviabilizados, o Abade Domingos de Silos Schellhorn, Abade do Mosteiro de São Bento, chegou a solicitar que constasse, da notificação de tombamento “*uma permissão para a construção de novos imóveis dentro da referida área, se assim desejasse o Mosteiro de São Bento ou qualquer futuro proprietário, desde que fossem respeitadas as normas impostas por esse Patrimônio*”.³¹

Obviamente o Mosteiro não teve a solicitação atendida, mas recebeu do Diretor Geral do IPHAN uma resposta na qual se esclarecia que permissão para obras no imóvel tombado era “*matéria de que trata o (...) Decreto-Lei*

Fig. 13. Croquis em escala 1:1.000, de autoria de D. Clemente Nigra, com proposta de controle da área envoltória da casa-sede. Anexo à carta de 9-5-1947, de D. Clemente a Rodrigo M.F. Andrade. Arquivo Noronha Santos.

32. Ofício 677/47, do IPHAN (Rodrigo M. F. A.), ao Abade Domingos de Silos Schelhorn, em 28-7-47. Processo 370-T-DPHAN-47.

33. Ofício 88/62, do Diretor do PHAN (Rodrigo) ao Chefe do 4º. Distrito (SAIA), em 15-1-62. Série PERSONALIDADES/SAIA, Luis. Pasta 378, caixa 115. Arquivo Noronha Santos.

34. Ofício 953/62, do Diretor do PHAN ao Chefe do 4º. Distrito, em 6-8-62. Série PERSONALIDADES/SAIA, Luis. Pasta 378, cx. 115. Arq. N. Santos.

35. Série PERSONALIDADES/SAIA, Luis. Pasta 378, cx. 115. Arq. N. Santos.

(n. 25, de 30-11-37) no capítulo III, artigos 17, 18 e 19, só cabendo a esta Diretoria concedê-la por despacho em cada caso, mediante requerimento do interessado (...).”³² Rodrigo deixava claro ao proprietário da coisa tombada que a análise de intervenções no monumento seria objeto de análise e autorização do IPHAN, caso a caso.

Na data de 7 de fevereiro de 1948 Carlos Drumond de Andrade, Chefe de Gabinete do Ministro Gustavo Capanema, anota nas folhas do processo de tombamento 370-T-DPHAN-4:

“Inscrito sob n. 250, no Livro de História, fls. 42, em 7. II.1948”

Não se sabe por que, mas quase quinze anos depois de lavrado o tombamento, Rodrigo M. F. de Andrade volta a questionar, em janeiro de 1962, o tombamento do imóvel, novamente alegando a desfiguração, ou falta de integridade estética deste, como motivo para revisão do ato. Solicita do Chefe do 4º. Distrito uma revisão do tombamento, de forma que ele se restringisse às partes originais do edifício:

“Atendendo a que a casa da Chácara de São Bento foi desfigurada quase completamente e, entretanto, se acha inscrita nos Livros do Tombo como se se tratasse de obra íntegra de arquitetura antiga, solicito a V.Sa. opinar se não será conveniente retificar-se a inscrição, mediante a especificação dos elementos genuínos subsistentes da edificação original, aos quais se deva restringir o tombamento nos termos que a essa Chefia caberá indicar”.³³

Passam-se sete meses sem que o 4º. Distrito se manifeste a respeito do assunto. Rodrigo reitera a solicitação em agosto de 1962, sem sucesso³⁴. A informação de Judith Martins, Chefe da SH – Seção de História – ao Dr. Diretor Rodrigo, em 29-7-1966, vem apenas confirmar que o 4º. Distrito não considerou pertinente realizar a revisão:

“(...) o pedido para ser avaliada, pela 4ª. Delegacia, a possibilidade de se restringir o tombamento aos elementos genuínos susistentes, não foi atendido, e a edificação continua sob o regime de tombamento”.³⁵

O monumento permanece tombado, como arquitetura civil, no Livro de Tombo Histórico. O seu tombamento consta como de caráter voluntário.

1.3. Os projetos e as obras

Pode-se considerar que a restauração do Sítio Morrinhos ocorreu em três etapas, que sintetizaríamos da seguinte forma:

1ª. etapa (1978, 1979): elaboração de projeto de restauração, prospecções arquitetônicas, demolição parcial de elementos arquitetônicos não-originais. Início de pesquisa histórica sobre o imóvel.

2ª. etapa (1980-1984): elaboração de uma segunda versão de projeto de restauração, com os subsídios de um programa de usos. Início de prospecções arquitetônico-arqueológicas. Conclusão da pesquisa histórica. Obras de consolidação estrutural, de restauração da cobertura, e do revestimento das paredes externas.

3ª. Etapa (1994-2000): complementação da segunda versão de projeto de restauração. Obras de restauração dos elementos que não foram restaurados na obra de 1984, tais como esquadrias, revestimentos internos, pisos. Obras de restauração dos Anexos existentes. Obras de instalações elétricas e hidráulicas.

Passemos a examinar cada etapa isoladamente.

Lavrada a escritura de doação do Sítio Morrinhos, em dezembro de 1977, o DPH passa a preparar a obra de restauração do imóvel, iniciando a elaboração do projeto arquitetônico e da pesquisa sobre a história do imóvel. Os estudos que precederiam o projeto constituíram um *“primeiro esforço no sentido de integrar pesquisa histórica, arquitetônica e arqueológica”* – conforme reconhecia a historiadora Márua Roseny Pace, responsável pela pesquisa histórica, e que reconhecia, na ocasião, *“a importância do esforço conjunto que desempenhamos agora para que as ciências auxiliares estabeleçam vínculos que venham elucidar os diversos aspectos”* (do objeto estudado) (PACE 1984, p.1).

A elaboração do projeto arquitetônico, sob a responsabilidade do arquiteto Antonio Gameiro, tem início em 1978. Em junho daquele ano o arquiteto apresenta um cronograma dos trabalhos preparatórios, que incluíam:

- pesquisa histórica;
- prospecções arquitetônicas (de pisos, paredes, forros, envasaduras, etc.);
- prospecções das pinturas dos elementos arquitetônicos;
- elaboração de anteprojeto e de memorial descritivo
- encaminhamento do anteprojeto e do memorial ao IPHAN, para aprovação.³⁶

Em setembro iniciam-se as prospecções arquitetônicas, com o objetivo de *“obtenção de dados seguros a respeito da planta original, a fim de reconstituí-la”*, segundo o Relatório Parcial dos trabalhos.³⁷ A frase já esclarece o partido arquitetônico a ser adotado: a recuperação do agenciamento original do edifício.

As prospecções iniciaram-se de forma cuidadosa, procurando intervir minimamente no edifício. Contudo, segundo o Relatório, no transcorrer dos trabalhos esse critério mostrou-se ineficaz para o objetivo ao qual o trabalho se propunha; e optou-se então pela intervenção de grande extensão:

“Inicialmente tentou-se realizar as prospecções por meio da remoção de trechos de revestimento de parede e piso, em áreas pré-demarcadas em função de observações do estado e aspecto da casa e da sua

36. Informação em 28-6-78, do Memorando 259/78. Acervo DPH/STPRC.

37. Relatório parcial das prospecções arquitetônicas, janeiro de 1976. As prospecções iniciaram-se em 8-9-78. Acervo DPH/STPRC.

comparação com habitações semelhantes. Todavia, após desenvolver-se o trabalho desta forma até certo ponto, este tipo de busca revelou-se insuficiente e mesmo arriscado, ao comportar certa margem de erro de possível supressão. Passou-se então a uma busca mais intensa, recorrendo-se à remoção quase total do revestimento, em que se tomou o máximo cuidado em não remover ou alterar senão as camadas de revestimento mais novas, tomando-se como referência para tal a sua composição”.³⁸

O cuidado adotado de início demonstra que a equipe técnica tinha uma visão crítica em relação às demolições sumárias e automáticas realizadas em obras pretéritas. Mas, apesar de se conhecer o que a remoção generalizada dos revestimentos poderia provocar ao edifício, procedeu-se à remoção. A partir desta foram revelados vestígios da configuração primitiva do edifício, tais como a presença de envasaduras emparedadas (Fig. 14, 15), barrotes de jiraus, e mesmo das etapas construtivas do edifício (Fig. 15, 16). Ficou evidente também a dificuldade de recuperação de importantes dados sobre as envasaduras primitivas, na medida em que as portas e janelas com verga em arco, introduzidas nas obras realizadas pelos beneditinos, desfiguraram totalmente os vãos. A posição exata, a largura, a altura e o desenho das envasaduras originais eram irrecuperáveis (Fig. 19).

Fig. 14 (esquerda). Porta no lanço esquerdo, fachada Sul (principal) vedada com adobes, revelada na prospecção arquitetônica. Em novembro de 1979. Acervo DPH/STPRC.

Fig. 15 (direita). Croquis indicando a porta encontrada e também o revestimento de tabatinga que prossegue do alpendre até o cômodo “A1”, sem interrupção. Em 11-12-78. Caderno de Obras.

Fig. 16. Encontro, sem amarração, da parede esquerda do alpendre com a parede mais antiga, indicando que o corpo frontal da casa é justaposto. Note-se na o revestimento mais antigo, preservado pela prospecção de 1978-79, na parede da esquerda. Em 21-8-00. Acervo DPH/STPRC.

Fig. 17. Conformação da planta à época da prospecção arquitetônica (1978-79). Acervo DPH/STPRC.

Fig. 18. Fotografia mostrando a extensão da demolição dos revestimentos, e estado da edificação em 21-12-78. Note-se a parede maior: sua porção esquerda é de tijolos, a porção direita é de taipa (Ver Fig. 17). Acervo DPH/STPRC.

Fig. 19. Porta da fachada Norte, vista pelo lado interno. Os vestígios da envasadura original foram destruídos pela obra em alvenaria. Em 21-12-78. Acervo DPH/STPRC.

Fig. 20. Plantas baixa, do nível da camarinha e da cobertura. Situação em 1979, resultante das demolições dos acréscimos não-originais (prospecções arquitetônicas e “limpeza”).

Entretanto, desenvolvia-se simultaneamente o projeto arquitetônico que, seguindo o partido adotado nas demais obras de restauração de casas bandeiristas, norteava-se pelo critério de recuperação da configuração primitiva do monumento (**Fig. 21, 22, 23**). Para tal propunha, além da conservação e restauração dos elementos arquitetônicos originais conhecidos (portas, janelas, paredes, etc.), a consolidação estrutural segundo o critério clássico de emprego do esqueleto de concreto armado, com a introdução das placas de concreto na superfície das bases das paredes externas, em substituição aos encamisamentos de tijolos. Além disso, previa a **recomposição do desenho das envasaduras primitivas**, com base no critério analógico.

De fato, a presença de constantes arquitetônico-tipológicas no universo dessas casas rurais sem dúvida possibilita a recomposição tipológica. Não garante, porém, a veracidade/autenticidade do desenho, quando faltam registros que informem com segurança o desenho original que se busca recuperar. E era este o caso, conforme se depreende do exame das paredes desprovidas dos revestimentos (**Fig. 19**).

Fig. 21. Projeto de 1979. Plantas térrea, do nível da camarinha, e da cobertura.

Fig. 22. Projeto de 1979, com: a) demolição da camarinha; b) reconstituição das envasaduras e dos jiraus; c) demolição dos anexos.

Coerentemente com o critério adotado, o projeto de 1979 propôs a reconstrução dos jiraus/sobrados sobre os cômodos centrais dos lanços laterais da casa, custando isto a supressão da **camarinha** – a maior “deturpação” sofrida pela casa, na avaliação de KATINSKY (1976, p. 69), e um dos elementos que certamente provocaram a relutância de Rodrigo M. F. de Andrade em aceitar o tombamento integral do monumento.

A demolição dos anexos atendeu ao mesmo critério de valorização do monumento considerado em sua condição original, primitiva. A supressão das construções tardias permitiria a liberação da vista completa da fachada Oeste da casa-sede. Nessa fachada, entretanto, ter-se-ia que lidar com a mesma dificuldade de recompor as envasaduras sem registros seguros, exatamente como ocorria na fachada Norte. As áreas perdidas com a supressão dos anexos seriam ganhas em um novo edifício anexo. O projeto desse anexo não chegou a ser elaborado, mas certamente ele obedeceria aos critérios clássicos de implantação afastada da casa-sede, e de linguagem plástica nova, sem constituir relação mimética com a linguagem do monumento.

Por outro lado, não se pode negar que a proposta de recuperação da configuração (supostamente) original valorizaria esteticamente o edifício enquanto obra de arte: tirante o problema real da ausência de bases documentais – impeditivo, é verdade, da recuperação verídica das envasaduras –, é impossível deixar de reconhecer que a feição seiscentista é plasticamente mais harmoniosa, proporcional e correta, e portanto, mais bela. Até mesmo enquanto documento arquitetônico ela tem o seu valor, já que revela as janelas dos jiraus, localizadas rente aos frechais, lançadas sobre panos alvos cujas proporções, inexistentes nos outros exemplares municipais, que lembram as da casa do Sítio do Padre Inácio (**Fig. 23, 24**).

Fig. 23. Projeto de 1979, fachada principal, com envasaduras recuperadas.

Fig. 24. Projeto de 1979, fachada Leste.

A continuidade do projeto de 1979, concluído em junho daquele ano, cessa no momento em que se providenciava a colaboração da Arqueologia, visando ao aprofundamento das prospecções.³⁹ A impossibilidade de recuperação de dados seguros que permitissem a restauração da configuração primitiva do edifício foi uma das premissas que orientaram a revisão do projeto, a partir daquele momento. Em relatório da Divisão de Preservação, datado de 1980, o arquiteto Luis Alberto Passaglia, Diretor da Divisão de Preservação, informa que “ficou prejudicada a idéia de se voltar ao original do edifício”, pois “as prospecções não permitiram a visão do (estado) original” (do edifício), e “o uso museológico requeria anexos”.

É neste momento que vêm se agregar ao projeto de restauração os trabalhos de outras equipes técnicas do DPH, com a finalidade de constituir um corpo de reflexão mais abrangente sobre a preservação do monumento. O projeto de restauração adquire a dimensão de um “projeto de revitalização”. Equipes vão a campo, percorrer a região, mapear dados sócio-econômico-culturais, e fazer levantamentos de uso e ocupação do solo. Elaboram-se, a partir das reflexões: a) proposta de controle de gabaritos no entorno do imóvel, para garantia de sua visibilidade (**Fig. 25**); b) proposta de destinação do imóvel, prevendo seu uso museológico como “obra aberta”, na qual monitores treinados acompanhariam os visitantes do edifício e da obra de restauração – o monumento seria apresentado como **documento** de várias intervenções agregadas ao original, ao longo dos séculos; a restauração presente seria mais uma dessas etapas; c) estudos de circulação e aproveitamento do conjunto edificado, no âmbito das atividades museológicas expositivas (**Fig. 26**); d) projeto paisagístico das áreas externas do imóvel (**Fig. 27**). A pesquisa sobre a história da casa, assim como as prospecções arqueológicas, prosseguiram.

39. Em 6 de junho de 1979 o DPH firmou convênio com o Museu Paulista da USP, com o objetivo de realizar um programa sistemático de prospecções arqueológicas em sítios urbanos da cidade. As prospecções no Sítio Morrinhos viriam a ser realizadas futuramente, em duas etapas (1981 e 1984).

Fig. 25. Levantamento de gabarito do entorno, 1980, pela Seção de Crítica e Tombamento. Acervo DPH/Pres.

No quadro dessa abordagem multidisciplinar o foco central continuava a ser a questão arquitetônica do monumento. A nova versão do projeto de restauração, coordenada pelo Diretor da Divisão de Preservação e concluída em 1980, fundamentou-se em parâmetros conceituais e técnicos radicalmente

Fig. 26. Estudo de circulação, 1980, pela Seção de Revitalização. Acervo DPH/Pres.

Fig. 27. Projeto paisagístico, pela Seção de Crítica e Tombamento. Acervo DPH/Pres.

opostos aos do projeto de 1979. Fundamentalmente, propunha a preservação das intervenções introduzidas no período beneditino e os anexos, incluindo-se aí a camarinha da casa-sede, suas envasaduras arqueadas e o pórtico arqueado fechando o alpendre, com todos os seus ornamentos. Dentro da casa, baseando-se no cálculo de área necessária às atividades museológica, não previa a reconstrução dos jirais (aliás, o espaço do jirau do lanço Leste permanecia ocupado pela camarinha). Os anexos a Oeste da casa foram mantidos, para a instalação do equipamento museológico: banheiros, oficinas, auditório, etc. (Fig. 28 a 31).

As soluções técnicas também diferiam bastante das do projeto anterior, tendo sido mantidas algumas prescrições, tais como o uso de Neoprene sob os frechais e vigamento, e a composição e traço da argamassa de revestimento das paredes. De forma semelhante à do anteprojeto de restauração da Casa do Tatuapé (1979), aqui o mesmo arquiteto adotou uma postura que evitasse agressões ao edifício: talvez tentando evitar uma intervenção tão invasiva, extensa e irreversível como aquela que acabou sendo adotada na obra que simultaneamente acontecia na Casa do Tatuapé (recobrimento generalizado

Fig. 28. Projeto de restauração de 1980. Plantas térrea, do nível da camarinha, e da cobertura.

Fig. 29. Projeto de restauração de 1980: conservação dos anexos e das reformas beneditinas na casa-sede. Nenhum jirau.

Fig. 30. Projeto de 1980, fachada principal, com acréscimos e vestígios preteritos preservados.

Fig. 31. Projeto de 1980, fachada Leste.

40. Ofício 137/80 do DPH (Murillo Marx) à 8ª. DR/IPHAN (Janjão), em 22-11-80. Arquivo 9ª. SR/IPHAN Pasta **MTSP 6.2.1.**

41. Ofício 013/81 IPHAN, de 19-1-81. Arquivo 9ª. SR/IPHAN Pasta **MTSP 6.2.1.**

com argamassa e concreto armado). O projeto para Morrinhos adotou os princípios da mínima intervenção, da reversibilidade, da distinguibilidade e da compatibilidade física dos materiais novos em relação aos pré-existentes. Propôs a conservação dos encamisamentos de tijolos saudáveis, com o refazimento, em tijolo mesmo, somente das áreas danificadas (**Fig. 32**); propôs sulcar os revestimentos para marcar as transições entre construções de épocas diferentes; propôs o emprego de argamassa de saibro e cal, sem adição de cimento, para o revestimento das paredes e reintegração de lacunas nas paredes de taipa. A questão da consolidação estrutural estranhamente não figura no projeto.

Esta versão do projeto foi encaminhada para apreciação do IPHAN em novembro de 1980, pelo Diretor do DPH que ressaltou no Ofício de encaminhamento que uma “*visão de conjunto das construções rurais congêneres apontou uma direção inovadora que valorizasse as peculiaridades do exemplar em questão*”.⁴⁰ O IPHAN aprova o projeto em janeiro de 1981.⁴¹ Apesar de aprovado o projeto, as obras tardam a ser iniciadas.

Em 1981 é realizado pelo DPH um escoramento emergencial da fachada Norte, em função da desestabilização desta (Ver **Fig. 3** e **4** do presente

Fig. 32. Fachada Leste, durante prospecções arquitetônicas, em novembro de 1979. Notem-se os diversos encamisamentos.

Capítulo). Na ocasião, a Delegacia do IPHAN de São Paulo informa o Rio de Janeiro que “em **1979** a PMSP recebeu a residência, em **doação**. Desde então o DPH vem se empenhando na realização de estudos e projetos, com vistas à sua restauração, contando com o apoio desta DR. O **projeto** para as obras foi devidamente examinado e **aprovado** pela SPHAN, entretanto ainda não foram iniciadas as obras que deverão ser executadas sob a responsabilidade administrativa daquele órgão municipal.”⁴²

O escoramento é insuficiente, e o IPHAN, após vistoria ao imóvel, solicita um novo escoramento, que só foi executado em 1983, conforme comunicado ao IPHAN pela Diretora do DPH Maria Virgília Salgado Loureiro em 14-3-83.⁴³

Fig. 33. Fachada Norte escorada em 1983. Acervo DPH/ STPRC.

Finalmente em janeiro de 1984 iniciam-se as obras de **consolidação estrutural**, de **restauração da cobertura** e de execução do **revestimento das paredes externas**, que vinham desprotegidas desde as prospecções de 1979. A obra foi empreitada pela empresa “Salvador A. Bolanho e Cia. Ltda.”, do arquiteto Eideval Bolanho que realizava e acompanhava obras do IPHAN desde 1969.⁴⁴

Considera-se esta obra como sendo a primeira etapa de execução do projeto de 1980, voltada essencialmente para evitar o arruinamento da construção, que sofria com a desestabilização da parede Norte e da ausência de revestimento das taipas e encamisamentos externos. A cobertura, elemento essencial de proteção do edifício, também foi incluída no escopo dessa etapa de obras.

Guarda-se, no DPH, vasta documentação fotográfica desta obra, cujo acompanhamento foi realizado pela arquiteta Cássia Magaldi. Merecem destaque, entre os serviços executados: 1) as técnicas de **consolidação estrutural** dos muros de taipa; 2) os procedimentos de **restauração do madeiramento do telhado** e 3) as características da **argamassa de revestimento das paredes externas**.

A técnica de consolidação geral tinha como finalidade amarrar as paredes externas, pois elas eram, como nas demais casas aqui estudadas, independentes, sem amarração de malhetes, e além disso com o agravante de ser o corpo frontal (face Sul) sobreposto ao restante da edificação (Ver **Fig. 15, 16**). Fugindo à técnica tradicional do esqueleto de concreto armado, a solução adotada consistiu na introdução de cintamentos em dois níveis: um na altura superior das vergas das envasaduras, e outro sobre o respaldo das paredes, na altura dos frechais.

O cintamento na altura das vergas consistiu na introdução de um cabo de aço em um sulco aberto horizontalmente ao redor de toda a casa. A fim de evitar o contato do material metálico com a taipa, foi executada uma cama de argamassa para recobrir o sulco, e novamente mais argamassa para cobrir o cabo (**Fig. 34, 35, 36**). Ver também o sulco atravessando o alpendre, na **Fig. 16** deste Capítulo).

Fig. 35 (esquerda). Caminho do tirante de aço, em planta.

Fig. 35 (direita). Fachada Oeste: detalhe do sulco aberto para introdução do tirante de aço. 1984. Acervo DPH/ STPRC.

Fig. 37. Fachada Leste consolidada. Note-se sulco já fechado. 1984. Acervo DPH/ STPRC.

A parede Norte necessitou de um sistema específico, pois estava desestabilizada e solta do restante do conjunto estrutural. Nela foi empregado o conceito do esqueleto de concreto armado, conjugado com o tirante de aço. A fim de não invadir as regiões de material original (taipa), os pilares foram introduzidos nas áreas já desfiguradas/alterada (de alvenaria de tijolos), adjacentes às portas (**Fig. 37, 38, 39**). Os pilares sobem até o topo das paredes.

Fig. 37 (direita superior). Ferragem de pilar de concreto armado, fachada Norte. Fevereiro de 1984. Fotografia: C. Magaldi. Acervo DPH/STPRC.

Fig. 38 (esquerda). Fachada Norte: detalhe do pilar e viga-baldrame de concreto armado.

Fig. 39 (direita inferior). Fachada Norte: pilares prontos e cobertos com cacos de telha. Fevereiro de 1984. Fotografia: C. Magaldi. Acervo DPH/STPRC.

No nível do topo das paredes foi executada a proposta prevista no projeto de 1980, qual seja, um cintamento de concreto armado, amarrando as paredes e protegendo o respaldo contra infiltrações (**Fig. 40 a 43**).

Fig. 40. Situação antes e depois da consolidação. Na segunda situação, note-se o tirante embutido na taipa.

Fig. 41 (esquerda). Sobre o respaldo das paredes: formas para executar cama de concreto armado, e alvenaria de tijolos para compensar a elevação do ponto do frechal. Março de 1984. Fotografia: C. Magaldi. Acervo DPH/STPRC.

Fig. 42 (direita). Cintamento sobre o respaldo das paredes concluído, com vazio para receber o frechal. Março de 1984. Fotografia: C. Magaldi. Acervo DPH/STPRC.

Fig. 43. Frechal instalado sobre o respaldo das paredes consolidado. Março de 1984. Fotografia: C. Magaldi. Acervo DPH/STPRC.

Fig. 44 (direita). Sambladura em frechal restaurado. Note-se à direita a chegada de pilar de concreto, solidário com a cinta de concreto do respaldo da parede. Março de 1984. Fotografia: C. Magaldi. Acervo DPH/STPRC.

Fig. 45 (esquerda). Caibros, contra-caibros, pontaletes e cachorros apoiados sobre o frechal. Maio de 1984. Fotografia: C. Magaldi. Acervo DPH/STPRC.

Do telhado procurou se conservar o máximo de material original (canela-preta). O ripamento existente foi descartado, assim todos os cachorros e apenas alguns caibros. Partes apodrecidas dos frechais foram substituídas por enxertos, com o auxílio de sambladuras adequadas (**Fig. 44, 45**). Na **Figura 43** é possível ver os poucos caibros substituídos, mais claros (taxa de substituição de 20%).

Por fim, a argamassa de revestimento, onde se procurou empregar materiais fisicamente compatíveis com a taipa e com os encamisamentos de tijolos de barro, foi composta de saibro, cal, sucata de celulose e cola branca.

Os desenhos seguintes (**Fig. 46 a 57**) resumem as operações realizadas em 1984, no seu aspecto físico visível:

Fig. 46. Fachada Sul (principal) antes da restauração.

Fig. 47. Fachada Sul consolidada, sem revestimento.

Fig. 48. Fachada Sul consolidada, revestida.

Fig. 49. Fachada Leste antes da restauração.

Fig. 50. Fachada Leste consolidada, sem revestimento.

Fig. 51. Fachada Leste consolidada, revestida.

Fig. 52. Fachada Norte antes da restauração.

Fig. 53. Fachada Norte consolidada, sem revestimento.

Fig. 54. Fachada Norte consolidada, revestida.

Fig. 55. Fachada Oeste antes da restauração. (As construções anexas não estão representadas nesta fachada, para permitir a visão do cabo de aço percorrendo a parede).

Fig. 56. Fachada Oeste consolidada, sem revestimento.

Fig. 57. Fachada Oeste consolidada, revestida.

Por último analisemos a terceira etapa da restauração do Sítio Morrinhos, durante a qual todos os demais elementos existentes e não atingidos pelas obras de 1984 foram restaurados. Esta etapa mais recente de intervenções foi executada no ano 2000, sob responsabilidade das arquitetas do DPH Cássia Magaldi e Leila Diêgoli, respeitando os critérios propostos no projeto de 1980 e adotados nas obras de 1984. Seus aspectos mais destacáveis são: a) a restauração e adequação das construções anexas; b) a restauração de todos os elementos arquitetônicos internos da casa-sede, incluindo as esquadrias das envasaduras e os elementos do alpendre; c) a introdução de um jirau metálico na casa-sede, com linguagem moderna e distinta da existente, acompanhado da instalação de um vistoso sistema luminotécnico também de linguagem moderna, que juntamente com o jirau e o piso revestido de ladrilhos claros resultam em uma espacialidade totalmente inusitada e distinta daquela tradicionalmente constituída na restauração das casas ditas bandeiristas (**Fig. 61, 62**).

Fig. 58. Obra de 2000: jirau metálico introduzido na casa-sede, sem a supressão dos acréscimos arquitetônicos.

Na ocasião do início das obras de 2000 o conjunto do Sítio Morrinhos estava novamente mal conservado, apesar das obras de 1984. O desgaste provocado pelas intempéries e pela manutenção inadequada do imóvel levava à deterioração do revestimento das paredes externas junto ao embasamento (**Fig. 59**) e quase ao arruinamento das construções anexas (**Fig. 60**). Internamente, as taipas descobertas permaneciam no estado em que foram deixadas em 1984, consolidadas porém não restauradas (**Fig. 61**). O conjunto das esquadrias ainda não havia passado por restauração.

Fig. 59 (esquerda). Fachada Leste em 3-7-00. Acervo DPH/STPRC.

Fig. 60 (direita). Anexos em 31-7-00. Acervo DPH/STPRC.

Fig. 61. Interior da casa-sede em 31-7-00, sem revestimento. Acervo DPH/STPRC.

Pensamos que se tornará repetitivo, após já termos examinado detalhadamente quatro obras de restauração, examinarmos as operações de restauração de todos os elementos arquitetônicos acima citados, além dos outros que não foram mencionados. As operações já são suficientemente conhecidas a esta altura – cremos –, de forma que acreditamos ser dispensável a sua análise. De mais interesse é o exame das intervenções realizadas com linguagem arquitetônica moderna nos ambientes da casa-sede. Essas intervenções vêm colocar novamente em discussão a questão dos critérios conceituais envolvidos na restauração, como ocorreu na ocasião do projeto de 1979 para o mesmo imóvel.

A introdução dos elementos arquitetônicos de linguagem francamente moderna cria a interessante oportunidade para se colocar em discussão o caráter da preservação não somente do monumento “Sítio Morrinhos” isoladamente, mas dele como um exemplar do universo tipológico ao qual pertence, especialmente o reduzido universo compreendido na cidade de São Paulo. Pertencer a uma tipologia tão bem definida e caracterizada como a das ditas casas bandeiristas obriga a uma restauração que objetiva ao resgate das constantes tipológicas comuns à maioria dos exemplares? A feição/aspecto do edifício, assim como o seu espaço interior, deverão necessariamente exalar frugalidade e condizer com a austeridade que acreditamos ser característica da sociedade rural seiscentista? As paredes deverão sempre ser alvas, e as madeiras escuras? Os pisos, de tonalidades terrosas? Escadas, guarda-corpos e luminárias coloridas profanarão a austeridade que passou a caracterizar esses exemplares desde a restauração do Sítio Santo Antonio? Mas, por outro lado, seria possível a caracterização, hoje tão clara, do tipo arquitetônico “casa bandeirista”, se as restaurações passadas não tivessem sido orientadas pela permanente e duradoura noção de restauração da imagem ideal dessa arquitetura rural seiscentista?

Fig. 62. Jirau metálico no interior da casa-sede. Em 3-5-02. Acervo DPH/ST-PRC.

Fig. 63. Interior da casa-sede em 3-5-02. Detalhe do sistema de iluminação. Acervo DPH/STPRC.

Fig. 64. Interior da casa-sede em 3-5-02. Detalhe do sistema de iluminação. Acervo DPH/STPRC.

CONCLUSÃO

O IPHAN aglutinou arquitetos e intelectuais modernistas desde a sua criação. A construção e a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional coube a estas personalidades, que transitavam pelo território da arte e arquitetura do passado e simultaneamente atuavam na construção da arte e arquitetura do seu tempo. Lucio Costa, Oscar Niemeyer, Joaquim Cardoso e José de Souza Reis no Rio de Janeiro, Ayrton de Carvalho em Pernambuco, Mario de Andrade em São Paulo, somente para citar alguns. No conjunto, a sua atuação visava à construção de um futuro para a nação, um futuro de tradição e de modernidade.

1. “*Expansão Cultural, Bibliotecas, Educação e Recreios, e Documentação Histórica e Social, onde foram reunidos serviços e instituições já existentes como os Parques Infantis, o Teatro Municipal, a Biblioteca Municipal, o Arquivo Municipal e o Serviço de Diversões Culturais*”. Cf. RAFFAINI, 2001: 31.

Na cidade de São Paulo organizara-se o Departamento de Cultura dois anos antes, em 1935, na gestão do prefeito Fábio Prado (1934 – 1938), a partir de projeto de Paulo Duarte e Mário de Andrade. Tendo Mário de Andrade como diretor e reunindo quatro Divisões¹, o Departamento imprimiu à cidade uma política cultural inédita de difusão das culturas erudita e popular brasileiras, através da implantação e realização de atividades nas áreas da educação, cultura e lazer. Compunham a equipe do Departamento, além de Mário, Benedito Duarte, Sérgio Milliet, Rubens Borba de Moraes, Oneyda Alvarenga e Nino Gallo, entre outros. O grupo acreditava que era necessário educar o povo, tirá-lo de seu estado de analfabetismo cultural, e fornecer-lhe noções de identidade nacional de matriz luso-brasileira. Os estudos estatísticos realizados pela Divisão de Documentação Histórica e Social indicavam um alto índice de analfabetismo na cidade, além da pluralidade cultural de uma grande população de estrangeiros imigrados. A ação a ser promovida foi a de transmitir a esta grande população, através da política cultural, a noção de pertencimento a uma única cultura, a cultura paulistana, paulista e, sobretudo, brasileira. As várias ações concretas foram detalhadamente analisadas por Patrícia Tavares RAFFAINI e concentraram-se, segundo Marly RODRIGUES, na “*expansão da rede de bibliotecas públicas, na organização de arquivos documentais, na criação de parques infantis e no desenvolvimento de pesquisas, especialmente as sociológicas, etnográficas e folclóricas*”. A política atingiria também o campo do patrimônio artístico e arquitetônico. Ainda segundo Marly Rodrigues, Mário dirigiu-se

2. ANDRADE, Mario de. **Cartas de Trabalho**, correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936-1945). Brasília: MEC-SPHAN-pró-Memória, Publicações da SPHAN no. 33, 1981. p. 65.

a Rodrigo Mello Franco de Andrade através de carta de 6 de abril de 1937, manifestando-se sobre a necessidade de ampliar a ação do Departamento de Cultura para o campo da defesa do patrimônio histórico, pois a legislação municipal colocava sob responsabilidade do Diretor do Departamento de Cultura “*traçar, organizar e fazer executar o plano geral do tombamento e defesa do patrimônio artístico e histórico do município*”. (RODRIGUES, 2000:31 e RAFFAINI, 2001: 93).

A criação do serviço municipal de defesa do patrimônio histórico só viria a acontecer em 1975, com a organização do Departamento do Patrimônio Histórico, o DPH.

Entretanto, criou-se o SPHAN em janeiro de 1937, e através do Decreto-Lei 25 de novembro do mesmo ano 1937 o órgão ganhou formas legais de atuação. Mas mesmo antes disto, em 1936, o serviço já funcionava informalmente no Rio de Janeiro, no escritório particular de seu diretor indicado, Rodrigo Mello Franco de Andrade (CAVALCANTI, 1995: 149).

Enquanto se delongava a criação de um serviço local incumbido da defesa do patrimônio, Mário de Andrade dividia-se entre a direção do Departamento de Cultura e a estruturação da futura Delegacia Regional do órgão federal em São Paulo. Em carta de 6-4-1937 propõe a Rodrigo a contratação, para assistente técnico, de Luiz Saia, “*um rapaz bastante inteligente, estudante de engenharia, dedicado à arquitetura tradicional, não passadista*”. Diz ainda Mário: “*(...) como vivo em contato com ele, poderia orientá-lo bem*”.²

A proximidade da Delegacia Regional do IPHAN em São Paulo com o Departamento de Cultura da cidade era metodológica, ideológica, operacional. O automóvel para realizar as primeiras viagens de inventário do IPHAN era cedido pela Prefeitura de São Paulo. Em 1938 o diretor do Departamento de Cultura envia a Missão de Pesquisas Folclóricas para recolher registros das manifestações artísticas – principalmente a música – do norte e nordeste do país. Nesta tarefa municipal voltada para o interesse nacional, seguiram: Luiz Saia como chefe da Missão, o técnico do Departamento de Cultura Bendito Pacheco, o assistente técnico da Missão Antonio Ladeira, e o maestro austríaco Martin Braunwieser. Em Mário convergiam a política municipal modernizadora e nacionalista do Departamento de Cultura, e o nacionalismo do Ministério da Educação e Saúde de Getúlio Vargas. O mesmo desejo de modernidade, de formação de uma legítima identidade nacional, o mesmo projeto de recuperar e divulgar a cultura luso-brasileira, incluídos aí o folclore, os costumes, e os monumentos arquitetônicos autóctones, livres de influências estrangeiras, que passariam a funcionar como referências da história da cidade, do estado, e do país.

Com a posse do novo prefeito Francisco Prestes Maia em maio de 1938, ocorre o desligamento de Mário do órgão municipal. Mário passa a concentrar

suas atividades em torno do IPHAN, até 1945, quando faleceu. Em 1946, Saia é nomeado para o lugar de Mário, como delegado nacional do IPHAN em São Paulo.

Os quase nove anos de intenso convívio com Mário tiveram grande influência na formação e na atividade intelectual de Luis Saia, que no início, como ele mesmo confessa, era orientado por ingênuo nacionalismo.

Mas foi durante a “fase heróica”, impregnada no início por essa “ingenuidade”, que o IPHAN ensaiou em São Paulo os primeiros experimentos com a restauração dos edifícios de taipa, e, entre eles, as casas bandeiristas. Edifícios que foram caracterizados enquanto tipologia (através de processos descritivos e de reconhecimento social do objeto) e restauradas, e nessa operação de restauração, mais uma vez caracterizadas, porém em sentido diverso do primeiro, qual seja: foram submetidas a operações arquitetônicas de caráter conceitual e técnico que, por repetição, acabaram por estabelecer um modelo de procedimentos que consideramos um “paradigma” dentro do campo da abordagem de intervenções em casas bandeiristas.

Conforme afirma Julio Katinsky em sua tese **Casas Bandeiristas – Nascimento e reconhecimento da arte em São Paulo** - de 1972, coube o mérito específico por encontrar e recuperar as casas bandeiristas “*em primeiro lugar a Luiz Saia, que restaurou algumas casas e estabeleceu publicamente os primeiros critérios para a sua caracterização*”. A frase anterior admite pelo menos duas leituras, eleitas como ponto de partida para a discussão que desenvolvemos no presente trabalho.

Como delegado do IPHAN em São Paulo, Saia foi o principal responsável pelo achamento, e em seguida pelas primeiras restaurações, das residências rurais bandeiristas. Todavia, o que significaria, na afirmação de Katinsky, a “caracterização” dessas casas? À primeira vista a idéia parece ser a de apreender as particularidades do objeto arquitetônico através da observação, mensuração e da pesquisa, e em seguida, eventualmente, deixar registrada essa caracterização. Neste sentido foi Saia, de fato, o responsável pelos pioneiros levantamentos arquitetônicos e de informações documentais sobre as casas bandeiristas, através do que se constituiu uma caracterização arquitetônica, social, econômica e histórica daqueles edifícios. Contudo, há uma outra leitura possível da afirmação de Katinsky, da qual se pode depreender que “através das restaurações se estabeleceram publicamente os primeiros critérios para a caracterização das casas bandeiristas”. Poder-se-ia, então, supor que foi através das obras de restauração das casas que ocorreu a sua caracterização? Ou, dito de outra forma: teria sido a casa bandeirista caracterizada a partir das restaurações? Se a resposta for afirmativa, a restauração pode ser entendida também como momento em que ocorreu a “construção” de uma “imagem” pretendida para a casa.

E, se por um lado as restaurações das casas bandeiristas – iniciadas em 1940 por Saia com a obra do Sítio Santo Antônio – serviram como oportunidade de pesquisa e caracterização do tipo arquitetônico, por outro serviram também para introduzir e consolidar uma abordagem respeitante à restauração de casas bandeiristas, abordagem esta transformada em paradigma possivelmente por força da repetição (que pode implicar tradição) e da eficácia.

Repetição/ Tradição: Os conceitos que teriam fundamentado a abordagem do Sítio Santo Antônio como monumento, assim como os procedimentos técnicos adotados na sua restauração, mostraram-se recorrentes nas restaurações das casas bandeiristas do Sítio do Padre Inácio (1947-48), Casa do Butantã (1954), Sítio do Mandú (1964) e Casa do Caxingui (1967). Mais tarde, nas restaurações empreendidas pelo Poder Municipal, eles também reaparecerão na prática (isto é, nas obras), apesar de algumas vezes ausentes nos discursos (nos projetos). Em busca da restauração de uma imagem arquitetônica *primitiva* dos monumentos seiscentistas, *coerente* do ponto de vista estilístico e *completa* do ponto de vista figurativo, adotaram-se soluções técnicas consideradas na época bastante modernas, como a introdução, na taipa, de **esqueletos de concreto armado** e de **placas de concreto** moldadas no local; as **argamassas** de assentamento de tijolos – quando era o caso de montar aparelhos de alvenaria desse material – e as argamassas de revestimento, assim como as de preenchimento de pequenas lacunas na taipa (“obturações”) também levaram cimento na composição, contrastando com os originais revestimentos de tabatinga. Os **acréscimos** e **modificações** introduzidos ao longo do tempo naquelas restaurações invariavelmente foram suprimidos em etapas de obra denominadas “de limpeza e de prospecção”. Como é inerente a todas as restaurações, nos casos citados também se visou ao **saneamento das patologias** do edifício. Curiosamente, as operações de “limpeza” que foram empreendidas nas casas também podem ser consideradas operações de **saneamento**, porém de ordem **estética**, na medida em que se propunham a purificar o monumento original de seus acréscimos arquitetônicos e modificações “espúrias”. O **rejuvenescimento** de todos os exemplares restaurados faz parte do paradigma, como decorrência natural da substituição dos **revestimentos** pré-existentes pelos novos, aos quais se aplicou invariavelmente a pintura alva à base de cal, fazendo sobressair as janelas e portas restauradas e escurecidas com extrato de nogueira. A fisionomia resultante desse conjunto de operações impressiona, em todos os exemplares restaurados, pelo seu **aspecto de novo**, realçado pela operação de **ambientação do entorno**, o qual sempre que possível recebeu tratamento paisagístico que eliminou, como ocorreu na própria edificação nele implantada, todos os vestígios de **antiguidade**, **envelhecimento** e **temporalidades sucessivas**, para ceder lugar à criação de verdadeiros ambientes de inspiração urbanística modernista, conforme denunciam as operações de **liberação/limpeza** do entorno do monumento, inspirada na Carta de Atenas dos CIAM, e o tratamento desse entorno com gramados e calçamentos de desenho geometrizado.

Eficácia: São principalmente razões de ordem ideológica e técnica que contribuíram, a nosso ver, para a permanência, por mais de quatro décadas, do modelo de restauração fundado por Saia. Se inicialmente devemos tratar as restaurações das moradias bandeiristas em termos de “experimentos” – pois as experiências reduziam-se a duas intervenções (Santo Antônio, Padre Inácio) – com o suceder de obras em outros imóveis da mesma tipologia já é possível falarmos em um “padrão” de procedimentos de restauração. As obras no Sítio Mandu, e depois na Casa do Butantã e da Casa do Caxingui propiciaram as oportunidades para o IPHAN consolidar o modelo de intervenção em casas bandeiristas, redesenhando-as de acordo com o padrão estético experimentado na primeira restauração (Sítio Santo Antônio, 1939). À medida que se operavam as restaurações, progressivamente se caracterizavam as casas bandeiristas. Uma a uma, cada qual portadora de particulares características adquiridas ao longo de suas vidas, tiveram suas estruturas saneadas, liberadas e limpas de todos os traços que dificultassem a leitura mais clara e imediata do tipo bandeirista ideal. A “Casa do Bandeirante” representa de certa forma a consagração do processo de constituição do tipo característico. Sua pureza geométrica e cromática, a regularidade e alvura das superfícies das paredes, o coroamento em quatro águas, os frugais ambientes internos a sugerirem a rusticidade seiscentista, e finalmente a sua posição isolada e destacada no terreno são características presentes em todos os exemplares restaurados pelo IPHAN sob a direção de Luis Saia. Não é à toa que a oportunidade de sua restauração permitiu a produção e publicação do segundo ensaio clássico sobre as casas bandeiristas (SAIA 1955), no qual se reiterara a tese de 1944 que relaciona a perfeição da casa rural paulista ao período de apogeu da sociedade bandeirista: o ensaio de 1955, considerado à luz do exame das restaurações empreendidas pelo IPHAN nessas residências, nos leva a concluir que o modelo de restauração – o “paradigma” – desempenhou uma função essencial para a constituição do tipo arquitetônico bandeirista que nos chegou até hoje. A operação de “uniformização” estética dos exemplares, decorrente da abordagem padronizada e da aplicação de critérios estéticos e técnicos constantes nas restaurações foi fundamental para a cristalização da imagem arquitetônica do que hoje entendemos por casa bandeirista. Daí considerarmos o paradigma **eficaz** para a “construção” do tipo arquitetônico rural bandeirista. A sua aplicação uniforme contribuiu, sem dúvida, para ajudar o IPHAN a constituir e caracterizar a imagem arquitetônica daqueles exemplares tipológicos, a fim de reforçar na memória do observador as figuras uniformes daqueles monumentos arquitetônicos destinados a rememorar os primórdios da civilização paulista.

A outra razão para justificar a eficácia da longa permanência do paradigma tem fundamento ideológico-arquitetônico e técnico: trata-se do emprego do concreto armado. A consolidação dos muros de taipa através da introdução do esqueleto de concreto armado, e a proteção das bases das paredes com placas de concreto mostraram-se adequados, do ponto de vista da estática, para garantir a estabilidade dos edifícios. Já a aplicação de revestimento de

3. A restauração da igreja foi uma das primeiras do IPHAN no estado de São Paulo. Ocorreu entre 1939-40, quase simultaneamente à do Sítio Santo Antônio.

4. Carta de Veneza, Artigo 10º. “(...) a consolidação do monumento pode ser assegurada com o emprego de todas as técnicas modernas de conservação e construção **cuja eficácia tenha sido demonstrada por dados científicos e comprovada pela experiência**”. Grifos nossos.

5. Carta Italiana de Restauração de 1987, Artigo 7º.

argamassa cimentícia sobre a taipa não apresentou resultados uniformes, tendo sido verificadas posteriormente grandes variações do estado de conservação, de um edifício para outro. A este respeito Janjão observou, em artigo datado de 1992, que em 1958 havia sido necessário refazer partes do revestimento de 1939 que havia se soltado da Igreja de Nossa Senhora do Rosário do Embu³; e que em 1976 praticamente toda a argamassa estava desprendida, exigindo o seu refazimento. Segundo ele, então, o processo empregado não lograra resultado satisfatório. (ANDRADE, 1992, p. 9). O descolamento foi verificado em 1980 também na casa do Sítio Santo Antonio (GONÇALVES, 2004, p. 104). Por outro lado estão bastante preservados os revestimentos de edifícios como a casa do Padre Inácio, do Mandu, do Caxingui e do Butantã. Portanto, a durabilidade do revestimento e o seu bom desempenho com relação ao suporte – a taipa – parecem depender muito mais de um conjunto de fatores – a composição e o traço da argamassa de revestimento, a qualidade de execução, as características da própria taipa – do que da simples presença ou não de cimento na argamassa.

O emprego das técnicas acima citadas passou a ser objeto de controvérsia e indagações críticas a respeito de sua adequação ao suporte (a taipa) desde o início da década de 1970, quando passam a se debater as noções de compatibilidade e irreversibilidade dos materiais e técnicas de consolidação em relação à matéria a ser consolidada. Se antes eles eram encorajados pela Carta de Atenas, depois pela Carta de Veneza (com ressalvas)⁴, a Carta Italiana de Restauração de 1987 proposta por Paolo Marconi e outros, por exemplo, já faz uma advertência sobre a sua utilização nos monumentos – seja para operações de consolidação ou de inserção de novas adições –, recomendando materiais e técnicas tradicionais que privilegiem a compatibilidade físico-química com os materiais pré-existentes, e que não apresentem características invasivas ou irreversíveis, prejudiciais ao monumento⁵.

Os experimentos com o concreto armado na consolidação de monumentos iniciaram-se, por iniciativa de Luiz Saia, na restauração da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, no Embu (1938). A oportunidade do emprego do concreto armado no campo da restauração de monumentos vinha ao encontro de duas boas regras da época: a primeira, recomendada pela Carta de Atenas, que preconizavam o emprego de materiais novos nas restaurações a fim de deixar visível a intervenção – conforme explicava aos alunos o arquiteto Fernando Machado LEAL em seus cursos sobre técnicas de restauração de monumentos brasileiros, na década de 1970; a segunda, inerente à adesão dos arquitetos do IPHAN ao movimento moderno, tema já discutido em nossa dissertação de mestrado. Explorar os recursos do concreto armado nas restaurações era, naquelas circunstâncias, uma decorrência inevitável das circunstâncias da época.

Portanto, as restaurações das casas bandeiristas orientaram-se, originalmente: a) pela necessidade prática de salvamento físico da edificação, solucionada

com a adoção de técnicas de consolidação baseadas no emprego do concreto armado; b) pelo desejo nacionalista de caracterizar e constituir um “autêntico” patrimônio representativo do ancestral povo paulista, lançando mão, para a consecução de tal objetivo, da recomposição da feição integral/original, ou unidade estilística, do edifício; c) pelo respeito aos princípios emanados da Carta de Atenas (1931), entre os quais se destaca a recomendação de emprego da técnica do concreto armado nos trabalhos de consolidação; d) pelo alinhamento às orientações do Movimento Moderno, que recomendava a valorização do monumento através da liberação do seu entorno, e o atendimento do princípio da “verdade estrutural” – que colaborou para reforçar a ênfase no emprego do concreto armado.

Janjão defende, em sua tese de doutoramento, a influência do racionalismo arquitetônico francês de Le Corbusier e das teorias de Viollet-le-Duc nas restaurações empreendidas pelo IPHAN. *“Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode jamais ter existido”*. A frase de Viollet-le-Duc, constante do verbete “Restauração”, do seu dicionário, não pode ser interpretada isoladamente do pensamento geral daquele arquiteto e ser simplesmente relacionada à idéia da “restauração em estilo”, ou às repristinações.

No século XIX, ao constatar a coerência entre estrutura e forma nas construções medievais, Viollet-le-Duc observou que contribuíam para tal resultado a “unidade” decorrente da lógica resultante do conjunto dos princípios estruturais, dos materiais, do sistema construtivo, e do programa de usos presentes no edifício. Para ele, a primeira regra da Arte consistia na coesão da série de operações construtivas determinantes do edifício (JOKILEHTO, 1999: 154).

Portanto, na essência da idéia de restauração de Viollet-le-Duc está o respeito à “unidade” do edifício e a busca da “coesão” da construção, isto é, a busca de uma harmonia, que poderíamos chamar também de beleza, emanada da lógica intrínseca ao conjunto dos princípios construtivos do edifício. Raciocinando desta forma, é possível dirigirmos a nossa atenção para além do campo mais imediato dos aspectos aparentes do edifício – seu **aspecto formal** –, para nos concentrarmos no exame dos aspectos construtivos do edifício – **materiais, soluções e técnicas construtivas** – e, por fim, no exame da relação entre os aspectos construtivos e a forma do edifício. Nesta relação pode existir, ou não, lógica, coesão e “unidade” que, como visto, não é apenas de “estilo”.

É essa unidade, justamente, que Viollet-le-Duc admirava na arquitetura. A busca da “unidade” de cada edifício orientou toda a prática de restauração do arquiteto, custando a construção de “unidades” que podem jamais ter existido.

Perguntemo-nos, entretanto: a “unidade” preconizada por Viollet-le-Duc

– que, conforme acabamos de observar, não é apenas de estilo, mas do conjunto do sistema tectônico-formal do edifício – era um objetivo a atingir nas restaurações do IPHAN? Seguramente não, pelo menos nos exemplares de taipa, especialmente as casas bandeiristas que examinamos. Decorrente de uma necessidade técnica – a consolidação estrutural –, a introdução dos sistemas de concreto armado nos edifícios de taipa tinha como objetivo prevalente solucionar questões práticas de amarração, anulação de empuxos, estabilização e encamisamentos, sem preocupação com o resultado formal de tais intervenções sobre a aparência do edifício – afinal, tudo ficaria escondido atrás do novo revestimento das taipas. A “unidade” do objeto arquitetônico tal como colocada por Viollet-le-Duc, estava, portanto, rompida a partir do momento em que se realizava tal intervenção, pois estava alterado o conceito “original” da estrutura da construção.

Contudo, no aspecto formal, a “unidade” estava garantida, mesmo que fosse uma unidade ideal, e restrita ao aspecto estilístico.

Voltando-nos para as cinco restaurações que foram examinadas no presente trabalho, podemos afirmar que o modelo de intervenção nas casas bandeiristas fundado e consolidado pelo IPHAN inspirou as novas gerações de arquitetos até as obras do início da década de 1980. Não à toa, os autores ou responsáveis pelo projeto e/ou obra do Sítio da Ressaca, Casa do Tatuapé e pelo primeiro projeto para o Sítio Morrinhos (de 1979) foram respectivamente Janjão, Luis Alberto Passaglia e Antonio Gameiro, três arquitetos cuja formação profissional está originalmente ligada ao estreito convívio com Luis Saia, nos trabalhos realizados na repartição que este último dirigia. Também não é à toa que os três projetos preconizaram a retomada da feição original dos respectivos edifícios, propondo soluções técnicas idênticas (um pouco menos, no caso do Tatuapé) às que compunham o paradigma do IPHAN. A influência ideológica das teses de Saia a respeito da casa bandeirista, assim como a influência técnica, certamente foi determinante nas opções conceituais e técnicas adotadas pelos jovens discípulos do IPHAN que, alguns, levaram a sua contribuição para o também jovem DPH.

Com base no exame que nos propusemos a realizar dos projetos e obras nos cinco exemplares bandeiristas selecionados foi possível verificar e confirmar as hipóteses estabelecidas no início da presente pesquisa. As duas primeiras restaurações – nos exemplares do Butantã e do Caxingui – seguiram ortodoxamente o modelo de intervenção inaugurado pelo IPHAN – o paradigma –, contribuindo, inclusive, para consolidá-lo.

O momento que denominamos “de enfraquecimento do paradigma” é aquele

em que o modelo de intervenção consolidado passa a ser questionado – veja-se a orientação que os professores peruanos deram ao anteprojeto de restauração da Casa do Tatuapé (1978) –, colocando em discussão, para os alunos-arquitetos dos cursos de especialização, as noções científicas de compatibilidade física entre materiais, reversibilidade, distinguibilidade da intervenção, e mínima intervenção. À procura de novas soluções que atendessem às novas recomendações, os arquitetos pesquisaram materiais e técnicas de restauração mais afinadas com a taipa, tais como o solo-cimento e o solo estabilizado, que não tendo sido recomendados por consultores estruturais, acabaram sendo preteridos por uma técnica inédita para essas casas: o lançamento de concreto armado sobre os muros de taipa, baseando-se na noção de preservação do caráter monolítico da taipa – que acabou se revelando solução muito mais invasiva do que o tradicional emprego do esqueleto de concreto armado em pontos localizados dos maciços. Essa técnica foi empregada tanto na Casa do Tatuapé como no Sítio da Ressaca. Até aquele momento o solo-cimento se mostrara viável somente para a execução de revestimentos de piso. Apesar de ser material compatível com a taipa, foi considerado inviável para solucionar problemas de consolidar ou reintegração de lacunas da taipa, nas condições colocadas naquele momento.

A restauração do Sítio da Ressaca caracterizou-se pela semelhança quase total com os procedimentos adotados por Luis Saia. Os procedimentos foram alterados e se afastaram do modelo somente devido ao incidente envolvendo o colapso iminente da empena Oeste da edificação. Nessa ocasião iniciou-se a experimentação com a argamassa e o concreto armados lançados sobre a taipa, com base na idéia do monolitismo da taipa.

No Sítio Morrinhos o paradigma é abandonado por completo, inicialmente nas obras de consolidação estrutural (Primeira etapa, 1984), e depois nas obras de restauração da parte interna da casa-sede e dos anexos (Segunda etapa, 2000). Na ocasião da consolidação experimentaram-se principalmente dois procedimentos inéditos nessas casas: primeiramente, o retorno à consolidação com o esqueleto de concreto armado, porém de forma pouco invasiva, restrita a uma fachada desestabilizada (Norte) e conjugada com a amarração das paredes externas através de um tirante de aço; em segundo lugar, o emprego de argamassa de revestimento de paredes sem cimento, que foi substituído por uma composição mais compatível com a taipa.

Na segunda etapa de restauração do Sítio Morrinhos introduzem-se elementos arquitetônicos de linguagem francamente nova, remetendo ao princípio colocado por Lucio Costa na carta a Rodrigo M. F. de Andrade em que defendeu o projeto de autoria de Oscar Niemeyer para o Grande Hotel de Ouro Preto: boa arquitetura vai sempre bem com boa arquitetura, não importa de que época seja. Os resultados da aplicação desses novos conceitos lá estão, para serem apreciados e debatidos.

Por fim, quatro aspectos do conjunto das operações de restauração que constituem o que denominamos paradigma – ou o modelo de intervenção inaugurado e consolidado por Luis Saia – merecem comentários, devido à sua presença constante em todas as cinco intervenções examinadas.

O primeiro refere-se à operação denominada “limpeza”. Em nome do exame das condições estruturais da taipa, da pesquisa do edifício e da prospecção arquitetônica em busca de vestígios da configuração original do monumento o que acaba acontecendo é o descarte irreversível de uma diversidade de dados sobre a história da edificação, documentados na configuração atingida pelos estratos sobrepostos até a época da restauração e constituída por elementos tais como anexos, tesouras de telhado, tabiques e paredes divisórias de alvenaria, revestimentos de piso e volumetria, planimetria, composição das fachadas. Em futuras obras em outros exemplares tipologicamente assemelhados, algumas dessas informações em forma de elemento construtivo talvez pudessem ser preservadas, desde que não implicassem prejuízo estético para o monumento.

O segundo diz respeito à consolidação, operação necessária e inevitável quando o edifício apresenta desestabilizações. Examinamos praticamente dois métodos de consolidação estrutural, um baseado no emprego do esqueleto de concreto armado, outro no concreto armado ou argamassa armada lançada sobre a taipa. Ambos consistem em soluções cujo material guarda pouca afinidade com a taipa, e o seu modo de aplicação não chega a alterar significativamente a lógica de transmissão de cargas das paredes. Do ponto de vista da integridade (ou autenticidade) dos muros de taipa a segunda solução demonstra-se muito mais invasiva, irreversível e agressiva do que a primeira, já que recobre totalmente todas as superfícies do muro de taipa na região a ser consolidada.

O terceiro aspecto relaciona-se à remoção completa, seguida da execução de um novo revestimento, sobre a totalidade da superfície das paredes de taipa. Tal abordagem confere aos revestimentos da taipa a condição de superfícies de sacrifício, ou seja, aquelas que se destinam a ser periodicamente renovadas e cuja função primordial é a proteção do substrato inferior (no caso, a taipa). Mas, será esta uma característica inerente às paredes de taipa? Os muros se prestam a receber e ter retirados, periodicamente, revestimentos? Sua estrutura suporta tais operações cíclicas? Será necessário pesquisar mais se quisermos ter respostas para tais questões.

O quarto aspecto está relacionado ao terceiro. Ao se executar uma nova camada de revestimento sobre a taipa procede-se a uma espécie de operação plástica na feição do edifício. Ocorre então um repentino rejuvenescimento do monumento, através da supressão de irregularidades e das marcas do tempo. Tal solução uniformizou o conjunto dos exemplares (Morrinhos talvez possa ser considerado uma exceção) com suas paredes permanentemente

alvíssimas e as madeiras escuras e de certa forma estabeleceu o hábito de se empreenderem, neles, ciclicamente, serviços de pintura com cal branca, de forma que eles estão condenados ao eterno rejuvenescimento. É o caso de se indagar se seria possível uma outra abordagem, que permitisse ao edifício envelhecer (com saúde, é claro) na aparência, porém sofrendo obras de conservação que conseguissem preservar a pátina e os sinais do tempo.

A preservação dos cinco exemplares analisados deveu-se ao empenho pessoal de indivíduos preocupados com o patrimônio histórico e às políticas oficiais. Envolveu construções ideológicas, criando e alimentando o mito da morada bandeirista, que por sua vez foi alimentado por personalidades dedicadas ao culto da memória do passado paulista, como Guilherme de Almeida e Paulo Florençano, que desempenharam papéis importantes na preservação dos monumentos de que tratamos no presente trabalho. Envolveu também, e sobretudo, Luis Saia, que “*estabeleceu publicamente os primeiros critérios para a sua caracterização*” (KATINSKY 1976) e foi seguido pelos arquitetos do IPHAN e do DPH. Passado o momento da construção ideológica sobre a casa bandeirista, esta deixa de ser abordada como um símbolo ideológico (tanto do mito do bandeirante, como do da ação modernista do Patrimônio sobre o passado nacional), passando a adquirir a condição de documento histórico e artístico, onde construções ideológicas não mais encontram seu lugar. As transformações operadas no modelo de restauração original são sintomáticas da sua nova condição.

BIBLIOGRAFIA

1. Livros

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial (1500-1800)**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988. 7º ed.

ACAYABA, Marlene Milan (coordenadora). **Equipamentos, usos e costumes da casa brasileira – Fichário Ernani Silva Bruno**. São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 2001.

ALBUQUERQUE, Alexandre. **Construções Civis**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1953. 4º ed.

AMARAL, Aracy. **A Hispanidade em São Paulo**. São Paulo: Nobel: EDUSP, 1981.

ANDRADE, Mario de. **Cartas de Trabalho, correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936-1945)**. Brasília: MEC-SPHAN-pró-Memória, Publicações da SPHAN no.33, 1981.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. **Rodrigo e seus Tempos**. Rio de Janeiro: Minc-SPHAN/Pró-Memória, 1986.

_____. **Rodrigo e o SPHAN**. Rio de Janeiro: Minc-SPHAN/Pró-Memória, 1987.

ANNONI, Ambrogio. **Scienza ed arte Del restauro architettonico: idee ed esempi**. Milano: Framar, 1946.

ARANTES, Pedro Fiori. **Arquitetura Nova**. São Paulo: Editora 34, 2002.

BARRETO, Benedito Carneiro Bastos (BELMONTE). **No Tempo dos Bandeirantes**. São Paulo: Governo do Estado, 1980. Col. Paulística, v. 20.

BRAGA, Márcia (organização). **Conservação e Restauro. Arquitetura Brasileira.** Rio de Janeiro: Rio, 2003.

_____. **Conservação e Restauro. Madeira, Pintura sobre Madeira, Douramento, Estuque, Cerâmica, Azulejo, Mosaico.** Rio de Janeiro: Rio, 2003.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração.** Tradução: Beatriz Mugayar Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004. Coleção “Artes & Ofícios”, v. 5.

BRUNO, Ernani Silva. **O Equipamento da Casa Bandeirista Segundo os Antigos Inventários e Testamentos.** São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1977.

_____. **História e Tradições da Cidade de São Paulo.** Volume I - Arraial de Sertanistas (1554-1828). São Paulo: Hucitec, 1983 (1ª ed. 1954).

CAPITEL, Antón. **Metamorfosis de monumentos y teorías de la restauración.** Madrid: Alianza Editorial, 1988.

CARBONARA, Giovanni. **Avvicinamento al Restauro. Teoria, Storia, Monumenti.** Napoli: Liguori, 1997.

CAVALCANTI, Lauro. **As preocupações do belo.** Rio de Janeiro: Taurus editora, 1995.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

CHOISY, Auguste. **Historia de la Arquitectura.** Buenos Aires: Editorial Victor Lerú SLR, 1963. quarta edición (1º ed 1899).

COSTA, Lúcio. **Lúcio Costa: registro de uma vivência.** São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

DPHAN. **A Lição de Rodrigo.** Recife: DPHAN, 1969.

DUARTE, Paulo. **Contra o vandalismo e o extermínio.** São Paulo: Departamento de Cultura, 1938.

_____. **Mário de Andrade por Ele Mesmo.** São Paulo: HUCITEC; Prefeitura do Município de São Paulo, 1985. 2º ed.

FERREIRA, Antônio Celso. **A Epopéia Bandeirante: Letrados, Instituições, Invenção Histórica (1870-1940).** São Paulo: UNESP, 2002.

FINA, Wilson Maia. **Paço Municipal de São Paulo**. São Paulo: Anhambi, 1961.0

FITCH, James M. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico**. Tradução: Sylvia Ficher. São Paulo: FAUUSP, 1981.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

GAGLIARDI, Vilma Lúcia. **A Casa Grande do Tatuapé**. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 1983.

GALHANO, Fernando; OLIVEIRA, Ernesto Veiga de. **Arquitetura Tradicional Portuguesa**. Lisboa: Dom Quixote, 2003. col. Portugal de Perto, 24. 5º ed.

GONZÁLES-VARAS, Ignacio. **Conservación de Bienes Culturales. Teoría, historia, principios y normas**. Madrid: Ediciones Cátedra, 2000.

IPHAN. **Cartas Patrimoniais**. Brasília: IPHAN, 1995. Caderno de documentos nº 3.

JOKILEHTO, Jukka Ilmari. **A History of Architectural Conservation**. Oxford: Butterworth-Heinemann, 1999.

KATINSKY, Julio Roberto. **Casas Bandeiristas. Nascimento e reconhecimento da arte em São Paulo**. São Paulo: IGEOG-USP, 1976. Série Teses e Monografias nº 26. Tese apresentada à FAU-USP em 1972.

KUBLER, George. **A Arquitetura Portuguesa Chã. Entre as Especiarias e os Diamantes 1521-1706**. Tradução Jorge Henrique Pais da Silva. Lisboa: Veja, 1988.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Arquitetura do Ferro e Arquitetura Ferroviária em São Paulo – Reflexões sobre a sua preservação**. São Paulo: Ateliê Editorial: Fapesp: Secretaria da Cultura, 1998.

LA REGINA, Adriano. **Preservação e Revitalização do Patrimônio Cultural na Itália**. São Paulo: FAUUSP, 1982.

LARSEN, Knut Einar; MARSTEIN, Nils. **Conservation of Historic Timber Structures**. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão, Irene Ferreira e Suzana Ferreira Borges. Campinas: Unicamp, 2003. 5º ed.

LEAL, Fernando Machado. **Restauração e conservação de monumentos brasileiros: subsídios para o seu estudo, notas de aula**. Recife: UFPE, 1977.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **Cozinhas, etc.** São Paulo: Perspectiva, 1978, 2ª ed.

_____. **Notas sobre a arquitetura tradicional de São Paulo**. São Paulo: FAUUSP, 1992. 3ª ed. (1ª Edição 1969).

_____. **História da casa brasileira. A casa colonial, casas urbanas e rurais, a habitação burguesa**. São Paulo: Contexto, 1996, 2ª ed. (1ª ed. 1989).

_____. **Casa Paulista. História das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café**. São Paulo: EDUSP, 1999.

LUÍS, Washington. **Na capitania de São Vicente**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1989. Coleção “Reconquista do Brasil”, v.28.

MACHADO, Alcântara. **Vida e Morte do bandeirante**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980. Coleção “Reconquista do Brasil”, v.8.

MARINS, Paulo César Garcez. **Através da Rótula. Sociedade e Arquitetura Urbana no Brasil, Séculos XVII a XX**. São Paulo: Humanitas FFLCH USP, 2001.

MARQUIS-KYLE, Peter; WALKER, Meredith. Australia ICOMOS. **The Illustrated Burra Charter – Making good decisions about the care of important places**. Sydney: Australia ICOMOS, 1992.

MEC-SPHAN/ próMemória. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília: MEC-SPHAN/ Fundação Pró-Memória, 1980.

MORAES, Geraldo Dutra de. **A Igreja e o Colégio dos Jesuítas de São Paulo**. São Paulo: Prefeitura do Município, 1979

MORI, Victor Hugo, LEMOS, Carlos A C, CASTRO, Adler H Fonseca de. **Arquitetura Militar. Um panorama histórico a partir do porto de Santos**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2003.

PAPE, Thomas; WUNDRAM, Manfred. **Andrea Palladio 1508-1580. Um Arquiteto entre o Renascimento e o Barroco**. Tradução Casa das Línguas. Köln: Taschen, 2004.

Patrimônio Cultural Paulista: CONDEPHAAT, Bens Tombados 1968-1998. Coordenadora Edna Hiroe Miguita Kamide; Tereza Cristina Rodrigues Epitácio Pereira. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998.

PESSÔA, José (organização). **Lúcio Costa: Documentos de Trabalho.** Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.

PRADO, Paulo. **Paulística. História de São Paulo.** Rio de Janeiro: Ariel, 1934. 2º ed.

PRESTES, Lucinda Ferreira. **A Vila Tropeira de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba. Aspectos Socioeconômicos e Arquitetura das Classes Dominantes (1750-1888).** São Paulo: ProEditores, 1999.

RAFFAINI, Patrícia Tavares. **Esculpindo a Cultura na Forma Brasil. O Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938).** São Paulo: USP-FFLCH Humanitas, 2001. Série “Teses”.

REIS, Nestor Goulart. São Paulo. **Vila Cidade Metrópole.** São Paulo: Via das Artes, 2004.

RODRIGUES, José Eduardo Ramos; SANTOS, Délio Freire dos. **Câmara Municipal de São Paulo: 1560-1998: Quatro séculos de História.** São Paulo: Imprensa Oficial, 1998.

RODRIGUES, José Wasth. **Documentário arquitetônico relativo à antiga construção civil no Brasil.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo. 1979. 4º ed.

RODRIGUES, Marly. **Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo: 1969-1987.** São Paulo: UNESP: Imprensa Oficial do Estado: CONDEPHAAT: FAPESP, 2000.

SAIA, Luís. **Morada Paulista.** São Paulo: Perspectiva, 1978, 2ª. Edição. (1ª. Edição 1976).

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. (org.). **São Paulo: 1934-1938; Os Anos da Administração Fábio Prado.** Pesquisadoras Claudia Bitran e Diana Csillag. São Paulo: FAU USP, 1999.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. **Os Guardiões da Nossa História Oficial.** São Paulo: IDESP – Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo. 1989.

SETTE, Maria Piera. **Il Restauro in Architettura. Quadro Storico.** Torino: UTET Libreria, 2001.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na Metrópole. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, José Afonso da. **Aspectos Jurídicos do Patrimônio Ambiental**. São Paulo: FAUUSP, 1981.

TAUNAY, Affonso D'Escagnolle. **História das Bandeiras Paulistas**. São Paulo: Melhoramentos, 1975. 3º ed.

TOLEDO, Roberto Pompeu de. **A Capital da Solidão – uma história de São Paulo das origens a 1900**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

TRINDADE, Jaelson Bitran. **Tropeiros**. São Paulo: Editoração, 1992.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Arquitetura no Brasil: Sistemas Construtivos**. Belo Horizonte: UFMG, 1979. 5º ed.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. Tradução: Beatriz Mugayar Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000. Coleção “Artes & Ofícios”, v. 1.

XAVIER, Alberto (organização). **Depoimento de uma Geração**. São Paulo: Pini: Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura: Fundação Vilanova Artigas, 1987.

2. Artigos

ANDRADE, Antônio Luiz Dias de. “O Nariz torcido de Lúcio Costa”. In: **SINOPSES SÃO PAULO** nº 18. São Paulo, dezembro 1992. pp 5-17.

ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de. “Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”. In: **REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO GUARUJÁ/ BERTIOGA** nº 12. São Paulo, 1981.

BRUNO, Ernani Silva. “Algumas notas sobre o mobiliário paulista no tempo dos bandeirantes”. In: **REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO GUARUJÁ/ BERTIOGA** nº 8. São Paulo, 1973.

CAVALCANTI, A. N. R. “O cavalo e a canoa no bandeirismo de penetração”. In: **PAULISTÂNIA** nº 48. São Paulo: Clube Piratininga, maio a agosto 1953.

CHOAY, Françoise. “A propos de culte et de monuments”. In: RIEGL, Alois. **Le Culte Moderne des Monuments- son essence et sa genèse**. Paris: Edi-

tions du Seuil, 1984.

_____. “Sept propositions sur le concept d’authenticité et son usage dans les pratiques du patrimoine historique”. In: **Nara Conference on Authenticity - proceedings**. Trondheim: Tapir / ACA, 1995. pp. 101-120.

CORDEIRO, José Pedro Leite. “Afonso de Taunay e a história das bandeiras”. In: **REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO GUARUJÁ/ BERTIOGA** nº 7. São Paulo, 1972.

DAVIES, Martin. “The application of the Harris Matrix to the recording of standing structures”. In: **Practices of archaeological stratigraphy**. San Diego: Academic Press, 1993.

DONATO, Hernani. “Os que governaram São Paulo: 1532 a 1822. In: PORTA, Paula (organização). **História da Cidade de São Paulo, v. 1: A cidade Colonial**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

ECO, Umberto. “Viagem pela hiper-realidade”. In: **Viagem na irrealdade cotidiana**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

FERREIRA, Tito Lívio. “A mineração do ouro no Morro do Jaraguá”. In: **PAULISTÂNIA** nº 46. São Paulo: Clube Piratininga, setembro a dezembro 1952.

FINA, Wilson Maia. “Primórdios da Vila de Piratininga”. In: **PAULISTÂNIA** nº 50. São Paulo: Clube Piratininga, janeiro a junho 1954.

FLORENÇANO, Paulo. “A Casa do Bandeirante”. In: **PAULISTÂNIA** nº 52. São Paulo: Clube Piratininga, janeiro a abril 1955.

_____. “O que Guarnecia as Casas Paulistas nos Primórdios do Século XVIII”. In: **PAULISTÂNIA** nº 53. São Paulo: Clube Piratininga, maio a setembro 1955.

GONÇALVES, Daniel Issa. O Peabirú: uma Trilha Indígena cruzando São Paulo. São Paulo: **Cadernos de Pesquisa do LAP Revista de Estudos sobre Urbanismo, Arquitetura e Preservação**, FAU USP, março/ abril 1998.

GONÇALVES, José Reginaldo. “Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais: O problema dos Patrimônios culturais. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 1, nº 2, 1988. pp. 264-275.

GRASSI, Liliana. “Problemi metodologici in relazione alla teoria del restauro”. In: **Il Restauro delle costruzioni in muratura: problemi metodologici e tecniche di consolidamento**. Roma: Kappa, 1981. pp 9-11.

JARDIM, Caio. “A Capitania de São Paulo (Sob o governo de Morgado de Mateus, 1765-75)”. In: **REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL** nº 53. São Paulo, dezembro 1938 a janeiro de 1939.

KATINSKY, Júlio. “Uma perigosa montagem ideológica”. In: **ARQUITETURA E URBANISMO** nº 17. São Paulo: Pini, 1988.

KÜHL, Beatriz Mugayar. “Questões Teóricas Relativas à Preservação de Edifícios Industriais”. In: **REVISTA DESÍGNIO** v. 1. São Paulo, março 2004.

_____. “O tratamento das superfícies arquitetônicas como problema teórico da restauração”. In: **ANAIS DO MUSEU PAULISTA** nº 12. São Paulo: USP – Museu Paulista, 2004. pp 309-30.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. “A Casa Colonial Paulista”. In: **REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO GUARUJÁ/BERTIOGA** nº 09. São Paulo, 1974.

_____. “A casa bandeirista nos inventários do segundo século”. Transcrito de Revista Acrópole nº 228, pp. 438-42, out. 1957. In: LEMOS, C. A. C. **Notas sobre a arquitetura tradicional de São Paulo**. São Paulo: FAUUSP, 1992.

_____. “O palácio do bispo, o mais antigo projeto arquitetônico paulistano”. In: **PROJETO** nº 158. São Paulo, novembro 1992. pp 90-93.

_____. “À procura da memória nacional”. In: **REVISTA MEMÓRIA** nº 17. São Paulo: XXX, 1993.

_____. “Organização urbana e arquitetura em São Paulo dos tempos coloniais”. In: PORTA, Paula (organização). **História da Cidade de São Paulo, v. 1: A cidade Colonial**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

_____. “Notas sobre a cultura material e o cotidiano em São Paulo dos tempos coloniais”. In: PORTA, Paula (organização). **História da Cidade de São Paulo, v. 1: A cidade Colonial**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LEVY, Hannah. “Valor artístico e valor histórico: importante problema da história da arte”. In: **REVISTA DO SPHAN** nº 4. Rio de Janeiro, 1940. pp 182-92.

LOPES, Reinaldo José. “A língua dos bandeirantes”. In: **Folha de São Paulo Mais!**. São Paulo, 10 de Março de 2002.

MARCONI, Paolo. “XXX”. In: **CASABELLA** nº 636. Milano: Domus, 1996.

_____. “La questione del “linguaggio moderno”. La bellezza come “luogo comune”. In: **Manutenzione e recupero nella città storica. L’inserzione Del nuovo nel vecchio a trent’anni da Cesare Brandi**. Roma: Gangemi, 2004.

MARINS, Paulo César Garcez. “O Parque do Ibirapuera e a Construção da Identidade Paulista”. In: **ANAIS DO MUSEU PAULISTA** nº 6/7. São Paulo: USP – Museu Paulista, 2003. pp. 9-36.

MARX, Murillo. “Proteção Global para a Memória Paulistana”. In: **REVISTA CJ. ARQUITETURA** nº 19. Rio de Janeiro: FC Editora, 1978.

MESGRAVIS, Laima. “De bandeirante e fazendeiro: aspectos da vida social e econômica em São Paulo colonial”. In: PORTA, Paula (organização). **História da Cidade de São Paulo, v. 1: A cidade Colonial**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MORAES, Eduardo Jardim de. “Modernismo Revisitado”. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 1, nº 2, 1988. pp. 220-238.

MOTTA, Lia. “A SPHAN em Ouro Preto – uma história de conceitos e critérios”. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** nº 22. Rio de Janeiro: SPHAN/ Pró-Memória, 1987. pp. 108-122.

PACCE, Márua Roseni. “A propósito da Casa do Bandeirante”. In: **REVISTA DO ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL** nº 193. São Paulo, janeiro a dezembro 1980.

PANE, Roberto. “Antico e nuovo”. In: **CASABELLA** nº 297. Milano: Domus, 1965. pp. 92-93.

_____. “Conférence Introductive”. In: **Il Monumento per l’Uomo – Atti Del II Congresso Internazionale Del restauro, Venezia 25-37 maggio 1964**. Venezia: Marsilio, 1972.

PEREIRA, Edmur de A. Nunes. “São Paulo de Outrora”. In: **PAULISTÂNIA** nº 31. São Paulo: Clube Piratininga, outubro a dezembro 1949.

PHILIPPOT, Paul. “La Notion de patine et le nettoyage des peintures”. In: **Bulletin de l’Institut Royal du Patrimoine Artistique v. 9**. Bruxelles, 1966. pp 138-143.

RAMOS, Maria Bernadete. “Ao Brasil dos meus sonhos: feminismo e mod-

ernismo na utopia de Adalzira Bittencourt”. In: **Revista de Estudos Feministas**. Vol. 10 nº 1. Florianópolis, jan 2002.

REIS, José de Souza. “Evidência dos monumentos históricos”. In: **REVISTA DO PHAN** nº 16. Rio de Janeiro, 1968. pp 305-15.

REVISTA DO ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL nº 199. Número que trata da formação administrativa da cidade de São Paulo de 1554 a 1954. São Paulo: PMSP - Departamento do Patrimônio Histórico, 1991.

RODRIGUES, José Wasth. “Móveis antigos de Minas Gerais”. In: **REVISTA DO SPHAN** nº 7. Rio de Janeiro, 1943. pp 79-96.

SAIA, Luiz. “Um detalhe de arquitetura popular”. In: **REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL DE SÃO PAULO** nº 40. São Paulo, 1937, PP 15-22.

_____. **Escultura popular brasileira**. São Paulo, Edições Gaveta - Série cadernos de divulgação artística, 1944.

_____. “Utilização do concreto armado na restauração de edifícios construídos com taipa”. In: **REVISTA DE ENGENHARIA MACKENZIE** nº 86. São Paulo, junho 1944, pp 53-55.

_____. “Notas sobre a arquitetura rural paulista do segundo século”. In: **REVISTA DO SPHAN** nº 8. Rio de Janeiro, 1945. pp 211-75.

_____. “A Casa Bandeirista (uma interpretação)”. São Paulo: **Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo**, 1955.

_____. “Notas sobre a evolução da morada paulista - Nota prévia”. In: **ACRÓPOLE** nº 201. São Paulo, julho 1955, pp 393-5.

_____. “Notas sobre a evolução da morada paulista - Arquitetura de circunstância”. In: **ACRÓPOLE** nº 203. São Paulo, setembro 1955, pp 487-9.

_____. “A Casa Bandeirista”. In: **HABITAT** nº 25. São Paulo, dezembro 1955.

_____. “Notas sobre a evolução da morada paulista - O ciclo ferroviário”. In: **ACRÓPOLE** nº 206. São Paulo, dezembro 1955, pp 49-51.

_____. “Notas sobre a evolução da morada paulista - Gran finale com rampa e pilotis”. In: **ACRÓPOLE** nº 207. São Paulo, janeiro 1956, pp 89-91.

_____. “Mais um ano de luta”. In: **AD ARQUITETURA E DECO-**

RAÇÃO nº 18. São Paulo, julho-agosto 1956.

_____. “Considerações sobre uma residência”. In: **CASA & JARDIM** nº 77. Rio de Janeiro, 1961, pp 48-53.

_____. “Édipo Ingeniarios – um complexo na área da arquitetura”. In: **ACRÓPOLE** nº 318. São Paulo, junho de 1965, pp. 40-41.

_____. “Nos desvãos da ética profissional”. In: **ACRÓPOLE** nº 353. São Paulo, agosto 1968, pp 30-3.

_____. “Morada seiscentista do Tatuapé”. In: **ACRÓPOLE** nº 356. São Paulo, novembro 1968, pp 30-6.

_____. “Tombar para preservar cultura arquitetônica”. In: **A CONSTRUÇÃO EM SÃO PAULO** nº 1276. São Paulo, julho 1972, pp 20-6.

_____. “Notas preliminares sobre a Fazenda Pau D’Alho: história, restauração e projeto de aproveitamento”. In: **SEPARATA DA REVISTA DE HISTÓRIA** nº 102, São Paulo, 1975.

_____. “Até os 35 Anos, A fase Heróica”. In: **REVISTA CJ. ARQUITETURA** nº 17. Rio de Janeiro: FC Editora, 1977.

_____. “Monumentos Históricos e Artísticos de São Paulo”. In: **REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO GUARUJÁ/ BERTI-OGA** nº 11. São Paulo, 1978.

SALGADO, Cesar. “João Ramalho – esse desconhecido”. In: **PAULISTÂNIA** nº 44. São Paulo: Clube Piratininga, março, abril, maio 1952.

SALIBA, Elias Thomé. “Histórias, Memórias, Tramas e Dramas da Identidade Paulistana”. In: PORTA, Paula (organização). **História da Cidade de São Paulo, v. 1: A cidade Colonial**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

SCHMIDT, Carlos Borges. “Construções de Taipa: Aspectos de seu emprego e de sua técnica”. In: **BOLETIM** 47A. São Paulo: Secretaria de Agricultura, 1946.

_____. “Construções de Taipa (1)”. In: **PAULISTÂNIA** nº 52. São Paulo: Clube Piratininga, janeiro a abril 1955.

_____. “Construções de Taipa (2): a técnica da construção”. In: **PAULISTÂNIA** nº 54. São Paulo: Clube Piratininga, outubro a dezembro 1955.

SODRÉ, João Clark A. “A Casa Bandeirista de Luís Saia no IV Centenário de São Paulo: Restauração e Preservação da Identidade Paulista”. São Carlos: Artigo apresentado no 5º Seminário **DOCOMOMO** Brasil, 2003.

ZEVI, Bruno. “Contro ogni teoria dell’ ambientamento”. In: **L’ARCHITETTURA. CRONACHE E STORIA** nº 118. Milano: Etas-Kompass. pp. 212-213.

3. Artigos eletrônicos

CURY, Helena Noronha. **Contribuições para uma nova história da matemática**. Rio de Janeiro: Boletim GEPEM nº 34, 1998.
<http://www.pucrs.br/famat/helena/pages/gepem.pdf>

SEGAWA, Hugo. **Casas Vetustas**. São Paulo: Vitruvius/ Livros, dezembro 2001.
<http://www.vitruvius.com.br/resenhas/textos/texto019.asp>

TONI, Flávia Camargo. **Músicas para dançar, rezar e se divertir: a Missão de Pesquisas Folclóricas**. São Paulo: CCSP.
<http://sampa3.prodam.sp.gov.br/ccsp/missao/conand1.htm>

4. Monografias, dissertações e teses

ABUD, Kátia. **O sangue intímato e as nobilíssimas tradições (a construção de um símbolo paulista: o bandeirante)**. São Paulo: tese de doutorado apresentada à FFLCH-USP, 1985.

ANDRADE, Antônio Luiz Dias de. **Um Estado Completo que pode já-mias ter existido**. São Paulo: Tese de Doutorado. São Paulo: FAUUSP, mimeo, 1993.

_____. **Restauração de Bens Culturais - Teorias e critérios: O caso da Fazenda Pau D’Alho**. São Paulo: Monografia para cumprimento de créditos para doutoramento do autor, outubro, 1989.

_____. **O Paradigma de Atibaia**. São Paulo: Monografia para cumprimento de créditos para doutoramento do autor, outubro, 1989.

_____. **Vale do Paraíba, sistemas construtivos**. São Paulo: Dissertação de Mestrado apresentada a FAUUSP, 1984.

DINIZ, Silvana Sousa Nilo Bahia. **Taipa de Pilão. Uma Aproximação Tecnológica Através dos Exemplos em São Paulo**. São Paulo: Dissertação de Mestrado apresentada a FAUUSP, 2000.

FERNÁNDEZ, Rosa Maria Flores. **Estudo da taipa de pilão visando as intervenções em edificações de interesse cultural**. Salvador: Dissertação de mestrado apresentada à FAU-UFBA, novembro de 1995.

GONÇALVES, Cristiane Souza. **Documentação do IPHAN relativa aos bens tombados do Estado de São Paulo**. São Paulo, Trabalho programado 3, apresentado à FAUUSP, 2003.

_____. **Metodologia para a Restauração Arquitetônica: A experiência do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em São Paulo, 1937-1975**. São Paulo, Dissertação de Mestrado apresentada à FAUUSP, 2004.

LIMA, Alfredo Evangelista Viana de. **Renovation et mise en valeur d'Ouro Preto**. UNESCO, octobre-décembre 1969. Avant-project. Mimeo.

LIMA, Roberto Pastana Teixeira. **Modelos Portugueses e Arquitetura Brasileira: Catálogo e Análise das Formas Arquiteturais Paulistas e Lusitanas no Oitocentos**. São Paulo: Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Dezembro de 2001.

MARINS, Paulo César Garcez. **Através da rótula: sociedade e arquitetura no Brasil (séc. XVII-XIX)**. São Paulo: tese de doutorado apresentada à FFLCH-USP, 1999.

MAYUMI, Lia. **Monumento e Autenticidade**. São Paulo: dissertação de mestrado apresentada à FAUUSP, 1999.

MONTALVO, Antônio José Aguilera. **Fenomenologia e a “teoria da restauração”: a fundamentação da teoria de Cesare Brandi**. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado apresentada a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ.

NÓBREGA, Isabel Cristina. **Jair Afonso Inácio, um pioneiro na preservação do patrimônio artístico brasileiro**. São Paulo: dissertação de mestrado em artes apresentada ao Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista, 1997.

PASSAGLIA, Luiz Alberto do Prado. **Anteprojeto de Restauração da Casa do Tatuapé, São Paulo – SP**. Belo Horizonte: monografia e anteprojeto

apresentado ao Curso de Especialização em Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos, 1978.

PEIXOTO, Elane Ribeiro. **Arquitetura na revista Projeto (1980-1995): identidade, memória, não-lugares**. São Paulo: tese de doutorado apresentada a FAUUSP, 2003.

ROCHA FILHO, Gustavo Neves da. **O Sítio da Ressaca**. São Paulo: monografia FAUUSP, 1980.

SAIA, Luiz. **Residências Rurais do Brasil Colônia**. Belo Horizonte: tese apresentada à Escola de Arquitetura da UFMG, s/d.

TONELLI, Marizia. **Arqueologia e direito na Casa do Tatuapé – São Paulo: uma abordagem interdisciplinar à evidenciação de patrimônio cultural edificado**. São Paulo: dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP.

5. Jornais

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 7 de maio de 1961.

DIÁRIO POPULAR. São Paulo, 28 de julho de 1955. “Uma relíquia do passado que chegou intacta até o presente”.

_____. São Paulo, 29 de outubro de 1955.

_____. São Paulo, 15 de setembro de 1964.

_____. São Paulo, 28 de junho de 1980. “Curso de Férias na Casa do Bandeirante”.

DIÁRIO DO POVO. Campinas, junho de 1970.

FOLHA DA MANHÃ. São Paulo, 01 de julho de 1955.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 09 de fevereiro de 1980. “Propostas dos museus e a Casa do Bandeirante”.

_____. São Paulo, 11 de março de 1986. “Casa bem conservada”.

_____. São Paulo, 05 de Setembro de 2004. “Bandeirantes tinham origem judaica”.

A GAZETA. São Paulo, 21 de Agosto de 1957.

GAZETA DE PINHEIROS. São Paulo, 23 de dezembro de 1977. “A Casa do bandeirante está sofrendo reformas. Para ficar ‘mais didática’”.

_____. São Paulo, 03 de fevereiro de 1984. “Conheça um pouco da história bandeirante”.

_____. São Paulo, 05 de fevereiro de 1988. “Restauração da Casa do Bandeirante vira novela”.

JORNAL DA RUA p 7. São Paulo, 15 a 28 de Maio de 1986. “Casa do Bandeirante: O Retrato do Interior Paulista”.

SHOPPING NEWS. São Paulo, 11 de dezembro de 1960. “Casa do Bandeirante é Síntese de 200 Anos de Nossa História”.

6. Revistas

Revista **PAULISTANIA**, números 2 (1939) a 83 (1979). São Paulo: Clube Piratininga.

7. Referência

AMARAL, Antonio Barreto do. **Dicionário de história de São Paulo.** São Paulo: Governo do Estado, 1981.

CORONA, Eduardo, LEMOS, Carlos A C. **Dicionário da Arquitetura Brasileira.** São Paulo: Artshow, 1989, 2ª. Edição.

MELO, Luís Correia de. **Dicionário de autores paulistas.** São Paulo: Comissão do IV centenário da cidade de São Paulo, 1954.

TELLES, Carlos Augusto da Silva. **Atlas dos Monumentos Históricos e Artísticos do Brasil.** Rio de Janeiro: FENAME/SEAC, 1980.

8. Processos

8.1 CASA DO BUTANTÃ

DPH

CASA DO BUTANTÃ. **PA 60.385/1944**. Assunto: doação CITY.

_____. **PA 64.988/1947 (1982-0.015.504-8)**. Assunto: Prédio antigo existente na praça supra, adquirida pela Municipalidade em doação que lhes fez, a Cia City, por escritura lavrada em 20/7/1944, conforme processo no. 88.697/42. Interessado: Seção de Guarda de Imóveis – T.302

_____. **PA 44.799/1953 (1982-0.015.505-6)**. Assunto: Transferência do prédio histórico, existente na praça supra, ao Departamento de Cultura para instalação de Museu. Interessado: Divisão do Patrimônio e Almoxarifado - T.3

_____. **PA 3.289/1954**. Assunto: Paulo Florençano sugere à Comissão, através do então presidente Guilherme de Almeida, restaurar a Casa do BUTANTÃ e nela instalar um museu evocativo da época bandeirista do Ciclo do Ouro. (Citado no PA 78.961/56). Interessado: Paulo Florençano

_____. **PA 3.572/1954**. Assunto: Viagem interior do Estado a fim vistoriar várias máquinas rurais antigas “C Band”. Interessado: Paulo Florençano.

_____. **PA 3.689/1954**. Assunto: Solicita importância destinada cobrir primeiras despesas diárias, transportes das máquinas e dos trabalhadores – Salesópolis-Capital. Interessado: Paulo Florençano.

_____. **PA 3.708/1954**. Assunto: Solicita pagamento fotógrafo Germano Graeser pelos serviços prestados à Casa Bandeirante, e pagamento por 18 desenhos a nanquim (levantamento métrico) por Armando Rebollo. Interessado: Paulo Florençano.

_____. **PA 3.796/1954**. Assunto: Admissão de Maria Aparecida Paiva Alves. Interessado: Paulo Florençano.

_____. **PA 3.981/1954**. Assunto: Solicita autorização para José Wasth Rodrigues executar pranchas com desenhos à pena. Interessado: Paulo Florençano.

_____. **PA 3.984/1954**. Assunto: Solicita autorizar viagem e diárias – Sabará – MG conhecer organização do Museu do Ouro. Interessado: Paulo Florençano.

_____. **PA 4.116/1954**. Assunto: propostas apresentadas referentes ao fornecimento de mão de obra para Casa do Bandeirante. Interessado: Comissão IV Centenário – Serviço de Engenharia.

_____. **PA 4.136/1954.** Assunto: Coleta preços para confecção de placas de chapas de ferro para a Casa do Bandeirante. Interessado: Comissão IV Centenário – Setor de Compras.

_____. **PA 4.197/1954.** Assunto: Solicita verba especial para aquisição de móveis e alfaías destinados ao equipamento da Casa do Bandeirante. Interessado: Paulo Florençano.

_____. **PA 4.214/1954.** Assunto: Solicita adiantamento Cr\$10.000,00 para atender despesas com abrigo das máquinas. Interessado: Paulo Florençano.

_____. **PA 4.215/1954.** Assunto: Solicita pagamento de diárias referentes à sua viagem a São Luiz do Paraitinga para aquisição, desmonte e transporte de monjolo até a Exposição do Ibirapuera. Interessado: Paulo Florençano.

_____. **PA 4.231/1954.** Assunto: Concorrência administrativa para aquisição de madeiras. Interessado: Comissão IV Centenário – Setor de Compras.

_____. **PA 4.292/1954.** Assunto: Solicita dados sobre a madeira adquirida (canela preta) para restauração da Casa do Bandeirante. Interessado: Paulo Florençano.

_____. **PA 4.364/1954.** Assunto: Serraria pede pagamento complementar pela canela preta.

_____. **PA 4.422/1954.** Assunto: Apresenta documentos referentes à 2ª Medição parcial dos serviços de mão de obra da Casa do Bandeirante. Interessado: Comissão IV Centenário – Serviço de Engenharia.

_____. **PA 4.514/1954.** Assunto: Sobre pagamento de Cr\$150,00 ao desenhista Sr H Funduklian por serviço executado – jardim Casa do Bandeirante. Interessado: Comissão IV Centenário – Serviço de Engenharia.

_____. **PA 4.534/1954.** Assunto: Solicita adiantamento de Cr\$5.000,00 para atender despesas. Interessado: Casa do Bandeirante.

_____. **PA 4.544/1954.** Assunto: Coleta de preços para fornecimento de maquete – Casa do Bandeirante. Interessado: Comissão IV Centenário – Setor de Compras.

_____. **PA 4.567/1954.** Assunto: Fornecimento de 100kg de cal virgem para obra da Casa do Bandeirante.

_____. **PA 4.593/1954.** Assunto: Apresenta documentos referentes à 3ª Medição parcial – mão de obra – Casa do Bandeirante. Interessado: Comissão IV Centenário – Serviço de Engenharia.

_____. **PA 4.808/1954.** Assunto: Apresenta documentos referentes à 4ª Medição parcial – serviços de mão de obra – Casa do Bandeirante. Interessado: Comissão IV Centenário – Serviço de Engenharia.

_____. **PA 4.891/1954.** Assunto: Apresenta documentos referentes à 5ª Medição parcial – serviços de mão de obra , com a reforma da Casa do Bandeirante. Interessado: Comissão IV Centenário – Serviço de Engenharia.

_____. **PA 4.939/1954.** Assunto: Solicita pagamento de diárias para viagem a São João da Boa Vista, Fazenda Cachoeira, que oferece objetos antigos em doação para Casa do Bandeirante. Interessado: Paulo Florençano.

_____. **PA 5.552/1954.** Assunto: Fornecimento de lápide de granito, comemorativa, para piso do alpendre. Interessado: Paulo Florençano.

_____. **PA 5.574/1954.** Assunto: Fornecimento de 12 toras (10,99m3) de canela preta serrada e repicada.

_____. **PA 48.899/1956.**

_____. **PA 78.961/1956.** Assunto: pedido de subordinação da Casa do Bandeirante à DAH. Interessado: Nuto Sant’Anna, chefe de CULT-4.

_____. **PA 123.416/1956.** Assunto: Lei 5.136 de 03-04-1957 dispõe sobre a criação de cargos na DAH por conta da transferência.

_____. **PA 155.859/1957.** Assunto: decreto 3.870 e 3.871 de 08-05-1958 cria anexo à Casa do Bandeirante um Centro de Estudos e biblioteca especializada em assuntos bandeiristas, Centro de Estudos Taunay. Interessado: Godofredo da Silva Telles Jr, Secretário de Educação e Cultura.

_____. **PA 118.679/1958.** Assunto: portaria 82 de 16-07-1958 subordina a casa diretamente à DAH. Interessado: Oswaldo Silva, Secretário de Educação e Cultura.

_____. **PA 38.983/1970.** Assunto: cria a casa do sertanista.

CONDEPHAAT

CASA DO BUTANTÃ. **PA 22.262/1982.** Interessado: Secretário Municipal de Cultura Mário Chamie.

8.2 CASA DO CAXINGUI

DPH

CASA DO CAXINGUI. PA 155.905/1951.

_____. PA 133.059/1952.

_____. PA 64.602/1954 (2005-0.200.192-1). Assunto: Doação de logradouros constantes de arruamento aprovado. Interessado: Cia City.

_____. PA 98.344/1955.

_____. PA 145.444/1958 (1982-0.011.453-8). Assunto: Restauração Casa do Caxingui. Interessado: Paulo Fradique Sant'Anna, Chefe de Cultura.

_____. PA 21.606/1961. Assunto: solicita vistoria no local. Interessado: Of 1.665/61, do Depto de Urbanismo.

_____. PA 52.090/1961. Assunto: sobre doação da Casa Bandeirista do bairro supracitado. Interessado: Of .6/61, da “Casa do Bandeirante” CULT.4 (Paulo Florençano)

_____. PA 192.791/1965.

_____. PA 100.229/1966.

_____. PA 170.243/1967.

_____. PA 75.546/1968.

_____. PA 38.083/1970. Assunto: decreto 8.937 de 14-08-1970 que dispõe sobre a criação do Museu “Casa do Sertanista” e dá outras providências. Interessado: Paulo Zingg, Secretário de Educação e Cultura.

_____. PA 112.998/1975. Assunto: Termo de transferência de administração de imóvel municipal, lavrado em 31-10-1975, às fls. 83vo./ 84, do livro próprio.

_____. PA 1989-0.002.586-4. Assunto: Núcleo de Cultura Indígena pede permissão de uso a SMC, Marilena Chauí. Interessado: Ailton Krenak, coordenador nacional UNI.

_____. PA 1997-0.141.010-6. Assunto: Descupinização.

_____. PA 1999-0.148.929-6. Assunto: Minuta de Decreto de permissão de uso, em favor da Associação Brasileira de Folclore.

_____. **PA 1999-0.146.882-5**. Assunto: Restauro, permissão solicitada pela Associação Brasileira 500 Anos Artes Visuais. Interessado: Associação Brasileira 500 Anos Artes Visuais.

CONDEPHAAT

CASA DO CAXINGUI. PA 22.264/1982. Assunto: relatório do conjunto das casas do Butantã, Caxingui e Capela do Morumbi. Interessado: Secretário Municipal de Cultura Mário Chamie.

8.3 CASA DO GRITO

DPH

CASA DO GRITO. PA 143.538/1958. Assunto: portaria 100 de 25-08-1958 subordina a casa diretamente à DAH.

_____. **PA 30.422/1959**. Assunto: solicita autorização para construção de um rancho na parte externa da casa. Interessado: Maria Aparecida Paiva Alves, assistente conservadora da Casa do Grito.

_____. **PA 64.154/1959**. Assunto: decreto 4.420 de 19-10-1959 denomina “Capela Imperial de São Paulo” o atual “Cenotáfio do Monumento do Ipiranga”. Interessado: Paulo Fradique Sant’Anna, chefe de CULT-4.

8.4 SÍTIO MIRIM

DPH

SÍTIO MIRIM. PA 14.495/1965. Assunto: Declara de utilidade pública o imóvel. Interessado: Luiz Saia, Chefe do 4º Distrito da DPHAN.

_____. **PA 120.157/1967**. Assunto: PMSP fornece a DPHAN 5.000 telhas para restauro.

_____. **PA 36.867/1972**.

_____. **PA 36.005/1973 (1980-0.018.695-0)**. Assunto: Visa a desapropriação de 10.457,00 m² com a finalidade de preservar o imóvel ali localizado. Interessado: Departamento de Cadastro (CAD).

_____. **PA 44.461/1975**. Assunto: restauro.

_____. **PA 63.531/1976**. Assunto: imissão de posse.

CONDEPHAAT

SÍTIO MIRIM. **PA 22.053/1982**. Assunto: Tombamento “ex-officio” sede do Sítio Mirim. Interessado: Ruy Othake.

8.5 SÍTIO MORRINHOS

DPH

SÍTIO MORRINHOS. **PA 22.824/1966**.

_____. **PA 36.798/1971 (1981-0.000.290-8)**. Assunto: Área de lazer, desincorpora da classe de bens públicos de uso comum do povo e transfere para a classe de bens patrimoniais do município de São Paulo: Lei 8.521, de 03 de Janeiro de 1977, prefeito Olavo Setúbal. Interessado: Secretaria de Turismo e Fomento.

_____. **PA 117.482/1972**.

_____. **PA 44.461/1975**.

_____. **PA 30.313/1978**.

_____. **PA 16-004.517-90-88 (1990-0.004.231-5)**. Assunto: contratação de obras de restauração do Sítio Morrinhos.

CONDEPHAAT

SÍTIO MORRINHOS. **PA 00.366/1973**. Assunto: Tombamento “ex-officio” sede do Sítio Morrinhos. Interessado: José Geraldo Moutinho.

8.6 SÍTIO DA RESSACA

DPH

SÍTIO DA RESSACA. **PA 44.461/1975**.

CONDEPHAAT

SÍTIO DA RESSACA. PA 00.190/1972. Interessado: Conselheiro Luiz Saia.

8.7 CASA DO TATUAPÉ

DPH

CASA DO TATUAPÉ. PA 101.188/1948. Assunto: arruamento do Jardim Textília, no Departamento de Urbansimo.

_____. PA 160.014/1951.

_____. PA 32.459/1952.

_____. PA 176.671/1954.

_____. PA 172.842/1965 (2005-0.183.209-9). Assunto: restauro da Casa do Tatuapé. Interessado: Textília.

_____. PA 164.175/1971.

_____. PA 27.753/1973 (2005-0.183.204-8). Assunto: restauro da Casa do Tatuapé. Interessado: Eduardo J. M. do Nascimento, Presidente do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de São Paulo.

_____. PA 61.835/1973.

_____. PA 20.145/1977 (1980-0.019.376-0). Assunto: solicita à Secretaria de Vias Públicas, Diretor do Departamento de Cadastro, Avaliação e Taxa de Melhoria, um funcionário para fazer, junto ao DPH, estimativa de preço para desapropriação de 13 lotes (Cr\$ 7.894.400,00). Interessado: DPH.

_____. PA 34.184/1977. Assunto: declarar de utilidade pública o imóvel, através do decreto 14.817/1977 de 16-12-1977.

_____. PA 41.714/1977. Assunto: solicitação de restauro do monumento.

_____. PA 014.382/1979.

_____. PA 028.548/1979. Assunto: Diretor do DPH Murillo Marx convida Péricles Fusco, Jorge Wakanabe e Milton Mautoni para prestar serviços técnicos de cálculo estrutural.

CONDEPHAAT

CASA DO TATUAPÉ. PA 00.367/1973. Assunto: Tombamento “ex-officio” sede da Casa do Tatuapé. Interessado: Vinício Stein Campos.

9. Entrevistas e depoimentos

Antônio Gameiro
Benedito Lima de Toledo
Cássia Regina de Carvalho Magaldi
Cristina Coelho Dias
Deborah Brando Balazs
Eideval Bolanho
Flávio Motta
Júlio Katinsky
Luiz Alberto do Prado Passaglia
Luiz Antonio Cambiaghi Magnani
Maria Aparecida Toschi Lomônaco
Mirthes Ivany Soares Baffi
Murillo de Azevedo Marx
Nestor Goulart Reis Filho

10. Outros

ALTARES PAULISTAS. Resgate de um Barroco. São Paulo: Fundação BNP Paribas Brasil; Museu a Céu aberto – Cultura, Ecologia e Desenvolvimento, Exposição 18 de Dezembro de 2004 a 30 de Abril de 2005. Museu de Arte Sacra de São Paulo.

CADERNO DE OBRAS SÍTIO MORRINHOS, DPH

CADERNO DE OBRAS SÍTIO DA RESSACA, DPH

CADERNO DE OBRAS CASA DO TATUAPÉ, DPH

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM CONSERVAÇÃO DE MONUMENTOS E CONJUNTOS HISTÓRICOS. São Paulo: Convênio MEC e Secretária de Cultura, Esportes e Turismo do Estado de São Paulo, 1974. Documentos diversos.

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO SOBRE PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO. São Paulo: Curso de especialização FAUUSP, 1978. Documentos diversos.

ENTREVISTAS CONCEDIDAS PELO FOTÓGRAFO BENEDITO JUNQUEIRA DUARTE. São Paulo: DPH – Divisão de Iconografia e Museus, fevereiro 1985.

GUIA DA CASA DO BANDEIRANTE – Ensaio de recomposição do ambiente rural doméstico paulista de primórdios do século XVIII. São Paulo: Departamento de Cultura, Divisão do Arquivo Histórico, s/d.

GUIA DOS DOCUMENTOS HISTÓRICOS NA CIDADE DE SÃO PAULO 1554-1954. São Paulo: Hucitec/ NEPS, 1998.

IPHAN – 9ª. Coordenadoria Regional, São Paulo. **Sítio e Capela de Santo Antônio. Roteiro de visita.** São Paulo: IPHAN 9ª. CR, 1997. Projeto “Implantação de Programas de Uso em bens Tombados”.

IPHAN – 9ª. Coordenadoria Regional, São Paulo. **Pesquisas em torno de um Monumento – Sítio do padre Inácio.** São Paulo: IPHAN 9ª. CR, 1997. Projeto “Documentação de Bens e Monumentos Tombados”.

IPHAN – 9ª. Coordenadoria Regional, São Paulo. **Sítio Padre Ignácio. Roteiro de Visita.** São Paulo: IPHAN 9ª. CR, 1997. Projeto “Implantação de Programas de Uso em bens Tombados”.

KATINSKY, Júlio Roberto. **Pesquisa Acadêmica na FAUUSP.** São Paulo: Folheto FAU USP, 2005.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação da Arquitetura Industrial em São Paulo: Questões Teóricas.** São Paulo: Relatório Científico FAPESP, junho de 2005.

PROJETO RODOANEL MÁRIO COVAS – TRECHO OESTE. **Programa de pesquisa e resgate do patrimônio arqueológico, histórico e cultural.** São Paulo: Documento Antropologia e Arqueologia Ltda; Fundação Cultural Jacarey “José Maria de Abreu; Dersa – Relatório final, dezembro 2003.

TORRES, Cláudio. “O adobe e a Taipa”. In: **CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO DAR FUTURO AO PASSADO.** Lisboa: IPAR, 1993.

VARINE-BOHAN, Hùgues de. **Patrimônio Cultural: A Experiência Internacional**. Notas de Aula 12-8-1974. São Paulo: FAUUSP, 1974.

11. Arquivos e acervos consultados

Departamento do Patrimônio Histórico da Prefeitura Municipal de São Paulo
- DPH:

DIM – Divisão de Iconografia e Museus

DAH – Divisão do Arquivo Histórico

Divisão de Preservação

Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo - CONDEPHAAT

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN

Arquivo Noronha Santos – RJ

9ª Superintendência Regional – SP

FAUUSP

Biblioteca FAU Maranhão

Biblioteca FAU Cidade Universitária

Clube Piratininga